

FREDERICO MAGALHÃES SIMAN

**NO CÓRREGO DOS JORGES: AS CONFLITUALIDADES AGROAMBIENTAL,
ÉTNICO-RACIAL E TERRITORIAL NA REPRODUÇÃO SOCIOAMBIENTAL DE
UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA EM PEÇANHA, MINAS GERAIS**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Doctor Scientiae*.

Orientador: Marcelo Leles Romarco de Oliveira

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2022**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

S588n
2022
Siman, Frederico Magalhães, 1987-
No Córrego dos Jorges: as conflitualidades ambiental,
étnico-racial e territorial na reprodução socioambiental de uma
comunidade quilombola em Peçanha, Minas Gerais / Frederico
Magalhães Siman. – Viçosa, MG, 2022.

1 tese eletrônica (317 f.): il. (algumas color.).

Orientador: Marcelo Leles Romarco de Oliveira.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Viçosa,
Departamento de Economia Rural, 2022.

Referências bibliográficas: f. 302-317.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2023.505>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Quilombolas - Peçanha (MG). 2. Trabalhadores rurais.
3. Meio ambiente - Peçanha (MG) - Aspectos sociais.
I. Oliveira, Marcelo Leles Romarco de, 1972-. II. Universidade
Federal de Viçosa. Departamento de Economia Rural. Programa
de Pós-Graduação em Extensão Rural. III. Título.

CDD 22. ed. 305.80098151

Bibliotecário(a) responsável: Euzébio Luiz Pinto CRB-6/3317


FREDERICO MAGALHÃES SIMAN

**NO CÓRREGO DOS JORGES: AS CONFLITUALIDADES AGROAMBIENTAL,
ÉTNICO-RACIAL E TERRITORIAL NA REPRODUÇÃO SOCIOAMBIENTAL DE
UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA EM PEÇANHA, MINAS GERAIS**


Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Doctor Scientiae*.

APROVADA: 22 de agosto de 2022.

Assentimento:

Documento assinado digitalmente
 **FREDERICO MAGALHAES SIMAN**
Data: 23/08/2023 12:19:13-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Frederico Magalhães Siman
Autor

Documento assinado digitalmente
 **MARCELO LELES ROMARCO DE OLIVEIRA**
Data: 23/08/2023 22:06:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Marcelo Leles Romarco de Oliveira
Orientador

AGRADECIMENTOS

Foram muitos os percursos e transcurtos para chegarmos até aqui. Não foi fácil, mas seria impossível se não fossem as relações que nos sustentam, de forma cotidiana ou eventual, vitais para a superação de uma série de questões financeiras, de saúde e familiares que atravessaram todo o trajeto do doutoramento. Produzir uma tese num contexto de desconstrução da universidade pública e de uma pandemia catastrófica foi, no mínimo, desafiador. Mas aqui estamos nós, sobreviventes, por privilégios, mas também por persistência.

Os agradecimentos vão, em primeiro lugar, àquelas pessoas que me acolheram em seu lugar ancestral e de vida, desde 2013, e forneceram as condições primordiais para a realização do trabalho. Assim, agradeço à toda comunidade dos Jorges, em nome de Argentina Salomé da Silva (Dona Tina), Luis Eusébio (Luisinho) e Dirce Gonçalves (Dona Dirce). Obrigado por me ensinarem tanto sobre as belezas e as dores dessa história tão potente e singular de resistência, persistência e ancestralidade.

Todo esse trajeto não seria possível se não fosse guiado por uma orientação acolhedora e compreensiva. Por isso, agradeço ao professor Marcelo Romarco pela parceria, importantes orientações e paciência.

Muitas foram as contribuições de professores(as) e pesquisadores, exemplos e inspiração. Por isso agradeço aos professores Ricardo Ferreira Ribeiro, Paris Yeros, Múcio Gonçalves, Andréa Narciso, Andrey Cordeiro Ferreira e Sales Augusto dos Santos e Fernando Conde, pelas valorosas contribuições ao processo de pesquisa. E, também, à Larissa Oliveira e Leonardo Reis, por aceitarem gentilmente a suplência da banca de avaliação desta pesquisa.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Agradeço à CAPES pela concessão da bolsa de pesquisa.

Agradeço ao Observatório dos Conflitos Rurais do Alto e Médio Rio Doce (OCDOCE/UNIFEI), pela parceria e por oportunizar e dar vazão aos anseios e expectativas construídos juntos com a comunidades dos Jorges, cumprindo o dever extensionista da universidade pública. Leonardo Reis, Jesus do Rosário, João Lucas Silva, Agda Marina, Miguel de Souza Pereira, Beatriz Ribeiro, Marlene de Sousa e toda a turma linda de bolsistas, meu muito obrigado! E que esta tese fortaleça a luta quilombola na bacia do rio Doce e todo o nosso trabalho na promissora Casa de Farinha!

Ao Miguelito, um obrigado especial pelas preciosas produções cartográficas e transcrições.

Ao Instituto Guaicuy, pelos nomes de Carla Wstane e Marcus Vinícius Evaristo Ferreira, agradeço a oportunidade, confiança e aprendizado na luta pela defesa dos direitos e dignidade das pessoas e comunidades atingidas pelos crimes da Vale S. A. nos vales do Paraopeba e São Francisco. Também por toda a compreensão e incentivo na finalização da pesquisa de doutorado.

Agradeço às Brigadas Populares, pela fundamentação militante e instrumentalização da nossa luta política e social. E por acreditar que um outro Brasil e outra América Latina são possíveis. Agora podemos voltar a sonhar!

Ao Filipe Fernandes, grande amigo que ganhei nessa passagem pelas bandas de Viçosa, e que a vida oportunizou que trabalhar e aprender com ele no Instituto Guaicuy.

Ao Yan Victor, que comigo acreditou e realizou o Circulo de Estudos sobre a Questão Agrária no DER/UFV, que contou com as valiosas e problematizadoras contribuições de Roberta Brangioni, Marilda Teles Maracci, Isadora Ribeiro, entre outras companheiras. E do Filipe, claro, que apesar de não ler os textos (exceto o do Bartra), estava sempre lá dando a maior moral nas discussões!

À Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Peçanha, pelos nomes de Marina Braga Leão e Filipe de Oliveira Maciel, pelas correspondências, trocas e compartilhamento acerca da história municipal e da comunidade dos Jorges.

À Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, pelo nome de Abraão Brandão, parceiro em diversas situações.

À Márcia Campanharo, pelas trocas e parceria na reta final desta história.

Por fim, agradeço à minha base, meu esteio. À minha família, agradeço a existência e tudo que conquistamos juntos. Val, Niara, Giogio, obrigado pela paciência e por sonharem juntos. Sei o tanto que foi sofrido para todos. Conceição e Gasiry, minha mãe e meu pai, obrigado por sempre acreditarem e viabilizarem muitos dos meus caminhos. Jana, Vitor, Sandrinha, Sammer, Dé e Igor, minhas irmãs, prima-irmãs e cunhadas queridas, obrigado pelo amor, parceria, admiração manifestada e o apoio de sempre.

RESUMO

SIMAN, Frederico Magalhães, D.Sc., Universidade Federal de Viçosa, agosto de 2022. **No Córrego dos Jorges: as conflitualidades agroambiental, étnico-racial e territorial na reprodução socioambiental de uma comunidade quilombola em Peçanha, Minas Gerais.** Orientador: Marcelo Leles Romarco de Oliveira.

O tema que abriga esta pesquisa é a reprodução socioambiental do campesinato negro no Brasil contemporâneo. O objetivo geral da tese consiste em analisar as estratégias de reprodução socioambiental na experiência histórica e social da Comunidade dos Jorges, a partir das conflitualidades agroambiental, étnico-racial e territorial que caracterizam as contradições da sobrevivência do campesinato negro no Brasil. Para tanto, buscamos abordar, em perspectiva teórica, a formação do campesinato negro no Brasil e as contradições agroambientais, étnico-raciais e territoriais que a permeiam. Em termos metodológicos, nos fundamentamos na proposta da pesquisa participante, em torno da qual lançamos mão da investigação qualitativa de cunho etnográfico, que abordou, por meio de observação participante, entrevistas e oficinas, aspectos históricos e atuais sobre a reprodução socioambiental da comunidade. Em suma, buscamos evidenciar como que, a partir dos aspectos ambientais, econômicos, políticos e culturais, a comunidade se territorializa e constrói sua identificação como comunidade remanescente de quilombo. A análise do processo de territorialização da comunidade dos Jorge evidenciou um movimento contraditório estruturante que é atravessado por relações de subordinação ao capital agroindustrial e esforços de autonomização comunitária. A apropriação dos recursos naturais e do trabalho pelas cadeias da siderurgia e papel e celulose se desdobra em efeitos ambientais graves na dinâmica hídrica, localmente atribuídos às monoculturas de eucalipto. Por outro lado, a reprodução de um processo agrícola policultor e de beneficiamento alimentício artesanal, pautados na ajuda mútua, expressam a construção de autonomias. Ainda sem incorporar a discussão da delimitação territorial, dimensão estrutural da pauta quilombola, o autorreconhecimento tem substancializado incidências sociopolíticas históricas, confluindo para os anúncios do território dos Jorges.

Palavras-chave: Campesinato negro. Processo de territorialização. Comunidade Quilombola; Peçanha (MG). Estratégias de reprodução socioambiental.

ABSTRACT

SIMAN, Frederico Magalhães, D.Sc., Universidade Federal de Viçosa, August, 2022. **In Córrego dos Jorges: Agro-Environmental, Ethnic-Racial and Territorial Conflicts in the Socio-Environmental Reproduction of a Quilombola Community in Peçanha, Minas Gerais.** Adviser: Marcelo Leles Romarco de Oliveira.

The theme of this research is the socio-environmental reproduction of the black peasantry in contemporary Brazil. The general objective of the thesis is to analyze the strategies of socio-environmental reproduction in the historical and social experience of the Jorges community, from the agro-environmental, ethnic-racial and territorial conflicts that characterize the contradictions of the survival of the black peasantry in Brazil. Therefore, we seek to address, in a theoretical perspective, the formation of the black peasantry in Brazil and the agro-environmental, ethnic-racial and territorial contradictions that permeate it. In methodological terms, we are based on the proposal of participant research, around which we used qualitative ethnographic research, which addressed, through participant observation, interviews and workshops, historical and current aspects of the socio-environmental reproduction of the community. In short, we seek to show how, from the environmental, economic, political and cultural aspects, the community is territorialized and builds its identification as a remaining quilombo community. The analysis of the territorialization process of the Jorge community showed a contradictory structuring movement that is crossed by subordinate relations to agroindustrial capital and efforts of community autonomy. The appropriation of Natural Resources and labor by the steel, pulp, and paper chains unfolds in serious environmental effects on water dynamics, locally attributed to eucalyptus monocultures. On the other hand, the reproduction of a PolyCultural agricultural process and artisanal food processing, based on mutual aid, express the construction of autonomies. Even without incorporating the discussion of territorial delimitation, the structural dimension of the quilombo community agenda, self-recognition has substantiated historical socio-political incidences, converging to the announcements of the Jorges ' territory.

Keywords: Black peasantry. Territorialization Process. Quilombo Community. Peçanha (MG). Socio-Environmental Reproduction Strategies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotografia 1 – Reunião para a explicação da proposta da pesquisa participante e o exercício da oficina de alinhamento de expectativas	43
Fotografia 2 - Grupos discutindo durante o Círculo de Cultura	43
Fotografia 3 - Jovens apresentando o resultado das discussões	44
Fotografia 4 - Grupo discutindo as questões colocadas pelo Círculo de Cultura.....	44
Fotografia 5 - Apresentação dos resultados das discussões	45
Fotografia 6 - Organização dos temas no Círculo de Cultura	46
Fotografia 7 – Sequência de fotografias da comunidade reunida para a oficina de produção da árvore genealógica.....	48
Fotografia 8 - Registro da árvore genealógica até a terceira geração.....	49
Fotografia 9 - Comunitários reunidos para a oficina de diagnóstico do processo agrícola.....	51
Fotografia 10 - Registros da oficina de diagnóstico do processo agrícola	51
Fotografia 11 - Registros da oficina de diagnóstico do processo agrícola	52
Fotografia 12 - Encontro dos rios Piranga e do Carmo na formação do rio Doce	131
Fotografia 13 - Abertura de covas para plantio de arroz, nov. 2019	240
Fotografia 14 – Semeadura do arroz, nov.2019.....	240
Fotografia 15 - Cobertura das covas, nov. 2019.....	241
Fotografia 16 - Primeira capina no cultivo do arroz.....	242
Fotografia 17 - Segunda capina no cultivo de arroz.....	242
Fotografia 18 - Milho da palha roxa.....	243
Fotografia 19 – Espigas de milho no paiol.....	244
Fotografia 20 - Arroz cacheando, próximo da colheita.....	244
Fotografia 21 - Limpeza do arroz durante a colheita.....	245
Fotografia 22 - Grãos de arroz colhidos	246
Fotografia 23 - Hortaliças cultivadas no brejo	247
Fotografia 24 - Cultivo de abóboras no brejo.....	248
Fotografia 25 - cultivo de alho no brejo	248
Fotografia 26 - Ameixa amarela no quintal.....	250

Fotografia 27 - Bananeiras no quintal	250
Fotografia 28 - Cafezal no quintal	251
Fotografia 29 - Produção do melado	252
Fotografia 30 - capim-carrapicho no processo de purificação do melado.....	252
Fotografia 31 - Pilagem do amendoim com fubá na produção de paçoca.....	253
Fotografia 32 - Armazenamento da paçoca para comercialização	254
Fotografia 33 - Quitandas assando em forno de barro.....	255
Fotografia 34 - Quitoco utilizado para produção de temperos	255
Fotografia 35 - Produção de requeijão em fornalha	256
Fotografia 36 - Forno de tijolo para a produção de carvão vegetal.....	258
Fotografia 37 - Forno rudimentar para a produção de carvão vegetal.....	258
Fotografia 38 - Carvão vegetal	259
Fotografia 39 - Refeição, somente com o macarrão de fora.....	265
Fotografia 40 - Refeição com todos os alimentos do lugar	265
Fotografia 41 - Dádiva da retomada, 2018	265
Fotografia 42 - Dádiva da continuidade, 2022	266
Fotografia 43 - Feira do Fala Quilombo, Itabira	269
Fotografia 44 - Organização para entrega "produtos da CONAB"	269
Fotografia 45 - Produtos no veículo da Secretaria Municipal de Agricultura.....	270
Fotografia 46 - Quitandas comercializadas	270
Fotografia 47 - Cortejo durante encontro das Comunidades Quilombolas, Peçanha.....	276
Fotografia 48 - Reunião do OCDOCE/UNIFEI com a Comunidade dos Jorges	278
Fotografia 49 - Cemitério de São Bento.....	281
Fotografia 50 - Vista do relevo que caracteriza a geografia da comunidade	282
Fotografia 51 - Arrozal no brejo.....	283
Fotografia 52 - Residências e estradas no ambiente ao pé da ladeira.....	283
Fotografia 53 - Terra Alta.....	284
Fotografia 54 - Grota	285
Fotografia 55 - Córrego dos Jorges seco, 2019	289

Fotografia 56 - Faixa de boas vindas durante a festa de comemoração da certificação quilombola, 2018.....	292
Fotografia 57 - Apresentação cultural durante a festa de comemoração da certificação quilombola, 2018.....	293
Mapa 1 - Município de Peçanha.....	127
Mapa 2 - Delimitação da unidade de análise Suaçuí Grande X delimitação.....	128
Mapa 3 - Bacia do rio Doce, onde se destaca a bacia do rio	129
Mapa 4 - Capitania de Minas Gerais nos fins da era colonial, contendo a delimitação da Comarca do Serro Frio	139
Mapa 5 – “Mapa topográfico e hidrográfico da Capitania de Minas Geraes: toda esta capitania he coberta de mattas e só nas comarcas do rio das Mortes, Sabará e Ferro tem manxas de Campo”.....	141
Mapa 6 - Mapa Municipal de Peçanha produzido nos idos do centenário da Independência, 1928	157
Mapa 7 - Mapa Municipal do Serro produzido nos idos do centenário da Independência, 1928	165
Mapa 8 - Recorte de Mapa Estatístico do município de Alvorada de Minas situando a Fazenda Quitungo.....	167
Mapa 9 - Recorte do Mapa Estatístico Municipal de Dom Joaquim, com destaque para Fazenda Baú	169
Mapa 10 - identificação dos municípios associados com os lugares de origem, paranças e assentamentos	177
Mapa 11 - Mapa da bacia do Suaçuí Pequeno destacando a localização do córrego Taquaraçu	179
Mapa 12 - Recorte do Mapa Municipal Estatístico de Guanhães, com destaque para a fazenda Vargem Alegre	185
Mapa 13 - Município de Peçanha, 1939, que apresenta o ribeirão Água Branca e as vias de comunicação próximas à área onde hoje está localizado a comunidade dos Jorges	192
Mapa 14 - Uso e ocupação do solo do município de Peçanha, 1985 e 1995.....	229
Mapa 15 - Uso e ocupação do solo no município de Peçanha, 2005 e 2015.....	229

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 - Síntese das entrevistas da pesquisa de campo de doutoramento.....	40
Quadro 2 - Diversidade de parte dos gêneros e variedades produzidos na comunidade dos Jorges.....	290
Tabela 1 - Produção de milho em série histórica segundo informantes/estabelecimentos, quantidade, e área cultivada.....	224
Tabela 2 - Produção de arroz em série histórica segundo informantes/estabelecimentos, quantidade, e área cultivada.....	225
Tabela 3 - Produção de feijão em série histórica segundo informantes/estabelecimentos, quantidade, e área cultivada.....	225
Tabela 4 - Produção de cana de açúcar em série histórica segundo informantes/estabelecimentos, quantidade, e área cultivada.....	226

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALMG	Assembleia Legislativa de Minas Gerais
APM	Arquivo Público Mineiro
CBH-DOCE	Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce
CEDEFES	Centro de Documentação Eloy Ferreira
Cenibra	Celulose Nipo Brasileira S.A.
Cepal	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CNPT	Centro Nacional de Populações Tradicionais
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
CONSEA	Conselho Nacional Segurança Alimentar e Nutricional
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
NEP/CPDA/ UFRRJ	Núcleo de Estudos do Poder / Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade / Universidade Federal Rural do Rio Janeiro
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DMRD	Divisão Militar do Rio Doce
Emater	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
EUA	Estados Unidos da América
FETAEMG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDENE	Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais
IEF	Instituto Estadual de Florestas
JBIC	Japan Bank for International Cooperation

JBP	Japan Brazil Pulp and Paper Company
N'Golo	Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais
OCDOCE/UNIFEI	Observatório dos Conflitos Rurais do Alto e Médio Rio Doce / Universidade Federal de Itajubá
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PPGER/ UFV	Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural / Universidade Federal de Viçosa
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
SEDESE	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
Ultab	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 NOTAS METODOLÓGICAS.....	26
1.1 Trabalho ontológico, trabalho científico e pesquisa participante	26
1.2 A produção de conhecimento	32
1.2.1 Sobre as técnicas e procedimentos de pesquisa	36
1.2.1.2. Documentação indireta.....	53
2 O CAMPESINATO NEGRO EM QUESTÃO: a conflitualidade étnico-racial e agroambiental	55
2.1 Campesinato: uma categoria esquiva.....	58
2.1.1 Campesinato como categoria sociológica/econômica.....	60
2.1.2 Campesinato como categoria política/ideológica.....	66
2.1.3 Campesinato como categoria antropológica/cultural	73
2.2 Povos e comunidades tradicionais: a “ambientalização” do campesinato brasileiro.....	79
2.2.1 Da difícil definição: entre tipologias enquadrantes e enquadramentos em tipologias	80
2.2.2 Saber ambiental e conservação da biodiversidade	83
2.2.3 Subversão territorial e entrave à mercantilização da terra	84
2.2.3 Relações interétnicas e subordinação do trabalho.....	86
2.3 Comunidades de quilombo: passado e presente de uma luta.....	88
2.3.1 Das plantations aos quilombos: resistência dos escravizados, emergência do campesinato negro no Brasil	88
2.3.2 Ressemantização do quilombo: o quilombismo de Abdias Nascimento e a conquista de direitos das comunidades remanescentes de quilombo	92
2.4 Considerações finais	96
3 CONTRADIÇÕES DA REPRODUÇÃO SOCIOAMBIENTAL DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: as conflitualidades agroambiental, territorial e étnico-racial	97
3.1 Acumulação primitiva, pilhagem territorial e superexploração do trabalho.....	98
3.2 Questão agrária e conflitualidade.....	102
3.3 Conflitualidade territorial: entre pilhagens e processos de territorialização.....	112
3.4 Conflitualidade étnico-racial: genocídio, pilhagem e superexploração da força de trabalho.	117

3.4.1 Racismo e exclusão contra negros no Brasil.....	119
3.4.2 A luta contínua: conflitualidade, conflitos e comunidades quilombolas no Brasil	123
3.5 Palavras finais	126
4 A NATUREZA DOS JORGES: ambiente, lutas e libertação	127
4.1 A unidade de análise	127
4.2 O Vale do rio Doce: aspectos ambientais	130
4.3 A ocupação humana no Médio Rio Doce: registros pré-coloniais.	134
4.4 A conquista do Rio Doce: processo de ocupação e conflitos interétnicos.....	136
4.5 A origem de Peçanha e seu lugar nos conflitos interétnicos.....	139
4.6 Relações e conflitos interétnicos na Mata do Peçanha	145
4.7 As mudanças territoriais na Mata do Peçanha nos séculos XIX e XX: transformações sociodemográficas nos sertões do Rio Doce e na Comarca do Serro Frio.	152
4.8 Comunidade dos Jorges: os progenitores e a origem do grupo familiar.....	159
4.8 As marcas da libertação: a memória sobre o tempo da escravidão	170
4.9 Terra para liberdade: memória sobre o processo de deslocamento e suas paranças.....	173
4.10 Considerações finais	193
5 O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DA COMUNIDADE DOS JORGES: conflitualidades agroambientais, étnico-raciais e territoriais	194
5.1 Adaptação ambiental, fundamentação econômica e emergência política: a 1ª fase do processo de formação da comunidade dos Jorges de Água Branca.....	196
5.1.1 O território: adaptação e usos.....	196
5.1.2 A base da reprodução socioambiental: a constituição de uma comunidade agrícola.	200
5.1.3 Das mãos que juntas lavram o chão: reciprocidade e ajuda mútua na produção da vida	202
5.1.4 Da produção para si: autoconsumo e autonomia camponesa	213
5.1.5 Daquilo que se troca: relações comerciais numa economia de baixa monetarização	215
5.1.6 Juntando a turma: o potencial aglutinador e a emergência de uma força política e social.....	217
5.2 Autonomia e subordinação da produção do território: a segunda fase do processo de formação da comunidade dos Jorges.....	218
5.2.1 Das forças homogeneizantes: inserção subordinada em cadeias globais e mudança agroambiental.	219

5.2.2 A teimosia: adaptação e reprodução da economia camponesa nos Jorges.....	235
5.2.3 As mãos que constroem: mudança social e trabalho coletivo.....	261
5.2.4 Os mantimentos para a despesa: autoconsumo e segurança alimentar	264
5.2.5 Entre cadeias mundiais e feiras locais: as relações de troca na comunidade dos Jorges	267
5.2.6 A luta contínua: sindicalismo, associativismo e organização quilombola.....	271
5.3 Território dos Jorges: ancestralidade, usos e contradições	278
5.3.1 Criação e recriação de um território ancestral.....	278
5.3.2 As formas de apropriação do território	281
5.3.3 As contradições da sobrevivência camponesa no território	285
5.3.4 Os anúncios do território	289
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	295
REFERÊNCIAS	302

INTRODUÇÃO

O tema que abriga esta tese é a reprodução socioambiental do campesinato negro no Brasil contemporâneo. A grande questão que nos move no escopo de um tema tão amplo pode ser apresentada da seguinte forma: diante da reconfigurações das economias mundial e brasileira, transcorrida ao longo da século XX, cujas contradições se expressam na intensificação do ataque aos direitos étnico-raciais e territoriais das comunidades remanescentes quilombos, indígenas e demais povos e comunidades tradicionais, como se desenvolve a reprodução socioambiental da Comunidade Quilombola dos Jorge de Água Branca, no município de Peçanha-MG, e em que sentido esse caso em específico contribui para a compreensão das conflitualidades¹ agroambiental, étnico-racial e territorial das comunidades rurais negras no Brasil contemporâneo.

Em termos específicos, a pesquisa que diz respeito às diversas estratégias de sobrevivência empreendidas na comunidade quilombola dos Jorge, em unidades grupais (familiares, vizinhança, profissionais etc.) e domésticas (famílias nucleares), frente à dialética dominação-resistência - vivenciadas pelas comunidades quilombolas no Brasil e a subjacente situação de crise (ambiental, econômica, política-institucional) considerada em suas variadas escalas de impacto e interação. Nesse sentido, as estratégias de sobrevivência e práticas correlatas são acessadas tanto no campo material (objetivo) quanto no campo simbólico (subjetivo), cuja interação dialética é estruturante. Se manifestam, dessa forma, nos diversos processos econômicos, nos deslocamentos populacionais, na criação e recriação de conhecimentos e técnicas, nas lutas por reconhecimento e valorização étnico-racial, social, de gênero e geração, na organização de associações políticas, nos processos educativos formais e informais, nas socioabilidades intracomunitárias e intercomunitárias, nas práticas religiosas, enfim, nas diversas dimensões da vida que ao longo do processo histórico, mesmo sob contradições, por

¹ O uso do conceito conflitualidades para o estudo desta e outras situações históricas semelhantes, bem como a sua análise desde os recortes agroambientais, étnico-raciais e territoriais, tem a sua originalidade remetida às discussões desenvolvidas pelo e no contexto do Núcleo de Estudos do Poder (NEP), coordenado pelo professor Andrey Cordeiro Ferreira no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade / Universidade Federal Rural do Rio Janeiro (CPDA/UFRRJ).

vezes quase insustentáveis e radicais, perpassam o movimento dinâmico e controverso da reprodução da condição camponesa das comunidades negras rurais.

Numa perspectiva ampla, dada a dimensão estrutural das conflitualidades, a pesquisa trata da resistência e existência do campesinato no Brasil, particularmente o campesinato negro que, na atualidade, se protagoniza através do autorreconhecimento quilombola. Nesta escala ampliada, a preocupação central é compreender como que este campesinato vem lidando com a reconfiguração da economia política das últimas décadas, que se expressam nos contextos de crise vivenciados no espaço agrário e político-institucional brasileiro, em especial se tratando: da crise econômica mundial, seus reflexos regional e nacional; da crise ambiental, em suas expressões global e local; da crise político-institucional que atravessa a sociedade brasileira como um todo.

Não temos a menor dúvida que estes contextos de crises, embora conceitualmente separados e diferenciados devido as manifestações de problemas e conflitos de naturezas distintas, encontram convergência numa instabilidade mais ampla que se traduz na crise da reprodução ampliada do capital contemporâneo. Ao nosso entender, essa crise do capital possui características sistêmicas, influenciando em toda a economia mundial, tendo como principal consequência a intensificação e a ampliação da superexploração do trabalho e da natureza que, em escala nacional, irrompe novos desafios em relação à questão agrária e à reprodução social do campesinato etnicamente e racialmente diferenciado.

Não pretendemos aqui, por questões de limitações de tempo e até mesmo intelectuais, desenvolver uma pesquisa de tese que discuta minuciosamente e explique os três tipos de contextos de crise aos quais estamos nos referindo. A preocupação central da tese perpassa as estratégias de reprodução social do campesinato, todavia, frente às reconfigurações econômicas e dos contextos de crise, considerando os aspectos multifatoriais e multiescalares das lutas por sobrevivência dos grupos sociais estudados e também das instabilidades estruturais discriminadas. Assim, a abordagem dos contextos de crise se dá, no estudo proposto, de forma articulada com a discussão sobre as conflitualidades agroambientais, territoriais e étnico-raciais. Ou seja, são tratados como aspectos fundamentais do contexto social de reprodução do campesinato negro, mas não de forma exclusiva e inexorável. As dinâmicas econômica, social, política e ambiental local, são, pois, o domínio privilegiado da pesquisa primária da tese. Essa opção metodológica se refletiu na coleta e apresentação dos dados. Se as reconfigurações das economias mundial e nacional e a irrupção de crises foram tratadas, sobretudo, a partir de

discussões teórico-conceituais e dados secundários, a abordagem da reprodução socioambiental em escala local concentrou os esforços em produção de dados e sua apresentação inédita.

A produção desta tese se fundamentou no materialismo histórico e dialético, assim, numa perspectiva processualista, que busca compreender a mudança social a partir das contradições sistêmicas, expressas nos estudos críticos estruturais e conjunturais. Assim, recorremos a tradições e linhas teóricas que dialogam, nesse sentido, com a economia política latino-americana, a ecologia política, a sociologia das conflitualidades e a história ambiental latino-americana.

O trabalho de investigação consistiu num estudo de caso. Ou seja, uma estratégia de pesquisa que implica na descrição densa, minuciosa e detalhada de uma situação socioambiental específica. Todavia, do ponto de vista analítico, não se limita ao contexto singular. Sua relação de interconexão e interdependência com situações socioambientais variadas, de escalas temporais e espaciais múltiplas, requer uma perspectiva analítica sistêmica. Dessa forma, a partir de um contexto particular, buscamos discutir teorias e construir possibilidades analíticas para compreender um fenômeno de ampla envergadura. Visamos, assim, estudar, de forma pormenorizada, as conflitualidades subjacentes à reprodução socioambiental da Comunidade Quilombola dos Jorges de Água Branca e, a partir da sua análise, indicar linhas interpretativas mobilizáveis para a compreensão das contradições da sobrevivência do campesinato negro brasileiro.

Nessa perspectiva, em consonância com a reflexão de Yan (2001), não se busca generalizar a situação social dos Jorges para o universo do campesinato negro no Brasil, mas sim, as determinadas análises que podem ser desenvolvidas em situações socioambientais de aspectos coincidentes, como, por exemplo, outras comunidades quilombolas. Temos consciência dos limites desta operação metodológica, que tende a simplificar um contexto amplo substancialmente diverso, ainda mais se tratando do território brasileiro, cujas diferenças e disparidades regionais são extremamente acentuadas. Todavia, acreditamos que possa ser um recurso válido e profícuo a partir do momento em que há uma interlocução sistemática entre o estudo de caso, os dados secundários sobre o contexto mais amplo recortado e o arcabouço teórico-conceitual adotado.

É importante destacar que esta pesquisa está ancorada em uma trajetória de investigação sociológica e de um processo de amadurecimento de relação, colaboração e coprodução entre o autor e os interlocutores. O trabalho na comunidade se iniciou em 2013, no contexto da

pesquisa empírica empreitada para a elaboração da dissertação de mestrado, pelo CPDA/UFRRJ, intitulada “Nas matas de Peçanha: campesinato e fomento florestal no processo de mudança agroambiental (2015)”. Naquela pesquisa foi abordado o processo de mudança agroambiental na região de clima frio do município de Peçanha, e situada, neste movimento, a substituição da floresta por áreas de cultivo e monoculturas de eucalipto, bem como as relações econômicas em torno do chamado Programa Fomento Florestal².

Desde a primeira visita mantivemos interação direta e remota com os comunitários³ e lideranças, desenvolvendo uma relação de confiança mútua e reciprocidade a partir da decantação dos distintos sentidos e objetivos que permeavam nossos encontros. Em 2016, após a defesa da dissertação, fizemos um retorno para apresentação dos resultados da pesquisa. Este foi um momento de guinada na relação entre pesquisador e pesquisados⁴, e entre pesquisados e a pesquisa, cujos sentidos modificaram não só para os comunitários, mas também para o autor proponente.

Neste contexto, levamos o que, ao nosso ver, seria os principais resultados da pesquisa. Como a investigação se propunha a analisar o papel do Programa Fomento Florestal no processo de mudança agroambiental, apresentamos como principal resultado as conclusões em torno dessa temática. Assim, então, destacamos a importância da consolidação das monoculturas arbóreas na região para o desmatamento massivo da floresta atlântica, as transformações nas relações de trabalho, a introdução dos plantios de eucalipto nas comunidades e a apropriação da renda da terra e dos valores do trabalho nas operações da relação contratual entre a Cenibra e o campesinato “fomentado”.

Como resultado secundário, mas não menos relevante, expusemos as conclusões circunscritas à pesquisa histórica. Ela evidenciava os aspectos socioculturais, socioeconômicos, sociopolíticos e socioambientais de uma comunidade negra rural, cujos os ascendentes eram

² A pesquisa empírica realizada abrangeu quatro localidades (córregos) da parte Sul do município de Peçanha. Não obstante ter-se conhecido e realizado levantamento de informações e dados históricos sobre as dinâmicas econômico-produtiva e ambiental atual das quatro comunidades, a comunidade dos Jorge foi palco de uma vivência mais estreita, se tornando local de pesquisa privilegiado, relação que se tornou ainda mais pertinente quando, ao longo da pesquisa, ela foi se evidenciando enquanto um “polo” agregador e dinamizador das demais.

³ Comunitários aqui refere-se aos integrantes da comunidade, no sentido trabalhado por Aderval Costa Filho.

⁴ Utilizamos a dicotomia pesquisador – pesquisado não por defende-la, mas por expressar uma perspectiva um tanto estrutural em que buscamos problematizar a partir da pesquisa de tese. A menção da modificação dos sentidos se remete, justamente, ao questionamento de uma relação hierarquizante e positivista, reproduzida, ainda, durante a pesquisa da dissertação.

trabalhadores de origem africana (e mais tarde viemos a saber que indígena) submetidos a condição de escravidão no Brasil. Também elucidava que seus descendentes forjaram uma estratégia de formação e reprodução familiar fundamentada no processo de alcance da liberdade por meio da conquista da terra. Esses dados e reflexões foram desenvolvidas no capítulo da dissertação “Nas Matas de Peçanha: a formação do campesinato na zona fria do município de Peçanha”, e sistematizadas e solidificadas no artigo “Terra e Liberdade: o deslocamento de grupo de parentes na primeira metade do século XX e a formação do campesinato na zona fria do município de Peçanha (2016)”, publicado pela Revista de Desenvolvimento Social – Unimontes.

As reflexões em torno da compreensão e caracterização da comunidade a partir das noções de comunidade negral rural, comunidade quilombola, povos e comunidades tradicionais, e demais categoriais analíticas que dissessem respeito à sua historicidade e territorialidade, externalizadas objetivamente na apresentação dos resultados da pesquisa de dissertação, foram determinantes para uma guinada no processo de pesquisa e interlocução com a comunidade e suas lideranças, pois condicionou a trajetória futura do processo de investigação sociológica e ação sociopolítica.

Isso já se expressou nos esforços posteriores direcionados a continuidade do trabalho de pesquisa e intervenção sociocultural. Em 2017 disponibilizei uma proposta de pesquisa ao Programa de Antropologia Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que não obteve aprovação. Neste documento, já evidenciávamos a guinada e complexificação do escopo de pesquisa, pois projetávamos uma análise processual e sistêmica do processo de mudança agorambiental experienciada pela comunidade e delimitava a temática da etnicidade como fundamental na discussão teórico-metodológica. Ainda nesta proposta, mesmo que timidamente, já anunciava os ensejos de se lançar mão de métodos de pesquisa de caráter intervencionista, como oficinas voltadas ao diagnóstico participativo.

No mesmo ano, após um intenso e curto período de trabalho com os atingidos pelo rompimento da Barragem da Samarco em Mariana, submeti o projeto de continuidade de pesquisa com a Comunidade dos Jorge ao Programa de Pós-graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa (PPGER/UFV), obtendo, então, aprovação. O projeto encaminhado nesse contexto, em relação ao anterior, avançava ainda mais em termos de amadurecimento de temáticas de fronteira, agora tratadas com maior ênfase, bem como em relação as opções metodológicas. A proposição enviada para o PPGER/UFV trazia, assim, explicitamente, o

debate sobre a pauta quilombola e a opção detida por uma etnografia inspirada na pesquisa participante, operacionalizada, de forma significativa, por técnicas de diagnóstico participativo e postura interventiva.

Isso decorreu do próprio processo de mudança sociopolítica comunitária, absorvido pelas permanentes conversas por telefones com lideranças locais. Por variáveis fatores que envolvem o autorreconhecimento étnico-racial, o amadurecimento da pauta quilombola na comunidade foi sendo externalizado por lideranças e incorporados às agendas da investigação sociológica e intervenções sociopolíticas da pesquisa.

Em suma, da relação de pesquisa brevemente esboçada, podemos afirmar que estamos tratando de uma pesquisa participante⁵, que consistiu num processo de investigação e produção compartilhada do conhecimento, que zelou pela troca de saberes e visou questionar a relação sujeito-objeto, pesquisador-pesquisado, das pesquisas sociais convencionais, bem como casar investigação científica com intervenção sociopolítica pretensamente planejada. Acreditamos que esta perspectiva metodológica não só permitiu uma rearticulação das relações pesquisador-pesquisado e educador-educando, mas favoreceu, substancialmente, o processo de compreensão das relações e dinâmicas sociais abordadas, pois trouxe à tona conhecimentos e saberes localizados⁶ e situacionais⁷. Em termos de implicações locais, concebemos que a pesquisa participante tendeu a favorecer o autoconhecimento e a coesão comunitária, ampliando a autoestima coletiva, o que pôde refletir positivamente nos processos de reivindicação de direitos e reconhecimento sociopolítico. No que tange a intervenção planejada, prática imanente da pesquisa participante, acreditamos que tenha sido uma forma de dar instrumentalidade aos resultados da pesquisa e aproximar a universidade do cotidiano do povo brasileiro. Assim, de cumprir o dever da pesquisa no campo da extensão rural ao buscar coerência com a natureza prática desta área do conhecimento e a sua ação profissional.

As pretensões iniciais da pesquisa-ação não foram totalmente satisfeitas, em muitos sentidos, devido ao tempo pandêmico que enfrentamos durante a produção da tese. Por sorte, parte substancial do planejamento de produção e levantamento de informações foi levada à cabo até

⁵ Incorporamos a pesquisa participantes no processo de produção da tese sobretudo a partir das contribuições de Carlos Rodrigues Brandão (1985).

⁶ Ver Arturo Escobar (1999).

⁷ Ver Donna Haraway (1995).

março de 2019, quando a OMS decretou a pandemia de COVID 19. Todavia, entrevistas, oficinas e coletas documentais deixaram de ser feitas, acarretando em lacunas que são perceptíveis na descrição etnográfica, em especial, na caracterização territorial. Para além dos prejuízos aos exercícios de investigação primária, *strictu sensu*, a pandemia, como todos que com ela conviveu, capturou as noções de espaço e tempo, ocasionando uma desorganização de projetos pessoais e profissionais diante das restrições de mobilidade e interação social, bem como o estreitamento dos horizontes de futuro. Não estivemos imunes à essas adversidades, que interferiram excessivamente nos estímulos e disposições para reflexões, debates e escritas em geral. O compromisso político-pedagógico com a comunidade foi, sem dúvida, fator fundamental para seguirmos e, assim, finalizarmos este empreendimento.

As justificativas deste trabalho de tese são multifacetadas e multidisciplinares tanto como consideramos pertinente ser qualquer abordagem sobre a reprodução socioambiental do campesinato.

Por se tratar de um campesinato negro, que inicia mobilização em torno da questão quilombola, a elucidação do processo de formação da comunidade dos Jorges e suas dimensões socioculturais e socioterritoriais, quando vindas de forma participativa, podem trazer elementos potencializadores do ponto de vista do autorreconhecimento, valorização social e reivindicação de direitos. Há uma demanda da comunidade, em especial através de suas lideranças, em ampliar a discussão sobre a ancestralidade negra e a pauta quilombola. Os espaços de discussão compartilhada, assim como os resultados sistematizados dos mesmos e do levantamento histórico com as gerações mais antigas vem se mostrando contributivas para uma maior apropriação do debate sobre autorreconhecimento e potencializadora das ações políticas “intra”, “entre” e “extra” comunidade.

Numa outra dimensão, também por se tratar de um campesinato negro, a compreensão do processo multifacetado de formação econômica e social permite evidenciar as contradições históricas e estruturais, seja a nível local, seja a nível global (entenda-se nacional), quando abordadas a questão agrária, a questão racial e a questão ambiental expressas nas experiências econômicas, sociais e políticas da comunidade.

Também permite trazer luz a um processo de genocídio e exclusão racial que acompanha toda a história de formação do Estado brasileiro, como bem aponta Abdias Nascimento (2016), e como a luta do movimento negro, ontem e hoje, contribui para seu enfrentamento. Nesse

sentido, tem o potencial de visibilizar a luta quilombola nesse cenário, evidenciando as potencialidades e desafios da luta antirracista e territorial no Brasil contemporâneo.

Como se trata de agricultura camponesa, a relevância da tese se estrutura também em torno da questão agrária brasileira, tida como morta pelos ideólogos do *agribusiness* (BUINAIN et al., 2014). Configurando uma estrutura fundiária extremamente desigual, o campo brasileiro é no contexto atual palco de uma potente investida de segmentos ultraconservadores e liberalizantes, que ameaçam e investem verdadeiros massacres sob territórios tradicionais e camponeses, os recursos naturais, a biodiversidade e a soberania nacional (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, CPT, 2018; 2021). A realização de estudos que contemplem a complexidade do campesinato, e a sua interação particular com a natureza, torna-se, pois, um instrumento de valorização social e também de subsídios em políticas públicas de reconhecimento, efetivação de direitos e proteção da vida.

Acentuamos, também, que os problemas ambientais articuladamente tomados a partir da noção de crise ambiental, em termos globais e locais, requerem respostas da academia, tanto para explicá-los, quanto para contribuir em suas resoluções e mitigações. Para tal, é necessário entender o comportamento humano frente a essas mudanças. Expressos em termos materiais e organizacionais, os chamados conhecimentos tradicionais produzidos e reproduzidos por povos e comunidades tradicionais, a exemplo da comunidade dos Jorge, embora imersos em estratégias de reprodução social contraditórias, são concebidos atualmente como formas de lidar com a natureza numa perspectiva mais simétrica, com visões, técnicas e práticas menos predatórias e insustentáveis (DIEGUES, 2001; SIMAN; OLIVEIRA, 2019). A articulação desses saberes com a ancestralidade territorial e os direitos a ela associados torna-se um instrumento de fortalecimento dos grupos sociais que historicamente viveram à margem do Estado Nacional, e não obstante as garantias constitucionais e legais, são alvo de violações sistemáticas por parte de determinados segmentos públicos e privados que os veem como entraves ao desenvolvimento econômico e à acumulação capitalista, e empreendem diversas estratégias de subtraí-los social e territorialmente (ALMEIDA, 2010).

Por fim, cabe ressaltar que as comunidades quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais do vale do rio Doce, em especial no seu curso médio e alto, são pouco conhecidos pela academia, órgãos públicos e sociedade civil (SANTOS, 2018), com exceção dos grupos indígenas que ali vivem. É uma região de fronteira que teve um processo de ocupação particular e relativamente recente (ESPÍNDOLA, 2005), o que possibilita acessar muito dos aspectos

históricos constitutivos recorrendo-se à memória. O crime da Samarco, em 2015, evidenciou o processo sistemático de degradação e violação de direitos na Bacia que, vista por investidores apenas como uma fronteira aberta de abundantes recursos naturais, precisa ser protegida e ressignificada no sentido da construção de alternativas econômicas à mineração, silvicultura e pecuária predatória e excludente.

Em síntese, a partir da contextualização da problemática que envolve a pesquisa desenvolvida, manifestamos que o objetivo geral da tese consiste em **analisar as estratégias de reprodução socioambiental na experiência histórica e social da Comunidade dos Jorges, a partir das conflitualidades agroambiental, étnico-racial e territorial que caracterizam as contradições da sobrevivência do campesinato negro no Brasil.**

Para tanto, sintetizamos os caminhos de pesquisa a partir dos seguintes objetivos específicos:

- 1) Discutir e analisar o processo de formação social e econômica das comunidades quilombolas no Brasil a partir das discussões sobre o campesinato, povos e comunidades tradicionais e comunidades remanescentes de quilombo.
- 2) Discutir e analisar as conflitualidades agroambiental, territorial e étnico-racial que envolvem as comunidades quilombolas e subjazem a reconfiguração econômica e política das duas últimas décadas.
- 3) Descrever e analisar a apropriação da natureza e da força de trabalho étnica e racialmente diferenciada no processo de conquista do vale do Rio Doce, e sua incorporação ao sistema mundial capitalista, focando nas conflitualidades étnico-raciais configuradas na região da Mata do Peçanha, na bacia do Suaçuí.
- 4) Apresentar e analisar, a partir de dados primários e secundários, o processo de conquista da terra na formação da comunidade dos Jorges.
- 5) Apresentar e analisar, a partir dos dados etnográficos, os processos de trabalho agrícola e doméstico, produção e comercialização, organização sociopolítica e acesso às políticas públicas, organização territorial e manejo dos recursos naturais, que versam sobre as conflitualidades da reprodução socioambiental do grupo e se apresentam elucidativos em relação ao campesinato negro no Brasil.

Deste modo, esta tese está organizada em cinco capítulos, além desta Introdução e das Considerações finais. No Capítulo 1, **Notas Metodológicas**, abordamos o arcabouço

metodológico que fundamenta o processo de pesquisa, dando ênfase as bases epistemológicas e aos procedimentos de investigação sociológica.

No Capítulo 2 trazemos uma discussão sobre o sujeito de pesquisa. Nesse meandro, trazemos aspectos genéricos da categoria campesinato, promovendo um diálogo sobre sua ambientalização por meio da noção de povos e comunidades tradicionais. Por fim, abordamos o campesinato negro etnicamente transfigurado nas comunidades rurais remanescentes de quilombo contemporâneas.

As conflitualidades agroambientais, territoriais e étnico-raciais que envolvem a reprodução socioambiental do campesinato negro no Brasil formam o centro de discussão do Capítulo 3. Discutimos a centralidade da questão agrária para compreensão deste processo, que possui condicionalidades estruturais acessadas por meio de das análises históricas e processuais das contradições subjacentes à sobrevivência camponesa. Das conflitualidades agro-ambientais, focamos nas lutas camponesas por terra e território, assim como os conflitos ambientais que as envolvem. As conflitualidades territoriais são refletidas a partir do elemento étnico que permeia os processos de territorialização. Já as conflitualidades étnico-raciais são expressadas através das relações de exclusão e violência contra as pessoas negras no Brasil e a luta quilombola.

O Capítulo 4 tem como foco a espacialização e historização dos contextos ambiental e social de emergência da comunidade dos Jorges. Assim, situamos o rio Doce, a floresta atlântica e a sua incorporação no processo de acumulação, com suas relações e conflitos interétnicos característicos. A partir desse esforço, buscamos evidenciar alguns fatores históricos que concorrem para o surgimento do organismo comunitário em Peçanha, para então, descrever e analisar, a partir da memória coletiva, a ancestralidade, movimentos e ações que caracterizam a formação do atual território quilombola.

Por fim, o Capítulo 5 aborda a descrição e a análise sobre o movimento das conflitualidades no processo de territorialização da comunidade dos Jorges. A partir de uma divisão temporal em duas fases, abordamos as dinâmicas ambientais, agrícolas e políticas do processo histórico comunitário, dando ênfase aos aspectos constitutivos da reprodução socioambiental das unidades domésticas e corpo comunitário no processo de mudança social. Assim, focamos nas relações sociedade-natureza mediada pelo trabalho, nos movimentos de construção de um território familiar e nas articulações e incidências sociopolíticas dos Jorges.

1 NOTAS METODOLÓGICAS

Nesta nota metodológica, articulamos as dimensões amplas e restritas da pesquisa socioambiental, isto é, a amarração entre uma discussão teórico-metodológica a respeito das bases epistemológicas que orientam o processo de investigação proposto e a delimitação de procedimentos de investigação bibliográfica e coleta, produção e análise de dados no contexto do trabalho de campo.

Na trilha de Maria Cecília Minayo (2004, p.16), “[...] entendemos por metodologia o caminho do pensamento e da prática exercida na realidade. Nesse sentido, a metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está sempre referida a elas”. A metodologia, assim tratada, conforma, ao mesmo tempo, concepções teóricas de abordagem de determinado problema e objeto de pesquisa, técnicas e instrumentos de investigação da complexidade social recortada.

A metodologia que utilizamos visa contemplar as linhas teóricas e procedimentos de investigação socioambiental primordiais para a instrumentalização da dinâmica busca pelo alcance da finalidade central da tese. Assim, antes de adentrarmos nos procedimentos de pesquisa propriamente ditos, apresentaremos categorias e movimentos do saber fundamentais para a coleta e a análise dos dados.

1.1 Trabalho ontológico, trabalho científico e pesquisa participante

Do ponto de vista epistemológico, partimos do materialismo histórico e dialético manifesto por Marx e Engels (2009), segundo o qual a produção de conhecimento está associada à dimensão ontológica, o que implica na compreensão de que o fazer científico está relacionado com o processo de formação do ser social, seja da pessoa que se propõe a pesquisar, seja daquela que habita, constrói e interpreta o processo social investigado.

Na leitura do materialismo histórico e dialético, a produção das condições materiais de existência, mediadas pelo trabalho e pela técnica é intrínseca ao mundo das ideias, crenças e cosmovisões. “A produção das ideias, das representações, da consciência está em princípio diretamente entrelaçada com a atividade material e o intercâmbio material dos homens, linguagem da vida real” (MARX; ENGELS, 2009, p. 31). Não há, nesse sentido, a separação entre a dimensão material, desenvolvida pela técnica mobilizada pelo trabalho, e a ideologia. Tais dimensões são duas faces do mesmo processo, inseparáveis e confluentes. Essa perspectiva

metodológica se expressa, também, na conformação do trabalho de pesquisa. Como bem assinala Álvaro Viera Pinto (1979, p. 313):

A suposição de uma pesquisa científica ou de uma ciência experimental sem tendências subjetivas, sem reflexos e condicionamentos sociais pertence ao reino da fantasia. O que pode haver, sendo infelizmente muito frequente, é a ignorância de tais condicionamentos por parte do pesquisador.

Isso não é o caso do nosso esforço de pesquisa, dado que assumimos aqui uma metodologia de pesquisa participante, cuja neutralidade é explicitamente negada, não obstante o zelo pelo rigor metodológico.

Na interpretação de Marx e Engels (2009), há uma correlação entre domínio material e dominação ideológica. A ideologia, no sentido refletido por eles, torna-se, então, o conjunto de ideias, valores, comportamentos, conhecimentos, representações, signos e símbolos mobilizados pelas classes dominantes no processo de dominação e apropriação material. Este conjunto “espiritual”, em processos de subjugação, acaba sendo “introjetado” e reproduzido pelas classes dominadas, que se veem alienadas das suas reais condições de existência, em termos objetivos e abstratos.

Mas, para fins da pesquisa que propomos, em que a experiência sociológica e o conhecimento do campesinato negro e de suas lideranças são nevrálgicos para a compreensão dos processos de mudança agroambiental, tão importante quanto a compreensão de que a dominação material está entrelaçada à dominação ideológica, é o entendimento de que “todos são filósofos” e de que todas classes possuem seus intelectuais, conforme elaborado por Gramsci (1978)

Na perspectiva de Gramsci (1978), existe uma “filosofia espontânea”, da qual todos são dotados. Esta filosofia está expressa na linguagem, suas noções e conceitos que refletem suas substâncias; no senso comum e no bom-senso; na religião das massas e nos sistemas de crenças, superstições, e na cosmovisão e comportamentos explícitos presentes naquilo que convencionalmente é classificado como “folclore”.

Em termos associativos, podemos pensar que a “filosofia espontânea” refletida por Gramsci (1978) se expressa via conhecimentos tradicionais, ciência popular, religiosidades e sociabilidades que comportam relações particulares entre sociedade e natureza. Todavia, a “filosofia espontânea” é, para o autor, restrita, não alcançando a universalidade das filosofias que carregam as concepções de mundo hegemônicas. O reconhecimento de uma filosofia espontânea e de seus intelectuais orgânicos forneceram bases metodológicas nevrálgicas para a unidade entre pesquisa e ação social.

A produção do saber sociológico na América Latina, experiência geohistórica⁸ singular marcada pela colonização territorial e ideológica - desenvolvida por uma conflitualidade intrínseca à emergência e à consolidação do capitalismo como um sistema econômico mundial-, e pela dependência epistemológica das elaborações europeia-estadunidense e imperialistas, dentro e fora dos espaços acadêmicos, foi desafiada por metodologias de investigação participativas que se desenvolveram como resistência aos mecanismos de dominação, inferiorização e universalização.

Este tipo de pesquisa social, dentre as diversas denominações, teve na designação “pesquisa participante” a mais consagrada. A pesquisa participante, investigação militante, pesquisa-ação, investigação-ação, pesquisa participativa, entre outros derivativos, se constitui como um método de pesquisa que, unindo teoria e prática, busca subverter os papéis convencionais entre quem propõe a pesquisa e a desenvolve no meio acadêmico e quem vive e experiência do universo pesquisado, podendo ser mais ou menos inclusivo, mais ou menos emancipatório.

Em termos históricos, a emergência das experiências de pesquisa participante se dá no contexto mais amplo da crítica terceiromundista ao paradigma ou teoria da modernização, empreendidas em todo o globo, em especial, desde o Sul Global. A teoria/ideologia da modernização singulariza o processo de mudança social a partir da noção de progresso, fundamentada numa perspectiva que afirma uma aritmética social na qual as transformações sociais desejáveis são realizadas por um acúmulo progressivo de arranjos tecnológicos, caracterizados pela alta produtividade, bem como por meio de relações sociopolíticas imputadas à civilidade ocidental. Uma teoria que ignora as contradições estruturais entre a periferia e o centro do sistema mundial capitalista, e também a diversidade de formas de se relacionar com a natureza e com os outros.

Tendo suas primeiras experiências registradas na década de 1960 na Ásia, África e América Latina, a Pesquisa Participante passou a ser alvo de interesse no Brasil somente na década de 1970 (DEMO, 2008⁹ apud FAERMAN, 2014), talvez pelo “isolamento” propiciado pelo regime militar e o choque com a teoria da modernização, norteadora do período autoritário. As primeiras iniciativas que fundamentaram esse modelo de investigação social estão circunscritas

⁸ Remete-se ao conceito de geohistória de Fernand Braudel, em que se conjuga tempo e espaço para analisar a relação entre sociedade e natureza Cf. Ribeiro (2017).

⁹ DEMO, P. **Pesquisa Participante**: saber pensar e intervir juntos. 2. ed. Brasília, DF: Liber, 2008.

ao campo da Educação, tendo na figura de Paulo Freire, brasileiro que, entre as décadas de 1960 e 1970, viveu exilado no Chile, uma personagem central. Na década de 1960, Freire, no campo da Educação Popular, se inspirou - em interação com o campesinato peruano e chileno - pela “investigação temática”, prática que subsidiou suas reflexões sobre a importância do “universo temático significativo” e os “temas geradores” nos processos educativos. “Subjazia a esta proposição um pressuposto específico: o de que qualquer ação educativa deveria ser entendida como um ato de produção de conhecimentos em consonância com a realidade e a situação do campesinato” (GAJARDO, 1985, p. 18).

Na década de 1970, por uma vertente mais sociológica do que educacional, registra-se o nascimento da noção de investigação-ação para caracterizar métodos de pesquisa fundamentados em perspectivas participativas, severamente críticos aos postulados teórico-metodológicos consagrados nas ciências sociais. O principal expoente desse movimento é o sociólogo colombiano Orlando Fals Borda, cujas preocupações centravam-se nos estudos históricos e sociais das camadas pobres e marginalizadas, e na articulação entre pesquisa e ação social junto a organizações sociais de seu país (GAJARDO, 1985). Fals Borda (1983) deu status de ciência ao conhecimento popular, distinguindo-o da ciência dominante. Nas palavras do autor,

Nesse sentido, podemos distinguir e articular uma voz e um know-how até agora reprimidos pela predominância da ciência clássica, cujos avanços hoje nos preocupam e seduzem. De fato, há uma fonte de sabedoria e tradição que, em sua aparente simplicidade, nos oferece as pistas e mesmo as respostas para a crise social atual. Iremos nos referir a essa fonte de sabedoria e tradição como “ciência popular” ou “ciência do homem comum” (FALS BORDA, 1983, p.43).

Para Fals Borda (1983), mais do que uma preocupação com o produto final científico (objetos, leis, artefatos, princípios, paradigmas, teses etc.), devemos centralizar a análise no processo de produção do conhecimento científico, o que inclui o questionamento sobre a própria definição de ciência consagrada pela comunidade científica ocidental. Esse movimento permite, então, o transparecimento de uma ciência ou cultura “emergente” ou “subversiva”, próximo daquilo que Gramsci denominou de “filosofia espontânea”. Como enfatiza Fals Borda (1983), esta ciência popular, fundamentada em lógicas próprias, é marcada tanto pela marginalidade quanto pela eficácia, dado que se torna evidente nas suas apropriações históricas pelas grandes teses e produtos da ciência ocidental.

Portanto, em contraposição ao determinismo metodológico do positivismo originário das ciências sociais, que supunha um afastamento entre pesquisador e objeto de estudo

(inanimados), garantindo a suposta neutralidade de uma ciência cuja função era constatar, descrever e prever, a pesquisa participante afirma a natureza política-ideológica que subjaz a produção do conhecimento científico. Além disso, propõe uma releitura sobre as concepções estabelecidas sobre julgamentos de valor, traz a ideia de que o fim da pesquisa social está na busca da liberdade e autonomia criadora dos movimentos sociais (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 1983).

Esse movimento de questionamento de produção de outras bases epistemológicas de pesquisa social parte da busca pela realidade concreta que, segundo Freire (1983), é acessível através da compreensão do conjunto de dados materiais e fatos, bem como da percepção que a população que os vivencia tem deles. Essa operação metodológica articula o material e o simbólico, o objetivo e o subjetivo, uma dimensão central na produção do conhecimento na pesquisa social. E vai além, fundamentando a crítica ao mito da neutralidade ao evidenciar que seria, no mínimo, incoerente considerar a subjetividade dos chamados pesquisados sem observá-la nos cientistas sociais, em especial porque a Pesquisa Participante supõe o educador/pesquisador como educando e pesquisado, e o educado/pesquisado como educador e pesquisador. Há um esforço de ruptura na relação historicamente consagrada entre sujeito-objeto. Nas palavras de Freire (1983, p. 35):

Se, pelo contrário, a minha opção é libertadora, se a realidade se dá a mim não como algo parado, imobilizado, posto aí, mas na relação dinâmica entre objetividade e subjetividade, não posso reduzir os grupos populares a meros objetos de minha pesquisa. Simplesmente, não posso conhecer a realidade de que participam a não ser com eles como sujeitos também deste conhecimento que, sendo para eles, um conhecimento do conhecimento anterior (o que se dá no nível da sua experiência cotidiana) se torna um novo conhecimento. Se me interessa conhecer os modos de pensar e os níveis de percepção do real dos grupos populares estes grupos não podem ser meras incidências de meu estudo. Dizer que a participação direta, a ingerência dos grupos populares no processo da pesquisa altera a “pureza” dos resultados implica na defesa da redução daqueles grupos a puros objetos da ação pesquisadora de que, em consequência, os únicos sujeitos são os pesquisadores profissionais. Na perspectiva libertadora em que me situo, pelo contrário, a pesquisa, como ato de conhecimento, tem como sujeitos cognoscentes, de um lado, os pesquisadores profissionais; de outro, os grupos populares e, como objeto a ser desvelado, a realidade concreta.

Carlos Rodrigues Brandão (1985), na década de 1980, organizou encontros e publicações a respeito dessa temática, das quais fizemos amplo uso, traça, com Maristela Corrêa Borges (2007), alguns pontos observados nos diferentes métodos que circundam uma “tradição”, aqui qualificada como pesquisa participante, no contexto brasileiro e latino-americano. Abaixo resumimos esses pontos de convergências:

- 1) Surgem entre as décadas 1960 e 1980 em pontos específicos da América Latina, mas se difundem rapidamente por todo o continente.
- 2) Tem origem no contexto de diversificadas unidades de ação social, geralmente sendo exercida no interior dos movimentos sociais de caráter popular ou se colocando a serviço deles.
- 3) Originam e re-elaboram, do ponto de vista teórico-metodológico, diferentes modelos de produção de conhecimento na pesquisa social científica, o que não implica um único modelo para as diversas formas de pesquisa participante.
- 4) Desenvolvem-se, de diversas formas e perspectivas, a partir do envolvimento e compromisso mútuo em torno de ações de cunho popular, o que promove o encontro face a face entre sujeitos e instituições internas e externas aos locais e contexto de pesquisa. Reúnem, então, os dois polos de atores sociais envolvidos na pesquisa, os interativos e os participantes.
- 5) De forma diversa, atribuem aos agentes populares diferentes funções e posições nas esferas de poder que envolvem o processo de pesquisa, bem como nos processos de ação social associados ao processo de pesquisa, como ocorrem em aplicação de métodos e espaços políticos-pedagógicos relacionados.
- 6) Proporcionaram o surgimento de alternativas de métodos de pesquisa participante a partir de intervalos entre a contribuição teórica da Europa e dos Estados Unidos da América (EUA) e o desenvolvimento e recriação original de experiências africanas, asiáticas e latino-americanas de pensamentos e práticas sociais, não sendo exceção a reprodução de práticas de pesquisa com fundamentações neopositivistas - embora se intitulem “dialética”.

Em suma, podemos afirmar que esses métodos de pesquisa foram, fundamentalmente, influenciados pelo diálogo interdisciplinar. Como bem lembra Brandão (1985), Malinowski, e sua preocupação com a compreensão das lógicas próprias das sociedades e grupos pesquisados, possibilitou a incorporação do mundo do outro na pesquisa social, inaugurando a observação participante. Todavia, faltava-lhe o compromisso político. Este foi dado por outra vertente. No campo da economia política, a abordagem de Marx trouxe para a produção científica o comprometimento com o outro e sua luta social, de uma ciência que não se limitou ao conhecer para explicar. Ali, o processo de conhecimento se fundamentou nas mudanças que poderia provocar, a serviço do outro, não do pesquisador. De Marx, então, surgiu a participação na pesquisa. Destes e outros encontros epistemológicos emergem as pesquisas participativas.

Também é certo que a autenticidade e valorização do pensamento subalterno típicos das pesquisas participativas tiveram forte influência da crítica terceirista voltada ao paradigma da modernização, num movimento em que Economia Política Latino-americana, em especial a que gravita em torno da Teoria Marxista da Dependência, teve papel fundamental.

Nesta linha, talvez possamos inferir que a Pesquisa Participante, não obstante ter-se originalmente ficado mais restrita ao campo da educação popular, com o passar do tempo, no amplo campo das ciências sociais, foi repaginada a partir das abordagens inter e transdisciplinares, a exemplo do atual campo da Ecologia Política Latino-americana¹⁰. É nela que localizamos a proposta metodológica que envolve este trabalho.

Toda a discussão metodológica desenvolvida até aqui possui, portanto, um papel instrumental fundamental na pesquisa, pois, embora esteja no campo da abstração, fundamentou, tanto a coleta de dados quanto as suas análises, movimento que tratamos a seguir.

1.2. A produção de conhecimento

Como assinalado, os dados operados nesta tese são originários de uma documentação produzida e organizada durante a pesquisa de mestrado e doutorado do autor. Como trata-se de pesquisas distintas, que possuem objetos e escopo diferenciados, cabe apresentar de forma separada os movimentos associados à produção de conhecimento. Todavia, por estarmos aqui voltados para o trabalho de tese, dispndemos atenção especial à descrição do processo e procedimentos de investigação investidos ao longo do doutoramento.

Embora politicamente comprometida, a pesquisa de dissertação não lançou mão de metodologia participante. Não obstante esforços participativos, como a licença coletiva, leitura e desenho territorial, a história oral, a observação sistemática, a hospedagem solidária, dentre outras relações estabelecidas, não foi feito o uso de técnicas específicas de pesquisa participante, nem tão pouco foi promovida a mobilização comunitária inerente à natureza deste tipo de investigação social. Além dos registros dessas relações, o trabalho de pesquisa, ao longo do

¹⁰ No âmbito da Ecologia Política Latinoamericana, tal como refletido por Hector Alimonda (2011), nos valem de esforço de delimitação de uma tradição latino-americana no campo dos estudos que envolvem a relação sociedade-natureza e os conflitos em torno dos usos e apropriações dos recursos e bens naturais, por uma perspectiva que reivindica a centralidade do político nos processos econômicos e sociais associados às conquistas, controles e reordenamentos territoriais e ambientais, em um diálogo entre a ecologia política, o campo da história ambiental e o movimento intelectual e de crítica epistemológica o qual ele denomina Programa Colonialidade/Modernidade.

mestrado, se valeu de entrevistas semiestruturadas e de pesquisa documental. Ambas trataram, dentre outros assuntos, do processo de formação da comunidade, do avanço das cadeias de papel e celulose e siderúrgica, do fomento florestal e das transformações ambientais observadas nos últimos 50 anos.

A pesquisa de mestrado abrangeu a comunidade dos Jorges e outras três, também situadas na parte Sul do município, variando em termos de proximidade e relação com os Jorges. Isso se deu porque o objeto da pesquisa não estava relacionado à dinâmica comunitária, mas à relação econômica que envolvia o fomento florestal. Desse modo, não obstante ter sido a comunidade dos Jorges aquela que acolheu a pesquisa e concentrou, proporcionalmente, a maior parte das entrevistas e observações, outras comunidades foram abordadas e outras pessoas, que nelas viviam, foram entrevistadas. Das onze entrevistas realizadas durante a pesquisa de mestrado, cinco foram na comunidade dos Jorges. Todas ocorridas em fevereiro de 2014.

Para a pesquisa de tese, partimos do pressuposto de que o processo de investigação, embora busque seguir de forma sistemática as etapas da pesquisa, possui a dinamicidade própria dos estudos sociais, os quais estão condicionados historicamente. Assim, embora planejada a realização cronológica e esquemática de atividades como pesquisa exploratória, pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, pesquisa de campo, transcrição, sistematização, tabulação e análise dos dados, redação da tese etc., sua execução pode, em algumas situações, ocorrer de forma concomitante. Isso ocorreu devido à natureza dialética da nossa perspectiva de análise.

Pelos fundamentos do método, nesta investigação que empreendemos, partimos do princípio de que os sujeitos da pesquisa e sua realidade vivida e sentida estão, de forma processual, em constante mudança, o que não permite uma sequência tão rígida das etapas da pesquisa, pressupondo que as etapas e atividades correlatas possuem múltiplas temporalidades. Dessa forma, apesar da sequência proposta no cronograma do projeto de pesquisa, a perspectiva que adotamos admite que, por exemplo, a leitura de textos e obras pertinentes aos diversos temas perpassem todo o processo de pesquisa e, até mesmo, a etapa da redação; que um fato novo coloque novas discussões ou reoriente as já em curso; ou que novos olhares e interpretações tragam novas temáticas, dentre outras mudanças não previstas no projeto inicial.

Do ponto de vista da interpretação e análise dos dados, sua realização se deu com base na perspectiva dialética referida, isto é, considerando a processualidade, historicidade, dinamicidade e conflitualidade imanentes aos fenômenos socioambientais.

Primeiramente tratemos da pesquisa documental direta que, pela natureza etnográfica do processo de investigação proposto, tem importância particular, envolvendo uma série de procedimentos e técnicas voltadas à produção de dados *in loco*, em especial de caráter qualitativo, desenvolvidas no contexto do trabalho de campo.

Pressupondo, então, que o conhecimento e a compreensão de determinado processo social são formados a partir de uma interação dialética entre o pesquisador, enquanto agente e ser histórico, e a natureza; o pesquisador e os agentes sociais constroem e vivenciam os processos sociais; o pesquisador e as instituições sociais, entre estes agentes que constroem e vivenciam os processos sociais ao longo do tempo e as instituições sociais; e entre os próprios agentes que cotidianamente conflitam, cooperam e negociam entre si a construção dos processos sociais históricos.

Como trabalhador da ciência¹¹, o pesquisador constrói, em interação colaborativa e conflitiva com os agentes sociais e as instituições que elaboram, determinado saber sobre determinados aspectos de processos sociais específicos. Este trabalho não é só um movimento formativo do pesquisador como ser humano e profissional, mas também institui a formação de outros agentes e instituições ao longo da interação e do relacionamento estabelecido pela objetividade do processo de pesquisa. Nesse sentido, o proponente da pesquisa e as pessoas que vivenciam e constroem o fenômeno estudado, são ambos, agentes envolvidos na produção do conhecimento, independente da intencionalidade e de uma suposta neutralidade. Observa-se, também, que muitas vezes, ou intrinsecamente, os papéis são invertidos. Todavia, por mais que essa composição caracterize a produção de conhecimento, a metodologia e os procedimentos que a acompanham esclarecerão os meios pelos quais o conhecimento será produzido e o papel de cada um nesse processo.

Para pensar sobre os procedimentos metodológicos e técnicas empregadas no processo de pesquisa na comunidade dos Jorge, partiu-se da constatação de que há, historicamente, por diversos fatores não passíveis de detalhamento aqui, uma assimetria substancial de poder nos processos de produção de conhecimento científico, como bem refletem os autores que tratam da Pesquisa Participante. A consciência do caráter mutualista da produção de conhecimento requer a busca de uma base metodológica e procedimentos associados que não só reconheça essa natureza da produção científica (ou de qualquer tipo de saber), mas que potencialize a

¹¹ Ver Álvaro Vieira Pinto (1979)

efetiva participação dos demais agentes e instituições (não acadêmicas), garantindo a elas um espaço de protagonismo e autoria que lhes cabem. Mais, construindo ao longo da pesquisa **expectativas comuns** para que os frutos e as implicações do trabalho de pesquisa sejam também compartilhados.

Não temos ilusão de que esse esforço corresponda a uma ruptura com as assimetrias que são históricas, estruturais e institucionais, mas acreditamos que ele as evidencie e as problematize, o que, ao nosso entender, se desdobra em avanços e elucidações. Alguns dos avanços estão associados à negação da neutralidade científica, ao benefício à autoestima da comunidade e lideranças, ao amadurecimento de pautas coletivas e comunitárias, ao compromisso social da produção científica e à conferência de créditos à autoria dos conhecimentos. Em relação ao último avanço, frisamos que atribuição de autoria dos conhecimentos não corresponde à atribuição de autoria do trabalho de investigação e do seu produto final, a tese. Não há dúvidas de que este seja um produto de autoria do proponente da pesquisa, com chancela do orientador. O trabalho de tese não se centra apenas em responder aos anseios, às expectativas e às problemáticas dos sujeitos de pesquisa, e não expressa, de forma alguma, a “vontade comunitária”, que decerto, é heterogênea. Expressa, sim, alguns de seus componentes e as múltiplas finalidades da pesquisa, que são também de natureza pessoal, intelectual e profissional do autor, e de ordem segmentar e global.

Nessa perspectiva, empreendemos uma proposta de **pesquisa participante de cunho etnográfico**. Na pesquisa antropológica, a etnografia é o processo no qual os aspectos objetivos e subjetivos da investigação científica se articulam e conduzem a um todo relativamente coeso que se pretende como descrição densa de determinado processo, dinâmica ou grupo social. A etnografia é por excelência uma troca, um processo de interação não só entre pesquisador e pesquisados no *stricto sensu*, mas entre modos de vida, cosmologias, perspectivas político-ideológicas, ambientes, histórias de vida, projetos de futuro, dentre outras dimensões que perpassam a vida social e a existência humana.

O envolvimento da sociedade ou grupos privilegiados pelo objeto de pesquisa torna-se imprescindível. A etnografia é uma troca, que não pode acontecer somente no nível abstrato, deve ser também em termos objetivos. Portanto, é fundamental que a comunidade se envolva em processos sobre a definição de finalidades e implicações da pesquisa, conciliando uma agenda acadêmica com uma agenda comunitária, contanto que isso seja negociado e construído de forma conjunta e transparente, com todas as dificuldades impostas.

Com base em Ferreira (2013) e na fundamentação metodológica, a partir da pesquisa participante, concebida como um encontro entre processo e método de pesquisa, podemos atribuir à etnografia os seguintes objetivos: promover a convergência através da interação e construção conjunta de expectativas e procedimentos de pesquisa; coleta de dados por meio da aplicação de variadas técnicas de pesquisa; produção textual. Tais informações serão descritas nas seções a seguir.

1.2.1 Sobre as técnicas e procedimentos de pesquisa

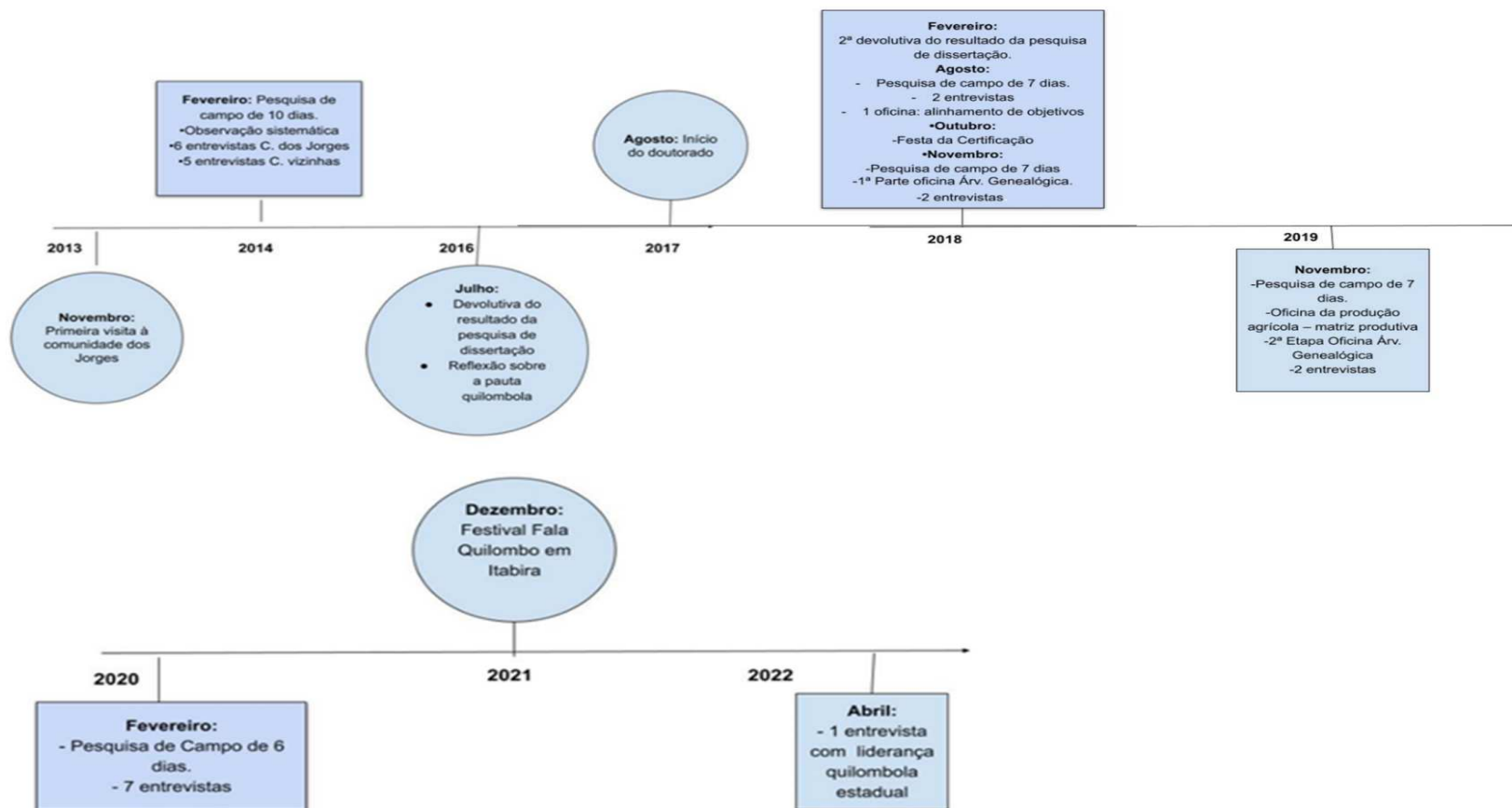
Nesta seção, trataremos da pesquisa propriamente dita, isto é, do esforço de coleta, tratamento e análise de dados. A partir de Lakatos e Marconi (2003), desenhamos dois movimentos de aplicação e cumprimento de procedimentos metodológicos e técnicas de pesquisa: documentação direta e documentação indireta.

1.2.1.1 Documentação Direta

A documentação direta constitui o trabalho de produção de dados, informações, conhecimentos, discussões publicações, etc., no contexto da pesquisa executada, por isso, são assim denominados dados primários. Esses dados foram produzidos em contextos e ambientes dinâmicos e não controlados, como na pesquisa de campo.

O trabalho de documentação direta utilizado na tese possui uma temporalidade mais alargada em relação à pesquisa de doutorado do autor. Não obstante o doutoramento ter-se iniciado em 2017, a produção de dados, sistematizações e interpretações foram iniciadas em 2013, quando começamos a desenvolver a pesquisa de mestrado. Portanto, a documentação implicada na tese foi produzida entre os anos de 2013 e 2022. Até 2021, foram realizadas pesquisas de campo, majoritariamente na comunidade, para a produção de dados primários. Na Figura 1, há a representação de uma linha do tempo com os principais momentos de levantamento de informações e da documentação primária.

Figura 1 - Linha do Tempo dos principais momentos de coleta de dados primários



A coleta de dados, ilustrada na linha temporal, se deu por meio da observação participante, das entrevistas e das oficinas. A proposta de observação participante se desenvolveu desde a incursão de fevereiro de 2014, quando iniciamos, de fato, o trabalho de pesquisa de dissertação na comunidade. Mas, no contexto da pesquisa de tese, a partir de 2017, iniciamos as incursões com tempos variados de permanência.

O acolhimento de Dona Argentina, neta dos progenitores, e suas filhas, naquela ocasião, marcou todo o processo de pesquisa. Durante todo o processo de pesquisa, em todas as visitas à comunidade, sua casa foi o lugar de hospedagem, alimentação, cuidado e carinho. A relação estabelecida criou conexões com outras pessoas, questões e demandas. No contexto doméstico e familiar, levamos mãe para dar à luz, preparamos o almoço, buscamos e cortamos lenha, levamos uma filha para o centro educacional especial, outra para buscar justiça para um irmão injustiçado. Com seu filho Luis, que nos levou para comunidade e nos apresentou a todos, nos “agasalhando”, participamos do mutirão de plantio do arroz, acompanhamos o mutirão familiar de construção de casebre de pau-a-pique e de poço para independência no abastecimento hídrico, o trabalho no sindicato dos trabalhadores rurais, a manutenção nas terras de uma tia idosa, os trabalhadores nas lavouras e nas plantações arbóreas.

A observação participante também teve como tronco fundamental a relação estabelecida com Dona Dirce, liderança comunitária e também neta dos progenitores. Com ela acompanhamos as diversas relações que perpassam a organização comunitária, a dinâmica da associação, da representação política, dos dilemas e das conquistas que atravessam o autorreconhecimento quilombola. Fomos convidados para participar de reuniões com a Cenibra, secretaria de agricultura e técnicos da assistência social. Por sua mediação, conhecemos a potência do trabalho das mulheres, a criação da marca “Vovó Kalu” dos produtos alimentícios artesanais. Ao encontro dela, fomos à Feira Estadual da Agricultura Familiar na capital do estado, em 2017, ao acampamento do grupo familiar no Jubileu de Conceição de Mato Dentro, em 2019, e ao Festival Fala Quilombo, em Itabira, em 2021. Pela representatividade, afinidade e facilidade de comunicação, mantivemos os contatos frequentes, acompanhando as mudanças, as novidades e as dificuldades enfrentadas pela comunidade e sua associação. Por meio dessas correspondências acompanhamos a notícia da certificação do autorreconhecimento, em 2018, a colheita do arroz e a vacinação preferencial contra a Covid-19.

Atravessando esses dois troncos de relação muitas outras foram estabelecidas e, em várias unidades familiares, acompanhamos a lida de Maíco com a lavoura, o trabalho de Seu Antônio

com eucalipto e a produção de carvão, a fabricação de quitandas de Enilda, a feitura do melado de Tãozinho. Conhecemos as hortas de Dona Elza Adélia. E também os saberes medicinais e remédios do mato de Seu Zico e Seu Antônio Poção. No bar do Poção, bebemos e presenciamos, inúmeras vezes, os explosivos jogos de truco. Ficamos sabendo e fomos conhecer o cemitério de São Bento, onde estão enterrados os progenitores e todos os outros das gerações que viveram nas épocas em que não se levava para sepultar na cidade. Festejamos na “Festa do Reconhecimento”, com seus convidados ilustres, missa e galinhada. Observamos a organização, pesagens e entregas dos produtos da Conab. Buscamos, na sede Peçanha, seu Nêgo, para que ele retomasse as batidas e passes do caboclo, há tempos não praticado na comunidade. Em comunidade vizinha, fomos festejar um aniversário com a turma na carroceria da caminhonete. Essas e tantas outras situações foram lançadas em diário de campo e registradas em fotografias e vídeos como instrumentos privilegiados de documentação da observação participante.

Também enquanto recurso de investigação na pesquisa de tese, foram realizadas, desde 2018, 12 entrevistas com nove comunitários que possuem características generalizantes, representativos de determinadas categorias, como, por exemplo, moradores antigos, lideranças, agricultores inseridos em programas de fomento florestal, agricultoras inseridas em políticas públicas para agricultura familiar e produtoras de alimentos beneficiados. Também foi entrevistada uma liderança quilombola estadual, cuja comunidade compõe a área de organização da regional rio Doce da Federação das Comunidades Quilombola de Minas Gerais (N’Golo).

Vários assuntos pertinentes à pesquisa de doutorado já haviam sido tratados nas entrevistas e observações realizadas ao longo da pesquisa para a produção da dissertação. Portanto, o conteúdo das entrevistas contemplou complementações e eventuais novos assuntos, como, por exemplo, a inserção em políticas públicas para a agricultura familiar, o processo de mobilização e reconhecimento quilombola, dilemas e avanços do associativismo, mudanças recentes no ambiente, mudanças recentes nas relações econômicas e políticas com a empresa Cenibra, reflexos da crise política-institucional brasileira etc. No Quadro 01 há a síntese de algumas informações sobre as entrevistas como data da realização, idades dos participantes e outras características, quantidade de entrevistas e conteúdo trabalhado. Os entrevistados foram identificados como comunitário(a) e liderança quilombola, a fim de manter o sigilo sobre falas transcritas e apresentadas em diversas situações.

Quadro 1 - Síntese das entrevistas da pesquisa de campo de doutoramento

Entrevistado(a)	Características	Idade em 2022	Período de coleta	Conteúdo
Comunitário	Descendente dos fundadores; 3ª Geração; agricultor familiar; fomentado da Cenibra; produtor de carvão vegetal.	86	Fev/2014* Nov/2018	Pessoais História da comunidade Relações de Produção Agricultura Familiar Fomento Florestal Carvão Vegetal Mudanças ambientais
Comunitária	Descendente dos fundadores; 3ª Geração; agricultora familiar; fomentada da Cenibra.	83	Fev/2014* Ago/2018	Pessoais História da comunidade Relações de Produção Agricultura familiar Fomento Florestal Plantas medicinais Mudanças ambientais
Comunitário	Descendente dos fundadores; 3ª Geração; agricultor familiar; comerciante; raizeiro.	73	Fev/2020	Pessoais História da comunidade Plantas medicinais e remédios do mato
Comunitária	Descendente dos fundadores; 3ª Geração; agricultora familiar; produtora de temperos e quitandas; liderança comunitária;	67	Fev/2014* Ago/2018 Dez/2018 Fev/2020	Pessoais História da comunidade Relações de produção Agricultura familiar Associação Comunitária Reconhecimento Quilombola Mudanças ambientais
Comunitário	Descendente dos fundadores; 4ª Geração; agricultor familiar; fomentado da Cenibra; produtor de carvão vegetal.	62	Fev/2014* Fev/2020	Pessoais Relações de produção Agricultura familiar Fomento Florestal Carvão Vegetal

				Reconhecimento Quilombola Mudanças ambientais
Comunitária	Descendente dos fundadores; 3ª Geração; agricultora familiar; produtora de quitandas; professora; presidente da Associação Comunitária.	62	Fev/2020	Pessoais Relações de produção Agricultura familiar Reconhecimento Quilombola
Comunitária	Agricultora familiar; produtora de hortaliças esposa de descendente dos fundadores, da 4ª geração.	56	Fev/2020	Pessoais Relações de produção Agricultura familiar Reconhecimento Quilombola
Comunitário	Descendente dos fundadores; 4ª Geração; agricultor familiar; sindicalista; fomentado da Cenibra; produtor de carvão vegetal.	55	Fev/2014* Fev/2020	Pessoais História da comunidade Relações de produção Agricultura familiar Fomento Florestal Carvão Vegetal Sindicato dos Trab. Rurais Reconhecimento Quilombola Mudanças ambientais
Comunitário	Descendente dos fundadores; 4ª Geração; agricultor familiar; produtor de carvão vegetal.	48	Fev/2020	Pessoais Relações de produção Agricultura familiar Mudanças ambientais
Liderança Quilombola	Diretor e ex-presidente de N'Golo; pesquisador quilombola; agricultor familiar na Comunidade de Indaiá, em Antônio Dias.	44	Abr/2022	Pessoais Trajetória no Movimento Quilombola N'Golo Regional rio Doce da N'Golo Comunidade dos Jorges

Fonte: Do autor, 2022.

Além da observação participante e das entrevistas, promovemos, ao longo da pesquisa para a tese, três oficinas temáticas ao longo de 15 meses, a saber, oficina de alinhamento de expectativas (2018); oficina de construção de árvore genealógica (2018 e 2019) e oficina de registro do processo agrícola (2019).

Em agosto de 2018, quase seis meses depois da reunião que selou a retomada dos trabalhos “nos Jorges”, retornamos à comunidade para iniciar as atividades de pesquisa de campo, relacionadas, sobretudo, à observação, ao registro sistemático de alguns aspectos da reprodução socioambiental e às oficinas de diagnóstico participativo. Foi realizada uma oficina de participação ampla e diversa a fim de alinhar as expectativas sobre os possíveis resultados da pesquisa e avaliar a convergência de objetivos. Para tanto, desenvolvemos, em conjunto com algumas lideranças, o Círculo de Cultura, que contou com a presença de 24 comunitários e consistiu num instrumento no qual os participantes, reunidos em oito grupos, preencheram e apresentaram dois tipos de tarjetas, uma para os principais problemas da comunidade, e outras para os principais caminhos/meios (soluções) para estes problemas. Sem entrar em pormenores, a atividade apontou que algumas questões são chaves para a comunidade, como as relacionadas à saúde (atendimento local), à educação (desinteresse dos jovens) e ao meio ambiente (escassez hídrica). As fotografias 1 a 6 são os registros do Círculo de Cultura.

Fotografia 1 – Reunião para a explicação da proposta da pesquisa participante e o exercício da oficina de alinhamento de expectativas



Fonte: Do autor, 2022.

Fotografia 2 - Grupos discutindo durante o Círculo de Cultura



Fonte: Do autor, 2022.

Fotografia 3 - Jovens apresentando o resultado das discussões



Fonte: Do autor, 2022.

Fotografia 4 - Grupo discutindo as questões colocadas pelo Círculo de Cultura



Fonte: Do autor, 2022.

Fotografia 5 - Apresentação dos resultados das discussões



Fonte: Do autor, 2022.

Fotografia 6 - Organização dos temas no Círculo de Cultura



Fonte: Do autor, 2022.

Essa atividade foi sistematizada e apresentada numa outra, realizada em novembro de 2018. A partir da discussão que havíamos feito ao longo da primeira atividade (alinhamento de expectativas), concordamos que dentre as questões centrais apontadas pela comunidade, as relacionadas ao meio ambiente, especialmente a questão hídrica, eram as que mais estavam relacionadas aos objetivos desta pesquisa. Assim, os problemas relacionados à escassez hídrica deveriam ser tratados de forma privilegiada pelo trabalho. Mas, e os demais? Fato é que tanto os problemas relacionados ao atendimento no campo, à saúde e aos dilemas educacionais perpassam a discussão sobre as estratégias de reprodução, mas não faziam parte do objeto desta

pesquisa. Portanto, o acerto foi que, além de um relatório descrevendo de forma detalhada as discussões da comunidade em relação a estas e outras questões apontadas, seriam pensados, de forma conjunta, a promoção de espaços de diálogo e construção coletiva para tratamento das mudanças desejadas, contemplando uma proposta de construção comum de objetivos. Esses encontros são realizados, fora do âmbito da coleta de dados, pelos projetos de extensão do Observatório dos Conflitos Rurais do Alto e Médio Rio Doce da Universidade Federal de Itajubá (OCDOCE/UNIFEI), em parceria com a Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais, a Comissão Quilombola do Rio Doce e as Brigadas Populares.

Após esse momento de alinhamento dos objetivos e das expectativas, propôs-se realizar encontros/oficinas voltadas ao diagnóstico participativo, envolvendo a produção de variados processos/dados/produtos. Nesse contexto, privilegiamos as técnicas de pesquisa participante que nos ajudaram acessar aos diversos fatores materiais e simbólicos das estratégias de sobrevivência da comunidade e das suas unidades domésticas. Os encontros envolveram a produção coletiva de árvore genealógica, através do preenchimento, em painéis improvisados, de heredograma, e produção coletiva de matriz plantio/colheita, especificando as variedades vegetais, período do ano e fase da lua.

A oficina de produção participativa da árvore genealógica objetivou construir o hederograma da comunidade a fim de garantir o registro das origens e troncos familiares do grupo, criar subsídios para analisar as relações de parentesco e a sua expressão territorial. Nesse sentido, estruturamos um hederograma constituído por símbolos que permitiram identificar filhos, cônjuges, se em vida, se residente na comunidade, se gêmeos, se relação sem casamento e se descendente de somente um do casal. A oficina ocorreu em dois momentos devido à impossibilidade de registro em apenas uma reunião. Inicialmente, visávamos identificar até a 6ª geração, o que se mostrou inviável devido à grande dispersão familiar a partir da 4ª geração. Por isso, conseguimos produzir o levantamento somente até esta geração, que envolve comunitários que estão na faixa etária de 40 a 60 anos.

Fotografia 7 – Sequência de fotografias da comunidade reunida para a oficina de produção da árvore genealógica



Fonte: Do autor, 2022.

Fotografia 8 - Registro da árvore genealógica até a terceira geração



Fonte: Do autor, 2022.

O primeiro momento, em novembro de 2018, contou com a participação de 18 pessoas, desde crianças até aquelas de idade mais avançada. Ali, fizemos um grande painel de papel e o colamos na parede. A partir do registro do casal progenitor, passamos a identificar ascendência e descendência. Esse esforço permitiu elaborar um hederograma com três gerações do grupo familiar, e também com as ascendências do casal fundador.

Um ano depois, em novembro de 2019, o segundo momento reuniu uma quantidade menor de pessoas, por volta de seis mulheres. Dado ao quantitativo de nomes, resolvemos renunciar ao painel de papel e organizamos o registro em planilhas projetadas na parede. Ali, fomos passando membro por membro da 3ª geração e registrando seus cônjuges e filho/filha, e classificando a partir da mesma legenda da oficina anterior, com símbolos adaptados para o instrumento digital. Como aludido, a pretensão inicial era de chegar até a 6ª geração, mas, devido à complexidade desse esforço de genealogia a partir da 4ª geração, e à limitação de tempo, encerramos a oficina neste último grupo de descendentes.

Por fim, também em novembro de 2019, empreendemos a oficina para diagnóstico participativo do processo agrícola. O objetivo era registrar as informações pertinentes ao processo de produção agrícola na comunidade para identificar generalidades que permitissem caracterizar a atividade agrícola dos Jorges, suas relações e dimensões técnicas pertinentes. A oficina contou com, aproximadamente, 12 agricultores da comunidade, desde pessoas de meia idade até

aquelas de idade mais avançada. Em painel de papel colado na parede, construímos um quadro com linhas, onde foram anotados os gêneros cultivados, e colunas para a descrição das características de sua produção, como: origem das sementes, espécies, local de cultivo, meses de plantio, lua do plantio, aração, irrigação, e adubação.

Fotografia 9 - Comunitários reunidos para a oficina de diagnóstico do processo agrícola



Fonte: Do autor, 2022.

Fotografia 10 - Registros da oficina de diagnóstico do processo agrícola

PLANTAS	ORIGEM SEMEANTE	ESPECIES TIPO	LOCAL DE CULTIVO	MESES DE PLANTIO	LUA	ARAÇÃO	REGAÇÃO	ADUBAÇÃO
MILHO	AGROPECUÁRIA (MIRASSOL) SANTA REXEIA MILHO PALHA MILHO PALHA BRANCA (LOCAL) PILÓREZE	MILHO AMO	VARANTE TERRA SECA (ROÇA)	VARANTE-AGO ROÇA - OUT-NOV	MINGUANTE	TRATOR	CHUVA E REGO	14-14-8 8-16-20 ESTERCO
FEIJÃO	RECEITE DA COMUNIDADE	PRETO CAROLINA BONINHO FERRO JALO ROXÃO (FAIXA DE SOI) GROSSO CORBA-MUÍBO AUBU FEIJÃO DE VARGEM FAVA BRANCA FAVA ROSA FAVA VERDE + FEIJO MIRASSOL PATADAMBA	VARANTE TERRA SECA	TEMPO - ABR AGOS - OUT-NOV	MINGUANTE	TRATOR	CHUVA E REGO	14-14-8 8-16-20 ESTERCO
ARROZ	DA COMUNIDADE	MULATA MULATINHO MES DE ABRIL SETEMBRO SE QUEIRO	BREJO	SET-DEZ	QUINTA	TRATOR	CHUVA E REGO	14-14-8 8-16-20 ESTERCO

Fonte: Do autor, 2022.

Fotografia 11 - Registros da oficina de diagnóstico do processo agrícola

PLANTAS	ORIGEM GENÉTICA	ESPECIE TIPO	LOCAL DE CULTIVO	MESES DE PLANTIO	LUA	ARRAÇÃO	IRRIGAÇÃO	ADUBAÇÃO
MANDIOCA	DA COMUNIDADE E VIZINHANÇA	CARALU, AMARELA, MELATIÃO, PANDURÃO, TELA DE URSO	TERRA SECA (BETO (-))	AGOSTO - MARÇO	NOVA E MINGUANTE	TRATOR	CHUVA	
BATAIA	DA COMUNIDADE	LENGATE, ROXA, AMARELA, BRANCA, 60 DIAS, AMARILHOS	BREJO ENLUTO E TERRA SECA	AGOSTO - MARÇO	MINGUANTE	TRATOR	CHUVA	CAPIM SECO, MALMO, FOLHA SECA
ZANHANE	DA COMUNIDADE	ROXO, CHAMÉ, CHINCHÃO, PRETO, BRANCO, ROSA, LARANJA, CARLOS, MINGUANTE, AMARELO	BREJO	AGOSTO - DEZEMBRO	MINGUANTE	TRATOR - ENxada	CHUVA - REGO	ESTERCO - MATO SECO
ABÓBORA	DA COMUNIDADE / VIZINHANÇA	SABEDINA, SANGRIA, MELADA, BEM LIGADA, QUE DA MADEIRA, ABÓBORA DE ANJOS, ABÓBORA DE ANJOS, ABÓBORA DE ANJOS	BREJO E TERRA SECA	OUT - MARÇO	MINGUANTE	TRATOR - ENxada	REGADOR E CHUVA	COMPOSTO, ESTERCO, MATO - CARIÓTIPO
QUIABO	DA COMUNIDADE E VIZINHANÇA	TRINCA, TRINCA DE CORDÃO, TRINCA DE CORDÃO	BREJO E TERRA SECA	AGO - DEZ	MINGUANTE E NOVA	TRATOR - ENxada	CHUVA E REGO	MURCHO ANJOS

Fonte: Do autor, 2022.

Crianças também acompanharam, o que se tornou uma oportunidade para socialização de conhecimentos agrícolas e reflexão sobre mudanças. No fim, no quadro montado, havia uma série de informações que possibilitaram a descrição e análise dos aspectos particulares da produção agrícola comunitária como a policultura, a variedade genética, o desenvolvimento de cultivares locais, os calendários agrícola e lunar, o padrão tecnológico, dentre outros.

Em suma, os dados foram coletados *in loco* via trabalho de campo que, além de gerar observações e depoimentos, implicou na elaboração de uma série de relatórios sobre as atividades/oficinas de diagnóstico participativo.

As entrevistas foram ouvidas e organizadas em tabelas que discriminam informações básicas sobre os entrevistados, temas abordados, tempo de falas ilustrativas, dentre outros aspectos importantes. O mesmo tratamento foi dado às gravações das atividades/oficinas de diagnóstico participativo.

O conteúdo resultado das observações, entrevistas e atividades participativas foi refletido, contrastado, problematizado e analisado a partir do referencial metodológico, teórico e

conceitual, e exposto de forma ilustrativa. Os depoimentos estão apresentados de forma literal pois, compreendemos que a maneira de se expressar é representativa de uma historicidade particular, de um modo de vida e de uma racionalidade singulares.

Toda a pesquisa de doutorado, conforme previsão regimental da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFV, foi previamente autorizada pelo Comitê de Ética com Seres Humanos da universidade, registrado no CAAE 13973419.1.0000.5153.

1.2.1.2. Documentação indireta

A documentação indireta consistiu no trabalho de investigação em fontes secundárias, produzidas em contextos externos ao da pesquisa executada. Identificamos, organizamos e sistematizamos informações, conhecimentos, discussões, publicações e documentos por meio das pesquisas documental e bibliográfica.

Tal como ocorre com a pesquisa documental direta, a investigação para a produção da dissertação de mestrado resgatou uma série de informações secundárias como documentos históricos e conhecimentos estatísticos, econômicos e demográficos atuais que também foram usados para esta pesquisa. Os levantamentos bibliográficos também mostraram estudos, em especial, sobre o processo de formação econômica e social da região do vale do rio Doce, fomento florestal, questão agrária, conflitos ambientais, dentre outras temáticas relevantes. Nesse sentido, a pesquisa secundária se voltou para a complementação de informações sobre a formação histórica; atualização das informações estatísticas; aprofundamento dos estudos bibliográficos, assim como novos investimentos em temáticas inéditas como reprodução socioambiental, contextos de crises, relações raciais e interétnicas, mobilização e direitos quilombolas, dentre outras.

O tratamento das informações levantadas na documentação indireta varia de acordo com sua natureza. O foco da pesquisa bibliográfica, que pode variar de acordo com a intencionalidade metodológica, teórica ou empírica, contou com interpretação e análise fundamentados nos pressupostos epistemológicos e metodológicos especificados anteriormente. O estudo e interpretação dos textos se deu, principalmente, a partir da organização da tese, nos conteúdos pertinentes a cada capítulo.

Em relação à pesquisa documental, foram privilegiadas duas fontes: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Arquivo Público Mineiro (APM). Também consultamos

outras fontes estatísticas e históricas como, por exemplo, árvores genealógicas, arquivos municipais de Peçanha, empresariais (Cenibra) e publicações de instituições públicas. O tratamento das informações levantadas gerou quadros, tabelas e gráficos cujas análises foram feitas de acordo com as discussões desenvolvidas ao longo da tese.

2 O CAMPESINATO NEGRO EM QUESTÃO: a conflitualidade étnico-racial e agroambiental

Este capítulo tem como objeto a caracterização macrossociológica do sujeito de pesquisa, isto é, da Comunidade Quilombola dos Jorges de Água Branca. Nele, buscamos analisar e discutir uma série de qualidades que, na literatura científica e política, contribuem para a especificação das comunidades quilombolas nos espaços rurais. Assim, percorremos uma discussão que atravessa as teorizações clássicas sobre campesinato, a definição contemporânea de povos e comunidades tradicionais, e a consolidação da categoria jurídica e política de comunidades remanescentes de quilombo. Partir das teses clássicas sobre o campesinato expressa o esforço de compreendê-lo como uma classe mundial que permanece por todo o globo, em especial na sua parte Sul.

Para caracterizar a formação social e econômica da comunidade dos Jorges, nos remetemos ao campesinato negro brasileiro em transfiguração para a categoria comunidades remanescentes de quilombos. Este campesinato, além da sua especificidade associada ao contexto nacional marcado por um passado colonial e uma inserção subordinada na economia mundial, carrega a particularidade étnico-racial. Assim, sua análise requer um arcabouço teórico que articule essas dimensões.

Esse esforço tem sido mais ou menos empreendido nas investigações sobre as comunidades quilombolas rurais. Empenhos de pesquisas exemplares por esse âmbito, que influenciaram profundamente nossa análise, são os desenvolvidas no âmbito do Núcleo de Estudos do Poder (NEP/CPDA/UFRRJ), em especial a partir do projeto de pesquisa Ecologia Social dos Recursos Naturais. A partir dele, Andrey Cordeiro Ferreira (2019) e colaboradores, trazem as dimensões das conflitualidades transversas às questões ambiental, étnica e territorial para situar o movimento contemporâneo de expropriação dos segmentos subalternos do campo brasileiro, expressos no imperialismo extrativo, em termos globais, e nos conflitos étnicos e territoriais, nas escalas locais. Nesse sentido, há uma articulação entre estudos rurais e étnicos para uma análise das formas de espoliação, colaboração e resistência dos grupos camponeses etnicamente diferenciados (FERREIRA, 2011; 2013), algo muito caro ao nosso estudo.

O debate sobre o campesinato negro no Brasil antecede a discussão sobre as comunidades remanescentes de quilombos, e encontra-se intrinsecamente relacionado ao próprio debate sobre a emergência de um campesinato brasileiro. Esse processo heurístico de compreensão desses grupos sociais se valeu de concepções clássicas de campesinato e da sua confrontação com os desafios empíricos evidenciados pelas realidades sociais, econômicas e culturais das sociedades camponesas não-europeias e grupos camponeses sobreviventes, resultantes das conquistas coloniais e a elas resistentes.

Na contemporaneidade, as comunidades negras rurais passam por um processo de ressemantização social e jurídica que invocam a dimensão étnica e territorial, num primeiro momento, e, numa fase posterior, o conteúdo ambiental. Esse movimento político que envolve o reconhecimento de novos sujeitos de direitos, selados pela Constituinte de 1988 quando versa sobre as comunidades remanescentes de quilombos, e o pleito de novas normativas e espaços políticos, evidenciados pelo aprofundamento da questão ambiental e diversificação de suas tratativas quando espelhadas na noção de povos e comunidades tradicionais, caracterizam, em muitos aspectos, os mecanismos de reprodução socioambiental das comunidades negras rurais, estejam elas autoidentificadas como quilombolas ou não.

Essa configuração sociopolítica do movimento e o debate social subjacente à reprodução socioambiental das comunidades negras rurais na contemporaneidade nos apresenta desafios teóricos, dada sua complexidade reportada às multicausalidades e às multicondicionalidades de processos sociais específicos e extremamente conflituosos. Os conflitos étnicos-raciais, fundiários e ambientais atravessam todo o movimento de territorialização do campesinato negro no Brasil, justamente por fatores que são estruturais e estruturantes da reprodução do campesinato em escala mundial e da população negra, em escala nacional.

Não obstante, esses conflitos não explicam a totalidade das relações, pois são momentos de irrupções, catarse, disfunções e desarranjos limítrofes. Os processos sociais, embora sejam, no movimento histórico e mundial de acumulação de capital, contraditórios, se desenrolam por formatações outras que não se traduzem em conflitos explícitos, abertos e extremos. Muitas vezes, vão se desenvolver por meio de arranjos de aparente colaboração e consentimento (FERREIRA, 2013), não sem contradições.

Portanto, para lidar com o desafio da teorização acerca da reprodução socioambiental do campesinato negro no Brasil, e sua necessária correlação com o debate da questão agrária, recorreremos ao conceito de conflitualidade, tal como utilizado por Bernardo Mançano Fernandes (2005), tanto para pensar as relações étnico-raciais, quanto para compreender as relações políticas, territoriais e ambientais relacionadas à dinâmica de sobrevivência e protagonismo das comunidades negras rurais no Brasil.

Fernandes (2005), em “Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial”, como sugere o texto, empreende uma análise da questão agrária, em especial “a brasileira”, a partir da associação entre conflitualidade e desenvolvimento territorial. Fundamentado nas reflexões desenvolvidas por José Vicente Tavares dos Santos sobre uma “sociologia da conflitualidade em tempos de globalização”, Fernandes (2005) mobiliza a noção de “conflitualidade” para analisar o paradoxo do desenvolvimento territorial, isto é, como as contradições estruturais do processo de desenvolvimento do capitalismo produzem antagonismos processuais - que vão além do conflito, um evento, um momento de enfrentamento – que caracteriza o movimento de desenvolvimento territorial.

[...] A *conflitualidade* é o processo de enfrentamento perene que explicita o paradoxo das contradições e as desigualdades do sistema capitalista, evidenciando a necessidade do debate permanente, nos planos teóricos e práticos, a respeito do *controle político* e de modelos de desenvolvimento[...] (FERNANDES, 2005, p. 5, grifos do autor).

Na perspectiva trabalhada pelo autor, a produção do espaço e suas expressões socioterritoriais têm como aspecto constituinte a conflitualidade inerente ao processo de acumulação, fundamentado nas desigualdades necessárias do desenvolvimento do capitalismo, implícitas e explícitas no processo histórico da produção das condições materiais e sociais de existência dos grupos sociais que compõem e constroem as sociedades. Essa lógica confere ao campesinato um papel contraditório e imanente ao desenvolvimento territorial no processo de acumulação capitalista.

Se por um lado, “o capital se realiza desenvolvendo a sua própria relação social, destruindo o campesinato, mas também se desenvolve na criação e na recriação do campesinato” (FERNANDES, 2005, p. 7), por outro, o campesinato também se reconstrói e reafirma quando luta pela terra e desenvolve suas múltiplas estratégias de reprodução social.

A *conflitualidade* é inerente ao processo de formação do capitalismo e do campesinato. Ela acontece por causa da contradição criada pela destruição, criação e recriação simultâneas dessas relações sociais. A *conflitualidade* é inerente ao processo

de formação do capitalismo e do campesinato por causa do paradoxo gerado pela contradição estrutural. *A conflitualidade e o desenvolvimento* acontecem simultâneos e conseqüentemente, promovendo a transformação de territórios, modificando paisagens, criando comunidades, empresas, municípios, mudando sistemas agrários e bases técnicas, complementando mercados, refazendo costumes e culturas, reinventando modos de vida, reeditando permanentemente o mapa da geografia agrária, reelaborado por diferentes modelos de desenvolvimento (FERNANDES, 2005 p. 6, grifos do autor).

Embora a noção de campesinato seja expressão de uma compreensão generalizada de uma categoria, ou mesmo, classe social, de temporalidade alargada e incidência reprodutiva mundial, as suas “versões” e especificidades são condicionadas por processos sociais complexos e interdependentes. No caso do processo de formação da sociedade brasileira e do seu campesinato, o campesinato brasileiro, o elemento étnico-racial se apresenta de maneira estruturada por meio das tensões que surgem da relação do campesinato negro com a sociedade nacional.

A conflitualidade característica do processo de acumulação capitalista que se expressa a partir de relações e conflitos étnico-raciais denominamos de **conflitualidade étnico-racial**. Nos valem, portanto, desta conflitualidade étnico-racial para analisar, de forma específica, o processo de formação do campesinato negro no Brasil, suas expressões históricas e dimensões sociopolíticas.

Todavia, antes de tratar deste campesinato negro em particular, cabe tratar da categoria genérica e sua versão brasileira, pelo menos no que tange aos elementos teóricos que possibilitam compreender sua (re) existência no mundo contemporâneo e sua complexidade no Brasil hodierno.

2.1 Campesinato: uma categoria esquiva

O debate sobre o campesinato fomentou e ainda estimula uma das mais interessantes, intrigantes e controversas discussões das ciências sociais brasileira. Desafiados pela natureza *sui generis* do processo de formação social do país, autores de diversos campos teóricos buscaram, em especial ao longo do século XX, compreender a natureza dessa classe esquiva (VERGUÉS, 2011), multiforme, de difícil definição.

Mais do que uma categoria rígida e homogênea, como nos apresenta Armando Bartra Vergués, trata-se de uma trama de relações sociais historicamente produzidas e reproduzidas no processo de acumulação capitalista, caracterizada pela mudança contínua, pelo movimento que lhe é

característico. “O camponês não é, portanto, o indivíduo ou a família, mas esse emaranhado de relações sociais cujos nós são a comunidade, a vila rural, o povoado, o governo local, a associação agrícola, a região [...]” (VERGUÉS, 2011, p. 77).

Buscamos trabalhar, a partir de leituras heterodoxas, de um campesinato à brasileira, isto é, constituído a partir das características e contradições próprias da formação sociohistórica do Brasil, mas que não obstante a especificidade, guarda generalidades com o campesinato em escala mundial, para lembrar as reflexões de Teodor Shanin (2005). Isso nos exige um esforço de revisitar as discussões que extrapolam o contexto nacional e que remontam ao debate histórico-estrutural. Mas, como nos ensina Teodor Shanin (2005, p. 1), “há razões para definir ‘camponês’ e há razões para deixar indefinida a palavra, uma figura de linguagem fora do domínio onde residem as criteriosas categorias do conhecimento”.

Do ponto de vista econômico, o camponês é, conforme caracteriza Vergués Bartra (2011), uma categoria social híbrida, ao mesmo tempo um pouco fazendeiro, um pouco burguês e um pouco proletário, por ter em suas bases econômicas a terra, o capital e o trabalho. Por outro lado, ele se particulariza também por se reproduzir fundamentado numa teleologia moral, que contrasta com o processo mais amplo de acumulação capitalista.

A vida camponesa continua respondendo a uma teleologia moral. Em seu movimento doméstico e comunitário se entrecruzam valores econômicos, sociais e culturais em uma racionalidade integral que contrasta com a limitada economia-lucrativa do capital. Atualmente, a condição camponesa engloba tanto o pequeno produtor de milho, quanto o empresário local, bem como o feirante aldeão, o diretor da combinação agroindustrial, o criador de animais e o banqueiro associativo (VERGUÉS, 2011, p. 79).

Historicamente, a tendência do debate foi oscilar de uma interpretação clássica, que anunciava o caráter residual e a tendência ao desaparecimento do campesinato em resposta a leis universais do funcionamento do capitalismo, para leituras mais heterodoxas que enxergavam a permanência de formas camponesas como sinais de resistência e vitalidade, com as quais concordamos.

Numa revisão básica de literatura sobre o conceito de campesinato, podemos enfatizar três dimensões constituintes: a) campesinato como categoria sociológica/econômica; b) campesinato como categoria política/ideológica; c) campesinato como categoria antropológica/cultural.

2.1.1 Campesinato como categoria sociológica/econômica

Quando tratamos do **campesinato como categoria sociológica /econômica**, o localizamos no campo da economia política, cujas discussões giram em torno do debate do “campesinato como classe social”, “da funcionalidade econômica do campesinato”, “da lógica própria da produção camponesa”, “da interpenetração entre economia capitalista e economia doméstica”, “da formação de um campesinato específico na periferia do sistema capitalista”, entre outras temáticas.

A abordagem do campesinato como categoria sociológica/econômica tem sido predominante desde a consolidação das ciências sociais como um grande campo disciplinar institucionalizado. Poderíamos pensar até que é dela que decorrem as demais abordagens. Primeiramente, por estar intrinsecamente fundamentada nas preocupações seminais das ciências sociais, isto é, das mudanças sociais decorrentes do processo de industrialização, secularização e formação de um sistema econômico capitalista globalizado. Mas também, por ter sido radicalmente influenciado pelas lutas socialistas, seus atores e intérpretes, em especial de inspiração marxista e do populismo russo.

Para a abordagem que fazemos, algumas linhas de teorização são centrais na compreensão do campesinato como categoria sociológica/econômica, sobre as quais discorreremos a seguir.

2.1.1.1 Desenvolvimento do capitalismo e a expropriação camponesa: o debate de Marx e Engels.

No campo da economia política marxista, que exerce influência nevrálgica em nossa compreensão sobre o campesinato, as preocupações seminais se desenvolveram em torno dos efeitos inerentes ao processo originário de acumulação, ao desenvolvimento das forças produtivas e à divisão de trabalho correspondente, subjacentes ao surgimento de uma nova formação econômica e social, o capitalismo. As questões elaboradas e refletidas por Marx e Engels em torno da 1ª e da 2ª Internacionais Comunistas condicionaram grande parte do debate sobre a classe camponesa.

Em “18 de Brumário”, Marx (1980) operacionaliza a interação entre modos de produção ao refletir sobre o campesinato francês. Para o autor, o campesinato representa uma classe econômica típica do sistema feudal que, no período de transição para o regime capitalista, se refunda com base na propriedade privada. Porém, pequena e, portanto, sujeita à reprodução

subordinada e fadada à ruína. Numa relação radicalmente contraditória, o campesinato viabilizava a acumulação de capital e se inviabiliza ao mesmo tempo.

O processo de empobrecimento, expropriação e proletarização do campesinato é tratado com detalhamento admirável em “A chamada acumulação primitiva”, Capítulo 24 do “O Capital” (MARX, 1977). A partir da experiência histórica da região atualmente conhecida como Grã-Bretanha, Marx descreve e discute o papel do campesinato e das suas terras de uso e propriedade na fase originária da acumulação de capital, que forneceu as bases para o capitalismo industrial¹².

Em um ensaio emblemático sobre a questão camponesa na Alemanha e na França publicado em 1894, Friedrich Engels, taxativo, concluía: “Numa palavra, nosso pequeno camponês, como tudo que seja resquício de um modo de produção caduco, está condenado irremediavelmente a perecer. O pequeno lavrador é um futuro proletário” (ENGELS, 1981, p. 63). Todavia, já se anunciava, nesse grande debate, a discussão sobre a diversidade do campesinato e as formas que assume no interior do capitalismo, que fora amadurecida nos anos posteriores entre o limiar do século XX e sua primeira década e possibilitou, dialeticamente, teorizações sobre a permanência da classe camponesa por meio de reprodução subordinada.

2.1.1.2 Concentração de capital, subordinação e diferenciação do campesinato: as contribuições de Kautsky e Lenin

“A Questão Agrária” de Karl Kautsky (1980), publicada em 1898, consistiu em obra pioneira a se debruçar de forma sistemática sobre o desenvolvimento das relações capitalistas de produção na agricultura. Valendo-se de extensos dados estatísticos, Kautsky (1980) se ocupa a entender como ocorre a subordinação e a coexistência entre formas capitalistas e formas não capitalistas de produção, isto é, a agricultura industrial e a agricultura camponesa. Embora não rompesse com a tese da socialdemocracia europeia, que entendia o desaparecimento do

¹² Na acumulação primitiva, inerente ao processo de desenvolvimento do capitalismo, o campesinato, produto típico da era feudal, foi sendo separado dos seus meios de produção e dos laços que o reproduziam (a comunidade). A terra de seu uso e propriedade foi sendo, pois, transformada em mercadoria. A alienação dos seus meios de vida os transformava em força de trabalho ofertada a baixíssimo custo à indústria nascente. Alguns não eram absorvidos nesse movimento e se tornam marginais. A Lei dos Pobres autorizava a escravização dos marginais. Substituídos por ovelhas, os cultivadores ingleses, a partir de Marx, se tornavam personagens de uma história inexorável, exemplares em um estudo sistemáticos sobre o papel do campesinato na transição do feudalismo para o capitalismo. Polanyi (2021) abordará esse contexto como representando um de um moinho satânico.

campesinato como inerente ao desenvolvimento do capitalismo no campo, evidenciava o paradoxo da questão agrária: a coexistência entre capitalismo e campesinato.

Em sua tese, Kautsky (1980) busca evidenciar a separação entre agricultura e indústria, que ocorre num processo em que o camponês se torna um agricultor puro, sem os meios industriais que o mantiveram até então independente. É o processo de proletarização do campesinato. A necessidade de recursos monetários desdobra na liberação temporária de força de trabalho para atividades externas à unidade produtiva, configurando, assim, um “trabalho assessorio”. Para ele, o cenário que se desenhava é de uma situação na qual o campesinato, de forma crescente, deixava de ser fornecedor de alimentos para ser fornecedor de braços e comprador de cereais.

Kautsky (1972) observou que, embora resultando em uma fragilização da condição camponesa, a fragmentação da propriedade em pequenas explorações se expandia e se mantinha graças à indústria acessória. O que se percebia, portanto, era um movimento de polarização. Às custas das propriedades intermediárias, observava-se o aumento das pequenas e das grandes explorações. Este era, portanto, a particularidade do movimento do capital na agricultura.

Em elaboração sobre a compreensão do choque de tendências no processo do desenvolvimento do capitalismo na Rússia, Lenin, em 1896, apresentou sua contribuição ao debate quando, desde sua preocupação com o movimento histórico de diferenciação social do campesinato, publicou “O desenvolvimento do Capitalismo na Rússia”. A análise de Lenin (1985), construída em circunstâncias marcadamente distintas das de Kautsky, era contextual a um país de base agrária e de industrialização incipiente, e tinha como preocupação central o processo de formação do mercado interno, temática polêmica entre os marxistas e os populistas russos (NETTO, 1985).

À título conclusivo, Lenin destacava que as contradições observadas na Rússia do fim do século XIX eram típicas de qualquer economia mercantil e de qualquer capitalismo. No interior do campesinato essas contradições se expressavam na sua desintegração, num processo de “descamponização”, o que resultaria na destruição do campesinato patriarcal e na emergência de novos tipos de população rural. Mas, na leitura do teórico russo, essa diferenciação não se confirma como uma simples transformação decorrente de desigualdade entre fortunas, mas de uma reconfiguração de classe.

Se aproximando da tese de Kautsky (1972), em suma, trata de um processo tendencial de polarização em duas grandes classes. Todavia, era caracterizado por um período transitório de diferenciação interna do campesinato no qual se observava a formação de duas classes extremas, a dos camponeses ricos e a dos proletariados rurais, fortalecidas em detrimento de uma classe intermediária, a dos camponeses médios.

As contribuições de Kautsky (1972) e de Lenin (1985) para o debate da questão agrária se conformaram no sentido de evidenciar tendências sistêmicas que subjazem à reprodução do campesinato como uma categoria econômica subordinada à lógica da acumulação ampliada do capital, seja como reserva de força de trabalho para indústria, seja como produtora de alimentos a baixo custo, seja como devedora de um mercado financeiro. Kautsky (1972) enfatiza a concentração de capital na agricultura e a subordinação à indústria. Lenin (1985) destaca o processo de diferenciação social do campesinato. Embora tenham rompido e tenham, em grande sentido, retificado a leitura da extinção tendencial do campesinato, evidenciaram uma série de relações que apontavam para sua permanência.

Complexificando o debate sobre a permanência do campesinato no sistema capitalista, na década de 1920, o economista Alexander Chayanov (1981), desde a Rússia revolucionária, apresentou contribuições que se tornaram um divisor de águas nos estudos sobre o capitalismo no campo.

2.1.1.3 A lógica própria da economia camponesa: Chayanov e o equilíbrio entre produção e consumo

Diferentemente de Kautsky e Lenin, que visaram a teorização do campesinato em seu processo de desaparecimento, a preocupação de Chayanov (1981) foi compreender os fatores intrínsecos à classe que permitiam entender a sua convivência com formas especificamente capitalistas. Ele evidencia que o campesinato, tal como outros sistemas não capitalistas de produção, possui uma lógica própria que não é acessível por meio de categorias criadas para compreender formações capitalistas de produção e reprodução social.

Conforme trata Chayanov (1981), na economia camponesa, há uma coincidência entre unidade de produção e de consumo. Originalmente, racionalizada por um orçamento substancialmente qualitativo, a produção está condicionada às necessidades de consumo e manutenção da unidade doméstica. Nesse sentido, é a necessidade da família que regula a produção. A escolha do que

produzir e como produzir não estaria baseada na busca do lucro, mas na análise do que a unidade econômica precisa e no limite de mobilização da força de trabalho da família. Nesse sentido, a quantidade de trabalho empreendido pelo núcleo familiar está correlacionada à satisfação da demanda familiar. Se a demanda for suprida, não há mais necessidade de se aplicar mais trabalho na unidade familiar.

Chayanov (1981) não nega a interpenetração de uma lógica mercantil às lógicas não capitalistas, mas ressalta que a presença de um ou de outro elemento não caracteriza o todo e que, por mais que se possa identificar práticas de troca monetária e créditos, a economia camponesa ainda mantém seu caráter específico não capitalista. Segundo sua análise, quanto mais equilibrada a razão entre demanda por consumo e capacidade de trabalho (rendimento por unidade de trabalho), melhor a condição da unidade familiar.

Do ponto de vista da teoria econômica, a contribuição de Chayanov (1981) se desenvolveu no sentido da compreensão da coexistência do sistema econômico capitalista e de sistemas econômicos não capitalistas, ou melhor seria, da reprodução destes últimos no contexto de hegemonia mundial daquele. Todavia, o autor deu pouca ênfase ao largo processo de proletarianização camponesa que, mesmo não totalmente completo, se desenvolvia também por meio do trabalho acessório, destacado por Kaustky, estruturante na condição camponesa que se formou na periferia do Sul Global ao longo do século XX.

Cinco décadas depois da publicação de Chayanov (1981), a partir de uma ótica terceiro-mundista, pesquisadores criativos retraduziram as discussões clássicas da questão agrária, tomando a realidade dos camponeses das periferias do sistema mundial capitalista.

2.1.1.4 A diferenciação do campesinato em escala mundial: subordinação da agricultura à indústria e semiproletarianização do campesinato em Samir Amin

Como bem trata Amin (1977), o camponês de Chayanov constitui modos de produção pequeno-mercantes simples. É um produtor que realiza a produção por meios próprios e mantém relações de troca de parte determinada dos seus produtos com produtores em situação semelhante. Para o autor, esses modos de produção são recorrentes em diversas formações econômicas, mas não se reproduzem isolados nem de forma hegemônica. O camponês apresentado por Chayanov é, nesse sentido, típico do processo de desagregação das relações feudais, isto é, se desenvolve no processo de transição para economia capitalista. Quando há integração ao sistema de produção

capitalista, mudanças radicais ocorrem, mas não necessariamente refletem no desaparecimento do campesinato.

Amin (1977) observa que, no domínio do modo de produção capitalista, o modo de produção camponês é esvaziado de seu conteúdo e, portanto, descaracterizado. Os elementos que mantinham a sua independência (relativa) e autônoma produtiva, esvaecem. Para o autor, da forma como analisa Chayanov, devido à capacidade de intensificar o trabalho da unidade familiar e sobreviver sob remunerações mínimas, o camponês possui uma resiliência enorme, resistindo ao domínio da economia capitalista. Essa afirmação permite relacionar a lógica própria do campesinato à sua reprodução em concorrência assimétrica com a produção capitalista.

Assim, Amin (1977, p. 29) concluiu que a partir da concorrência desigual, “o capital dominante anula a renda, isto é, livra-se da propriedade fundiária e proletariza o camponês trabalhador”, em uma relação que implica na produção de um trabalhador à domicílio que, devido à preservação da propriedade da terra, mantém a aparência de um produtor-comerciante livre, mas é essencialmente um vendedor de força de trabalho.

Esta subordinação da agricultura camponesa se desenvolve por meio do capital agroindustrial, que financia os produtores rurais e determinam procedimentos de trabalho, escalas de produção e configurações de circulação. Nesta dinâmica, o camponês não é mais um produtor mercantil livre, mas um proletário que trabalha em sua residência habitual.

A partir de suas reflexões de ordem genérica, Amin (1977) foca sua análise sobre a questão camponesa no chamado terceiro mundo, desde a perspectiva da dialética do sistema mundial. A preocupação do autor vai no sentido de compreender as particularidades do campesinato da periferia do sistema mundial, ao buscar respostas em leitura sistêmica, cujas partes (centro e periferia) devem ser apreendidas a partir da interação que estabelecem no todo. Traz, portanto, uma contribuição metodológica chave no estudo sobre a evolução do campesinato no processo de acumulação capitalista, que questiona raciocínios dualistas, teleológicos e mecanicistas/economicistas, apresentando o subdesenvolvimento como a face inversa inerente do desenvolvimento, e não como uma etapa de transição.

De acordo com Amin (1977), a manutenção de relações pré-capitalistas, mesmo sob a hegemonia do capitalismo, é uma marca da evolução do capitalismo agrário no Terceiro

Mundo. Essas relações não capitalistas refletem, por exemplo, a baixa capacidade produtiva e a formação de uma espécie de semicampesinato ou semiproletário, para usar a terminologia do autor, que fornece força de trabalho subvalorizado para os empreendimentos capitalistas e produtos agrícolas de baixo valor, atendendo às demandas luxuosas de elite por trabalhos domésticos e outros serviços exclusivos por baixo preço.

Em suma, na discussão do campesinato como categoria sociológica/econômica, a mobilização dos clássicos produzidos pelos teóricos socialistas se mostra de importância particular para pensarmos a subordinação e a diferenciação, bem como os avanços em termos de uma racionalidade própria do campesinato e as dimensões estruturais impostas pela dialética do sistema mundial. A influência desses clássicos nos estudos rurais os torna fundamentais para compreensão dos estudos subsequentes.

O inexorável processo de desaparecimento do campesinato não se confirmou. Kautsky e Lenin já apontavam, em suas elaborações, vários elementos para problematizar essa tese, mas sem rechaçá-la. As contradições entre a teoria e prática, entre um anúncio de ruína e as evidências de elementos estruturais de reprodução econômica e social, foram fundamentais para os avanços nos estudos desta classe de alcance mundial, evidenciados nas elaborações de Chayanov e Amin. Este, em frutífero esforço de síntese e aplicação das teorias construídas em contexto europeu para a periferia do sistema mundial, articulou as discussões sobre diferenciação e proletarização do campesinato com as problematizações sobre sua reprodução, subordinada e sob modo específico, possibilitando a elaboração da ideia de um semicampesinato, cara ao estudo da superexploração do trabalhador, para o qual buscamos contribuir.

2.1.2 Campesinato como categoria política/ideológica

Ao entendermos **o campesinato como categoria política/ideológica**, partimos de abordagens sistêmicas e generalistas. Nesta abordagem, a dimensão política do campesinato não se dissocia de sua dimensão econômica, em termos da luta de classes. Assim, ela é tratada no campo da economia política, para o qual as condições materiais são centrais para a compreensão nas relações de poder e organização sociopolítica. Natureza da classe, rebeliões e formas de resistência cotidiana são, para nós, enfoques fundamentais.

2.1.2.1 A classe contraditória: propriedade privada da terra e o dilema político do campesinato em Marx e Engels

A propriedade privada da terra é, para Marx e Engels, o gargalo que separa o campesinato do proletariado. Sua manutenção no processo revolucionário se tornaria alvo de intensas discussões. No “18 de Brumário” (MARX, 1980) já se expressava o problema central da relação do campesinato com a política: a propriedade da terra. Na interpretação de Marx, como a propriedade da terra fundamenta a reprodução social do campesinato, este tende a tentar mantê-la a todo custo, ainda que seja se unindo a forças conservadoras. Isso se daria pela influência da propriedade privada da terra na formação da consciência de classe dos camponeses que, de tão fechados em suas unidades familiares, não formariam uma grandeza uniforme, solidária e coesa, nem entre si, nem em relação às outras classes subordinadas. Eram como batatas em um saco de batatas, conforme figurado por Marx.

A descrição de Marx sobre o campesinato como uma classe “egoísta” e, ao mesmo tempo, “dependente”, incapaz de liderar qualquer processo de transformação social radical, tem como pano de fundo a análise sobre a condição do trabalho do camponês no processo de acumulação industrial e sua crescente subordinação. O campesinato revolucionário, no entendimento de Marx, é aquele que se distancia da propriedade privada e se aproxima da divisão do trabalho tal como se mostra pleno nas cidades. É ali que se reproduz a contradição sistêmica em seu grau mais acentuado. O proletariado urbano seria a personificação destas contradições e das condições ideais para transcendê-las. Os antagonismos reais levariam, segundo Marx, à composição entre campesinato e proletariado urbano.

Cerca de quatro décadas depois do escrito de Marx sobre a Revolução de 1848 na França, Engels (1981), em “O problema camponês na França e na Alemanha”, retoma esse debate com a pujança que seu papel no cenário da socialdemocracia lhe conferia. Em seu texto, Engels evidencia como o problema camponês toma a ordem do dia nas discussões socialistas do fim do século XIX, num movimento dotado de obviedade, já que o campesinato se apresentava como um “elemento essencialíssimo da população, fator essencial da produção e de poder político” (ENGELS, 1981, p. 59).

A discussão e revisão sobre o papel político do campesinato nos processos revolucionários permeou as grandes discussões políticas da primeira metade século XX, com expressão particular no contexto russo. A Rússia, no fim do século XIX e início do século XX, foi marcada

pelo debate entre marxistas e populistas, que influenciaram toda a discussão posterior sobre o exercício político do campesinato.

2.1.2.2 As possibilidades de desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o debate de Lenin sobre as vias prussiana e americana

Na Rússia pré-revolucionária, os marxistas entendiam que a Rússia feudal deveria passar por um processo de transição que envolvia o desenvolvimento do capitalismo, movimento que refletiria no desenvolvimento das forças produtivas e na criação das condições para a sociedade socialista. Os populistas, por sua vez, entendiam que o socialismo poderia ser alcançado sem essa etapa, baseando-se no modo de vida e de organização dos camponeses (NETTO, 1985).

Os primeiros viam a propriedade parcelar camponesa como contraditória ao processo revolucionário. Nestes termos, numa nova sociedade e economia, a terra e a produção deveriam ser coletivizadas, pois a propriedade dos meios de produção deveria ser comum. Já os populistas observavam um potencial revolucionário no modo de vida camponês, no sentido do comunitarismo, e entendiam que a transformação social passava pela distribuição da terra para o campesinato, pela reforma agrária

Na polêmica com os populistas, Lenin (1985), no fim do século XIX, já identificava um processo de revolução burguesa na Rússia. Naquele contexto, apontava para duas possibilidades do desenvolvimento do capitalismo, o que na literatura sobre a questão agrária ficou conhecido como via prussiana e via americana. A via prussiana, de tipo *junker*, consistiria na transição via transformação da grande propriedade fundiária privada feudal em estabelecimentos de caráter puramente capitalista, isto é, latifúndios que se reproduzem por relações capitalistas. A segunda via, a chamada americana, consistiria no processo de desenvolvimento da pequena propriedade camponesa por meio da dissolução das propriedades feudais e, conseqüentemente, também do campesinato.

Na primeira, o papel do campesinato seria politicamente secundário e subordinado. As bases superestruturais se manteriam e a transformação seria dirigida pela burguesia reacionária e latifundiários liberais-monárquicos. Na segunda, as massas camponesas tomariam o protagonismo junto com o proletariado. O latifúndio e toda a sua base social seriam destruídos. Formar-se-iam, então, as condições para o desenvolvimento pleno das forças produtivas, numa situação mais favorável para o operariado e o campesinato, criando as disposições necessárias

para a transformação socialista. Essa seria, na leitura de Lenin, a via ideal que a Rússia deveria seguir. Contudo, ele admitia que variadas combinações dos dois caminhos para a revolução burguesa poderiam ocorrer. Foi o que se observou em outros cantos mundo, como estudado, meio século após a publicação de Lenin, por Barrington Moore Jr (1983).

Lenin trouxe uma importante contribuição ao entendimento de que as discussões sobre a implicação revolucionária do campesinato foram desenvolvidas já em meio a revoluções burguesas, não havendo, assim, possibilidades, em termos sistêmicos e não localizados, de uma via direta para o socialismo. Sua leitura reafirma o papel central do campesinato em processos revolucionários, mas em aliança com o operariado, logo, com o universo urbano. Em suma, o revolucionário russo sofisticou a abordagem acerca das possibilidades de participação do campesinato nos processos de mudança social e inaugura uma perspectiva analítica que seguiu sendo complexificada por outros autores.

Seis décadas depois, Eric Wolf (1984), em “As Guerras Camponesas do Século XX”, empreende, por método comparativo, um vultoso esforço para compreender determinadas generalidades que se expressam nas rebeliões e revoluções que, ao longo do século XX, o campesinato assumiu protagonismo.

2.1.2.3 Mudança social e sociedades agrárias: Eric R. Wolf e as revoluções camponesas

Eric R. Wolf (1984) se debruça sobre as experiências políticas do México, da Rússia, da China, do Vietnã, da Argélia e de Cuba, isto é, de processos sociohistóricos de luta social de inspiração socialista.

Como mostra o autor, em todas essas experiências, as fricções que eclodiram em conflitos armados e mudanças de regimes político-econômico-sociais traziam tensões que tinham raízes no passado. Todavia, segundo o antropólogo, não eram os conflitos passados que explicavam as guerras do último século do milênio. Na sua leitura, esses conflitos foram subsídios e “combustíveis” para rupturas surgidas a partir do avanço do capitalismo, isto é, a propagação e difusão de um sistema cultural típico do Atlântico Norte e até então estranho à maior parte do mundo e das sociedades. O trabalho vendido, a terra alugada e o capital livremente investido eram os principais fenômenos de distinção.

Essa transformação radical se expressou num combate assimétrico entre sociedades nas quais germinaram os capitalistas que a elas foram incorporados. Observava, então, que o conflito não

era puramente econômico, mas também cultural, entre um centro-metrópole capitalista e uma periferia pré ou não capitalista. Conforme elabora, a Europa, pouco arraigada às instituições e cerimoniais, além das pilhagens escravistas, mercantilizou os elementos estruturantes dessas sociedades. Nesse movimento, o capitalismo não inventava a extração de excedente do campesinato, mas rompia com relações que historicamente o justificaram e viabilizaram. O conflito com o campesinato não se apresentava como fruto do capitalismo, mas nele tomava uma forma específica. O racismo e a inferiorização cultural foram mobilizados para tratar a “população nativa” como trabalho “puro” (WOLF, 1984).

A obra de Wolf (1984) também trata dos diferentes papéis do campesinato nas rebeliões e revoluções, e ressalta a discussão clássica do marxismo de que o campesinato não possui as condições de fazer uma revolução sem liderança externa. Depreende que sua pesquisa corrobora com essa leitura, pois, por mais que o campesinato tenha sido central nos conflitos, não se apossou do Estado, seus mecanismos e centros de poder. O diferencial da análise do autor é que isto não está relacionado a uma “incapacidade” ou “inaptidão” do campesinato, mas às dimensões ideológica e cosmológica da sua luta política. No sentido por ele tratado, a utopia camponesa não é a tomada do poder central, mas a aldeia livre.

Em suma, conclui que “as rebeliões camponesas do século XX já não são simples respostas a problemas locais, se é que algo dia o foram. São reações provincianas às mudanças sociais maiores, provocadas por mudanças catastróficas” (WOLF, 1984, p. 353). Nesse sentido, a rebelião camponesa soma-se a uma estrutura social em erupção e é por esta oportunizada.

Em síntese, Wolf (1984) operacionaliza teorizações antropológicas para pensar as rebeliões camponesas e os papéis exercidos pelo campesinato, articulando cultura e política, no estudo da mudança social de sociedades que se rebelaram contra as investidas coloniais e imperialistas dos países centrais. Evidencia a importância do “choque cultural” para emergência do conflito político e para os seus desdobramentos. Assim, lança luz sobre a relação entre colonialismo e reprodução do campesinato em escala mundial e, logo, a exigência de análise sistêmica combinada ao estudo das particularidades locais.

O foco na rebelião e revoluções camponesas é alvo de problematização original de James Scott (2002; 2004). A noção de formas cotidianas da resistência camponesa trabalhada pelo antropólogo político permite acessar às formas e às práticas de resistência mais recorrentes em

contextos de forte assimetria de poder e de dependência econômica, evidenciando o protagonismo camponês em situações de subalternidade.

2.1.2.4 A resistência camponesa cotidiana: James Scott e a multiplicidade de formas de resistir

Desde contextos atravessados por processos de colonização, James Scott (2002) percebe certo paradoxo no estudo do campesinato diante da primazia histórica dos estudos das formas de resistência direta e explícita, como rebeliões, revoluções e movimentos sociais, não obstante serem as formas de resistência anônimas, indiretas, implícitas e silenciosas, as que predominam nas experiências sócio-históricas dos camponeses. Estas formas cotidianas de resistências camponesas, das quais trata Scott (2002; 2004), são, na sua concepção, a base tática política e social que sustenta e permite, em momentos críticos, a insurreição do campesinato.

Não há, em Scott (2002; 2004), uma secundarização das formas públicas de resistência, já que o autor entende que é no cotidiano e na luta diária pela manutenção das bases materiais de sobrevivência que se encontra o repertório de resistências mais empregado e mobilizado pelo campesinato. É nestas relações, nas quais se busca preservar a segurança e a proteção da unidade familiar camponesa (auto interesse), que se encontra a beleza da inventividade da sua resistência que, ao mesmo tempo, alcança vantagens imediatas e concretas, e despoja os movimentos expropriatório de recursos: “Este é, então, o coração do autointeresse da luta de classe cotidiana: a luta defensiva permanente de mitigar ou vencer a apropriação” (SCOTT, 2002, p. 28).

A essas formas de resistência, que envolvem insubordinações ideológicas e mecanismos diversos para impedir ou minimizar a apropriação material do trabalho, Scott (2004) denomina infrapolítica dos desvalidos. Os mecanismos se realizam em contextos específicos e são desenvolvidos em respostas a movimentos de dominação material e ideológica, tomando as formas de caça ilegal, táticas de atraso no trabalho (“corpo mole”), furto, enganações, fugas, e também resistências culturais, como os boatos, fofocas, contos populares, canções, gestos, piadas e performance teatral.

Para lidar conceitualmente com as formas de resistência cotidiana em contextos de forte assimetria de poder e de dependência econômica, em que a luta de classes se desenvolve sem embates diretos, mas mediados por uma série de códigos de comportamento e acomodação, Scott (2004) discute as noções de discurso público e discurso oculto. As noções de discurso público e de discurso oculto explicitam que, nas relações de classes, de uma forma geral,

ocorrem alternâncias de narrativas e práticas de acordo com as circunstâncias e atores com os quais se interage.

A importância da crítica de Scott (2002) não está em renegar a relevância política e simbólica dos movimentos, rebeliões e revoluções camponesas, mas em buscar compreender os conflitos de classe no campo a partir da totalidade. A concentração dos estudos nas formas diretas de resistência não só falseia a realidade camponesa, em sua diversidade, mas impede que sejam percebidas e compreendidas formas de resistências e de exercício de poder locais que, em contrapartida, permitem apreender as rupturas, continuidades e emergências em confronto no processo de mudança social.

Podemos considerar que, no âmbito da abordagem do campesinato como categoria política/ideológica, as teorizações oscilam entre o papel revolucionário desta classe e a dimensão estrutural que envolve relações de resistência e acomodações. Os exercícios comparativos são utilizados em ambas as vertentes, como fica evidente nos trabalhos de Eric Wolf e James Scott.

A articulação entre cultura e poder para o estudo da ação política do campesinato, perceptível desde Marx e Engels quando associam o suposto isolamento político do campesinato ao auto interesse da unidade familiar, possibilitam ferramentas analíticas fundamentais à análise que aqui empreendemos. Lenin, superando a polêmica da creditada incapacidade de articulação política do campesinato, percebe a unidade parcelar familiar como meio de neutralização da força aristocrática latifundiária. Wolf enfatiza a aldeia livre como a utopia camponesa, o que o afasta da direção de processos revolucionários. Já Scott, com quem encerramos, recupera a centralidade da auto-preservação da unidade familiar na racionalidade do campesinato para enfatizar as múltiplas formas de resistência camponesa.

De uma forma geral, esses enfoques analíticos sobre a reprodução e produção da ação política do campesinato influenciaram profundamente os estudos rurais ao longo do século XX, bem como as investigações contemporâneas, possibilitando importantes mediações entre economia política e antropologia, que aqui também abordamos quando trazemos o campesinato como categoria antropológica/cultural.

2.1.3 Campesinato como categoria antropológica/cultural

Quando analisamos o **campesinato como categoria antropológica/cultural**, consideramos o campesinato como uma ordem moral, constituída por uma diversidade de domínios socioantropológicos diferenciadores, tais como o da ética, relações de parentesco e vizinhança, relação com a natureza, da relação com o sagrado, dentre outros passíveis de compreensão específica. Esses elementos se concentram nas discussões relativas à organização social do campesinato, que presume a formação de comunidades/coletividades camponesas na centralidade da unidade familiar, na importância da terra para autonomia, bem como na autonomia como utopia. Para nós, domínio também inseparável do campo da economia política e que, tal como o “campesinato como categorias econômica/sociológica e política/ideológica”, é atravessado pela discussão sobre reprodução, com foco nos processos de mudança social e cultural.

2.1.3.1. A especificidade camponesa: as contribuições de Chayanov, Redfield e Wolf para pensar a reprodução sociocultural do campesinato.

Chayanov (1981), ao criticar o economicismo e o mecanicismo de determinadas abordagens sobre o campesinato, usa, como unidade de análise fundamental, o núcleo familiar por uma perspectiva macrosociológica. Quando o economista russo enfatiza que a unidade familiar se reproduz a partir de um equilíbrio entre a satisfação da demanda da família e a penosidade do trabalho, remonta a uma dimensão subjetiva que, localizada no âmbito da economia substantiva¹³, decorre em um cálculo econômico não utilitarista, no qual os aspectos relacionados às relações de parentesco e vizinhança, bem como crenças e tradições espirituais, podem influenciar a definição daquilo que é necessário

A abordagem macrosociológica e a dimensão subjetiva do campesinato, das quais trata Chayanov (1981), passaram, ainda na primeira metade do século XX, a serem tratadas como temáticas privilegiadas da antropologia. O estudo do campesinato pela antropologia foi fundamental para a “ampliação” do escopo disciplinar rumo à incorporação das investigações sobre as sociedades complexas e processos de mudança cultural.

¹³ Ver Karl Polanyi (2012).

O antropólogo americano Robert Redfield (1947) pode ser considerado um expoente genuíno desse esforço inicial, pela peculiaridade da sua contribuição e influência para os trabalhos posteriores. Redfield trata as sociedades camponesas como novo objeto da antropologia, no esforço de delimitar uma cultura camponesa. A operação metodológica para definir essa sociedade camponesa (*folk society*) é a da comparação e distinção desta em relação à sociedade urbano-industrial. Redfield (1947) elabora no sentido de definir um tipo de sociedade que se contrapõe à sociedade urbano industrial, mas que, frente ao seu avanço, está em processo de desorganização. Para ele, a *folk society* (primitivos e camponeses) constitui pequenas sociedades, isoladas, não literárias, homogêneas e com forte senso de solidariedade, se aproximando da noção de *gemeinschaft* de Tonnies e do conceito de solidariedade mecânica de Durkheim. Todas essas características se expressam numa racionalidade própria, numa *folk mentality*. A compreensão dessas sociedades passa, segundo o autor, por sua comparação com outras de outro tipo que acabam por evidenciar a sua desarticulação.

Embora Redfield (1947) avance em termos de localizar, antropologicamente, uma forma social de tipo diferenciado em processo de mudança, ele ainda sustenta a ideia de sociedades isoladas, numa perspectiva dualista. Contribuições subsequentes surgiram no sentido de questionar a ideia de um isolamento societário. Este esforço é emblemático na obra “Tipos de campesinato latino-americano: uma discussão preliminar”, publicada por Wolf em 1955, que rompe com a ideia de uma única sociedade camponesa.

Diferenciando-se da conceituação genérica de camponês, Wolf (2003) volta seus interesses para as especificidades, buscando compreender as diferentes formações camponesas que se desenvolvem a partir de distintas relações com o universo urbano. Para tanto, enfatiza a importância das transformações impulsionadas pelo processo de acumulação capitalista no que tange aos diversos segmentos camponeses, suas inter-relações e relações com outros segmentos da sociedade envolvente. Trata-se de um movimento multilinear, que acompanha a diversidade que envolve o desenvolvimento de mercados ao longo da expansão mundial.

A identificação de tipologias de campesinato¹⁴, conforme o autor operacionaliza, o situa numa perspectiva relacional, isto é, os tipos não podem ser compreendidos como um todo único e

¹⁴ Wolf (2003) investe de forma pormenorizada em dois tipos, justificando esta opção pela disponibilidade de dados etnográficos. Esses dois tipos são as comunidades corporadas e as comunidades abertas.

autossuficiente, mas em relação com outros segmentos. Por isso, formam culturas parciais. Quanto mais integradas aos outros segmentos e culturas, mais influentes são as forças externas. Mas, na sua ótica, compreender essas influências externas não basta, sendo necessário entender as inter-relações estabelecidas com o todo social.

Em suma, a discussão teórico-metodológica de Wolf (2003) confere o caráter histórico ao exercício de tipificação, ao considerar os diversos tipos de campesinato como produtos históricos, resultantes de uma malha de relações que se desenvolveram ao longo do tempo, na qual as articulações das partes com o todo são determinantes em suas formações. Como ele próprio afirma, “a integração num todo sociocultural maior é um processo histórico” (WOLF, 2003, 122).

De forma geral, a incorporação da dimensão cultural nos estudos sobre o campesinato, por meio de uma leitura substantantivista da sua lógica econômica, forneceu bases analíticas fecundas para pesquisas e teorizações posteriores, em sua maioria, a partir de campos da antropologia. Somada aos aspectos subjetivos da economia camponesa de Chayanov, o recorte do campesinato como um novo sujeito da antropologia se mostrou como uma contribuição particular de Redfield que, apesar de um esquema analítico dualista, forneceu importantes elementos para se compreender as ligações com a chamada sociedade envolvente. Wolf (2003) avança quando associa todas essas dimensões à economia política, situando o campesinato num processo de mudança social que não é somente local, mas mundial. A historicidade de sua análise representa uma sofisticação analítica que, ainda hoje, é uma grande referência aos estudos antropológicos sobre a reprodução camponesa nos processos de mudança social.

No Brasil, uma reflexão que dialogou com essa perspectiva para pensar a formação de um campesinato “de fronteira”, e se tornou uma importante referência nessa guinada, foi produzida pelo antropólogo Otávio Velho (2009), ainda no fim da década de 1960.

2.1.3.2 Capitalismo e campesinato: mudança cultural e campesinidade em Otávio Velho

Otávio Velho (2009) problematiza a transposição mecânica dos “modelos” de campesinato clássico, construídos para interpretar as realidades europeias, para a realidade brasileira. No entanto, para o autor, não obstante a plasticidade do conceito, a dicotomia camponês x proletário rural possui papel estruturante na sua operacionalização.

É nesse sentido que, diante da diversidade de situações concretas em que se pode constituir e reproduzir o campesinato, Velho (2009) propõe um esquema analítico para o campesinato brasileiro cuja disposição dos elementos caracterizadores indica um *continuum* de maior ou menor grau de campesinidade e de proletarização, entendidos como situações limites. Assim, no caso brasileiro, as situações que estariam mais próximas da autonomia e autossuficiência do camponês são as caracterizadas pela mínima integração ao sistema nacional e pela abundância de terras e escassez de mão-de-obra. Já as situações que se aproximariam da subordinação e dependência do proletariado se expressariam na alta integração ao sistema nacional e internacional, escassez de terra e excesso de mão-de-obra.

O movimento reflexivo de Velho (2009) abre caminhos para pensar a diversidade das formas camponesas no Brasil e sua relação com a economia política e com as condições ecológicas. Como deixa entender, talvez mais importante que buscar os casos-limites, tipos “puros” e ideais, seja o fato de que sua hipótese possibilita o entendimento de intermediações entre as duas situações extremas.

A perspectiva da campesinidade, como formulado por Velho (2009), aproxima os estudos culturais do campo da economia política ao mesmo tempo em que reserva a especificidade da leitura antropológica, como operação hermenêutica imprescindível aos estudos sobre a mudança social, permanências e as rupturas envolvendo a reprodução camponesa. Abre, assim, via de interpretação sobre as especificidades do campesinato no contexto brasileiro, sua relação com o sistema nacional e mundial, suas particularidades e suas racionalidades não capitalistas.

A noção de campesinidade foi empregada em diversos outros estudos, em especial no campo da antropologia, para operacionalizar a análise da diversidade camponesa, sua relação com a terra e economia substantiva.

2.1.3.3 A moral camponesa: terra como patrimônio em Woortmann e Wanderley

Valendo-se da ideia de uma campesinidade para pensar os diferentes graus de proximidade de determinado grupo social ou comunidade de um “tipo ideal” de campesinato, Klaus Woortmann (1987), em seu artigo “Com parente não se neguceia” analisa o campesinato como ordem moral.

Na obra, aparece a ideia de ética camponesa, que se constitui como percepção específica das relações sociais e da natureza, sintetizada por meio da terminologia *terra*. Woortmann (1987) não nega a existência de uma dimensão econômica constitutiva do campesinato, expressa pelas

relações mais amplas com a sociedade capitalista, mas inclui a dimensão moral subjacente à reprodução econômica do camponês. O autor empreende uma interpretação subjetiva sobre o trabalho do camponês, em que o valor de uso é substituído pelo uso como valor. A terra adquire, na perspectiva do autor, uma dimensão simbólica associada ao lugar de reprodução da vida e do grupo doméstico e aos elementos que lhes dão sentido de existência. Assim, a terra não é simplesmente um bem, é um patrimônio.

Considerando a relação entre terra e patrimônio, Maria Nazareth Braudel Wanderley (2009) elabora acerca dos movimentos de curta, de média e de longa distância dos trabalhadores camponeses, e como esses movimentos são estruturantes na reprodução social de parcela significativa dessa classe social. Para a autora, a fragilidade patrimonial e a instabilidade na posse da terra marcam o processo de constituição do campesinato brasileiro. No seu processo de formação, a conquista de uma terra para a família, que permita a emergência de novos arranjos e relações econômicas e sociais a partir de uma estabilidade territorial, possui centralidade.

Wanderley (2009) afirma que a migração é uma utopia que, neste âmbito, assume as faces de esperança e de fracasso. Se, por um lado, a “existência de uma fronteira agrícola, no interior do país, foi a condição que permitiu a estes camponeses garantir a autonomia do seu modo de vida, especialmente pela existência de terras livres, acessíveis através do sistema de posse” (WANDERLEY, 2009, p. 174), por outro, o risco do malogro sempre foi latente, pois, além das incertezas e contrariedades inerentes de todo processo de deslocamento e reestabelecimento, “o grande desafio consistia em vencer as mesmas condições de que se tentava escapar” (WANDERLEY, 2009, p. 175).

A noção de campesinidade, tal como resgatamos aqui, requer compreender o acesso à terra como elemento central na caracterização do campesinato, não somente acerca da sua qualidade e localização, mas atinente também à estabilidade (ou instabilidade) da relação. Assim, a reprodução do campesinato brasileiro, tal como abordada aqui, carrega o paradoxo entre a centralidade da terra e a precariedade do seu acesso, expresso nas suas diversas estratégias de criação e recriação.

Em suma, muitas das discussões que aqui revisitamos subsidiam a análise macrossociológica da comunidade dos Jorges como expressão de uma formação social e econômica camponesa.

Os dilemas econômicos, que envolvem a contradição estrutural entre subordinação e autonomia, a relação econômica com as indústrias siderúrgica e de papel e celulose, a organização do trabalho familiar e a semiproletarização, atravessam seu processo de formação. No âmbito político, a organização como uma classe, para a qual a utopia é a autonomia, é atravessada pelas contradições do processo de acumulação capitalista, e forja formas de resistência não fundamentadas no enfrentamento direto, num movimento que mescla resistência, concessão e colaboração em relação ao capital agroindustrial. Todavia, de um ponto de vista antropológico, a campesinidade, expressa num modo de vida camponês, fundamenta a reprodução socioambiental da comunidade, num *continuum* que se objetiva no território familiar dos Jorges, fruto de um processo migratório.

No campo brasileiro, as formas de conquista desses “territórios familiares” foram tão diversas quanto os grupos sociais que as empreenderam e se articularam historicamente em prol de sua defesa. Se em algumas regiões do país a organização desses grupos familiares se deu de maneira dispersa, fundamentada na unidade familiar/produtiva, em outras, o assentamento dos grupos deslocados forjou comunidades e territórios cotidianamente recriados com base nas relações parentesco e vizinhança, e num complexo arranjo socioespacial orientado por regimes de uso e apropriação comum da terra e dos recursos naturais. Geralmente, subjacentes a esses regimes de uso e apropriação comum da terra (porções territoriais oficialmente reconhecidas como terras tradicionalmente ocupadas), encontra-se o elemento étnico e racial cuja explicitação e elaboração de diacríticos variarão conforme a conjuntura e as necessidades e anseios grupais, bem como o elemento ambiental, dada as relações diferenciadas em termos de conservação e de uso dos recursos naturais.

A consolidação de uma série de estudos sobre e para esses grupos, associados à instituição de uma política pública para efetivação de direitos territoriais, étnico-raciais e socioambientais, se processou conjuntamente com a consagração da noção de povos e comunidades tradicionais que, dentre outros elementos categoriais, carrega consigo as possibilidades de articulação da noção de campesinato aos elementos étnico-racial e ambiental.

Essa articulação não se limita a essa noção, a exemplo de denominações singulares como “campesinato indígena” e “comunidades quilombolas”, que remetem a grupos étnico-raciais que, pelas suas especificidades sociohistóricas e sociopolíticas, tiveram, já na Constituição Federal de 1988, seus direitos territoriais e étnicos explicitamente reconhecidos como medidas

de reparação e de compensação históricas. Todavia, a noção de povos e comunidades tradicionais, ao se apresentar como uma atualização conceitual de determinados tipos de campesinato, ou campesinidades, oferece subsídios analíticos e compreensivos não só para dar conta da diversidade das formas camponesas brasileiras, mas também para provocar a extensão aos demais grupos de reconhecimento de singularidades étnicas e cultural, e logo, dos direitos que lhes são pertinentes.

2.2 Povos e comunidades tradicionais: a “ambientalização” do campesinato brasileiro

Do ponto de vista da categorização macrosociológica, a reprodução socioambiental das comunidades quilombolas no espaço rural requer, como defendemos, uma análise a partir das teorias do campesinato. Todavia, ela não é suficiente, dada a importância sociopolítica que a noção de povos e comunidades tradicionais possui nacionalmente. Nesse sentido, a abordagem dos povos e comunidades tradicionais permite aproximar o sujeito da nossa pesquisa, do ponto de vista analítico, de um debate particular inerente a sua construção social e política no Brasil contemporâneo.

A ascensão de uma interpretação antropológica/cultural do campesinato, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, forneceu bases empíricas e hermenêuticas para a consolidação de uma visão culturalista e subjetivista do campesinato brasileiro. Esta visão, associada ao amadurecimento dos debates internacionais a respeito das relações interétnicas e da problemática ambiental, evoluiu para a expressão da heterogeneidade cultural e territorial do campesinato, valorizando autotaxonomias sincronicamente à busca por uma generalidade categorial, sintetizada nas noções de populações ou povos e comunidades tradicionais. Esse movimento interpretativo se elucida ainda mais em algumas discussões de referência que sugerem a morte da capacidade explicativa do conceito de campesinato, de um paradigma camponês, e a substituição inevitável por nominalismos antropológicos (ALMEIDA, 2007).

A noção de populações, povos e comunidades tradicionais opera, contemporaneamente, como mecanismo de atualização semântica para a categoria campesinato, enfatizando interpretações culturalistas e privilegiando as relações interétnicas, territoriais e ambientais. Neste último quesito, ocorre uma “ambientalização” dos grupos sociais, coletividades e comunidades historicamente interpretadas como camponeses (LEFF, 2009), processo para o qual nos voltamos neste capítulo.

A emergência das ciências sociais¹⁵ no debate ambiental, e não deste debate nas ciências sociais¹⁶, resultou na ampliação da elucidação sobre os papéis dos seres humanos, suas sociedades e grupos sociais, tanto como responsáveis e estimuladores dos problemas ambientais (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991), quanto como produtores e reprodutores de saberes, práticas, cosmologias e relações adequadas à prevenção, resolução ou mitigação de determinadas adversidades (MORAN, 1994; MORAN; OSTROM, 2009). Na esteira do conservacionismo internacional, as chamadas populações, povos ou comunidades tradicionais passaram por um processo de ressemantização, interna e externa aos grupos, sobre os seus modos de vida, de produção, de conhecimento, em suma, sobre a relação sociedade-natureza por elas experienciadas, produzidas e reproduzidas historicamente (DIEGUES, 2001; CARNEIRO DA CUNHA; ALMEIDA, 2001; TOLEDO, 2001). Como bem sintetizam Carneiro Cunha e Almeida (2001, p. 184):

Numa surpreendente mudança de rumo ideológico, as populações tradicionais da Amazônia, que até recentemente eram consideradas como entraves ao 'desenvolvimento', ou na melhor das hipóteses como candidatas a ele, foram promovidas à linha de frente da modernidade. Essa mudança ocorreu basicamente através da associação entre essas populações e os conhecimentos tradicionais e a conservação ambiental. Ao mesmo tempo, as comunidades indígenas, antes desprezadas ou perseguidas pelos vizinhos de fronteira, transformaram-se de repente em modelos para os demais povos amazônicos despossuídos.

A definição de populações, povos e comunidades tradicionais é uma tarefa complexa devido, à apropriação recente destes termos, sua polissemia e interface categorial com conceitos como campesinato e indígenas. Vários autores se debruçaram sobre o tema nos últimos 30 anos, trazendo pontos de convergência e divergência que nos ensejam delinear algumas chaves analíticas primordiais.

2.2.1 Da difícil definição: entre tipologias enquadrantes e enquadramentos em tipologias

¹⁵ A abordagem da questão ambiental a partir das ciências sociais permite interpretar que a despeito da agudização das transformações ambientais nos últimos cinquenta anos em decorrência do extraordinário crescimento populacional e da produção de mercadorias, o que surge, nesse sentido, não são os problemas ambientais em si, mas uma nova racionalidade na abordagem dos problemas ambientais, bem como uma relativa mudança dos agentes provocadores e radical ampliação das escalas dos problemas, que passam a ser tomados como globais. Uma racionalidade ambiental, tal como tratado por Leff (2006).

¹⁶ Entendo aqui as ciências sociais no amplo espectro das ciências sociais e humanas, a discussão ambiental, não no mesmo sentido que desenvolve de forma hegemônica na atualidade, é observável em tempos muito anteriores conforme as discussões realizadas pela história ambiental, por exemplo.

As definições dos segmentos e grupos sociais adjetivados ou autoadjetivados oscilam entre tipologias enquadrantes e enquadramentos em tipologias. Aqui consideramos ambas, ao entendermos que estes movimentos interagem entre si numa construção processual permanente.

Como bem assinala Barretto Filho (2006), Antônio Carlos Diegues pode ser considerado o autor que introduz a discussão de populações tradicionais no Brasil, a partir da análise do debate conservacionista internacional, com importância particular na introdução deste debate no campo ambientalista brasileiro. Em “O mito da Natureza Intocada”, Diegues (2008) faz a seguinte descrição para comunidades tradicionais:

Comunidades tradicionais estão relacionadas com um tipo de organização econômica e social com reduzida acumulação de capital, não usando força de trabalho assalariado. Nela produtores independentes estão envolvidos em atividades econômicas de pequena escala, como agricultura e pesca, cólera e artesanato. Economicamente, portanto, essas comunidades se baseiam no uso de recursos naturais renováveis. Uma característica importante desse modo de produção mercantil (petty mode of production) é o conhecimento que os produtores têm dos recursos naturais, seus ciclos biológicos, hábitos alimentares, etc. Esse ‘know-how’ tradicional, passado de geração em geração, é um instrumento importante para a conservação. Como essas populações em geral não tem outra fonte de renda, o uso sustentado de recursos naturais é de fundamental importância. Seus padrões de consumo, baixa densidade populacional e limitado desenvolvimento tecnológico fazem com que sua interferência no meio ambiente seja pequena. Outras características importantes de muitas sociedades tradicionais são: a combinação de várias atividades econômicas (dentro de um complexo calendário), a reutilização dos dejetos e o relativamente baixo nível de poluição. A conservação dos recursos naturais é parte integrante de sua cultura, uma ideia expressa no Brasil pela palavra ‘respeito’ que se aplica não somente à natureza como também aos outros membros da comunidade (DIEGUES, 2008, p. 89)

Manuela Carneiro da Cunha e Mauro Almeida (2001), se limitando ao termo populações tradicionais, as definem numa perspectiva extensional:

Definir as populações tradicionais pela adesão à tradição seria contraditório com os conhecimentos antropológicos atuais. Defini-las como populações que têm baixo impacto sobre o ambiente, para depois afirmar que são ecológicamente sustentáveis, seria mera tautologia. Se as definirmos como populações que estão fora da esfera do mercado, vai ser difícil encontrá-las hoje em dia. É verdade que nos textos acadêmicos e jurídicos costuma-se descrever categorias por meio das propriedades ou características dos elementos que as constituem. Mas as categorias sociais também podem ser descritas "em extensão" -- isto é, pela simples enumeração dos elementos que as compõem. Por enquanto, achamos melhor definir as "populações tradicionais" de maneira "extensional", isto é, enumerando seus "membros" atuais, ou os candidatos a "membros". Esta abordagem está de acordo com a ênfase que daremos à criação e à apropriação de categorias. E o que é mais importante, aponta para a formação de sujeitos através de novas práticas (CARNEIRO DA CUNHA; ALMEIDA, 2001, p. 184).

Como assinalam os autores, a definição “extensional” não é algo novo, podendo ser aplicada para historicizar classificações como “índio”, “indígena”, “tribal”, “nativo”, “aborígene” e

"negro", que, não obstante terem origem atribuída a agentes externos no encontro colonial, foram processualmente apropriadas e ressemantizadas internamente. No caso das populações tradicionais, conforme assinalam Carneiro da Cunha e Almeida (2001), sua caracterização pressupõe noções ambientais.

Dentre os grupos já reconhecidos juridicamente pelos instrumentos administrativos, como o Centro Nacional de Populações Tradicionais (CNPT), anteriormente subordinado ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA) e, atualmente ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e designado Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT), as propriedades que os unificam estão associadas a um histórico de baixo impacto ambiental e a um pacto, uma disposição “a uma negociação: em troca do controle sobre o território, comprometem-se a prestar serviços ambientais” (CARNEIRO DA CUNHA; ALMEIDA, 2001, p. 184).

Barretto Filho (2006) discorda da definição, como ele adjetiva, “pactual” e “neotradicionalista”, proposta por Carneiro da Cunha e Almeida (2001), tendo em vista a “ruptura com os mecanismos conceituais e administrativos de controle e subordinação dos processos de mudança cultural - via planos de manejo e gestão, mecanismos estes vinculados à expectativa de estabilidade e equilíbrio cultural no tempo desses grupos” (BARRETTO FILHO, 2006, p. 139).

O autor não só desvincula a relação direta entre os grupos e segmentos que são entendidos ou se reivindicam como “populações tradicionais” e a conservação da biodiversidade, como permite trabalhar a noção para além da sua vinculação com áreas protegidas, expandindo o universo de análise, até então restritivo a um campo normativo e institucional. “Emancipando” conceitualmente esses grupos dos “mecanismos conceituais e administrativos de controle e subordinação” (BARRETO FILHO, 2006), a leitura devolve o destino às mãos de seus donos. Mas, isso não implica na negação das particularidades desses grupos, de suas territorialidades diferenciadas, e do necessário reconhecimento e defesa dos seus direitos territoriais. Não é à toa que o autor traz uma proposta de categorização das “populações tradicionais”. Para ele, podemos identificar os seguintes elementos caracterizadores:

Entre os critérios e referentes comuns que sustentam esse amplo guarda-chuva conceitual estão: a sua relação particular com a natureza, fundada em grande

dependência dos ciclos naturais e, por isso, num conhecimento profundo dos processos bio-ecológicos, que gerou um corpo de saberes técnicos e sistemas de uso e manejo dos recursos naturais adaptados às condições dos ecossistemas localizados em que vivem; a sua posição periférica face à economia de mercado, decorrente de processos históricos específicos – mas que, eventualmente, é tomada como característica intrínseca, permanente e substantiva desses grupos; e o fato de elas hoje ocuparem as últimas áreas marginais à respectivas economias nacionais dos países em que vivem e, desse modo, relativamente menos transformadas do que as áreas em que se desenvolveram a agricultura intensiva, a industrialização e a urbanização – fato que, por si só, é tomado como confirmação do entrelaçamento entre biodiversidade e sociodiversidade (BARRETTO FILHO, 2006, p. 121).

Em consonância com a discussão que publicamos anteriormente (SIMAN; OLIVEIRA, 2019), nas abordagens sobre populações, povos e comunidades tradicionais no Brasil, podemos destacar três correntes de análise mais ou menos convencionais: saber ambiental e a conservação da biodiversidade; subversão territorial e entrave ao desenvolvimento; relações de trabalho e superexploração. Seguimos, sucintamente, em suas especificações.

2.2.2 Saber ambiental e conservação da biodiversidade

A corrente a qual denominamos “saber ambiental e conservação da biodiversidade” é a primeira a reconhecer pública e politicamente a interpretação que aborda as populações tradicionais. Esta corrente se desenvolve com o foco nos conhecimentos tradicionais e na ênfase de sua importância para a conservação da biodiversidade, tendo como expoente notável o sociólogo e antropólogo Antônio Carlos Diegues.

Diegues (1999; 2001; 2004) assinala que a biodiversidade é um produto não só do universo natural, mas do universo social, partindo da ideia de que determinadas formações sociais e culturais se reproduzem historicamente por meio de uma relação simbiótica com o mundo natural, o que tende a resultar na promoção e na conservação da diversidade biológica. A dependência dos recursos naturais para a reprodução dessas populações propende a sua conservação e, até mesmo, sua potencialização por meio de práticas de manejo que promovem a biodiversidade. Estas práticas são sustentadas por um apurado conhecimento sobre os recursos naturais disponíveis e os ciclos naturais, o chamado conhecimento tradicional. Diegues (2004, p. 14) define conhecimento tradicional como: “saber e saber-fazer – a respeito do mundo natural, sobrenatural – gerados no âmbito da sociedade não-urbano/industrial, transmitido, em geral, oralmente de geração em geração”.

Em um trabalho que articula esforço conceitual e delimitação empírica das diversas experiências socioculturais identificáveis e caracterizáveis, em meio à enorme diversidade

social e ambiental do território brasileiro, Diegues (1999) traça uma tipologia das populações tradicionais, especificadas ora por seus aspectos laborais, ora por definições ambientais típicas de suas territorialidades, ora por fatores étnico-raciais. Assim, formam o acervo das populações tradicionais brasileiras, os tipos sociais não indígenas como: caiçaras, caipiras, babaçueiros, jangadeiros, pantaneiros, pastoreio, praiheiros, quilombolas, caboclos/ribeirinhos amazônicos, ribeirinhos não-amazônicos, sitiantes, pescadores, açorianos, sertanejos/vaqueiros. Para o autor, como um grupo/tipo diferenciado dos demais, os povos indígenas são classificados também como populações tradicionais.

Se, por um lado, são sociedades, grupos ou comunidades que produzem e reproduzem saberes e relações sociais e ambientais condizentes com a promoção e manutenção da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos, a segunda corrente traz a contradição de que, por outro lado, são recorrentemente tidos como entraves à modernização econômica, vistos assim, como barreiras ao processo de acumulação de capital.

2.2.3 Subversão territorial e entrave à mercantilização da terra

Os povos e comunidades tradicionais, classificação primordialmente aplicada por esta vertente, são por ela caracterizadas pela sua territorialidade diferenciada, historicamente construída e organizada por lógicas de controle, uso e apropriação peculiares em relação à apropriação mercantil. Mas que, paradoxalmente, é produto das próprias contradições do processo de desenvolvimento do capitalismo.

Desenvolvida a partir da noção de processo de territorialização, tal como trabalhado por Pacheco de Oliveira (2004), politiza a formação territorial de grupos e segmentos sociais específicos, sua organização e identidade comunitária e relações com a natureza e com o sagrado.

A esta perspectiva territorial, encontra-se subjacente a interpretação de que a racionalidade territorial histórica dos povos tradicionais (razão histórica), por sua *cosmografia*, subverte a razão territorial instrumental (razão instrumental) expressada pelo binômio público-privado e se traduz em regimes de propriedade comum que lhe imputam convergência e unidade (LITTLE, 2002).

Essas modalidades de uso comum da terra (ALMEIDA, 2010b) ou regimes de propriedade comum (LITTLE, 2002) são tidas, via de regra, como obsoletas, vestígios de um tempo passado

e fadadas ao desaparecimento com o desenvolvimento do mercado de terras. Além disso, são tomadas como mecanismo de imobilização de terras, como um obstáculo à hegemonização da lógica mercantil do uso da terra, sua apropriação como mercadoria e exploração rentista. Ou, como enfatiza Little (2002) são compreendidas como ameaça à soberania nacional. Nesse sentido, Almeida (2010a) evidencia o desenvolvimento de agroestratégias que se expressam no ataque aos direitos territoriais e étnicos através de mecanismos jurídico-formais e político-administrativos, bem como outras formas de “cercamentos” e inviabilizações.

Fundamentadas em uma suposta “crise alimentar” e na sua paradoxal saída esverdeada, e conduzidas por meio de uma articulação entre representações patronais nacionais (e regionais) e agências multilaterais, essas estratégias se constituem como articulações sofisticadas voltadas à ampliação do controle territorial associado ao domínio dos agronegócios e, *pari passu*, à desconstrução jurídica, administrativa e social das chamadas terras tradicionalmente ocupadas (ALMEIDA, 2010^a).

A narrativa mítica de terras ilimitadas, como se fossem recursos abertos e/ou “espaços vazios”, abre em decorrência um novo capítulo de conflitos sociais no campo, porquanto toda e qualquer extensão de terra é apresentada como disponível à expansão dos agronegócios. Fatores étnicos, laço de parentesco e práticas costumeiras de terras de herdeiros sem formalização de partilha, livre acesso aos campos naturais (no golfão maranhense, no cerrado, nas campinaranas de regiões amazônicas e nos campos da ilha de Marajó) e inúmeras outras situações de uso comum dos recursos naturais, que se encontram formalmente abrigadas sob a designação de terras tradicionalmente ocupadas, são vistas como representando obstáculos às transações de compra e venda de terras. Terras indígenas, terras de quilombos, faxinais, fundos de pasto, áreas de extrativismo das quebradeiras de coco babaçu e de castanheiros, segundo os interesses ruralistas, vêm dificultando a reestruturação formal do mercado de terras, deixando imensas extensões fora dos circuitos mercantis de troca. As agroestratégias visam a remover tais obstáculos e incentivar as possibilidades de compra e venda, ampliando as terras disponíveis aos empreendimentos vinculados aos agronegócios (ALMEIDA, 2010^a, p. 111).

As terras tradicionalmente ocupadas não são consideradas apenas como entraves à apropriação da renda da terra e dos seus recursos naturais, mas também como empecilho ao controle da força de trabalho que as sustentam. Nessa lógica, tanto o domínio da terra e quanto o do trabalho dos povos e comunidades tradicionais são subjacentes às chamadas agroestratégias. A articulação entre relações interétnicas e subordinação do trabalho fundamenta outra abordagem possível para os povos e comunidades tradicionais que possui importância particular em nossa análise.

2.2.3 Relações interétnicas e subordinação do trabalho

Segundo a terceira linha analítica, as populações tradicionais são abordadas a partir das relações de trabalho no sistema capitalista, suas contradições e reflexos na superexploração da força do trabalho e na formação de um trabalhador etnicamente diferenciado. Ao abordar a questão étnica e a sua relação com a exploração do trabalho no processo de acumulação capitalista, no trato das situações de povos indígenas brasileiros, Ferreira (2015, p. 4) assinala que a ênfase dada à terra e ao território nos estudos “tem relativamente invisibilizado o fato de que não são somente as terras indígenas (e seus recursos) os objetos de apropriação nos movimentos de expansão econômica, mas também o trabalho e os trabalhadores indígenas”. Em sua tese, ao estudar as contradições constituintes da relação entre tutela e protagonismo étnico de comunidades indígenas Terena, no estado do Mato Grosso do Sul, Ferreira (2013) evidencia a subordinação do trabalho indígena como elemento nevrálgico para se compreender a relação entre Estado, processo de acumulação e grupos étnicos.

Ferreira (2013) parte da teorização do antropólogo Claude Meillasoux sobre a existência de um **duplo mercado de trabalho** nas experiências societárias que passaram por processo de colonização, expressão da contradição estrutural entre desenvolvimento e subdesenvolvimento reproduzida por meio da articulação entre o capitalismo e a economia doméstica. O autor argumenta que se, por um lado, há um proletariado formado por **trabalhadores integrados**, que se reproduzem integralmente mediante relações de produção capitalista, verifica-se um expressivo contingente de **trabalhadores migrantes** que têm sua reprodução biológica e social parcialmente garantida pelas relações capitalistas, submetidos a baixos salários e a setores que “fogem” dos trabalhadores “integrados”.

A economia doméstica, que garante parte substancial da reprodução dos trabalhadores migrantes, torna-se, portanto, uma dinâmica socioeconômica fundamental no processo de acumulação, processando-se como *locus* de reserva de força de trabalho e fornecimento de produtos de baixo valor para a sociedade em geral. O pretexto racial é, nessa ótica, dimensão elementar na desvalorização desta força de trabalho.

Em perspectiva congênere, Salvador (2012) mobiliza a noção de **relação interétnica de trabalho** para compreender as dialéticas sociais - submissão e protagonismo; exploração da força de trabalho e estratégias de acesso a bens materiais valorizados na sociedade nacional - que permeiam a relação entre trabalhadores indígenas Terena e a agroindústria sucroalcooleira.

Já em Suzuki e Martins (2015), os mecanismos que remetem à **acumulação primitiva** são identificados nos processos de especialização da produção mercantil e na mobilidade da força de trabalho em comunidades remanescentes de quilombo no Vale do Ribeira, no Estado de São Paulo.

As três vertentes fornecem instrumentais analíticos importantes para a caracterização dos PCTs e identificação de suas interfaces com o conceito de campesinato aplicado ao contexto brasileiro. Conhecimento tradicional, subversão territorial e relações interétnicas trazem mediações frutíferas para analisarmos as relações com a natureza, com a terra e com o trabalho na reprodução socioambiental de comunidades negras rurais com processos de formação histórica e econômica à semelhança da comunidade dos Jorges.

Assim, a noção de povos e de comunidades tradicionais, para contribuir com a compreensão das reprodução socioambiental de comunidades camponesas remanescentes de quilombo, deve considerar a associação direta às qualidades ecológicas e a conflitualidade que envolve os processos de territorialização das comunidades negras rurais e as relações de trabalho estabelecidas com outros grupos étnicos.

A complexidade histórica-estrutural, que envolve a reprodução socioterritorial, sociocultural e sociopolítica das comunidades remanescentes de quilombo, impõe desafios metodológicos que evidenciam a necessidade de enfatizar debates negligenciados por perspectivas culturalistas, como é o caso da questão racial. Se, por um lado, a ênfase na abordagem sobre os elementos ambientais e territoriais das comunidades quilombolas, por meio da noção de povos e comunidades tradicionais, possibilitam a compreensão de relações ecológicas e de organização socioespacial diferenciadas, atualmente valorizadas por determinados setores sociais, por outro, acabam por ofuscar a discriminação e a perseguição racial, elementos estruturantes do próprio processo de formação econômica e identitária da categoria social.

Existem armadilhas conceituais e metodológicas que precisam ser reconhecidas nos estudos sobre as comunidades remanescentes de quilombo à pena de se realizar uma interpretação essencialista. Como não abordar criticamente uma categorização social que abrange, ao mesmo tempo, povos descendentes de trabalhadores livres, imigrantes europeus, referenciados como arianos, e povos cuja origem remete a trabalhadores negros escravizados de ancestralidade africana? Como não distinguir os direitos étnico-territoriais associados à reparação e

compensação histórica dos relacionados à tradicionalidade? Como não reconhecer que o racismo incide como mecanismo de inferiorização e, logo, de formação de uma classe de trabalhadores diferenciados e subvalorizados. Como não associar a superexploração do povo negro com o sexismo e a objetivação histórica da mulher negra, componente fundamental da reprodução social das famílias quilombolas? Em suma, como não considerar as relações raciais na construção do território e da identidade quilombola?

Não pretendemos responder a essas questões, mas usá-las como evidências de uma necessidade metodológica de se utilizar, impreterivelmente, amplas discussões desenvolvidas sobre a questão racial no Brasil e suas expressões no debate sobre os processos de territorialização das comunidades quilombolas.

2.3 Comunidades de quilombo: passado e presente de uma luta

A complexidade que envolve a transfiguração do campesinato negro em comunidades remanescentes de quilombo pode ser abordada pelos estudos histórico e arqueológicos, os estudos de comunidades negras rurais e o processo de ressemantização que atravessa a noção de quilombo. Nesta tese, focamos a relação entre o debate sobre um protocampesinato negro que, no período colonial, perpassava as *plantations* e a formação de quilombos, com a ressignificação do termo promovida pelo movimento negro e apropriada das mais diversas formas, inclusive, pelo campesinato negro brasileiro.

Como Wlamyra de Albuquerque e Walter Fraga Filho (2006) deixam evidente em “História do Negro no Brasil”, ao longo de pelo menos 300 anos, diversas formas de resistir e negar o sistema escravista se confluíram em busca de liberdade e de autonomia. De forma mais oculta, resistências como a manutenção e a recriação de religiões de matriz africana, a “africanização” do catolicismo, as desobediências múltiplas, as sabotagens e as conspirações se combinavam com formas mais ativas de rebeliões e fugas. No caso destas últimas, culminavam na formação de quilombos, ou mocambos, como também foram chamados.

2.3.1 Das plantations aos quilombos: resistência dos escravizados, emergência do campesinato negro no Brasil

O debate sobre a constituição de um campesinato brasileiro está diretamente associado à discussão sobre a formação de um campesinato negro que emergiu do processo extremamente violento e conflituoso de colonização e da expansão das relações capitalistas no Brasil.

Podemos destacar duas discussões que, decorrentes de um debate amplo sobre uma brecha camponesa nos regimes de *plantantios*, são fundamentais para a compreensão das origens do campesinato negro brasileiro: a existência de um protocampesinato negro no interior das *plantations*; e a existência de uma economia camponesa nos quilombos históricos. O historiador Ciro Flamarion Cardoso (2009) atribui essa contribuição à Tadeusz Lepkowski, que cunhou a expressão “brecha camponesa” e apontou as duas citadas vias para emergência de atividades produtivas de tipo camponês, que nas colônias escravistas transcendiam a lógica da *plantation*.

Em relação ao protocampesinato que emerge no interior da *plantation*, Ciro Cardoso (1987) o apresenta como estruturante para o regime escravista nas Américas. Em primeiro lugar, a formação de um protocampesinato negro foi fundamental devido a seu papel na subsistência dos trabalhadores escravizados, parcela substancial de força de trabalho no processo de colonização. Em segundo lugar, por ser um mecanismo de controle social que favorecia a estabilidade do sistema tal como ele se organizava.

Na obra “Escravo ou camponês: o protocampesinato negro nas Américas”, desde um profundo debate metodológico, Cardoso (1987) apresenta uma série de registros históricos e comentários de pesquisadores sobre um sistema de *plantation* cuja prática de concessão de lotes para o cultivo da população escrava se mostra nevrálgico. Nas passagens destacadas por ele, são inúmeros os exemplos nos quais trabalhadores escravizados mantinham roças para seu sustento, o que se fazia em combinação com o fornecimento de alimentação pelos senhores. Essa relação, na perspectiva de Cardoso (1987), foi expressivamente sólida, pois permitia uma espécie de “conciliação” com os trabalhadores escravos, que formatavam a concessão como mecanismo de independência. Em alguns casos, se percebia o legado dos lotes para familiares. Nesse sentido, a prática de concessão de lotes tinha a dupla função econômica e política.

Os efeitos da concessão de lotes transcendiam, segundo Cardoso (1987), as porteiras das *plantations*, alcançando relações mais amplas e complexas. Segundo o autor, são vários os registros que permitem inferir sobre a inserção dos trabalhadores escravizados cultivadores de lotes em uma economia mercantil, o que evidencia a importância dessa economia protocamponesa para formação de um mercado interno.

Se há algo que não deixa lugar a dúvidas, no Brasil ou alhures, é a vinculação da “brecha camponesa” às atividades mercantis – vinculação que os trabalhos recentes, apoiados em documentação abundante e adequada, vêm confirmando crescentemente. Sendo assim, ainda admitindo-se que as parcelas dos escravos cumpriam a função de

garantir no todo ou em parte, a reprodução da força de trabalho, considerá-las como economia natural é totalmente inadequado. Mesmo a mencionada reprodução passada, com frequência, pelo mercado: venda de alimentos correntes, para obter o que Barão de Pati do Alferes chamou de “comida de regalo” (CARDOSO, 1987, p. 108).

Se, por uma frente, a “brecha camponesa” se formava por meio da concessão de lotes e de emergência de um protocampesinato negro, numa espécie de pactuação assimétrica, por outra, como negação da ordem escravista, ela se constitua a partir da formação de comunidades de refúgio de trabalhadores escravizados. Essas comunidades, originalmente conhecidas como Mocambos, se popularizam sob o título de Quilombos (GOMES, 2015).

A palavra Quilombo ou Kilombo é de origem bantu. Segundo Kabengele Munanga (1996), seu uso no Brasil está relacionado à presença desses povos que para cá foram trazidos no processo de escravização ao qual foram submetidos. São povos originados do atual território de Angola e Zaire, como grupos lunda, ovimbundo, mbundu, kongo, imbangala etc. Não obstante ser originária da língua umbundo, do tronco bantu, “seu conteúdo enquanto instituição sociopolítica e militar é resultado de uma longa história envolvendo regiões e povos [...]” (MUNANGA, 1996, p. 58). O termo, assim, conota a movimentos de disputa territorial e de poder, que envolve conflitos e alianças entre os povos. Mais especificamente, o termo quilombo, no século XVI, se referia a uma sociedade guerreira formada pela aliança do príncipe lunda Kinguli com os grupos militares jaga, que se tornara sustentáculo de um poderoso processo de expansão civilizacional.

A palavra quilombo tem a conotação de uma associação de homens, aberta a todos sem distinção de filiação a qualquer linhagem, na qual os membros eram submetidos a dramáticos rituais de iniciação que os retiravam do âmbito protetor de suas linhagens e os integravam como co-guerreiros num regimento de super-homens invulneráveis às armas de inimigos. O quilombo amadurecido é uma instituição transcultural que recebeu contribuições de diversas culturas: lunda, imbangala, mbundu, kongo, wovimbundu, etc. Os ovimbundu contribuíram com a estrutura centralizada de seus campos de iniciação, campos esses que ainda se encontram hoje entre os mbundu e cokwe de Angola central e ocidental (MUNANGA, 1996, p. 60).

Na perspectiva de Munanga (1996), o quilombo na África, como uma associação guerreira multiétnica e aberta, apresenta-se como uma inspiração direta para a formação do Quilombo dos Palmares. A forma como Palmares, ícone dos quilombos no Brasil, se constituiu e se estruturou, remonta, sobremaneira, à configuração tal como a sociedade guerreira ganhou na África Central nos séculos XVI e XVII.

Zumbi, líder do Quilombo dos Palmares, foi morto em 1695, quase no fim do século XVII. Coincidentemente, a formação da instituição Kilombo no continente africano, especificamente na área cultural bantu, aconteceu também nos séculos XVI e XVII.

O quilombo africano, no seu processo de amadurecimento, tornou-se uma instituição política e militar transétnica, centralizada, formada por sujeitos masculinos submetidos a um ritual de iniciação. A iniciação, além de conferir-lhes forças específicas e qualidades de grandes guerreiros, tinha a função de unificá-los e integrá-los ritualmente, tendo em vista que foram recrutados das linhagens estrangeiras ao grupo de origem. Como instituição centralizada, o quilombo era liderado por um guerreiro entre guerreiros, um chefe intransigente dentro da rigidez da disciplina militar.

Pelo conteúdo, o quilombo brasileiro é, sem dúvida, uma cópia do quilombo africano reconstruído pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de uma outra estrutura política na qual se encontraram todos os oprimidos. Escravizados, revoltados, organizaram-se para fugir das senzalas e das plantações e ocuparam partes de territórios brasileiros não-povoados, geralmente de acesso difícil. Imitando o modelo africano, eles transformaram esses territórios em espécie de campos de iniciação à resistência, campos esses abertos a todos os oprimidos da sociedade (negros, índios e brancos), prefigurando um modelo de democracia plurirracial que o Brasil ainda está a buscar. Não há como negar a presença, na liderança desses movimentos de fuga organizados, de indivíduos escravizados oriundos da região bantu, em especial de Angola, onde foi desenvolvido o quilombo [...] (MUNANGA, 1996, p. 63).

Segundo Flávio Gomes (2018), nos arquivos oficiais coloniais da história nacional, a definição de quilombo aparece pela primeira vez em 1740. Para o Conselho Ultramarino, tratava-se de “toda a habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilão neles”. Todavia, em contextos municipais, já no século XVII, documentações definiam esses grupos nas situações em que tivessem dois ou mais escravos fugidos e a existência de “ranchos e pilões”, isto é, vestígios materiais que evidenciam uma estrutura econômica mais sedentária.

Cardoso (1987), em seu texto sobre a “brecha camponesa”, já indicava a formação de quilombos como um processo importante para se compreender a formação de um protocampesinato negro. Mas essa discussão foi sensivelmente desenvolvida por Carlos Magno Guimarães, pesquisador dos quilombos em Minas Gerais. Guimarães (1988; 1996) apresenta o quilombo como uma estrutura contra sistêmica, contraditória ao sistema escravista e representativo da luta de classes desenvolvida entre senhores e escravos. Os quilombos, para o autor, expressavam uma certa “institucionalização” da luta contra o regime escravista e os esforços de construção de uma outra sociedade.

Dos pontos abordados nesta parte podemos tirar algumas conclusões: Em primeiro lugar, a necessidade de superação da tese da incapacidade política do escravo, já que não apresenta elementos que a sustentem. Em segundo lugar, a necessidade de percepção dos quilombos não só na sua dimensão econômica (visão mais imediata), mas também na sua dimensão política, como agente coletivo no jogo das contradições que dão a tônica à dinâmica social. Em terceiro lugar, o fato de o quilombo, enquanto expressão da luta de classes entre senhores e escravos, ser uma realidade em torno da qual estavam divididos escravos e forros. Em quarto lugar, a inegável coesão da classe

proprietária de escravos no seu posicionamento diante do referido conflito. Finalmente, a percepção do quilombo não só como manifestação de rebeldia, mas principalmente como projeto político que evidencia estratégias de autonomia por parte de seus membros (GUIMARÃES, 1996, p. 155).

Essas unidades territoriais de resistência e de libertação desafiaram profundamente o sistema escravista, tanto pelas perdas “materiais” que representavam, quanto pelo fato de expressarem uma unidade política, um projeto alternativo, a forma mais bem acabada de negação da ordem escravista, para utilizarmos da tese de Carlos Magno Guimarães (1988;), em que os negros escravizados, e não raras vezes os indígenas, se tornavam mais ou menos senhores do seu destino. Símbolo maior dessas unidades de resistência se tornou Palmares (GOMES, 2015), que, sobretudo ao longo do século XX, se consolidou como símbolo do movimento negro, da luta contra o racismo e pelos direitos étnico-territoriais das comunidades remanescentes de quilombo (ARRUTI, 2006). Para além, ressignificados, Palmares e os quilombos, fizeram a ponte entre a resistência negra do passado e do presente, funcionando como síntese da continuidade do projeto de libertação e protagonismo étnico-racial.

2.3.2 Ressemantização do quilombo: o quilombismo de Abdias Nascimento e a conquista de direitos das comunidades remanescentes de quilombo

Embora seja comum e simbolicamente pertinente a referência a Palmares e aos chamados quilombos históricos (unidades territoriais formadas por pessoas escravizadas em fuga durante o período escravista), a noção de quilombo foi alargada nas últimas décadas, passando a remeter, também, e talvez, sobretudo, a unidades territoriais formadas por afrodescendentes cuja ancestralidade remete ao histórico de escravização e nas quais as relações sociais e espaciais, sustentadas por relações de parentesco e vizinhança, se fundamentam numa memória coletiva e em usos e apropriações dos recursos naturais subordinados a regimes de uso comum, seja em ambiente urbano ou rural, mas especialmente neste último.

Personagem central nesse processo foi Abdias do Nascimento que, através de obras clássicas como o “Genocídio do Povo Negro” (NASCIMENTO, 2016) e o “Quilombismo” (NASCIMENTO, 2019), elaborou sobre essa ressemantização¹⁷. Na primeira obra, Nascimento

¹⁷ Sem dúvida, não foi Abdias Nascimento a única expressão intelectual do processo de ressemantização. Até porque trata-se da construção de um problema social que é de natureza coletiva por excelência. O Movimento Negro Unificado (MNU), por exemplo, teve papel fundamental nesse processo, tendo responsabilidade particular

(2016) desenvolve uma crítica profunda ao “mito da democracia racial”, operado pela *intelligentsia* branca para povoar o imaginário nacional a partir de uma ideia de que, no Brasil, a escravidão teria sido mais branda do que em outros processos de colonização fora da América Latina, e que a miscigenação e as interações socioculturais são expressões de uma harmonia social e ausência de dominação racial.

Abdias do Nascimento desconstrói as bases que sustentam o mito da democracia racial ao evidenciar discursivamente e empiricamente que a história da formação nacional fora marcada pela escravidão, num processo de dominação que legou ao país uma estrutura social extremamente racista e segregada. A miscigenação, na leitura de Nascimento (2016), foi levada a cabo a partir da exploração sexual da mulher negra e de sua objetivação no seio de uma estrutura patriarcal herdada de Portugal. Na elaboração do pensador, tanto o período da escravidão como o do pós-escravidão podem ser caracterizados como contextos nos quais se desenvolveu o genocídio do povo negro. No regime escravista, esse extermínio se evidenciou na desumanização dos escravizados e na sua submissão às práticas extremamente violentas que provocaram uma mortalidade sistemática, no bloqueio do acesso à terra e os investimentos em políticas migratórias de cunho embranquecedor. No pós-abolição, além da continuidade das políticas migratórias, a morte induzida do povo negro se manteve pela inviabilização econômica e social, a perseguição aos cultos religiosos e aos movimentos sociais e, por fim, à negação da existência de uma questão racial no país por meio da afirmação do mito da democracia racial.

Nessa discussão, Nascimento (2016), intelectual negro que reivindica seu lugar de fala como pessoa que é parte da matéria investigada e, por isso, traz uma contribuição particular e um “conhecimento de causa” (sem compromisso com qualquer pretensão de imparcialidade), rememora os quilombos para evidenciar uma forma de resistência negra exemplar, um verdadeiro esforço de luta rumo a algo que se aproxima de uma democracia plurirracial. Nesta elaboração, Palmares é o símbolo maior e Zumbi o personagem que representa a luta pela liberdade do povo negro e construção de uma nação multirracial.

Em “O Quilombismo: documentos de uma militância pan-africanistas”, publicado dois anos após o “Genocídio do Povo Negro”, Nascimento (2019) amadurece essa discussão através da

na inserção dos direitos étnicos-territoriais das comunidades remanescentes de quilombo no texto constitucional, na década de 1980.

noção de quilombismo. Como uma ferramenta teórico-conceitual que instrumentaliza uma reinterpretação do papel do povo negro na história do Brasil, por uma perspectiva descolonizadora e anti-imperialista, a noção de quilombismo mobiliza as bases intelectuais e práticas que viabilizam a ressemantização do conceito de quilombo e a sua utilização como arma discursiva. Na reflexão de Nascimento (2019), que sem dúvida alguma expressa uma série de acúmulos de discussões no interior do movimento negro no Brasil, a tomada de consciência sobre a importância do negro para o país passa pela compreensão de um sentimento quilombista, isto é, a produção de um pensamento histórico e social que reconheça o processo de exercício do racismo, da exclusão, da espoliação e da segregação em prejuízo ao povo negro e em benefício a uma camada branca minoritária da população. E também da rememoração das experiências das resistências negras expressas nas diversas estratégias, formatações e elaborações coletivas, epistemológicas e práticas, projetadas e conduzidas.

Este é um retrato imperfeito de uma situação mais grave, a qual tem sido realidade em todo o decorrer de nossa história. Desta realidade é que nasce a necessidade urgente ao negro de defender sua sobrevivência e de assegurar a sua existência de ser. Os quilombos resultaram dessa exigência vital dos africanos escravizados, no esforço de resgatar sua liberdade e dignidade através da fuga ao cativeiro e da organização de uma sociedade livre. A multiplicação dos quilombos fez dele um autêntico movimento amplo e permanente. Dando a impressão de um acidente esporádico no começo, rapidamente se transformou de um imprevisto de emergência em metódica e constante vivência dos descendentes de africanos que se recusavam à submissão, à exploração e à violência do sistema escravista. O quilombismo se estruturava em formas associativas que tanto podiam estar localizadas no seio de florestas de difícil acesso, que facilitava sua defesa e organização econômico-social própria, como também assumiram modelos de organização permitidos ou tolerados, frequentemente com ostensivas finalidades religiosas (católica), recreativas, beneficentes, esportivas, culturais ou de auxílio mútuo. Não importam as aparências e os objetivos declarados: fundamentalmente, todos eles preencheram, uma importante função social para a comunidade negra, desempenhando um papel relevante na sustentação da comunidade africana. Genuínos focos de resistência física e cultural. Objetivamente, essa rede de associações, irmandades, confrarias, clubes, grêmios, terreiros, centros, tendas, afoxés, escolas de samba, gafieiras foram e são os quilombos legalizados pela sociedade dominante; do outro lado da lei, erguem-se os quilombos revelados que conhecemos. Porém tanto os permitidos quanto os “ilegais” foram uma unidade, uma afirmação humana, étnica e cultural, a um tempo integrando uma prática de libertação e assumindo o comando da própria história. A este complexo de significações, a esta *práxis* afro-brasileira, eu denomino de quilombismo (NASCIMENTO, 2019, p. 281-282).

Essa ressemantização do termo quilombo tomou expressão particular a partir das lutas sociais travadas pelo movimento negro no contexto da Assembleia Nacional Constituinte, as quais, fortalecidas pelos questionamentos do mito da democracia racial, pelo desfacelamento do regime militar e pela ampliação dos espaços de participação política, culminaram na instituição

de garantias constitucionais relativas aos direitos étnico-territoriais das então chamadas comunidades remanescentes de quilombos, assim como do povo negro em geral. Esse movimento de ressemantização, conforme discutido por Arruti (2006), se manifestou em termos jurídicos, acadêmicos e socioculturais, expressos, respectivamente, nos paradigmas sustentados pelas noções de remanescentes, terras de uso comum e etnicidade.

Em termos jurídicos, os direitos étnicos e territoriais das comunidades quilombolas tiveram suas bases instituídas, sobretudo, pelos artigos 68 do Ato das Disposições Constitucionais, que determinam o reconhecimento e titulação das terras das comunidades quilombolas e, dos artigos 215 e 216, que versam sobre a proteção e a promoção das manifestações e do patrimônio cultural da população afrodescendente (ARRUTI, 2006). Além das garantias constitucionais, foram selados tratados internacionais que também as protegem e promovem, como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que versa sobre o direito de consulta em caso de intervenções territoriais por atividades econômicas externas ao grupo, a Convenção da Diversidade Biológica, a Convenção da Diversidade Cultural e o sistema de proteção aos direitos humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), com importância particular a Convenção Nacional de Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial. As prerrogativas constitucionais, em especial aquelas relacionadas aos direitos territoriais, foram normatizadas pelo Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos¹⁸. No que tange ao universo dos povos e comunidade tradicionais, cuja matéria jurídica abrange as comunidades

¹⁸ O decreto 4.887 representa o principal avanço legislativo para o direito das comunidades quilombolas pós Constituição de 1988. Ele, além da definição jurídica de comunidades remanescentes de quilombo, que reifica critérios de auto-atribuição, traz as normativas que procedimenta a titulação dos territórios quilombolas. Sobre as conceituações chaves, o artigo segundo define sobre as comunidades remanescentes de quilombo e suas terras:

Art. 2o Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

§ 1o Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.

§ 2o São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural (BRASIL, s/p, 2003).

quilombolas, os direitos territoriais e culturais foram consagrados pelo Decreto 6.040 de 7 de fevereiro de 2007 (COSTA FILHO, 2016).

As dimensões acadêmicas e socioculturais, sustentadas pelos paradigmas das terras, uso comum e etnicidade, pelas suas especificidades teóricas, serão abordadas no próximo capítulo, quando trataremos da conflitualidade territorial. A dimensão jurídica, e toda sua contradição inerente, que se expressa na ampliação e complexificação das mobilizações sociais em torno dos direitos dos remanescentes de quilombo, é pormenorizada quando, no capítulo seguinte, versaremos sobre a conflitualidade étnico-racial.

2.4 Considerações finais

As discussões deste capítulo consistiram num esforço de desenvolvimento das premissas teóricas e metodológicas para a análise sobre o processo de territorialização da Comunidade dos Jorges e suas conflitualidades étnico-raciais e agroambientais inerentes.

Como esforço de compreensão sobre como conceituamos campesinato negro, discutimos a categoria campesinato, a partir de três dimensões analíticas convencionais, entendendo que esta classe, por ser tão diversa em suas expressões, é de difícil definição. Apresentamos autores que fornecem instrumentais hermenêuticos para abordar o campesinato a partir de uma interação macrossociológica e microssociológica, na viabilização de uma análise multiescalar e multifatorial dos processos de luta e de recriação camponesa.

Entendemos que a conflitualidade étnico-racial é inerente ao processo de territorialização do campesinato negro que, atualmente, se depara com a possibilidade de incorporar, conjuntamente com a identidade quilombola, os valores e atributos ambientais embutidos na noção de povos e comunidades tradicionais. Tratamos, nesse sentido, que ambas categorias (comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais) não são excludentes, mas também não se subsomem. Trata-se de categorias complementares, tanto do ponto de vista analítico, quanto no que diz respeito às lutas por reconhecimento social e efetivação dos direitos raciais, étnicos e territoriais.

3 CONTRADIÇÕES DA REPRODUÇÃO SOCIOAMBIENTAL DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: as conflitualidades agroambiental, territorial e étnico-racial

Neste capítulo serão analisadas as conflitualidades agroambiental, territorial e étnico-racial que envolvem a reprodução socioambiental das comunidades remanescentes de quilombo, em especial, as decorrentes da reconfiguração econômica e sociopolítica consolidadas nas primeiras décadas do século XXI, considerando os aspectos que remontam aos contextos de crise em escala mundial. Além disso, identificaremos os elementos que contribuem para a compreensão da reprodução socioambiental da comunidade dos Jorges, possibilitando um diálogo entre as múltiplas escalas que atravessam a sua existência como grupo social e familiar.

Em interlocução com a problemática apresentada no capítulo introdutório, partimos do pressuposto de que os contextos de crise exigem resiliência e resistência das comunidades remanescentes de quilombo. Estas comunidades tomam forma e conteúdo que elucidam aspectos estruturais e elementos conjunturais ilustrativos de continuidades, rupturas e novidades nas relações étnico-raciais no Brasil rural.

A crise econômica mundial se desdobra no aprofundamento das desigualdades¹⁹, na ampliação e agudização da superexploração do trabalho²⁰ e da natureza, e em disputas intercapitalistas que dão folego e expressividade aos segmentos ultraconservadores de orientação fascista²¹. Por outro lado, a situação de crise se dá com reconfigurações políticas e culturais na luta pela terra e território, e avanço de experiências de economia solidária e valorização localizadas do comum.

A crise ambiental se evidencia pelo acentuado comprometimento de recursos naturais vitais; pela acentuação de conflitos ambientais; pela simplificação genética e da paisagem; pela crescente insegurança alimentar, e pela emergência de pandemias. Em contraponto, há

¹⁹ Ver estudo de Piketty, Saez e Zucman (2018), intitulado “World Inequality Report”.

²⁰ Ver estudo de Santana (2013), intitulado “Dependência e superexploração do trabalho no capitalismo contemporâneo”.

²¹ Ver estudo de Soares, Simões e Romero (2020), intitulado “Crises econômicas, ascensões da extrema direita e a relativização dos direitos humanos”.

movimentos de valorização e de qualificação das relações sociotécnicas sustentáveis, lutas por conservação da biodiversidade e ações amplas de solidariedade diante de desastres ambientais e efeitos perversos de pandemias como a Covid 19.

A crise político-institucional brasileira, que se aprofundou com a deposição da presidenta Dilma Rouseff, em 2016, e com a eleição do ultraconservador Jair Bolsonaro, em 2018, episódios emblemáticos, se desenvolve em meio aos ataques e às tentativas de revogações das conquistas históricas das comunidades remanescentes de quilombos, povos indígenas e demais povos e comunidades tradicionais, assim como o desmantelamento das instituições de promoção e garantia dos seus direitos. Tudo isso em consonância com o recrudescimento da violência estatal e privada direcionada a estes grupos. Em contraposição, houve fortalecimento do movimento negro por meio de ampla aliança em defesa de direitos difusos e específicos, e a consolidação do Movimento Quilombola, em escalas nacional e estaduais, com extensa articulação com amplos setores e convergência de pautas, dentre elas, a territorial e a ambiental.

A abordagem do recorte temporal das duas últimas décadas se explica pela adoção de dois marcos. O primeiro remete à temporalidade de emergência de um pacto da economia política do agronegócio, tal como trabalhado por Guilherme da Costa Delgado (2012). Na perspectiva do autor, este pacto tem suas raízes no Governo FHC II (1999-2002), mas se mostra mais evidente nos anos 2000. O segundo fator temporal diz respeito à estruturação de agroestratégias, tal como elaborado por Alfredo Wagner de Almeida (2010a), como práticas sistemáticas investidas por grupos de interesses ligados ao agronegócio visando ao amplo controle fundiário no Brasil, consolidadas também na primeira década do século XX e intensificadas, radicalmente, nos últimos 10 anos.

3.1 Acumulação primitiva, pilhagem territorial e superexploração do trabalho

A história da comunidade dos Jorges, à semelhança das demais comunidades negras rurais, é marcada pela diáspora inaugurada no processo de formação do capitalismo, cuja escravização dos povos africanos e a sua inserção forçada no chamado novo mundo foram movimentos estruturantes, possibilitando relações de exploração e expropriação específicas nos trópicos.

A modernidade, na perspectiva ocidental ou ocidentalizada, tem nas expansões ultramarinas do fim do século XV como marco de origem. Ali se inauguraram arranjos econômicos, políticos e culturais que formaram as bases do processo de acumulação mundial e surgimento do

capitalismo como sistema econômico de alcance global. Neste movimento, o processo de colonização, mais do que uma aventura econômica/religiosa europeia, foi um movimento de reconfiguração territorial engendrado sob mecanismos extraeconômicos que remontam à acumulação primitiva.

Partimos, assim, do pressuposto de que o capítulo XXIV d’“O Capital” de Karl Marx (1977), intitulado “A origem do Capital: a acumulação primitiva”, compõe o que pode ser considerado a síntese da questão agrária como problema sociológico e político, isto é, a conformação de um conjunto de elementos teóricos e empíricos que respalda o debate sobre o papel da terra e do campesinato nos processos de desenvolvimento da industrialização e do capitalismo. Nesta obra seminal, Marx (1977) desenvolve a ideia de que a acumulação do capital, que permitiu a emergência do sistema capitalista, se processou por meios extraeconômicos, ilustrados exemplarmente pelos chamados cercamentos e pela expropriação violenta do campesinato na Inglaterra, que liberou terra e força de trabalho para a nascente produção industrial. Ali se evidenciou a emergência do processo de transformação da terra e do trabalho em mercadorias, por conseguinte, as condições necessárias à gênese do capitalismo.

Indicada por Marx (1977), mas desenvolvida com maior profundidade por outros autores como André Gunder Frank (1976) e Eric Willians (1975), a captura das riquezas naturais e do trabalho das sociedades e grupos das regiões conquistadas pelos processos de colonização, que se desenvolveram a partir do século XVI, foi fundamental no processo de acumulação originária do capital. Para além do contexto originário do capitalismo, as contribuições teóricas e empíricas contidas nos esforços intelectuais de Frank (1976) e Rui Mauro Marini (2005a), por exemplo, permitem compreender que as práticas e razões inscritas nos processos de acumulação primitiva, por meio dos mecanismos extraeconômicos, são, certamente, fundamentais na própria reprodução do sistema capitalista. Como bem explica Frank (1976), a acumulação primitiva denota mecanismos de acumulação a partir das relações não capitalistas ou da transformação destas em capitalistas e, portanto, não lhe cabe restrição conjuntural, observando-se sua manutenção na contemporaneidade, quando aquelas relações ainda se reproduzem. Para diferenciar este movimento de acumulação (por meios extraeconômicos) contemporâneo do propriamente originário, Frank utiliza do termo acumulação primária.

[...] Essa produção não-capitalista, assim como a acumulação baseada sobre ela, deve – para ser distinguida da acumulação e produção pré-capitalistas “primitivas” – ser chamada de acumulação “primária” (Roger Barta chama-a de acumulação primitiva

permanente.) Essa acumulação primária, baseada em parte sobre a produção obtida através de relações de produção não-capitalistas, tem sido uma companheira frequente, senão mesmo constante, do processo capitalista de acumulação do capital inclusive em seus estágios desenvolvidos, quando há dominância do trabalho assalariado e mesmo da mais-valia relativa. [Não há dúvida de que essa acumulação primária deu uma contribuição substancial, ou mesmo essencial, à acumulação capitalista do capital. Essa acumulação primária do capital pode ou não implicar uma superexploração do produtor não-assalariado, situado abaixo do mínimo de subsistência e de reprodução. Implica superexploração do trabalho assalariado na medida em que o fundo de consumo deste e a reprodução de sua força de trabalho provêm diretamente daquela produção não capitalista (FRANK, 1977, p. 25)

Frank (1973) pensava em termos sistêmicos e mundiais. O autor queria entender a contribuição do chamado Terceiro Mundo no processo de acumulação. Nesse sentido, as conquistas territoriais e a superexploração da força de trabalho, necessárias à acumulação baseada em relações não capitalistas, se perpetuam, na leitura do autor, como mecanismos estruturantes do sistema, o que permite compreender o “desenvolvimento do processo do subdesenvolvimento”.

Como elemento que caracteriza o subdesenvolvimento, a categoria superexploração do trabalho ganha centralidade num processo de acumulação viabilizado por meio de práticas extra-econômicas. Marini (2005a), em rigorosa análise desta categoria, compreende que a dependência²² dos países da América Latina, em relação aos países centrais, implica numa relação estrutural de transferência de valor que conduz a mecanismos de compensação internos às nações da região que se objetificam na superexploração da força de trabalho. O autor destaca três mecanismos de compensação baseados na superexploração do trabalho: a) intensificação do trabalho; b) prolongamento da jornada de trabalho; c) expropriação de parte do trabalho necessário para reprodução.

Conforme assinala, as particularidades das atividades produtivas agrárias e extrativas, cuja importância econômica na América Latina é fundamental, legam ainda mais vantagens da superexploração, quando comparadas às atividades industriais, pelo fato de contarem com elementos disponíveis na natureza apropriáveis sem aplicação adicional de capital.

[...] De fato, mais que na indústria fabril, na qual um aumento de trabalho implica pelo menos um maior gasto de matérias-primas, na indústria extrativa e na agricultura o efeito do aumento do trabalho sobre os elementos do capital constante é muito menos sensível, sendo possível, pela simples ação do homem sobre a natureza, aumentar a riqueza produzida sem um capital adicional. Entende-se que, nessas circunstâncias, a

²² Nas palavras de Marini, se constitui como “uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência (MARINI, 2005, p. 141)”.

atividade produtiva baseia-se sobretudo no uso extensivo e intensivo da força de trabalho: isso permite baixar a composição-valor do capital, o que, aliado à intensificação do grau de exploração do trabalho, faz com que se elevem simultaneamente as taxas de mais-valia e de lucro (MARINI, 2005a, p. 156).

Esses autores, que orbitaram em torno da Teoria Marxista da Dependência, partem da ideia de que, a partir do processo de acumulação originária, o mundo se polarizou entre uma periferia produtora de matéria prima e um centro industrializado, investidor de capital e circulador de mercadoria, até o início do século XX, exclusivamente representado pela Europa (FRANK, 1977; MARINI, 2005a). As independências políticas e a formação dos Estados-nação na parte inferior do globo se deram a partir de relações de dependência econômica e tecnológica (MARINI, 2005a), sob a hegemonia inglesa. No caso brasileiro e latino americano, essa dependência caracterizou a inserção do país destas regiões na economia mundial, e a sua relação com a propriedade da terra e com o trabalho.

A teoria marxista da dependência parte da relação dialética entre desenvolvimento e subdesenvolvimento. O subdesenvolvimento é tomado como face oculta e necessária ao desenvolvimento. A noção de desenvolvimento é diferente da ideia positivista de caráter teleológico, que expressa o movimento linear de uma situação “pior” para uma “melhor. Na concepção marxista da dependência, o desenvolvimento carrega o sentido de processualidade, do movimento dialético e histórico característico do processo de evolução (também não no sentido valorativo) do modo de produção capitalista. A condição de dependência pode ser evidenciada por meio da troca desigual e da transferência de valor, neste caso, particularizada pelas relações de superexploração e dominação tecnológica.

Nesse sentido, a pilhagem territorial e a superexploração da força de trabalho se perpetuam como práticas estruturantes do sistema, o que permite compreender, na leitura de Frank (1973), Marini (2005a) e Amin (1977), o desenvolvimento do subdesenvolvimento. Numa leitura mais recente, ancorados na questão agrária na África, Moyo, Yeros e Jha (2012) não só enfatizam o papel da periferia e da semiperiferia no processo de acumulação capitalista, mas remontam a ele uma centralidade, especialmente desde a emergência da etapa do capitalismo monopolista. Por essa linha, são nas zonas periféricas mundiais onde historicamente se concentrou, e atualmente se concentram, as práticas de acumulação primitiva. Portanto, a acumulação primitiva forma um movimento estruturante da questão agrária do Sul Global, sendo elemento constituinte das conflitualidades dos processos de desenvolvimento.

3.2 Questão agrária e conflitualidade

O processo de formação da comunidade dos Jorges tem como marca de origem a luta pela terra do grupo familiar pioneiro. Esta luta, que possui aspectos comuns a várias experiências sociais e comunitárias, foi historicamente abordada nas discussões sobre as ações coletivas e resistência camponesa, envolvendo as diversas fases do processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Com a ambientalização das lutas sociais transcorrida nas últimas três décadas²³, a dimensão da terra ganha conotação de território, num movimento discursivo em que se associa ecologia e política. A chamada “questão agrária” passa a incorporar a dimensão dos conflitos ambientais.

Nesta primeira seção, delimitamos os principais campos de debate e referencial teórico e conceitual que fundamentam nossa leitura sobre o processo de reprodução socioambiental da Comunidade dos Jorge de Água Branca. O marco de análise da questão agrária, no nosso entendimento, é nevrálgico para a compreensão do processo de acumulação de capital e desenvolvimento de uma economia mundial capitalista por tratar de discussões que remetem não só às origens deste sistema econômico, mas também às contradições evidenciadas nas crises atuais.

Apesar da importância sistêmica, os debates sobre a questão agrária se manifestam de forma sintética em duas problemáticas específicas: o papel da terra (recursos naturais) na economia capitalista, em especial no processo de industrialização, e o papel do campesinato no desenvolvimento e na superação do modo capitalista de produção. Nas últimas décadas, a discussão sobre os processos de apropriação dos recursos naturais se amplia e se complexifica com a emergência da questão ambiental. Nesse sentido, entendemos que um recurso heurístico interessante para o tratamento da questão agrária, na contemporaneidade, é sua associação com o debate sobre os problemas ambientais e os conflitos em torno da apropriação da natureza, mais propriamente, delimitados pela ecologia política.

3.2.1 Questão agrária: o capitalismo agrário brasileiro e as lutas camponesas

O processo de independência do Brasil foi seguido de uma reestruturação das relações de produção e entre seus fatores de produção, em especial, terra, trabalho e capital. À Lei de terras

²³ Sobre os processos de ambientalização das lutas sociais no Brasil ver Lopes (2004).

de 1850, que ao transformar a terra em mercadoria impôs enormes restrições à apropriação e aos usos territoriais pelas massas do nascente Estado-nação, somava-se às leis de restrição da escravização, num processo inaugurado também naquele ano com a proibição do tráfico, e findado em 1888 com a abolição do regime escravista. A partir de então, a terra e sua renda se tornavam os elementos fundantes do capitalismo agrário brasileiro. Permitiu-se o deslocamento massivo da apropriação da renda-trabalho do escravismo para a apropriação do valor gerado pelo trabalho livre e, logo, a liberação de capital para investimentos em aquisição de terras (MARTINS, 1981b).

Entretanto, estudos mais recentes evidenciaram que frações das massas se utilizaram da Lei de Terras de 1850 para a conquista da terra. Márcia Motta (2010) aponta que a Lei de Terras de 1850 cerrou formas até então bem-sucedidas de parte de uma população livre (ou em condição informal de liberdade) de acessar e usufruir da terra e dos recursos naturais marginais, mas criou brechas legais para a reivindicação e a contestação territorial por parte da camada marginal, sem, obviamente, transformar significativamente a correlação de forças.

O caso brasileiro não foi uma situação histórica isolada. Em escala mundial, como bem demonstram Frank (1977), Samin (1977) e Marini (2005a), o processo de acumulação para a emergência de um capitalismo industrial se deu por meio da subordinação do campo pelas relações capitalistas de produção diante da necessidade de liberação de recursos naturais, terra, braços e trabalho para a produção alimentícia, manufatureira e industrial emergentes. Com a Revolução Industrial, houve uma intensificação das trocas entre as várias regiões do mundo a partir da polarização entre centro e periferia.

Para Amin (1977), sob estas circunstâncias se inicia o processo de subordinação da agricultura à indústria. Na periferia do sistema, onde a Revolução Industrial precede a Revolução Agrícola, ambas concentradas no século XX, as transformações pós-independência engendraram conflitualidades que, durante o advento da primeira república, irromperam nos mais diversos conflitos envolvendo camponeses. Alguns, como os embates envolvendo cangaceiros, a Guerra de Canudos e a Guerra do Contestado, são exemplares deste período de transição da monarquia para a república (OLIVEIRA, 2005).

O século XX foi marcado pela consolidação dessa relação de submissão da agricultura pela indústria. Configurou-se, a partir da primeira metade desse século, o processo que ficou

conhecido como industrialização da agricultura. Respalhado pelas contradições estruturais, se desenvolveu de forma espacialmente irregular e temporalmente desigual (AMIN, 1977).

Após a segunda-guerra mundial, se iniciam, timidamente, as mudanças nas bases técnicas da produção agropecuária, e a organização do campesinato se desloca para formas institucionalizadas e menos localizadas, como se pode observar, por exemplo, nas greves dos trabalhadores rurais, na luta dos arrendatários, na luta dos posseiros de Trombas e Formoso, do Sudoeste do Paraná e da Baixada da Guanabara, na emergência da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Uitab), nas Ligas Camponesas, nos sindicatos dos trabalhadores rurais, no Primeiro Congresso Camponês em Belo Horizonte e na Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG). Por um movimento social diverso, traziam nas suas reivindicações os dois elementos fundamentais das contradições do capitalismo agrário, terra e trabalho, articulados em torno de uma pauta consensual: a reforma agrária (MEDEIROS, 1989; OLIVEIRA, 2005; MARTINS, 1981a).

O Golpe Militar de 1964 interrompeu esse movimento, inaugurando um período que se tornou o símbolo da chamada “modernização conservadora” da agricultura brasileira, com a conformação e intensificação da Revolução Verde. Com a radicalização das mudanças das bases sociotécnicas da produção agropecuária, este período engendra uma nova configuração no campo, como parte do movimento de internacionalização da economia brasileira, resultante da articulação subordinada agricultura-indústria, sob um pacto conservador entre capital privado internacional, capital privado nacional e capital estatal. Os complexos agroindustriais, como configuração genuína deste contexto, se tornaram, na economia política da questão agrária, a unidade de análise fundamental para compreensão do processo de industrialização da agricultura e seus chamados efeitos perversos (DELGADO, 1985; KAGEYAMA et al, 1990; MÜLLER, 1989).

A abertura das fronteiras agrícolas ao Norte do país e os inúmeros conflitos envolvendo posseiros e indígenas se tornaram símbolo deste período. Marcado por fortes repressões e controle do Estado sobre as ações políticas, também o foram por resistências mais radicalizadas, como na Guerrilha do Araguaia.

Na década de 1980, em meio à crise imposta pelas restrições externas e aos esforços de ajustes a partir do setor agrícola (DELGADO, 2012), evidenciaram-se “novos” atores, ou novas formas

de organização camponesas, resultantes das ações expropriatórias e das modificações sociotécnicas representadas pela Revolução Verde. Sem terras, atingidos por barragens e seringueiros são expressões deste tempo que coincide com a derrocada do regime autoritário e com a redemocratização das relações institucionais no país (MEDEIROS, 1989). Emerge, a partir de então, um movimento contestatário e reivindicatório que vai além da dimensão material da questão agrária, mobilizando de forma estratégica elementos simbólicos, em especial, no que tange aos modos de vida camponeses e à relação diferenciada com a natureza.

No século XX, após um período de transição das políticas econômica e agrícola brasileiras, o “boom das *commodities*” e a reorientação para primarização da pauta de exportação repaginaram a economia brasileira, revalorizando a renda fundiária e, conseqüentemente, o valor das terras. O pacto da economia política do agronegócio instrumentaliza a inserção subordinada do país na divisão internacional do trabalho, desenvolvida por mecanismos que combinam a superexploração do trabalho e superexploração dos recursos naturais (DELGADO, 2012).

O período que antecede o Golpe parlamentar de 2016 (SANTOS, 2017), e o que o sucede, agravou ainda mais a corrida por recursos naturais e por força de trabalho barata, expressa no fortalecimento de agroestratégias associadas a interrupções e retrocessos relacionados à titulação de territórios quilombolas, à demarcação de terras indígenas, à mineração nelas, à estrangeirização das terras, à destinação das terras devolutas em faixas de fronteira, aos ataques à reforma agrária e de emancipação das terras de assentamentos, à liberação do porte de armas para trabalhadores e proprietários rurais, à regularização fundiária em terras devolutas de áreas fronteiriças, ao fim do licenciamento ambiental, à redefinição de abrangência da Amazônia legal, ao novo código mineral, à redução drástica da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) (MALERBA, 2018), entre outras ações e articulações, como o esforço de restrição do conceito de trabalho escravo.

Essas e outras investidas dos grupos de interesses do *agribusiness* contra os povos e seus territórios se desenvolvem no cerne dos debates ambientais que expressam contradições globais e locais e suas disputas por recursos e sentidos ambientais.

3.2.2 Questão ambiental: ecologismo dos pobres e terra como natureza

Mudança social e mudança ambiental são processos simultâneos e interdependentes na constituição do território dos Jorges. Desde a conformação original, o ambiente passou por adaptação que gerou mudanças na constituição de uma comunidade agrícola. Nos últimos 50 anos, a região foi incorporada às cadeias siderúrgicas e de papel e celulose, que forjaram um amplo processo de destruição da floresta e sua substituição por monoculturas de eucalipto. Parte local de uma cadeia global, o território comunitário se tornou uma expressão do intercâmbio ecológico desigual, cuja questão hídrica se tornou a dimensão mais aguda.

Apesar do extraordinário aumento da produção agrícola, os efeitos da “Revolução Verde”, ou industrialização da agricultura, foram catastróficos no Brasil e grande parte da periferia do sistema mundial, e, também, no centro do poder, império das grandes potências. A extrema artificialização dos ecossistemas, que exigiu um controle altamente dependente de intervenções humanas e da utilização de combustíveis fósseis e de agroquímicos, aprofundou a simplificação dos ambientes e comprometeu, de forma substancial, a biodiversidade. Como resultado, perda de *habitats* naturais, homogeneização da paisagem, extinção de espécies silvestres e erosão dos recursos genéticos (ALTIERI, 2012).

A linha de interpretação que compartilhamos nesta tese parte da máxima de que, na produção capitalista, a lógica de reprodução é autoexpansiva e, assim, contraditória à lógica da natureza, que se refaz sob autolimitação (O’CONNOR, 2001). Há, portanto, uma contradição estrutural entre reprodução do capitalismo e reprodução da base material que o sustenta. Os problemas ambientais não são novos e nem se restringem ao território brasileiro, eles acompanham a história da humanidade e abrangem todo o sistema mundial capitalista. A agudização e expansão dos problemas ambientais que, para alguns autores, têm como marco a Revolução Industrial (MORAN, 1994), vêm pelo menos desde a segunda metade do século XX impulsionando debates mais sistemáticos que acabaram por definir uma Questão Ambiental, tomada hegemonicamente como global, exemplarmente sintetizada no Relatório de Brundtland, ou “Nosso Futuro Comum”, publicado em 1987 (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991)

Com forte tom diplomático, esta obra, fruto de um processo de negociação, expressa uma série de discussões, a nível global, que ocorreram desde o fim da década de 1960 no Clube de Roma e culminou na Conferência de Estocolmo, em 1972, com a subsequente publicação do relatório “Os limites do Crescimento”. Inaugurando a noção paradoxal de Desenvolvimento Sustentável,

definido como um modelo de desenvolvimento que “atenda às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem também às suas” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p. 9), “Nosso futuro comum” traz, de fato, a questão ambiental como uma questão política global.

Essa questão ambiental, que emerge como debate técnico e científico a partir da segunda metade do século XX, vem sendo discutida, interpretada e apropriada de diversas formas, em diferentes regiões do globo. Se, por um lado, o relatório fundamentou uma vertente do ambientalismo conhecida como modernização ecológica, provocou, por outro, reações criativas no Sul Global, a partir de fortes questionamentos sobre a conclusão de que os países pobres e periféricos pobres eram responsáveis primordiais pela crise ambiental. Muitas críticas às interpretações hegemônicas dos problemas ambientais em escala global se valeram de problematizações elaboradas sobre as teorias do desenvolvimento.

3.2.3.1 O desenvolvimento do subdesenvolvimento: da economia à ecologia política

Na América Latina, a crítica à noção de desenvolvimento possui, pelo menos, meio século. Se realizou num movimento de reflexão cuja importância variou conforme as conjunturas política e econômica experienciadas pelos países da região. Na década de 1960, em forte crítica à teoria da modernização, ao pensamento cepalino e dos partidos comunistas, André Gunder Frank²⁴(1977) evidenciou a contradição estrutural entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, trazendo, de uma perspectiva revolucionária, a máxima de que o desenvolvido e o subdesenvolvido são duas faces do mesmo movimento histórico, e que, portanto, a superação de um está intrinsecamente associada à ruína do outro. Em síntese teórico-conceitual, trata-se do desenvolvimento do subdesenvolvimento. Nestes termos, não há a possibilidade de superação do subdesenvolvimento nos marcos do sistema capitalista.

Na perspectiva terceiro-mundista de Gunder Frank (1977) e da teoria marxista da dependência, o desenvolvimento está associado ao movimento histórico e contraditório do processo de acumulação em escala mundial. Esta análise se diferencia radicalmente das teses “desenvolvimentistas” que, arraigadas à teoria da modernização, supõem que a condição de

²⁴ Como parte de um movimento intelectual e político na época intitulado de terceiro-mundista, o trabalho de André Gunder Frank influenciou e dialogou com uma série de esforços intelectuais da América Latina, que num contexto de crise epistêmica se reuniram em torno do paradigma marxista da dependência.

dependência e subdesenvolvimento pode ser superada pelas mudanças nas bases técnicas e produtivas, num trajeto de evolução que vai do atrasado ao avançado, do tradicional ao moderno.

A própria noção positivista e prescritiva de desenvolvimento se apresenta como resultante da dialética da economia mundial. Rui Mauro Marini (2005b) remete a sua recriação e difusão à ONU, como produto dos conflitos engendrados em torno dos movimentos de descolonização e a consequente conscientização nas nações subordinadas das distâncias e desigualdades entre países centrais e periféricos. Na América Latina, a Cepal cumpriu a função de explicar o subdesenvolvimento como uma etapa anterior ao desenvolvimento. Mas, para surpresa da ONU, atribuiu a causa da condição de atraso às transferências de valor das periferias para o centro. Para esta Comissão, a chave para a resolução do problema de transferência de valor estaria na industrialização das nações latino-americanas (MARINI, 2005b).

O processo de industrialização se realizou em boa parte dos países latino-americanos, com destaque para Brasil e México, mas não se resolveram os problemas da dependência e das diferenças tecnológicas. Os esforços de “desenvolvimento” via industrialização foram incorporados como mecanismos de transferência de valor por meio da racionalização da superexploração da força de trabalho e do despojamento industrial (MARINI, 2005b). Talvez, mais grave, se mostrou como um processo altamente destrutivo no que diz respeito ao potencial ecológico e sociocultural das nações e povos latino-americanos.

Nesta perspectiva, Henrique Leff (2009) aponta elementos para atualização da teoria marxista da dependência ao relacionar o subdesenvolvimento às degradações ambiental e sociocultural. De acordo com o autor, a dialética da economia mundial não é marcada somente pela superexploração da força de trabalho, mas também pela superexploração da natureza. O subdesenvolvimento, dessa forma, não é somente a condição estrutural engendrada pelo processo de acumulação mundial, nem tampouco é um *status* plástico reversível por mecanismos de concordância entre os fatores de produção, harmonia entre população e recursos ou mudanças nas disparidades na organização comercial mundial. O subdesenvolvimento, para Leff (2009, p. 28-29) é “o efeito da perda do potencial produtivo de uma nação, devido a um processo de espoliação que rompe com os mecanismos ecológicos e culturais, dos quais depende a produtividade sustentável das suas forças produtivas e a regeneração de seus recursos naturais”.

O prisma de Leff (2009) redireciona o problema do subdesenvolvimento, complexificando seus fatores constitutivos, dialogando com o pensamento complexo e ambiental contemporâneo. Por essa via de interpretação, a compreensão da exploração de países e regiões no contexto do processo de desenvolvimento do capitalismo passa a incorporar elementos não só da economia política, mas também da ecologia política. Além da compreensão das relações de poder e apropriações diversas, que se manifestam em torno da produção e circulação de mercadorias, o autor traz também a preocupação com os mecanismos de apropriação e degradação da natureza e da cultura, entendidas como sistemas particulares de organização social. Nas palavras de Leff:

Este processo de espoliação e exploração implica a destruição da base de recursos naturais e culturais dos países pobres, que poderiam usá-la para seu desenvolvimento endógeno. Seus efeitos mais duradouros resultam da destruição do potencial produtivo dos países do Terceiro Mundo, devido à introdução de padrões tecnológicos inapropriados; também, pela indução de ritmos de extração e pela difusão de modelos sociais de consumo que geram um processo de degradação de seus ecossistemas, de erosão de seus solos, de esgotamento de seus recursos e de extermínio de suas culturas (LEFF, 2009, p. 28-29).

Na esteira de reflexões como as de Leff (2009), não mais restritos ao campo da economia política e incorporando as emergentes reflexões ecológicas, a partir da década de 1990, debates acadêmicos e políticos sobre os conflitos associados aos usos e apropriações dos recursos naturais – isto é, dos conflitos analisados a partir da relação sociedade-natureza- emergiram como um “novo” campo de discussão, amparado, num sentido, nas críticas ao modelo (ou modelos) de desenvolvimento imposto e adaptado pelos países e regiões periféricas, e até mesmo da própria noção de desenvolvimento historicamente consagrada pelo paradigma da modernização. Além de disputas por recursos e bases materiais de sustentação, tratava-se de disputas ideológicas, filosóficas, cosmológicas e epistemológicas. Ao abordar essas questões a partir do campo da antropologia, Arturo Escobar (1999) problematiza a noção de desenvolvimento como um processo histórico:

Pocos procesos históricos han propiciado esta situación paradójica en la que parece haber encallado la antropología -a la vez que se halla inextricablemente unida al dominio epistemológico e histórico occidental, contiene un principio radical de crítica de sí misma- tanto como lo ha hecho el proceso de desarrollo. Permítasenos definir el desarrollo, de momento, tal y como se entendía inmediatamente después de la Segunda Guerra Mundial: el proceso dirigido a preparar el terreno para reproducir en la mayor parte de Asia, África y América Latina las condiciones que se suponía que caracterizaban a las naciones económicamente más avanzadas del mundo - industrialización, alta tasa de urbanización y de educación, tecnificación de la agricultura y adopción generalizada de los valores y principios de la modernidad, incluyendo formas concretas de orden, de racionalidad y de actitud individual. Definido de este modo, el desarrollo conlleva simultáneamente el reconocimiento y la negación de la diferencia; mientras que a los habitantes del Tercer Mundo se les

considera diferentes, el desarrollo es precisamente el mecanismo a través del cual esta diferencia deberá ser eliminada. El hecho de que esta dinámica de reconocimiento y desaprobación de la diferencia se repita inacabablemente en cada nuevo plan o en cada nueva estrategia de desarrollo no sólo es un reflejo del fracaso del desarrollo en cumplir sus promesas sino un rasgo esencial de todo el concepto de desarrollo en sí mismo. Si el fenómeno colonial determinó la estructura de poder dentro de la cual se desarrolló la antropología, el fenómeno del desarrollo ha proporcionado a su vez el marco general para la formación de la antropología contemporánea. Sólo recientemente la antropología ha empezado a tratar de explicar este hecho (ESCOBAR, 1999, [s.p.]).

Para Escobar (1999), a ideia de desenvolvimento, mais do que prescritiva de processos econômicos e sociais, se revelou como uma força paradoxal, que reconhece, ao mesmo tempo que nega, as diferenças, num movimento em que a alteridade é compreendida em proveito da estandardização cultural e da negação das especificidades contidas entre as diversas sociedades espalhadas pelo globo.

O questionamento, a partir de uma leitura terceiro-mundista, do paradigma da modernização e seus mecanismos teóricos e conceituais, frutificou uma gama de interpretações sobre os processos de desenvolvimento e suas expressões programáticas nas quais os conflitos relidos, desde as relações sociedade-natureza, passaram a ser alvos de preocupação sistemática e criativa. No campo da ecologia política, os chamados conflitos ambientais ganharam centralidade nos esforços investigativos.

3.2.3.1 Conflitos ambientais: ecologia política e intercâmbio ecológico desigual

A partir das experiências do Sul Global, Joan Martínez Alier (1992) questionou as premissas ambientalistas que sustentam o relatório de Brundtland, apresentando a noção de “ambientalismo dos pobres” para se referir a uma racionalidade de uso e de apropriação (e luta) dos recursos naturais de caráter popular.

Os movimentos sociais dos pobres estão frequentemente relacionados com suas lutas pela sobrevivência, e são, portanto, ecologista. Qualquer que seja o idioma em que se expressem – enquanto que seus objetivos são definidos em termos das necessidades ecológicas para a vida: energia (incluindo as calorias da comida), água, espaço para habitar. Também são movimentos ecologistas porque tratam de retirar os recursos naturais da esfera econômica, do sistema de mercado generalizado, da racionalidade mercantil, da valoração crematística (redução do valor a custo-benefícios), para mantê-los e devolvê-los a *oikos-nomia* (no sentido com o qual Aristóteles usou a palavra, parecido com a ecologia humana, oposto a crematística). Assim, uma economia moral, vem a ser o mesmo que uma economia ecológica (ALIER, 1992, p. 9).

No contexto brasileiro, com base nos trabalhos de Alonso e Costa (2002) e Acselrad (2004), podemos identificar duas correntes principais neste debate: a análise a partir do consenso e a

análise a partir do conflito. A primeira corrente, associada à abordagem do multissetorialíssimo, constitui uma interpretação mais próxima dos poderes estabelecidos, de viés tecnicista, que analisa a questão ambiental como um problema de conscientização e regulação, que atinge todos igualmente, cujos “remédios” estão associados à tomada de consciência e ao aperfeiçoamento técnico e institucional. A segunda corrente analisa a questão ambiental a partir da conflitualidade imanente das relações sociais, em especial, das formações econômicas e sociais capitalistas, cujas soluções são essencialmente políticas e econômicas em torno das relações de poder inscritas na apropriação da natureza, em suas dimensões materiais e simbólicas.

Os trabalhos de Henri Acselrad são expoentes interpretativos da questão ambiental a partir do conflito. A partir de uma abordagem estruturalista-construtivista, o autor relaciona “estruturas objetivas” e “estruturas subjetivas” para a compreensão dos processos sociais. Entende que, não se limitando à disputa pela apropriação das bases materiais, “as lutas por recursos ambientais são, assim, simultaneamente, lutas por sentidos culturais” (ACSELRAD, 2004, p. 19). Para ele:

Os conflitos ambientais são, portanto, aqueles envolvendo grupos sociais como modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos” (ACSELRAD, 2004, p. 26).

Por uma perspectiva materialista, que não negligencia as dimensões valorativa e subjetiva na relação sociedade-natureza, Alier (2004) trata os conflitos ambientais como conflitos ecológicos distributivos, frutos da contradição entre economia e meio ambiente. Situa-os, portanto, no campo da Ecologia Política.

O campo da ecologia política está agora se movimentando para além das situações rurais locais, na direção de um mundo mais amplo. A ecologia política estuda os conflitos ecológicos distributivos. Por distribuição ecológica são entendidos os padrões sociais, espaciais e temporais de acesso aos benefícios obtidos dos recursos naturais e aos serviços proporcionados pelo ambiente como um sistema de suporte da vida. Os determinantes da distribuição ecológica são em alguns casos naturais, como o clima, topografia, padrões pluviométricos, jazidas de minerais e qualidade do solo. No entanto, também são claramente sociais, culturais, econômicos, políticos e tecnológicos” (ALIER, 2007, p. 113).

Na sua interpretação, as “externalidades” das atividades econômicas, termo convencionalmente utilizado pelos economista, se constituem na qualidade de “formas de transferência de custos”, enviadas por determinados padrões sociais, espaciais e temporais de apropriação da natureza

e dos benefícios que ela oferece. “Na verdade os problemas são deslocados, os custos sociais e ambientais são transferidos” (ALIER, 2007, p. 114).

A abordagem de Alier (2007) reafirma que há uma racionalidade sistêmica na distribuição desigual dos recursos naturais, que pode ser pensada em escalas locais, regionais, nacionais ou mundiais como relação centro-periferia, norte-sul, entre outras unidades de contradições estruturais. O conceito de dívida ecológica trazido por ele e que remete às relações de trocas ecologicamente desiguais a nível internacional, permite aproximar sua interpretação às perspectivas de análise que partem da dialética do sistema mundial, abordadas anteriormente. Os conflitos distributivos na esfera internacional se desenvolvem, segundo sua elaboração, de duas formas: a exportação de matérias-primas e de outros produtos de países pobres a valores que não consideram as “externalidades” locais ou globais; e o uso desproporcional e gratuito pelos países ricos dos espaços e dos serviços ambientais (ALIER, 2007). São expressões de um intercâmbio ecologicamente desigual:

Nesse Sentido, a noção de “intercâmbio ecologicamente desigual” significa a exportação de produtos oriundos de países ou de regiões pobres desconsiderando as externalidades envolvidas na sua produção e o esgotamento dos recursos naturais, trocados por bens e serviços das regiões mais ricas. [...] (ALIER, 2007, p. 289).

Apesar deste intercâmbio ecologicamente desigual não ocorrer somente em movimentos de exportações do Sul para Norte, este é o fluxo que predomina, dado o papel histórico do Sul no fornecimento de matéria prima, energia e diversidade biológica (ALIER, 2007). Nesse sentido, conduz à interpretação de que o intercâmbio desigual, apontado historicamente pelos economistas políticos terceiro-mundistas, produz superexploração da força de trabalho e da natureza, resultando em injustiças social e ambiental.

Todo esse conjunto de relações em torno da apropriação da natureza é atravessado por territorialidades diversas, que carregam conflitualidades específicas, resultantes dos processos de territorialização dos grupos sociais subalternos. Tratemos, então, dessas contradições específicas.

3.3 Conflitualidade territorial: entre pilhagens e processos de territorialização

O processo de territorialização que abordamos de forma específica nesta tese, a partir de uma análise histórica, carrega uma trajetória de desterritorialização desde o continente africano até a reterritorialização no município de Peçanha. Num complexo movimento de luta pela terra, o

elemento étnico deu contornos fundamentais a este percurso, o que exige esforços interpretativos a partir do campo das relações étnico-raciais.

A inserção do Brasil no processo de acumulação, e suas reconfigurações socioespaciais, evidenciam um curso de formação estatal caracterizado por movimentos de desterritorialização, predominantemente do campesinato e dos povos indígenas. Apesar deste processo de desarticulações e diásporas, as inúmeras revoltas de indígenas, de africanos escravizados, de colonos, de assalariados rurais e de outras segmentações que ao longo do tempo passaram a constituir o campesinato brasileiro, dentre eles os “neo-europeus” do Brasil meridional, evidenciam a negação da desterritorialização e a afirmação de novas territorialidades. Fugas para regiões de fronteira, formação de quilombos, comunidades diversas, sindicalização, lutas pela reforma agrária e o acesso à natureza, como as que acompanharam a modernização conservadora e a atual era do agronegócio, marcaram o processo de inserção subordinada do país na economia mundial.

Todo esse movimento dialético de desterritorialização e reterritorialização, cujo elemento étnico-racial possui importância estruturante, marcou profundamente a constituição do campesinato brasileiro que, mesmo com toda a diversidade de expressões, tem na busca incessante pela terra e na sujeição-negação da superexploração sua generalidade. Assim, a destruição, a criação e a recriação do campesinato ao longo do processo de formação da sociedade brasileira foram definidas pela conflitualidade inerente à questão agrária, como bem trabalha Bernardo Mançano Fernandes (2005). Para nós, como assinalado, a territorialização do campesinato no Brasil é também expressão desse paradoxo, cuja conflitualidade étnico-racial é determinante²⁵.

3.3.1 Processo de territorialização: etnicidade e territorialidade

²⁵ Como versamos no capítulo anterior, atrelamos a discussão sobre terras de uso comum a uma corrente que aborda a temática dos povos e comunidades tradicionais. Trouxemos, também, que um dos paradigmas que sustentam a ressemantização da noção de quilombos, conforme elaborado Arruti (2006), é a etnicidade. Não negamos aqui as especificidades que a categoria comunidade remanescente de quilombos tem em relação à de povos e comunidades tradicionais, mas consideramos que, para não sermos redundantes, não cabe explorar, neste momento, o assunto de regimes de uso comum da terra. Vamos direto para a discussão sobre a etnicidade.

Pelo menos desde o século XIX, as ciências sociais abordam o esforço de caracterização e compreensão das relações instituídas a partir do encontro e contrastividade entre diferentes grupos e organizações sociais. Embora esse movimento parta do colonialismo moderno inaugurado no período da conquista da América, o século XX é o palco de uma discussão mais sistemática e abrangente. Revisões epistemológicas mais amplas, envolvendo o questionamento do evolucionismo, da noção de progresso e do seu teleologismo inerente, criaram espaço para problematizações relativas aos conceitos de raça, etnia e nação.

Conforme assinalam Poutignat e Streiff-Fenart (1998), historicamente o conceito de etnia e a noção de etnicidade estiveram associados à ideia de raça e nação. Para superar essa concepção, o zoologista Vacher de Lapouge incorpora o conceito de etnia às ciências sociais para explicar os princípios que fundamentam a atração ou separação de populações humanas para além de respostas raciais. Ao longo do tempo, num movimento dialético de associação e diferenciação, aproximação e distanciamento, os conceitos de etnia, raça e nação foram construídos e problematizados. Nesse contexto, se destacam os estudos do sociólogo Max Weber (1864-1920) e do antropólogo Fredrik Barth (1928-2016).

Weber (2004, v. 1), apesar de rechaçar a noção de comunidades étnicas, tem sua reflexão impressa em uma breve passagem, na póstuma obra *Economia e Sociedade*, na qual postula os elementos que permitem a compreensão da formação dessas unidades sociais diferenciadas. Weber (2004, v. 1) partia do princípio de que a ideia de raça só faz sentido para a sociologia nos contextos em que é orientadora de ação social, quando é subjetivada como característica comum na atividade comunitária. Para ele, enquanto a pertença racial é “realmente” fundamentada na comunidade de origem, a pertença característica do grupo étnico é baseada na crença subjetiva na comunidade de origem.

Na perspectiva do autor, esta crença subjetiva é resultado do compartilhamento de hábitos (transmitidos pela tradição) e costumes, podendo ou não trazer o elemento racial, de origem de sangue e, por vezes fundamentado em migrações reais, como se dão em ações de colonização e deslocamento individual. Para Weber (2004, v. 1, p. 270), os grupos étnicos são:

[...] aqueles grupos humanos que, em virtude de semelhança nos hábitos externos ou nos costumes, ou em ambos, ou em virtude de lembrança de colonização e migração, nutrem uma crença subjetiva na procedência comum, de tal como que esta se torne importante para propagação de relações comunitárias, sendo indiferente se existe ou não comunidade de sangue efetiva.

No sentido trabalhado por Weber (2004, v. 1), os grupos étnicos não chegam a formar “verdadeiras” comunidades, mas um “sentimento de comunidade”. Esse movimento está no âmbito do sensível, da crença forjada para facilitar as relações comunitárias, sobretudo em seu domínio político. A relação entre etnicidade e poder se explicita, então, a partir da obra do autor.

A obra de Fredrik Barth (2000) se localiza num movimento de revisão crítica da antropologia cultural e do método comparativo cuja preocupação estava na identificação de regularidades e diferenças das diversas culturas por meio de definição de critérios como a língua, a independência econômica, o etnônimo, a organização política, a contiguidade territorial, entre outros. Barth (2000) afirma que não é possível definir uma unidade étnica usando uma lista de traços, independente dos critérios utilizados. Para ele, identidades distintas podem ser mantidas na ausência de traços culturais comuns comprovados, assim como pode existir, em determinada situação, uma teoria indígena da diversidade étnica, apesar da homogeneidade observada pelo pesquisador. A preocupação dele não é a maneira como os traços culturais estão distribuídos, mas como a diversidade étnica é socialmente articulada e mantida.

A obra de Barth (2000) também problematiza a ideia de que o isolamento geográfico estaria na base da diversidade étnica. Segundo ele, as fronteiras étnicas existem apesar do fluxo de atravessamento. As relações vitais também são frequentemente mantidas entre as fronteiras. A interdependência e interpenetração, por esse prisma, é condição da identidade étnica. A etnicidade para Barth (2000) está na “organização social” e não na cultura. “Nesse sentido organizacional, quando os atores, tendo como finalidade a interação, usam identidades étnicas para se categorizar e categorizar os outros, passam a formar grupos étnicos” (BARTH, 2000, p. 32).

Seguindo a linha traçada por Barth de um conceito relacional e processual de etnia, acrescentando alguns fundamentos de cunho metodológico, Erickssen (1991) mobiliza a noção de “jogos de linguagem” para abordar as relações interétnicas e o fenômeno da etnicidade. Erickssen (1991) dialoga criticamente com o trabalho de Barth em dois sentidos.

Primeiro, assinala que o antropólogo norueguês, ao enfatizar o papel organizativo da etnicidade em situações de interação, negligenciou o conteúdo cultural. Erickssen (1991), assim, recupera a importância das formas culturais. A partir da leitura deste autor, pode-se compreender que os elementos culturais e os sentidos da contrastividade se retroalimentam, de forma dinâmica, nos

contextos de interação. A segunda crítica aos postulados metodológicos de Barth, é sobre o seu caráter a-histórico. Na perspectiva de Ericksen (1991), Barth rompe com o isolacionismo ao conferir à etnicidade um caráter relacional e processual, mas não amplia a escala de análise, mantendo a análise das relações interétnicas em termos locais.

Num movimento similar, a partir dos desafios provocados pela particularidade sociohistórica e sociocultural da formação dos grupos étnicos no Brasil, em especial o fenômeno da “emergência étnica”, João Pacheco de Oliveira (2004) aborda a importância da compreensão dos contextos intersocietários nos quais os grupos étnicos se formam. Para o autor, a compreensão dessa formação subjaz ao entendimento das mudanças territoriais que envolvem os grupos que, que nos casos refletidos por ele, são marcadas pela situação colonial que “instaura uma nova relação da sociedade com o território, deflagrando transformações em múltiplos níveis de existência sociocultural” (PACHECO DE OLIVEIRA, 2004, p. 22). Esta transformação radical é, então, inteligível por meio da noção de territorialização. O autor define territorialização “como um processo de reorganização social que implica”:

i) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; ii) a constituição de mecanismos políticos especializados; iii) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; iv) a reelaboração da cultura e da relação com o passado (PACHECO DE OLIVEIRA, 2004, p. 22).

Esta territorialidade diferenciada é historicamente instituída a partir de um processo socioespacial definido por Pacheco de Oliveira (2004) como processo de territorialização. Alfredo Wagner Almeida (2010b; 2010c) interpreta a territorialização como resultado de um processo histórico contraditório, no qual o território é constituído a partir de uma identidade que se desenvolve por meio de laços e solidariedades internas que se formam, geralmente, em oposição a forças externas e ameaçadoras. Em meio à enorme diversidade, a territorialização é generalizada pela recriação cotidiana de modalidades de uso comum de parcelas dos territórios e dos seus recursos naturais. Pacheco de Oliveira (2004, p.24) caracteriza esse processo de territorialização com as seguintes palavras:

O que estou chamando aqui de processo de territorialização é, justamente, o movimento pelo qual um objeto político-administrativo $\frac{3}{4}$ nas colônias francesas seria a "etnia", na América espanhola as "reducciones" e "resguardos", no Brasil as "comunidades indígenas" vem a se transformar em uma coletividade organizada, formulando uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação, e reestruturando as suas formas culturais (inclusive as que o relacionam com o meio ambiente e com o universo religioso). E aí volto a reencontrar Barth, mas sem restringir-me à dimensão identitária, vendo a distinção e a

individualização como vetores de organização social. As afinidades culturais ou lingüísticas, bem como os vínculos afetivos e históricos porventura existentes entre os membros dessa unidade político-administrativa (arbitrária e circunstancial), serão retrabalhados pelos próprios sujeitos em um contexto histórico determinado e contrastados com características atribuídas aos membros de outras unidades, deflagrando um processo de reorganização sociocultural de amplas proporções.

De acordo com a noção de situação colonial mobilizada por Pacheco de Oliveira (2004), o processo de territorialização desses grupos se dá em meio a um ambiente radicalmente conflituoso, que remonta ao caráter dinâmico da organização social e da reelaboração cultural do grupo que, muito longe da inércia, se transforma e se adapta aos contextos que, ora mais, ora menos, exige coesão interna e particularização social.

Ao usarmos as teorias sobre etnicidade e processos de territorialização para compreender a formação dos territórios quilombolas, respondemos, de forma satisfatória, a uma série de questões. Todavia, o elemento étnico não é suficiente para elucidar a complexidade que envolve as comunidades remanescentes de quilombo em sua trama social racializada. Portanto, entendemos que, para discutir as relações de assimetria e subalternidade que perpassam essas unidades sociais, são fundamentais os pressupostos teóricos desenvolvidos no campo das relações raciais, que serão tratados a seguir.

3.4 Conflitualidade étnico-racial: genocídio, pilhagem e superexploração da força de trabalho.

A escravização dos antepassados está inscrita na memória coletiva da comunidade dos Jorges. Com uma temporalidade não linear, a violência contra os corpos e a dignidade dos pioneiros compõem a memória sobre um transcurso anterior e posterior à abolição. Nestas lembranças, a origem e a cor representam os alvos da desqualificação social, por um lado, da ancestralidade e da identidade, por outro.

No centro da discussão sobre o processo de formação da sociedade brasileira, está a questão étnico-racial. O processo de conquista empreendido a partir do século XVI, no atual território brasileiro, se efetivou como um movimento marcado pela expropriação territorial e pelo etnocídio, impostos por meio de um sistema escravista que deixou marcas profundas nas relações sociais, culturais, e de trabalho no país vindouro. Essas formas de matar se efetivaram sobre os corpos e a cultura, como apontou Abdias do Nascimento (2016). Pela cobiça da acumulação, os colonizadores subjugarão e cativaram os povos indígenas, escravizaram os povos e as nações africanas.

No campo ideológico, a colonização, como refletiu Franz Fanon (1961), se fundamentou na “inferiorização” e na “animalização” dos escravizados. O colonialismo e sua continuidade imperialista foram instituídos pela imposição da episteme europeia sobre o que é humano e sobre o que é natureza (LANDER, 2000), sobre o que é moderno e o que é tradicional. A teoria da modernização, em sua perspectiva eurocêntrica, atribuiu à Europa (e aos EUA como sua expressão genuína) a superioridade cultural e étnico/racial, tida como legítima portadora e difusora da civilização (LANDER, 2000; WOLF, 2005).

Houve também o imperialismo ecológico (CROSBY, 2011) que promoveu pilhagens, destruições genéticas e dispersões biológicas, transformações ambientais profundas e duradouras.

Conforme demonstra Eric Willians (1975), em “Capitalismo e Escravidão”, a escravização dos numerosos e diversos povos africanos foi um elemento central no processo de acumulação e desenvolvimento do capitalismo, em especial, pelas características econômicas e sociais aristocráticas que tangenciaram as *plantations*, alicerce dos movimentos de conquistas em muitas regiões do “Novo Mundo”.

Todavia, a perversidade e a violência carregadas por essa dominação europeia nos territórios do Sul Global não impediram o movimento de resistência e de afirmação sociocultural pelos povos e pelas nações forçosamente introduzidas no moinho de gastar gente (RIBEIRO, 1995) em que se tornaram as regiões periféricas do sistema mundial capitalista. A dolorosa, audaz e criativa resistência dos desterrados africanos e seus descendentes, na colônia, no império e na república brasileira, evidencia uma página da história pouco contada, ou mesmo, propositalmente escondida.

Quando escrevemos esta tese, a questão racial está na ordem do dia. Não que não estivesse anteriormente, mas tomou uma envergadura diferenciada ao alcançar setores, interlocutores e espaços hegemônicos. Evidentemente, não por simples concessão ou boa intenção, mas por inevitabilidade. O genocídio imposto à população negra, no mundo e no Brasil, é cada dia mais escancarado pelo movimento negro em correspondência direta à sua acentuação.

De forma alguma estamos lidando com um debate novo. “O genocídio do negro brasileiro”, título da obra clássica de Abdias Nascimento (2016), publicada pela primeira vez em 1978, é motivo de abstração, reflexão, sistematização e denúncia há décadas. A particularidade do

sexismo imposto à mulher negra também. Há décadas, intelectuais negras como Lélia Gonzales, Beatriz Nascimento e Sueli Carneiro elaboram sobre a forma específica em que racismo e sexismo se articulam para subalternização, domesticidade (no sentido de atribuição ao espaço doméstico) e objetificação da mulher negra, construindo teorizações que se percebem refletidas na perspectiva metodológica que o feminismo negro chama, hodiernamente, de interseccionalidade.

Os quase 400 anos de escravidão que passou o atual território do Brasil legou marcas profundas e até então irremediáveis no que tange as configurações socioterritoriais e sociopolíticas, num processo em que o racismo foi ganhando contornos sofisticados e científicos. O regime escravista moderno, que desencadeou um fluxo diaspórico sem precedentes, se estruturou em bases extremamente violentas e genocidas, expressas nos diversos mecanismos de castigos exemplares e na alta mortalidade da população escravizada.

O processo de colonização e de formação nacional se configurou como uma estruturação consolidada para atender o interesse supremacista branco e forjar a manutenção dos seus privilégios e sua perpetuação nos centros de poder. O racismo se constitui como ideologia da classe dominante e se expressa amplamente no pensamento social brasileiro (MOURA, 2019).

3.4.1 Racismo e exclusão contra negros no Brasil

A história nacional, em suas expressões étnicas, culturais, civilizatórias e identitárias, está marcada pela escravidão que estruturou as relações físicas e espirituais dos povos que aqui se encontraram. Como bem lembra Abdias do Nascimento (2016), os negros foram personagens centrais na edificação econômica do país, forjando as condições materiais que, inclusive, viabilizaram a dominação racial da aristocracia branca.

A ideologia dominante culturalista usou as evidências da participação massiva do negro na construção da nação para imaginar uma escravidão branda, com senhores benevolentes e escravos cristianizados e integrados à sociedade colonial. A construção social de uma escravidão bondosa e salvacionista, influenciada pela Igreja Católica, formou bases sólidas para a construção do mito da democracia racial (NASCIMENTO, 2016).

O mito da democracia racial sempre se sustentou em violências e genocídios velados ideologicamente. O racismo instituído no medo da “mancha negra” engendrou o mulato, fruto

do estupro da mulher negra pelos brancos e, paradoxalmente, símbolo da “harmonia” entre as raças. Não obstante seu igual desprezo.

Em “Espetáculo das raças”, Lilian Schwarcz (2021) traça um importante panorama da emergência da discussão racial no Brasil e sua influência no projeto de “invenção” da nação brasileira. O pensamento social brasileiro, em grande parte do seu percurso, buscou explicar as diferenças físicas, culturais e sociais dos grupos e dos indivíduos através da noção de raça. A preocupação central girava em torno da mestiçagem e de seus efeitos nos comportamentos sociais e no projeto de sociedade.

Embora Gilberto Freyre, no clássico “Casa Grande e Senzala”, desafiasse a ideia de raça como um conjunto de características biológicas que explicassem as diferenças e as desigualdades sociais, se aproximando mais da noção de etnia, sua obra foi severamente criticada pelo movimento negro e pelos grupos de intelectuais que trabalhavam no estudo da questão racial. A obra de Freyre alimentou o mito da democracia racial no Brasil, uma consciência falsa da realidade, dificultadora do enfrentamento, com a franqueza que merece, da questão racial no país. Os negros aparecem como se não tivessem problema de integração, mesmo ocupando os espaços subalternos da sociedade. Há, também, uma relação complicada entre miscigenação e democracia, ou seja, a aproximação de fatores biológicos e fatores sociais e políticos.

As teorias raciais do século XIX consolidaram a fundação ideológica para as políticas de imigração postas a cabo para lidar com o fim da escravidão no país. Na visão de Abdias do Nascimento (2016), as políticas de imigração e a ideologia do branqueamento da população se expressaram como instrumentos de genocídio da população negra descendente de trabalhadores escravizados, destituída de qualquer apoio governamental no pós-abolição, solta à própria sorte. A imigração europeia não significou somente um triunfo da ideologia do supremacista do branqueamento, mas o alijamento do mercado de trabalho numa sociedade extremamente racista.

É escandaloso notar que porções significativas da população brasileira de origem europeia começaram a chegar ao Brasil nos fins do século XIX como imigrantes pobres e necessitados. Imediatamente passaram a desfrutar de privilégios que a sociedade convencional do país lhes concedeu como parceiros de raça e de supremacismo eurocentrista. Tais imigrantes não demonstraram nem escrúpulo e nem dificuldades em assumir os preconceitos raciais contra o negro-africano vigentes aqui e na Europa, beneficiando-se deles e preenchendo as vagas no mercado de trabalho que eram negadas aos ex-escravos e seus descendentes. Estes foram literalmente expulsos do sistema de trabalho e produção à medida que se aproximava a data “abolicionista” de 13 de maio de 1988 (NASCIMENTO, 2016, p. 279).

A imigração expressa o quanto o estado nacional do Brasil, não obstante a contribuição fundamental dos negros para a sua construção, não foi organizado para integrá-los, mas para excluí-los. Nessa perspectiva, Florestan Fernandes (2007) trata dos negros no mundo dos brancos.

A terceira questão refere-se ao título: O negro no mundo dos brancos. Esse título choca-se com a ideia corrente, de que a sociedade brasileira é o produto da atividade convergente de “três” raças, suplementadas pelos “mestiços”. Comecei minha carreira intelectual criticando essa visão convencional (em conferência feita em Assunção, em 1941). O que ele pode ter na verdade? Qual seria a “chance” dos povos indígenas ou africanos de compartilhar as experiências históricas dos colonizadores e seus descendentes? O Brasil que resultou da longa elaboração da sociedade colonial não é produto nem da atividade isolada nem da vontade exclusiva do branco privilegiado e dominante. O fato, porém, é que a sociedade colonial foi montada para esse branco. A nossa história também é uma história do branco privilegiado para o branco privilegiado, não importa se haja ou não alguma contradição entre raça genotípica e a raça fenotípica, ou entre as aparências e realidades. O argumento segundo o qual muitos brancos ficaram à margem do mundo social que se criou pelo branco e para o branco – com a exploração sistemática das outras raças e dos mestiços, que se classificavam (ou se desclassificavam) através delas – possui pouco valor nessa discussão. Socialmente falando, ele não era *branco* e, a julgar por conhecimentos que obtive ao longo da minha carreira profissional, continua a não ser considerado socialmente como *branco*. Cheguei, mesmo, a ouvir uma caracterização pública (de brasileiro racial e socialmente muito *branco*) em uma cidade famosa do Nordeste, em que esse tipo de “homem branco” foi caracterizado como “verdadeiro animal” (o equivalente da *besta* no regime da escravidão). Contudo, isso carece de importância nessa discussão preliminar. O negro foi exposto a um mundo social que se organizou para os segmentos privilegiados da raça dominante. Ele não foi inerte a esse mundo. Doutro lado, esse mundo também não ficou imune ao negro. Todos os que leram Gilberto Freyre sabem qual foi a dupla interação, que se estabeleceu, nas duas direções. Todavia, em nenhum momento essas influências recíprocas mudaram o sentido do processo social. O negro permaneceu sempre condenado a um mundo que não se organizou para tratá-lo como ser humano e como “igual”. Quando se dá a primeira grande revolução social brasileira, na qual esse mundo se desintegra em suas raízes – abrindo-se ou rachando-se por meio de várias fendas, como assinalou Nabuco – nem por isso ele se contemplou com equidade as “três raças” e os “mestiços” que nasceram do seu intercruzamento. Ao contrário, para participar desse mundo, o negro e o mulato se viram compelidos a se identificar com o *branqueamento* psicossocial e moral. Tiveram de sair de sua pele, simulando a condição humana-padrão do “mundo dos brancos” (FERNANDES, 2007, p. 32-33).

O negro no mundo dos brancos, de Florestan Fernandes (2007), não é uma apologia a um suposto pacifismo e à apatia do povo negro à dominação branca, mas uma elaboração histórico-estrutural sobre essa relação, uma crítica radical à ideologia do branqueamento que subjaz à ideia de democracia racial, e uma associação frutífera entre a questão racial e a questão nacional.

As discussões de Abdias do Nascimento (2016) e de Florestan Fernandes (2007) evidenciam que os negros, quando não mais escravos, foram excluídos dos mecanismos de dignificação

social e econômica, configurados no mundo do trabalho, no seu ambiente de vida e no seu lugar social. Para Nascimento (2016), a exclusão do negro no mundo do trabalho, por articulações racistas e classistas, explica a reprodução dos empregos precários, dos espaços de vida segregados, das condições sanitárias insalubres, da violência institucional sistemática, enfim, das condições de vida sub-humanas. No fim da década de 1970, o autor denunciava:

Tendo-se em vista a condição atual do negro à margem do emprego ou degradado no semiemprego e subemprego; levando-se em conta a segregação residencial que lhe é imposta pelo duplo motivo de condição racial e pobreza, destinando-lhe, como áreas de moradia, *ghettos* de várias denominações: favela, alagados, porões, mocambos, invasões, conjuntos populares ou “residenciais”; considerando-se a permanente brutalidade policial e as prisões arbitrárias motivadas pela cor de sua pele; compreende-se porque todo negro consciente não tem a menor esperança de que uma mudança progressista possa ocorrer *espontaneamente* em benefício da comunidade afro-brasileira. As favelas pululam em todas as grandes cidades: Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Recife, Brasília, podem ser apontadas como exemplo. A cifra dos favelados exprime em si mesma a desgraça crescente no quociente alto que apresenta. Para ilustrar, lembro os dados do Departamento de Serviço Social de São Paulo, publicados pelo *O Estado de S. Paulo*, de 16 de agosto de 1970, os quais denunciavam que mais de 60% da população paulista vive em condições precaríssimas, se não esquecermos de que São Paulo é a cidade brasileira melhor servida de instalações de água e esgoto, poderemos fazer uma ideia mais aproximada das impossíveis condições higiênicas em que vegetam os afro-brasileiros por esse país afora. Em Brasília, segundo a revista *Veja* de 8 de outubro de 1969, entre os 510 mil habitantes da capital federal, oitenta mil eram favelados. No Rio de Janeiro, a porcentagem de favelados oscila entre 40 e 50% da população. Os racistas de qualquer cor, sob a máscara de “apenas reacionários”, dirão que os *ghettos* existem disfarçados em favelas em várias cidades europeias, não sendo um fenômeno tipicamente brasileiro. Certo! A tipicidade está em que a maioria absoluta dos favelados brasileiros, cerca de 95%, são de origem africana. Este detalhe caracteriza uma irrefutável segregação racial de fato. Isso no que concerne à população negra urbana. Entretanto, cumpre ressaltar que a maioria dos descendentes de escravos ainda vegeta nas zonas rurais, escrava de uma existência parasitária, numa situação de desamparo total, pode-se dizer, inclusive, que não vivem uma vida de seres humanos (NASCIMENTO, 2016, p. 279-280).

Desde a década de 1970, muita coisa mudou, mas a desigualdade racial, em termos objetivos e estruturais, continua intacta no Brasil. Se, por um lado, há uma série de direitos historicamente conquistados, possibilitados pela Carta Magna brasileira e seus mecanismos de incorporação dos tratados internacionais aos direitos constitucionalmente assegurados; por outro, a sua efetivação se depara com poderosos obstáculos, desde questões administrativo-burocráticas dos órgãos responsáveis pela implementação das políticas públicas aos problemas de ordem política e econômica que, muitas vezes, se desdobram em contendas jurídicas, dada a potência dos interesses antagônicos aos direitos raciais e étnico-territoriais.

3.4.2 A luta continua: conflitualidade, conflitos e comunidades quilombolas no Brasil

A conflitualidade étnico-racial, como dimensão do racismo estrutural²⁶, se expressa na reprodução das desigualdades raciais arraigada na sociedade e nas instituições brasileiras. Em 2019, uma publicação do IBGE, formulada a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), mostrou um cenário dramático sobre a influência dos fatores raça e cor no panorama da desigualdade social no Brasil.

No mercado de trabalho, as pessoas negras²⁷ compunham cerca de 2/3 da população desocupada e subutilizada. Era também a maioria da população que se reproduzia pelo trabalho informal, correspondente à 47,3% do total, enquanto as pessoas brancas representavam 34,6%. Não só as condições de acesso ao mercado de trabalho mostraram-se inferiores para as pessoas negras, mas também o seu rendimento. O estudo aponta que as pessoas brancas ocupadas possuem um rendimento 73,9% maior do que as negras. O menor rendimento é expressão, também, de menor presença nos cargos gerenciais. Em 2018, apenas 29,9% das pessoas que ocupavam cargos de natureza gerencial eram negras. Essa desigualdade mantém as pessoas negras nas mais inferiores condições de vida. Naquele ano, 32,9% da população negra se encontrava na linha de pobreza, enquanto 15,4% população branca era afligida por essa situação extrema (IBGE, 2019).

Os dados da PNAD de 2018 também retratam as desigualdades no campo da educação. O grau de escolarização é substancialmente inferior na população negra, quando comparado com a branca. Naquele ano, o analfabetismo atingia 9,1% da população negra e 3,9% da branca. A situação era ainda mais dramática no ambiente rural, no qual 20,7% da população negra se encontrava em situação de analfabetismo. No outro extremo, a desigualdade também se expressou. Enquanto 36,1% da população branca frequentava ou já havia concluído o ensino superior, esse percentual caía a 18,3% entre as pessoas negras (IBGE, 2019).

Por fim, dados de fontes estatísticas diversas apresentados no estudo evidenciam a maior concentração da incidência da violência contra pessoas negras. A probabilidade de serem

²⁶ Silvio Almeida (2020), ao organizar a discussão sobre o racismo estrutural, enfatiza que o racismo se expressa, de forma sistêmica, pela ordem social, em práticas discriminatórias estruturalmente incidentes nas dimensões econômicas, políticas e jurídicas.

²⁷ Considerando a soma de pretos e pardos.

vítimas de homicídio é 2,7 vezes maior em relação à população branca. Em apenas seis anos, aproximadamente 255.000 vidas de pessoas negras foram ceifadas, principalmente jovens, faixa etária que possui a maior taxa de homicídio. Entre os jovens, a desigualdade da incidência da violência é ainda mais profunda. Em 2017, na população branca, os homicídios acometeram 34 a cada 100.000 jovens, ao passo que 98,5 a cada 100.000 jovens negros foram assassinados (IBGE, 2019).

A incidência seletiva da violência e as violações dos direitos contra a população negra se expressam no contexto rural e atingem as comunidades quilombolas, em situações cujas conflitualidades territoriais, agroambiental e étnico-racial se desdobram de forma articulada.

Em 2018, a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) e a organização de direitos humanos Terra de Direitos publicaram a obra “Racismo e Violência contra quilombos no Brasil”, que traz dados alarmantes sobre as conflitualidades e conflitos envolvendo os territórios e pessoas quilombolas. Entre 2008 e 2017 ocorreram, ao menos, 38 assassinatos de quilombolas. Os estudos apontaram que, entre 2016 e 2017, houve um crescimento de 350% nos casos de assassinatos envolvendo territórios quilombolas. Somente em 2017, houve 18 situações letais (CONAQ; TERRA DE DIREITOS, 2018).

Muitos episódios de violência e de violações contra os territórios quilombolas aconteceram em Minas Gerais. Os dois assassinatos registrados na região sudeste foram neste estado. No levantamento do ano de 2017, Minas Gerais concentrou 12% das ocorrências registradas no país. De uma forma geral, a maior parte das ocorrências, em recorte nacional, estavam associadas às situações de ameaça, perseguição e/ou intimidação; perda ou possibilidade de perda do território por invasão e/ou intervenção de terceiros; assassinatos; e criminalização: processos cíveis, criminais e administrativos (CONAQ; TERRA DE DIREITOS, 2018).

Os ataques às comunidades e pessoas quilombolas foram também registradas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). A publicação “Caderno de Conflitos no Campo” (CPT, 2018) apontou que as tentativas de expulsão dos povos e comunidades tradicionais representaram 70% de todas as ocorrências no Brasil. Em Minas Gerais, aproximadamente 11% dos conflitos por terra registrados envolviam comunidades quilombolas.

No último caderno, publicado em 2021, os conflitos envolvendo comunidade quilombolas foram, também, expressivos. Em situações tipicamente relacionadas à ação de mineradoras, foram registrados três conflitos por água. Mais críticas ainda foram as contendas associadas à terra. Em 2020, seis situações de conflito por terra, envolvendo 10 comunidades quilombolas, foram registradas no Estado (CPT, 2021).

Assim, no contexto atual, as chamadas terras tradicionalmente ocupadas, incluídos os territórios quilombolas, são alvo do avanço de estratégias do mercado especulativo agroextrativista, que investem contra direitos territoriais e étnicos através de mecanismos jurídico-formais e político-administrativos. A defesa das garantias constitucionais e dos demais compromissos firmados pelo Brasil, a fim de proteger os povos e comunidades tradicionais e quilombolas, torna-se imprescindível aos avanços das conquistas no campo dos direitos humanos, bem como, na luta contra a discriminação e a intolerância étnico-racial-religiosa.

Esse esforço tem sido, historicamente, empenhado pelo movimento negro e, mais recentemente, pelo movimento quilombola. Como aponta Alfredo Wagner Berno de Almeida (2011, p. 162):

O que mais chama a atenção, quando refletimos sobre o advento da categoria quilombola, é que passados 19 anos, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, o que foi tratado pelos legisladores como categoria residual produto de uma classificação externa, fundada na ideia de “remanescente”, tem sido redefinido e ampliado pela força das mobilizações e demandas de agentes sociais que assim se autodenominam se constituindo hoje numa identidade coletiva objetivada em movimento social. Em pouco mais de duas décadas registramos efeitos pertinentes de uma dinâmica identitária reforçada por dispositivos jurídico-formais, envolvendo e transformando qualitativamente sujeitos atomísticos referidos a situações designadas como lugar de preto, terras de preto ou por uma toponímia derivada (Outeiro dos Pretos, Mandacaru dos Pretos, Lago dos Pretos, Santa Maria dos Pretos, Rio dos Pretos ou ainda por designações correspondentes: Mocambo, Quilombo, Zumbi, Fora Cativoiro e outras designações próximas.

Em 20 de novembro de 1995, a partir do “Primeiro Encontro das Comunidades Rurais Negras Quilombolas”, ocorrido durante a Marcha contra o Racismo, pela Igualdade e a Vida em Brasília (DF), que celebrou os 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares, foi criada a Comissão Provisória Nacional das Comunidades Negras Quilombolas que, um ano depois, deu vida à Coordenação Nacional da Articulação de Comunidades Negras Rurais Quilombolas, em outro encontro nacional, no município de Bom Jesus da Lapa, Bahia (CONAQ, 2022).

A insurgência do movimento quilombola nacional foi resultante, em grande parte, do desenvolvimento de movimentos locais e estaduais. Mas se tornou, após sua consolidação, força propulsora e expansiva dos mesmos. Assim, em 2022, o movimento nacional registra

movimentos estaduais, organizados em Federações ou Associações, em 17 estados brasileiros, que atuam com mais de 3.500 comunidades (CONAQ, [2022]).

Em Minas Gerais, estado da federação cuja história está arraigada ao trabalho e à resistência negra, o movimento quilombola estadual teve como passo fundamental a criação da Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais (N'Golo). Criada em 2005, com a participação de 76 comunidades, a federação foi resultante de um grande encontro realizado em 2004, em Belo Horizonte (MG), organizado pela Fundação Cultural Palmares e o Instituto de Defesa da Cultura Negra e Afrodescendente (Fala Negra), com o apoio do Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES), do CONSEA, da Prefeitura de Belo Horizonte e do IDENE (N'GOLO, [2022]).

Com o tempo, a N'Golo passou a se organizar através de coordenações regionais que representavam as comunidades de diversas regiões do estado. Em 2017, foi criada a Comissão do rio Doce, estrutura na qual a comunidade dos Jorges compõe, cuja dinâmica e importância serão tratadas com mais detalhes no Capítulo 5.

3.5 Palavras finais

Neste capítulo, tratamos dos aspectos sistêmicos que envolvem as conflitualidades agroambientais, territoriais e étnico-raciais que, do ponto de vista macrossociológico, elucidam uma série de contradições que permeiam a reprodução socioambiental da comunidade dos Jorges.

Buscamos analisar como a luta pela terra e os conflitos ambientais são expressões nevrálgicas da questão agrária no Brasil, perpassando o intercâmbio ecológico desigual e o protagonismo camponês, numa relação que envolve a resistência à expropriação territorial e a defesa de uma racionalidade ambiental. Essas lutas se desenvolvem por meio de processos de territorialização, nos quais as fronteiras étnicas são delimitadas em contextos relacionais, geralmente de disputa por recursos.

Por fim, reivindicamos o arcabouço das relações raciais para a análise dos processos de territorialização protagonizadas pelo campesinato negro. Enfatizamos a relação de exclusão e de violência que envolve a população negra como um todo no Brasil e sua incidência sobre as comunidades quilombolas, que se desenvolvem, aparentemente, proporcionalmente ao avanço de suas organizações e atuações sociopolíticas.

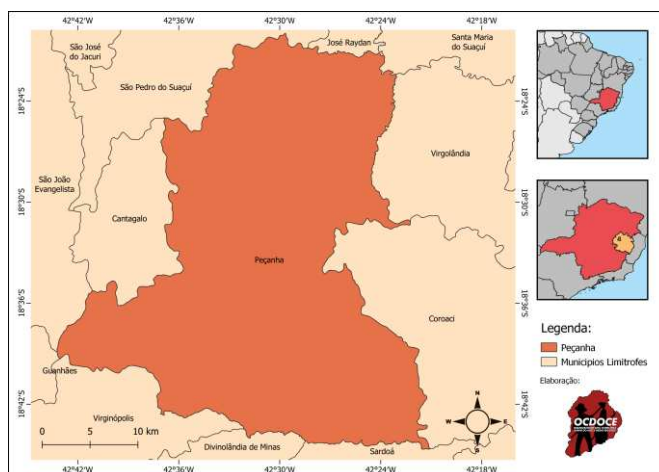
4 A NATUREZA DOS JORGES: ambiente, lutas e libertação

Neste capítulo, objetivamos evidenciar informações históricas, secundárias e primárias, que substanciem a compreensão do movimento de ocupação territorial do município de Peçanha e a origem da comunidade dos Jorges de Água Branca, a partir de recortes mais amplos e mais restritos. Considerando o processo de incorporação da região da Mata do Peçanha na dinâmica de acumulação mundial, buscamos identificar os fatores que contribuíram para a compreensão do processo de deslocamento e de assentamento do grupo familiar dos Jorges, no fim da primeira metade do século XX.

4.1 A unidade de análise

A Comunidade Quilombola dos Jorge está localizada no município de Peçanha, região leste do Estado de Minas Gerais. Em termos geográficos, de acordo com o IBGE, compõe a mesorregião Vale do Rio Doce e a microrregião Peçanha. No âmbito administrativo estadual, conforme a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), o município constitui a macrorregião Rio Doce e microrregião Peçanha. Possui uma população de 17.260 habitantes, dos quais 52,7% ocupam áreas classificadas como urbanas e 47,3% áreas rurais (IBGE, 2011). O Produto Interno Bruto (PIB) municipal possui maior contribuição dos serviços públicos e da seguridade social (37,7%), seguido pelas atividades agropecuárias (29,3%), pelos serviços privados (29%) e pela indústria (4%) (IBGE, 2017). No Mapa 1, é possível observar o destaque do município de Peçanha

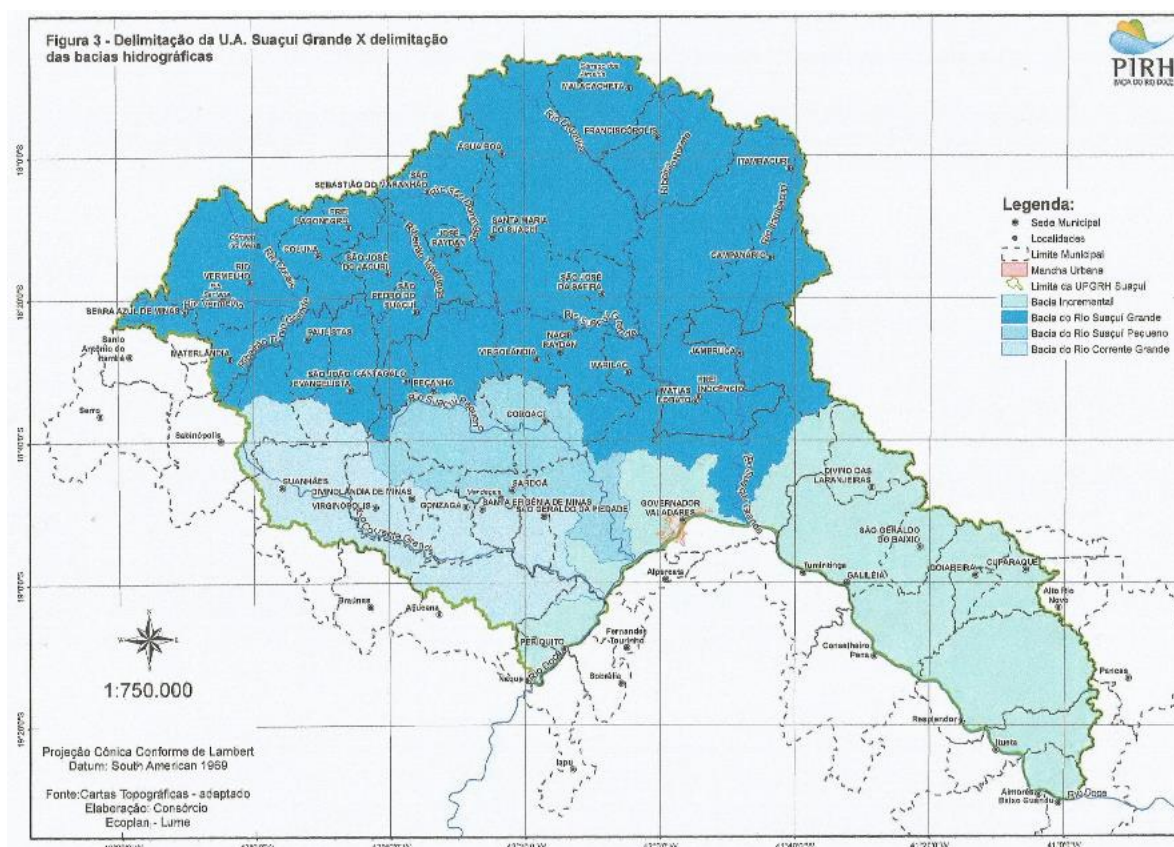
Mapa 1 - Município de Peçanha



Fonte: OCDOCE/UNIFEI, 2022.

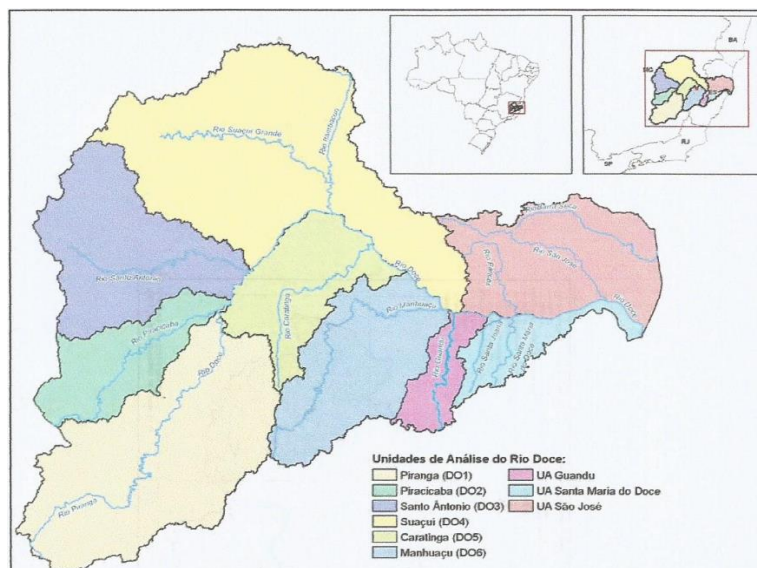
Todo o território da cidade de Peçanha, com a extensão de 996,646 Km², compõe a bacia do Suaçuí (Mapa 2), componente principal da bacia do rio Doce (Mapa 3). De forma mais específica, a comunidade dos Jorge está assentada no entorno do córrego dos Jorges cujas águas vertem para o ribeirão Água Branca, que desemboca no rio Suaçuí Pequeno, componente da bacia do Suaçuí e tributário direto do rio Doce.

Mapa 2 - Delimitação da unidade de análise Suaçuí Grande X delimitação das bacias hidrográficas, onde se destaca a bacia do rio Suaçuí Pequeno ao centro



Fonte: Plano de Ação de Recursos Hídricos da Unidade de Planejamento e Gestão DO4 – PARH Suaçuí, 2010.

Mapa 3 - Bacia do rio Doce, onde se destaca a bacia do rio Suaçuí ao Norte, e a localização da bacia do rio Doce em relação ao Brasil e, a nível regional no canto direito superior



Fonte: Plano de Ação de Recursos Hídricos da Unidade de Planejamento e Gestão DO4 – PARH Suaçuí, 2010.

A comunidade dos Jorge possui 33 unidades domésticas, em sua maior parte, com laços de parentesco entre si. Encontra-se na parte sul do território municipal, numa área localmente conhecida como região de clima frio. Esta área é classificada em contraposição à parte norte do município, comumente designada como região de clima quente. As diferenças entre estas “regiões” não são somente edafoclimáticas, mas também socioeconômica e sociocultural. A “zona” quente, banhada pelo rio Suaçuí Grande, é caracterizada pela presença de grandes fazendas de pecuária leiteira e de corte, nas quais as pastagens dominam a paisagem. Já na “zona” fria, predominam os fragmentos florestais e os extensos e pequenos plantios de eucalipto que se combinam, de maneira mais ou menos contraditória, com a paisagem de comunidades camponesas que, constituídas em torno dos córregos, se fundamentam em complexas relações de parentesco e vizinhança. Estas comunidades organizam sua produção via combinação da agricultura (policultura) para autoconsumo com plantações de eucalipto para a produção de carvão vegetal e de celulose.

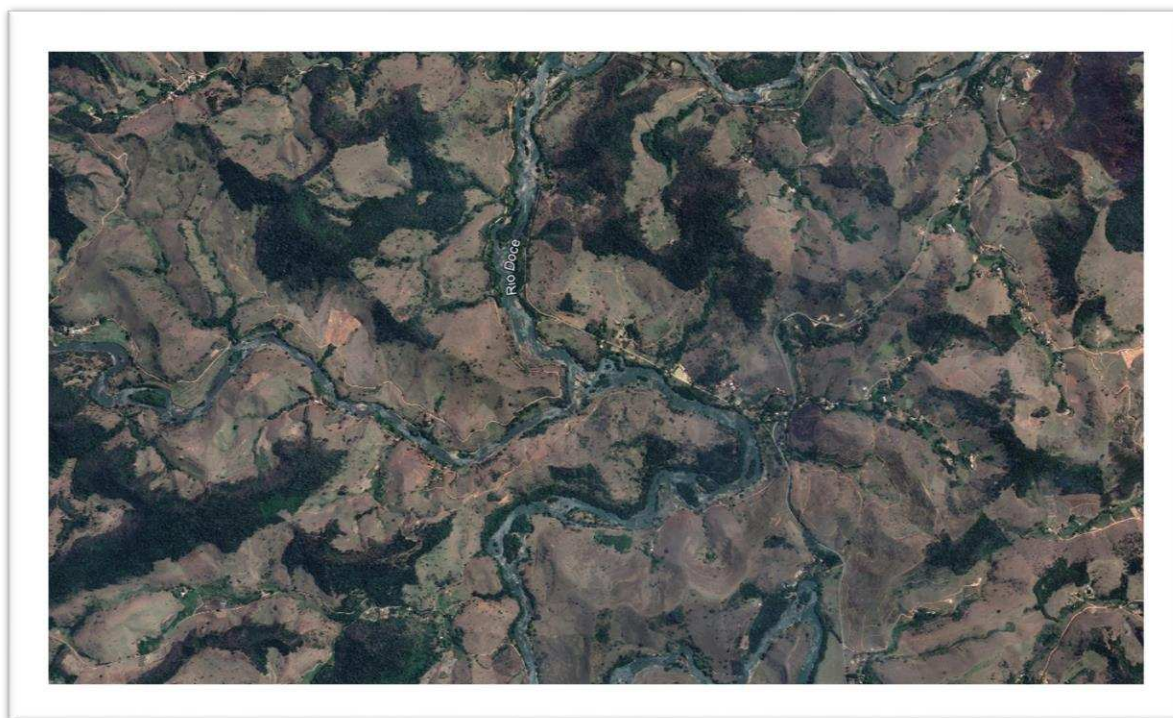
Embora estejamos tratando de comunidade, que expressa unidade social e territorial, observa-se um entrelaçamento intercomunitário que conjuga várias destas unidades, num processo de

interação socioambiental que tem os córregos que desembocam no ribeirão Água Branca como referência vicinal e este curso d'água como fator de unidade. Assim, podemos pensar em comunidades da “região da Água Branca”, para usar uma expressão êmica. No entanto, essa configuração intracomunitária não anula, nem tampouco reduz, as identidades próprias. Os moradores da comunidade dos Jorge se entendem como uma unidade social e territorial particular, cujas relações de parentesco e história social são fundamentais nesta singularização e delimitação de diferenças em relação às demais comunidades do entorno.

4.2 O Vale do rio Doce: aspectos ambientais

O município de Peçanha está situado na porção média do Vale do rio Doce, ao norte do rio, por onde convergem as águas da sua margem esquerda. O rio, com sua curvatura característica, nasce na porção sudeste, canalizando todo o leste do território de Minas Gerais, atravessa o noroeste e litoral norte do Espírito Santo, e chega, então, ao mar. Os nascedouros se situam em duas cadeias montanhosas que cortam o território mineiro. Da Serra da Mantiqueira, a 1200 metros de altitude, saem as águas do rio Xopotó que, mais a frente, se juntam com as do rio Piranga. Da Serra do Espinhaço, a 1470 metros de altitude, nasce o rio do Carmo. As águas iniciais do rio Doce são, portanto, formadas por aquelas que vertem dos rios Piranga e Carmo, na divisa dos territórios municipais de Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e Ponte Nova. O rio percorre, até a sua barra na Vila de Regência, município do litoral capixaba de Linhares, 879 km (COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE – CBH-DOCE, 2021). Da sua formação final até a sua foz (FOTOGRAFIA 12), 22 municípios são por ele banhado.

Fotografia 12 - Encontro dos rios Piranga e do Carmo na formação do rio Doce



Fonte: Google Earth, 2022.

Em termos de bacia de drenagem, a bacia hidrográfica do Rio Doce abrange 86.715 km, sendo que 86% se localiza no Estado de Minas Gerais e 14%, no Espírito Santo. Em sua imensidão territorial, drena as águas de 200 municípios mineiros e 28 municípios capixabas. Em Minas Gerais, compondo os seus cursos alto e médio, os afluentes principais são os rios: Piranga, Casca, do Carmo, Matipó, Piracicaba, Santo Antônio, Suaçuí Grande, Suaçuí Pequeno, Corrente Grande, Caratinga e Manhuaçu. No Estado do Espírito Santo, em seu alto curso, os principais afluentes são: Guandu, Santa Maria do Doce, Santa Joana, Pancas, São José, Rio Bananal (CBH-DOCE, 2021).

A bacia do rio Doce, em sua totalidade, se situa no domínio da Mata Atlântica. Consideramos este dado geográfico uma condicionante ambiental fundamental para refletir, compreender e explicar os processos de mudança ambiental e as complexas relações desenvolvidas entre sociedade e natureza ao longo da bacia.

No território brasileiro, como ensina Ab'Saber (2003), no domínio da Mata Atlântica se desenvolvia, originalmente (contexto da conquista), num corredor sul-norte que adentrava de 40 a 50 km para o interior. Em Minas Gerais, essa entrada interiorana era bem mais extensa, e com especial importância do vale do rio Doce na dinâmica florestal. A Floresta Atlântica, em

Minas Gerais, também se faz presente nas adjacências e continuidades territoriais com a região do sul fluminense, numa configuração típica de Mares de Morros. (AB'SABER, 2003). É umas das florestas mais biodiversas do mundo, o que se deve à sua história vegetal que guarda os fatores de sua megadiversidade. Desde seu contexto original, passou por diversos momentos que favoreceram a sua biodiversidade. As variações climáticas e ecológicas ocorridas ao longo dos períodos quaternários, em especial entre Pleistoceno Superior e Holoceno, desencadearam processos biofísicos que criaram os ambientes propícios para o desenvolvimento diversificado de espécies vegetais e animais²⁸.

A diversidade do Domínio da Mata Atlântica se expressa pelas diferentes formações florestais e ecossistemas associados, sintetizadas categorialmente nas fitofisionomias²⁹. O vale do rio Doce, recorte socioambiental do Domínio da Mata Atlântica, que damos foco, é composto, em seu baixo curso (no estado do Espírito Santo), pela Floresta Ombrófila Densa, e nos cursos médio e alto, pela floresta Estacional Semidecidual. Esta última é a que abrange as microbacias que guardam nossos estudos, como as do Suaçuí Grande, Suaçuí Pequeno e Correntes. É caracterizada da seguinte forma:

É condicionada por dupla estacionalidade climática. Na região tropical, é definida por dois períodos pluviométricos bem marcados, um chuvoso e outro seco, com temperaturas médias anuais em torno de 21° C; e na região subtropical, por um curto período de seca acompanhado de acentuada queda da temperatura, com as médias mensais abaixo de 15° C. Esta estacionalidade atinge os elementos arbóreos dominantes, induzindo-os ao repouso fisiológico, determinando uma porcentagem de árvores caducifólias entre 20% e 50% do conjunto florestal. Sua dispersão irregular, entre as formações ombrófilas, a leste, e as formações campestres, acompanha a diagonal seca direcionada de nordeste a sudoeste e caracterizam-se por clima

²⁸ Na última glaciação do Pleistoceno, quando se formaram geleiras extraordinárias nos polos Norte e Sul do globo, o nível do mar desceu até 100 metros do nível médio hodierno. A temperatura média no planeta baixou cerca de 3° a 4°. No Atual território brasileiro, o deslocamento de correntes marítimas frias para o Norte influenciou decisivamente para redução da humidade a ampliação de climas semiáridos. Ao mesmo tempo, as massas tropicais e equatorianas não atingiam significativamente o Leste, Sudeste e Sul. Esses processos, que percorreram um longo período, agiram progressivamente entre 23.000 e 12.700 antes do tempo presente (AB'SABER, 2003). Essa dinâmica concorreu para a formação de redutos, que na história vegetacional da Mata Atlântica, explicam a megadiversidade e o extraordinário número de espécies endêmicas (DEAN, 1995).

²⁹ De acordo com Mapa da Aplicação da Lei da Mata Atlântica (Lei nº 11.428 de 2006), identificam-se as seguintes fisionomias vegetais no Domínio da Mata Atlântica: Floresta ombrófila densa, Floresta ombrófila aberta, Floresta ombrófila mista (mata de araucárias), Floresta estacional semidecidual, Floresta estacional decidual, Savana, Savana estépica, Estepe, Área de Formações pioneiras (manguezais, restingas, campos salinos e áreas aluviais) e refúgios vegetacionais (CAMPANILI; SHAFFER, 2010).

estacional menos chuvoso, ou seja, marcado por alternância de períodos frio/seco e quente/úmido (CAMPANILI; SHAFFER; 2010, p. 6).

A região conhecida como Mata do Peçanha, que se conformou historicamente ao longo do período colonial e todo o século XIX, abrangeu uma série de localidades que hoje constituem um conjunto de municípios situados na margem esquerda da porção média da bacia do Rio Doce, que se estendem das franjas do espinhaço, à Oeste de Peçanha, até as margens do rio na região do município de Governador Valadares, à Leste. Toda ela no domínio da Mata Atlântica. O engenheiro Demerval José Pimenta (1966) assinala que se estima que a região da Mata do Peçanha era constituída pelas totalidades das bacias do Suaçuí Grande, Suaçuí Pequeno e Correntes e, também, da margem esquerda do rio Guanhões desde sua nascente no Pico do Itambé até sua embocadura no rio Santo Antônio, bem como da margem esquerda deste até o Doce³⁰.

A Floresta Atlântica, por ser tão complexa, se tornou muito vulnerável (DEAN, 1995). Sua localização talvez tenha sido o seu “calcanhar de Aquiles”. No princípio da conquista do atual território brasileiro, foi o ambiente onde a colonização se instalou e explorou. A proximidade dos principais centros populacionais a tornou recurso privilegiado de uma população crescente, como espaço de expansão ascendente da agricultura extensiva e monocultora, que caracterizou toda a história econômica do Brasil agrário. No processo de industrialização, virou lenha, construções e cidades. Quanto mais a fronteira da industrialização avançava, mais o restolho acabava (DEAN, 1995), como ocorrera no curso médio do vale do Rio Doce ao longo do século XX.

Na margem esquerda do Médio rio Doce, na Mata do Peçanha, desde o século XVIII, se registram investidas sobre seus recursos. Primeiro, os metais e o trabalho indígena, depois os recursos florestais e suas terras remanescentes. A floresta e seus povos se impuseram como principais fatores de defesa durante os séculos XVIII e XIX. No século XX, a industrialização e urbanização se aproveitou do secular etnocídio e das possibilidades tecnológicas na ocupação

³⁰ Em 1966, o autor, sem detalhar, contabilizava 34 municípios como advindos da Mata do Peçanha. Citava como os principais: Peçanha, Guanhões, São João Evangelista, Santa Maria do Suaçuí, rio Vermelho, Sabinópolis, Virginópolis, Governador Valadares, Coluna, Paulistas, São Pedro do Suaçuí e São José do Jacury (PIMENTA, D. J, 1966)

territorial para avançar a fronteira e incorporar, em plenitude, a região ao processo de acumulação mundial. Os conflitos interétnicos, que marcaram o processo de conquista da região da Mata do Peçanha, se expressam na conflitualidade agroambiental e étnico-racial atual, e na ressignificação histórica de uma região de mata, de indígenas e afrodescendentes.

Paradoxalmente, a preocupação ambiental envolvendo a Mata Atlântica, não é algo novo. No século XIX, crônicas e estudos já polemizavam sua destruição, situando as áreas que já “perrengavam” (PÁDUA, 2002). No médio Vale do Rio Doce, dada a persistência de sua fronteira até o século XX, as críticas só aparecem na segunda metade deste, anunciando um futuro sombrio (MIRANDA, 1949). Não obstante sua destruição massiva, atualmente, uma série de legislações³¹ concorrem para promover a conservação dos seus remanescentes e pouquíssimas áreas originais.

4.3 A ocupação humana no Médio Rio Doce: registros pré-coloniais.

A noção de descobrimento, tradicionalmente afirmada pela historiografia do Brasil, carrega uma fundamentação epistemológica e ideológica que pressupõe: 1) vazios territoriais; 2) ausência de história; 3) salvação espiritual. Estes pressupostos se articulam em uma narrativa triunfalista de dominação e exaltação que se desenvolve nos quatro cantos do país, das metrópoles aos rincões. Não foi diferente, portanto, em Peçanha. Obras locais ressaltam sempre o ímpeto colonizador e a coragem desbravante dos seus pioneiros em enfrentar os temíveis moradores das florestas e suas chagas, como a que abriga a passagem abaixo:

[...]Precisamos procurar em muitos outros lugares, dar buscas de novas minas no vale do rio Doce, enquanto as minas velhas estavam já esgotadas, e então certamente vamos encontrar, ou outros encontrarão, as descrições da fundação de Peçanha por João Peçanha Falcão. Deve ter sido um dia feliz aquele em que ele plantou naquela serra um arraial resistente à luta contra os índios que certamente o viram destruir e impedir o desenvolvimento. Arraial que pôde, por mais de cem anos, resistir a uma luta incansável até que em 1875 fosse elevado à categoria de vila e em 1881 fosse elevado à cidade de Peçanha. Arraial que pode assistir ao famoso desbravamento da Mata do Peçanha (PIMENTA FILHO, 1993, p. 96-97).

O autor da passagem expressa uma narrativa muito comum, mas que toma dimensão diferenciada no contexto municipal, dada a radicalidade e a potência que a resistência indígena lá desenvolveu. Como tradicionalmente é narrado nas histórias municipais, o descobrimento

³¹ A constituição de 1988 reconhece a Mata Atlântica como patrimônio nacional. A Lei 11.428 de 2016 regulamenta a proteção e o uso das áreas de floresta atlântica.

inaugurou o lugar e justificou sua ocupação. A legitimidade para ele residia na proferida ausência de história de quem ali estava e resistia, assim como na suposta intencionalidade salvacionista dos que ali conquistavam e empreendiam o progresso, a civilização. Mas a história geralmente contada de Peçanha possui uma contradição. Sempre se remete à certa incompletude, motivo de frustração mais ou menos evidente. Isso fica evidente quando o autor enfatiza o “impedimento do desenvolvimento”.

Nesta passagem, Pimenta Filho (1993) também traz um elemento que perpassa diversas interpretações e narrativas sobre o processo de formação do município de Peçanha, o conflito interétnico. Mas, quais eram esses povos que nas histórias locais, e nas histórias do naturalista Saint-Hilaire, resistiam ou colaboravam com a conquista na região? Algumas informações nos permitem recompor minimamente essa configuração interétnica na Mata do Peçanha ao longo do período de conquista. Contudo, resquícios arqueológicos, pretéritos à colonização, apontam a presença de povos no Médio Rio Doce bem antes da chegada de qualquer europeu.

A pesquisa arqueológica recente evidencia a existência pré-colonial de duas matrizes culturais distintas na região do Médio Rio Doce, o que indica uma importante diversidade no processo de ocupação e possibilidades de coexistência fronteiriça, dada a convergência temporal. Até há pouco tempo, compreendia-se que a região fora ocupada apenas por grupos Jê. Todavia, pesquisas e resgastes arqueológicos mais recentes comprovam a existência de habitações de tradição tupi-guarani. Em termos de cultura material, os vestígios indicam a existência de pelo menos 2000 anos de tradições Aratu-sapucaí³² e Tupiguarani³³ (PILÓ, 2008).

³² A tradição Aratu-sapucaí remete aos grupos de agricultores que ocuparam a faixa litorânea nordestina, nos estados de Bahia, Sergipe, Alagoas, Ceará e Rio Grande do Norte, a região central do Brasil, em Mato Grosso e Goiás, e região Sudeste, Espírito Santo, São Paulo e Minas Gerais. Os vestígios mais antigos encontram-se na região central e datam do século IX (ASNIS; MANO, 2020). De uma forma geral, os sítios da tradição remontam à um período que vai do século IX ao XIV (PROUS, 1992; ASNIS; MANO, 2020). É comum a associação dessa tradição aos grupos da família linguística Jê e Macro-jê (PROUS, 1992; TURCHETT, 2018; ASNIS; MANO, 2020)

³³ O grupo Tupi preponderou nas áreas de floresta atlântica pelo menos desde o ano 400. Cerca de um milhar de sítios arqueológicos desse grupo foi identificado ao longo da costa brasileira até 500 metros para o interior (DEAN, 1995). Até a chegada europeia, a sociedade Tupi foi dominante na Mata Atlântica brasileira. Produziram assentamentos bem maiores que seus antecessores e, provavelmente, solidificaram modificações mais extensas das florestas. A sua prática guerreira e expansiva se combinava com a agricultura itinerante, e transformou a composição étnica das baixadas e a relação ambiental.

A tradição tupi-guarani na região do Médio Rio Doce foi evidenciada a partir de pesquisas arqueológicas e de resgate envolvidas com a implantação da UHE Aimorés, nos municípios de Resplendor, Itueta e Aimorés, em Minas Gerais, e Baixo-Guandu, no Espírito Santo. As pesquisas no entorno da área ocupada pela UHE remontam às habitações de 1500 a 750 anos do tempo presente. Tratavam-se de grupos que se organizavam espacialmente em áreas de habitação perene (sítio de topo), áreas de uso sazonais para o plantio (sítios de meia encosta) e áreas de uso diversificado, como cemitério, produção cerâmica e relações de troca (sítio de terraço, nas margens do rio Doce) (PILÓ, 2008). Assim, considerando a datação destes sítios, provavelmente a ocupação tupi-guarani na região é anterior à conquista colonial, o que explica a ausência de referência e escassez de registros históricos sobre a sua presença. Provavelmente, os registros se concentram nos grupos Macro-Jê, no qual os chamados Botocudos possuem destaque.

4.4 A conquista do Rio Doce: processo de ocupação e conflitos interétnicos

A porção geográfica que atualmente forma o estado de Minas Gerais foi alvo de investidas dos colonizadores já no século XVI, a partir das regiões norte e nordeste (HENRIQUES; SOUZA, 2010; RIBEIRO, 1993). As expedições Espinosa-Navarro em 1553, Martim Carvalho (1567-1568), Sebastião Fernandes Tourinho (1572-1573), Antônio Dias Adorno (1576) e Marcos de Azevedo (1596-1611) são testemunhos das entradas iniciais. Contudo, foi a partir das descobertas auríferas e diamantíferas no fim dos seiscentos e, sobretudo da primeira metade dos setecentos, que se desenvolveu a ocupação rápida e brusca do território que veio a tomar os contornos da Capitania de Minas Gerais (PRADO JUNIOR, 2011).

O movimento de conquista do Brasil provocou intenso fluxo das populações originárias para as matas da região do Médio Rio Doce, implicando em conflitos interétnicos, transformações ambientais e nas formas que estes e outros grupos se relacionavam com a natureza. Primeiramente, nos dois primeiros séculos da conquista, o processo de ocupação europeia das zonas florestais tropicais litorâneas ocasionou um intenso conflito com os povos que ali se encontravam, desencadeando migrações para o interior. A partir do litoral da Bahia e do Espírito Santo, uma série de grupos indígenas adentraram as matas interioranas, seguindo cursos d'águas, como os rios Jequitinhonha, Mucuri e Doce. A floresta, então, tornou-se refúgio privilegiado no processo de ocupação territorial da conquista.

A instabilidade das zonas florestais e a resistência indígena impediu, por pelo menos dois séculos, o avanço colonizador na região. Somadas a essas condições socioecológicas, as descobertas auríferas na região central de Minas e as medidas de controle das mobilidades forjaram as chamadas “zonas proibidas”, desde as quais se criou inibições oficiais para a ocupação de extensa faixa da Capitania de Minas. A partir do campo da história ambiental, Espíndola (2005) aborda a região do Rio Doce como categoria simbólica e territorial, no contexto de um processo amplo de organização espacial da Capitania de Minas Gerais.

Rio Doce é uma categoria central para a história de Minas Gerais, pois, muito mais do que um rio, é território, paisagem, lugar, representação. Como dimensão territorial extravasou os limites da calha do rio, do vale, da bacia hidrográfica, abarcando os vales dos rios Pomba, São Mateus, Mucuri e do médio Jequitinhonha. Desde o início da colonização do Brasil, o rio Doce tem esse nome que não é indígena e nem nome de santo. Foi visitado por várias expedições que procuraram o “campo de esmeraldas”, “serra das esmeraldas”, “serra resplandecente”, “esmeralda dos Mares Verdes”, entre outras designações para um lugar imaginado contendo riquezas em pedras preciosas. (ESPÍNDOLA, 2005, p. 26).

Rio Doce, nesse sentido de análise, se apresenta como uma categoria de expressividade simbólica e de abrangência territorial extravagante. Uma região paradoxal cujas representações expressam as contradições das formatações políticas, sociais, econômicas e culturais das conquistas territoriais no período colonial. No auge da exploração aurífera e diamantífera nas Minas, mediante os riscos de contrabando de metais e pedras preciosas, e de invasão estrangeira, a Coroa Portuguesa proibiu qualquer estrada ou passagem que pudesse chegar ao mar. O único caminho permitido pela metrópole era o Caminho Novo de Garcia Rodrigues Paes, que ligava o Rio de Janeiro à Vila Rica. Tal como todos os outros caminhos, o Rio Doce, um dos canais que podia viabilizar uma passagem para o litoral, se tornou uma zona proibida. Com objetivo de impedir circulação de pessoas e de mercadorias pelo Rio Doce e seus afluentes, a Coroa Portuguesa, entre os anos de 1704 e 1769, expediu diversos documentos proibindo expressamente a passagem pela região, a construção de estradas, a navegação, a abertura de caminhos, e a fixação de moradores (ESPÍNDOLA, 2005; 2013).

Para a concretude destas proibições, como destaca Espíndola (2005; 2013), a metrópole portuguesa soube tirar proveito dos elementos naturais (Mata Atlântica) e dos habitantes nativos da região (os povos Botocudo e Puri). Estes povos se tornaram aliados involuntários da Coroa. O uso das representações e dos mitos que envolviam as “florestas traiçoeiras” e seus “habitantes antropófagos” coibiu as entradas na região.

Estas barreiras socioecológicas foram usadas pelo período que os sertões do Rio Doce não se eram necessários para a economia colonial. “Entretanto, aos primeiros sinais de esgotamento das minas, os atos proibitivos perderam força e, mesmo antes de serem abolidos, o governo colonial tornou a se interessar pelo território coberto pela Mata Atlântica” (ESPÍNDOLA, 2005, p. 31). O declínio do ouro desencadeou mudanças nos sentidos atribuídos à região, seu lugar na economia colonial e, logo, no seu controle, exercido, sobretudo, a partir das forças da Comarca do Serro Frio³⁴.

No fim do século XVIII e no limiar do século XIX, a dinâmica econômica e social, não só da Comarca do Serro Frio, mas das demais que compunham a Capitania de Minas Gerais, teve transformações, acompanhando o movimento de esgotamentos das reservas auríferas e diamantíferas. As atividades, até então acessórias à exploração minerária, passaram a ter maior importância na economia mineira. Neste processo, ocorreu o que Caio Prado Junior (2011) denominou de movimento centrífugo da população mineira, que corresponde ao deslocamento populacional das regiões centrais das minas para as áreas periféricas da Capitania e, a partir da independência, da província de Minas Gerais. Dentre as zonas que tinham alguns núcleos esparsos criados por atividades de lavras de pequeno porte, compostos por rala população branca e escrava, achava-se a bacia do Rio Doce, que tinha como centro Peçanha (PRADO JR, 2011), um posto crucial na conquista do sertão do rio Doce e dos povos indígenas que ali estavam.

Um mapa da Comarca do Serro Frio (MAPA 4) ilustra as florestas das zonas proibidas. As regiões leste e nordeste da capitania eram tomadas por florestas dominadas pelos Botocudos e Aimorés. Quase todo o trecho médio do Rio Doce atravessava florestas sem núcleos populacionais destacados. Da região da Mata do Peçanha, destacavam-se os núcleos de Peçanha, Rio Vermelho, Senhora dos Homens e Bom Sucesso. Estes núcleos estão circundados por áreas florestais, nos levando a interpretar que estavam literalmente encrustados na floresta, apesar de se localizarem em região de fronteira. Mais distante da Vila do Príncipe e de Diamantina, a fronteira era Peçanha. A partir de lá, não havia nenhum núcleo colonial, de oeste

³⁴ A Comarca do Serro Frio foi importante demarcação jurídica e territorial forjada em torno de importantes núcleos mineradores, cuja abrangência chegou a compreender toda porção Nordeste e Leste da capitania, assim como parte expressiva das porções Central e Norte. Na abrangência territorial da comarca, o núcleo colonial de Peçanha era a porta de entrada para os Sertões do Rio Doce.

Chassim Monteiro e Sebastião Pinto Cabral, que ali encontraram diversas pintas de ouro; e a segunda teve por chefe, em 1758, o guarda-mor João Peçanha Falcão, de quem foi companheiro o vigário Francisco Martins, os quais investigaram os rios vermelho, Saçuhy-Grande, Saçuhy Pequeno e Doce, tendo chegado até as fraldas da serra das Correntes, onde se fixou o caudilho da expedição, e cujo arraial lhe tomou o primeiro cognome, que até agora conserva, pois é hoje a cidade de Peçanha.

Uma série de documentos levantados pelo historiador Oscar Vieira da Silva (2001) confirma a data de 1758 como princípio da fundação do “arraial de Santo Antônio” (1765) e “Descoberto de Passanha” (1767). Nos documentos de 1772, já aparece o nome pelo qual a localidade ficou mais conhecida, Santo Antônio do Descoberto do Peçanha (SILVA, 2001).

A exploração aurífera não vingou, o que pode ser um dos fatores explicativos para o fato do núcleo se manter povoado, pela toponímia de Santo Antônio do Bom Sucesso do Descoberto do Peçanha até 1875 (SILVA, 2001), quando se deu a elevação à categoria de vila, pelo nome de Vila do Rio Doce³⁵. Em 1886, passou a vigorar oficialmente o nome Peçanha, já como cidade³⁶(SILVA, 2001; PIMENTA, 1966; FERREIRA, 1959).

Desde os primórdios do arraial, ou até mesmo antes, os conflitos interétnicos marcaram os processos históricos e econômicos daquela região. Dario Augusto Ferreira da Silva (2020, p. 120), em “Memórias sobre o Serro Antigo”, descreve que “Em 1775, foi descoberto no Peçanha um extraordinário quilombo! Quantos negros fugiam e negras para aí se refugiaram de toda a parte, mineiros, roceiros., e assim ficou organizada a república negra.” No dicionário da escravidão negra no Brasil, Clovis Moura (2013) escreve sobre o Quilombo de Peçanha.

Segundo Waldemar de Almeida Barbosa, em 1775, foi descoberto “um quilombo” extraordinariamente grande, que já se constituía, naquela região de Minas Gerais, em verdadeira república bem-organizada. Somente após “terrível luta”, com o auxílio de tropas enviadas pelo governador, pôde ser esse quilombo destruído” (MOURA, 2013, p. 304).

A presença africana e de afrodescendentes em luta por condições de autonomia é também descrita no século XIX. O naturalista Saint-Hilaire (2019), na descrição sobre sua passagem por Peçanha, detalha:

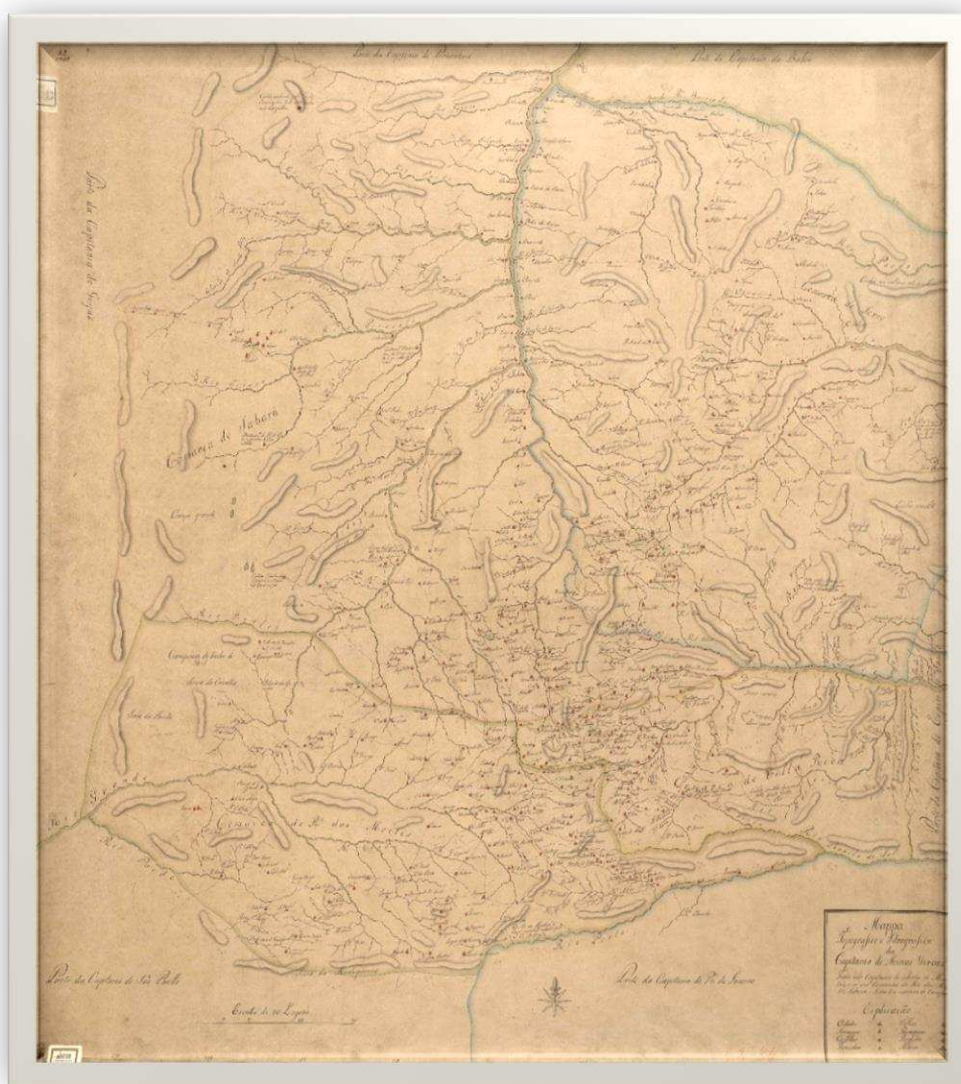
³⁵ Esta nova vila foi constituída a partir da junção das paróquias de Santo Antônio do Peçanha, do município de Serro, de São José do Jacuri, do município de São João Batista (atual Itamarandiba) e de Nossa Senhora da Conceição do Cuieté, do município de Itabira.

³⁶ Neste contexto, o município encontrava-se sob a jurisdição da Comarca de São João Batista (ANDRADE; ANDRADE, 1996), criado em 1871 (FERREIRA, 1959).

Na época em que os primeiros portugueses chegaram à região era ela habitada por uma tribo indígena denominada Malalis, muito mais mansa que os Botocudos. Parece que já negros fugitivos tinham vindo estabelecer-se entre esses povos, e vi em mapas manuscritos Passanha indicada como uma região recentemente descoberta onde os índios eram governados por uma negra (SAINT- HILAIRE, 2019, p. 176).

Esta informação também aparece num mapa cartográfico da Capitania de Minas Gerais, datado do século XVIII, no qual se identificam aldeias indígenas e traz os seguintes dizeres ao lado de quatro conjuntos de aldeias situadas nas margens do rio Arapuca: “Essas quatro aldeias de índios Malalis são governados p’ huma preta”. Colada ao núcleo colonial de Peçanha, situava-se outro conjunto de aldeias (MAPA5).

Mapa 5 – “Mapa topográfico e Hidrográfico da Capitania de Minas Geraes: toda esta capitania he coberta de mattas e só nas comarcas do rio das Mortes, Sabará e Ferro tem manxas de Campo”[sic]



Fonte: Mapa..., [17??].

Como já indicado, a presença indígena na região da Mata do Peçanha também caracterizou todo o seu processo de incorporação ao mercado mundial. E, sem dúvida, a sua descrição é muito mais extensa, complexa e disponível do que a dos quilombolas.

Há registros pré-históricos da presença indígena na região, porém, sem alusão à tradição e ao estilo rupestre específico. No museu da Casa de Cultura do município de Peçanha, estão expostos pinturas rupestres e artefatos encontrados em território municipal. Uma reportagem do Jornal Diário do Rio Doce, de 13 de março de 1977, narra a expedição amadora realizada por moradores curiosos de Governador Valadares que identificou, em uma grande caverna, pinturas rupestres de formas interessantes que, supostamente, remetiam a veículos pré-históricos³⁷.

A historiografia dos textos sobre a presença indígena na região da Mata do Peçanha indica uma diversidade substancial de povos. Entre as bacias do rio Corrente e do Suaçuí, a presença indígena é registrada pelos instrumentos e personagens colonizadoras desde o século XVIII. Os textos burocráticos, de viajantes, de autoridades e de etnógrafos destacam a presença dos Malali, Panhame, Copoxó, Moxotó, Monoxó, Guanaã e, de forma quase onipresente, os Botocudo.

Os chamados Botocudo conformavam uma gama de grupos que, ao longo dos séculos XVIII e XIX, habitaram os sertões do leste, em especial, sua parte setentrional, entre os vales do rio Doce, Mucuri e Jequitinhonha. Eram, com certeza, os mais temidos dos povos indígenas da região e de todas as Minas Gerais. Dizimados pela coroa portuguesa, atualmente remanescem no povo Krenak, cuja terra indígena está localizada no Médio Rio Doce, no território municipal de Resplendor.

A importância indígena era tanta que o naturalista Saint Hilaire (2019) em “Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais”, realizada na segunda década do século XIX,

³⁷ Como não há nenhuma alusão às tradições e estilos específicos das artes rupestres, artefatos e cerâmicas dessas situações descritas, torna-se impossível fazer qualquer referência ou ligação com os grupos indígenas que habitaram essas florestas nos séculos XVIII e XIX, quando foram descritos por documentos oficiais, autoridades e viajantes. De fato, pelos relatos destes, tende-se a crer que a permanências desses povos nestas áreas estão fortemente ligados aos fluxos migratórios e processos de sedentarização impostos pelos movimentos de conquista.

dedicou um capítulo aos “índios de Passanha”, e relatou a presença dos Malalis³⁸, Monoxós³⁹ e Panhames⁴⁰.

O processo de conquista atraiu ou enviou para a região da Mata do Peçanha uma população livre e diversa de despossuídos e marginalizados, componentes de uma camada social intermediária, caracterizados por Laura de Mello e Souza (1982) como desclassificados que, no contexto colonial em Minas Gerais, se expressaram como “Desclassificados do Ouro”, título da obra da historiadora⁴¹.

As características imediatistas da formação social da colônia e, em Minas Gerais, a itinerância e a instabilidade típicas da exploração aurífera favoreciam a constituição da camada intermediária, em geral, mestiços que traziam consigo a estigmatização racial. Genericamente classificada como vadios que, via de regra, eram considerados a “origem e causas de toda a espécie de desordens” (SOUZA, 1982, p. 71), possuíram inúmeras serventias ao processo de conquista nas Minas Gerais.

³⁸ De acordo com o etnógrafo Oiliam José (1965), os Malalis constituíam um grupo pertencente, em termos linguísticos, à subdivisão dos Botocudo e habitavam o vale do rio Doce em suas porções mineiras e fronteiriças com o Espírito Santo. No mapa Etno-linguístico Niemuendaju (IBGE, 1981), os Malalis são situados juntos aos povos de línguas isoladas e sua presença identificada próximo ao rio Araçuaí (Bacia do Jequitinhonha), em 1787, e também próximo à cabeceira do Suaçuí Grande, no vale do rio Doce. Segundo relato de Saint-Hilaire, no século XVIII, os Malalis habitavam as cabeceiras dos rios Mucuri e São Mateus.

³⁹ Os Monoxó, também relatados pelo naturalista, são apresentados por Oiliam José (1965) apenas como os selvagens que rivalizavam nos sertões do Leste, ao longo do século XVIII, com os Botocudo, percorrendo o rio Doce e diversos de seus afluentes. O mapa Etno-histórico Niemuendaju (IBGE, 1981) os especializa ao lado dos Malali, em 1817, nas cabeceiras do Suaçuí Grande, e os apresenta pertencentes à família linguística Masakari (Maxacali), cujos os diversos grupos associados se encontram, sobretudo, nos vales do Jequitinhonha e Mucuri e nas suas desembocaduras, nos litorais Sul da Bahia e Norte do Espírito Santo.

⁴⁰ Da mesma família linguística faziam parte os Panhame, que no citado mapa aparece juntos com Malali e Monoxó no alto Suaçuí Grande, mas também na cabeceira do Mucuri. Conforme José (1965), os Panhame “Localizavam-se, no século XVIII, nos Sertões do Peçanha, entre os Rios Suaçuí Grande e Suaçuí Pequeno. Pertenciam ao bloco botocudo, mas possuíam origem goitacá” (JOSÉ, 1965, p. 32). Joaquim da Silva Rocha (1777), no mapa da Comarca do Serro Frio, situa o gentio Panhame no curso médio do rio São Mateus, nas proximidades do ribeirão Pati, seu afluente.

⁴¹ Souza (1982) define os desclassificados a partir do seu antagonismo e complementariedade com os classificados, numa configuração estrutural que tem a pobreza como fator, mas não único elemento constitutivo. Em suma, caracteriza o desclassificado social como “um homem livre pobre – frequentemente miserável -, o que, numa sociedade escravista, não chega a apresentar grandes vantagens com relação ao escravo” (SOUZA, 1982, p. 14).

A historiadora destaca as diversas circunstâncias em que os chamados vadios eram implicados, de forma mais ou menos compulsória. Primeiramente destaca as entradas, nas quais os vadios encorpavam as frentes de conquistas e de descobertas. Tinham eles também papel fundamental no regimento de defesa e de sustentação dos presídios. Não menos importante, eram igualmente mobilizados para o trabalho em obras públicas e em lavouras de subsistência. A importância belicosa deste grupo se expressou nas composições das guardas e da polícia privada, bem como de milícias e de arregimentação para fins diversos. Por fim, no movimento intrínseco ao domínio territorial, se faziam presentes nas aberturas de fronteiras (SOUZA, 1982).

Provavelmente, todas essas frentes que envolviam os vadios se desenvolveram de forma mais ou menos intensa na região da Mata do Peçanha, tendo em vista o movimento bandeirante que engendrou alguns povoados, a presença de presídios, o ataque/defesa aos grupos indígenas e quilombos e, sem dúvida, a sua bicentenária condição de fronteira. Como assinala Souza (1982, p. 72), sobre as fronteiras do vale do rio Doce:

[...] Negros forros e mestiços na sua maior parte – mulatos, caboclos, carijós – serviam para povoar locais distantes como Cuieté, Abre Campo e Peçanha, onde se iam estabelecendo presídios; engrossavam os contingentes que entravam mato adentro destruindo quilombos e pretendo foragidos; cultivavam de subsistência, enfim, realizavam uma série de tarefas que não podiam ser cumpridas pela mão-de-obra escrava.

Em suma, o processo de conquista da região da Mata do Peçanha envolveu uma enorme diversidade étnica de povos e grupos que ali se encontraram e se chocaram. O avanço do estado colonial criou contradições que se expressaram na configuração territorial da região e na sua composição social. Se, por um lado, o movimento de conquista dos territórios indígenas litorâneos empurrou os povos para o interior das matas do rio Doce, por outro, as restrições de estabelecimento e ocupação das “zonas proibidas” favoreceu a reprodução desses povos e a formação de quilombos. No entanto, como núcleo de fronteira, Peçanha atraía as classes intermediárias que encarnavam, como bem assinala da Darcy Ribeiro (1995), uma contradição imanente de uma identidade social confusa e frágil frente aos anseios dos poderes estabelecidos. Diante de toda essa massa, pequena quantidade de europeus se ocupava da administração daquele instrumento colonial de domínio territorial.

A conflitualidade constituinte do processo de conquista das matas “pro Peçanha” e seus pares, por sua contradição característica, é marcada não só por conflitos e antagonismos, mas também

por alianças e conceções, em relações evidenciadas em diversos relatos e registros administrativos, de viajantes e etnógrafos. Até mesmo na memória coletiva municipal.

4.6 Relações e conflitos interétnicos na Mata do Peçanha

Quando se trata de relações interétnicas em Peçanha e suas matas, a memória oficial municipal e os escritos históricos regionais abordam a oposição conquistadores/desbravadores/pioneiros versus Botocudo. Trata-se de uma narrativa de justificação da conquista, não sem elementos concretos. De fato, o ataque e a resistência de determinados grupos Botocudo condicionou e marcou todo o processo de colonização da região. Mas, se o dualismo narrativo é, por um lado, representativo de um conflito interétnico estrutural, por outro, é simplório quando considerado sua complexidade, diversidade étnica e relações sociopolíticas variadas. Não é somente o conflito que caracteriza a condição colonial nas Matas do Peçanha, mas também relações de cooperação, alianças e resistências veladas.

Ainda pouco estudada é a apropriação daquelas matas por quilombolas. Mas, como citado anteriormente, existem alguns registros de quilombos na região do Suaçuí. Até mesmo antes da ereção do povoamento que deu origem à cidade de Peçanha, se registrava a presença de quilombo. Alguns registros de autoridades indicaram a importância da região nas investidas quilombolas e da sua destruição como justificativa e motivação para financiamento de entradas na região.

No “Apanhado para a história da fundação da cidade de Peçanha”, uma passagem de ata transcrita do Senado da Câmara do Serro Frio, datada de 1752, refere-se ao requerimento de João Azevedo Leme de apoio para descobertas na bacia do Suaçuí.

Acordaram mais ele dito Juis Vereadores e procurador por parte de Joam de Azevedo foi apresentado que ele andava com alguns companheiros em descobrimento de ouro a muitos annos e que de próximos chegara em os certos para a parte do nascente inclinando para o norte a descobrir alguns Rios Corregos e Ribeiro aonde entendia se podia minerar e achar ouro com conta por experimentar em o discurso de alguns mezes que deciam as agoas delles turvas que mostravam ser de servissos que nelles se faziam por algumas pessoas ou negros que andavam fugidos e estariam aquilombados nas ditas paragens que por serem remotas e nam frequentadas athe o presente de povoasam nem de moradores em muitas legoas de sua circunferencia davam lugar para assistência dos ditos negros ou pesoas que para eles fosse refugiarse e que como ele e os ditos seus companheiros que eram poucos nam tivessem foras, nem armas para poderem vistar os ditos Rios Corregos e Ribeiros lhe fora preciso sahir dos ditos certos a procurar gente com quem o fizesse e tinha já bastante para que ajudasem naquelle descobrimento com armas prontas [...] (MEMORIAS..., 1896, p. 765-766).

Considerando os potenciais benefícios de descobertas num citado contexto de pobreza e falta de áreas para minerar e cultivar, bem como pelo respaldo público do requerente, as autoridades do Senado da Câmara:

[...] resolveram e acordaram que dos rendimentos dos bens deste senado se dece ao dito descobridor para ajuda de custo a quantia de vinte outavas de ouro, aroba e meio de povra e seus arobas de chumbo e se pagasse os alugueres de dous cavallos e hum negro que conduzirem huma e outra couza athe o Rio Arassuahy por donde faz entrada o dito descobridor [...] (MEMORIAS..., 1896, p. 766).

A transcrição acima evidencia a possibilidade de aquilombamentos na região. Mais do que isso, o antagonismo que representavam às frentes de conquista e aos esforços de aniquilamento por parte de conquistadores e do estado colonial. Também evidencia uma contradição que perpassa todo o período escravista, que é a utilização de escravizados para enfrentar a resistência ao regime escravista.

Logo no princípio, o registro evidencia a relação entre os quilombos e os sertões. Os sertões como lugar de refúgio e de reduto dos povos autóctones colaboravam e dificultavam o processo de colonização. Se, por um lado, contribuía com o controle dos fluxos populacionais que poderiam potencializar o contrabando, por outro, inviabilizavam, muitas vezes, o estabelecimento de novas frentes coloniais que poderiam enfraquecer as ameaças indígenas e quilombolas. “Os colonos, quando conseguiam avançar e estabelecer-se naquelas áreas, eram logo depois expulsos pelos constantes ataques de índios e quilombolas” (AMANTINO, 2014, p. 93).

Diante da crise econômica da segunda metade do século XVIII, o povoamento dos sertões passou a se tornar uma alternativa ao projeto colonial nas Minas Gerais. Para viabilizar a ocupação, lançou-se mão da instituição de presídios como mecanismo privilegiado de defesa, mas também de incremento e fixação populacional (AMANTINO, 2014). Num primeiro movimento, todos eles se concentraram nos sertões do leste, nas localidades de Cuieté, Abre Campo, São João Batista e Peçanha. Laura de Mello e Souza (1982, p. 77) caracteriza os presídios da seguinte forma:

Os presídios foram, em grande parte, mantidos e desenvolvidos às custas do trabalho dos desclassificados. Localizavam-se em terras remotas, as conquistas, e foram feitos para combater o extravio do ouro, para inspecionar e impedir o avanço dos índios, sobretudo botocudos. Em muitos deles viviam gentios catequizados e pacíficos, e era frequente possuírem campo de lavoura cultivados pelos criminosos e desocupados. Os mais citados são os de Abre Campo, o de Peçanha, o do Cuieté, que ao que tudo

indica é a mesma localidade que algumas vezes surge designada como Casa da Casca ou Casca.

Os presídios se conformaram em instrumentos privilegiados de controle de fronteira, não obstante sua efetividade fosse questionada (AMANTINO, 2014). Nos sertões do leste, os presídios condensaram a conflitualidade interétnica, se expressando na dualidade conquistador/desbravadores/pioneiros *versus* Botocudos. A instituição do presídio de Peçanha (provavelmente na segunda metade do século XVIII) foi uma resposta à resistência de determinados grupos indígenas, registrada pelo menos desde a entrada de João Peçanha Falcão e de suas bandeiras. O trecho do requerimento do paulista, citado pelo historiador Oscar Vieira da Silva (2001, p. 76-77), traz:

Diz João Pasanha Falcão que ele com seus escravos, em oito companhias que agregou em bandeiras, fez entrada pelos vastos sertões do mato desta comarca para as partes entre o norte e o nascente, paragem por onde havia muito mais de sessenta anos depois dos antigos paulistas conquistadores que ninguém havia entrado por estar infestada, impedida e dominada por bárbaros e cruéis gentios, os quais o suplicante com a dita sua comitiva desalojou e pacificou.

A passagem do requerimento de João Peçanha Falcão assinala a resistência indígena às entradas e o enfrentamento pelo paulista “descobridor”. Representa a oposição que condicionou a relação do estado com os povos indígenas naquela região, a dualidade entre a civilização cristã e a barbárie. Como assinala a historiadora Izabel Missagia de Mattos (2013, p. 72):

Os sertões da Província durante o Setecentos e Oitocentos foram figurados como antítese do espaço “cristão” – instaurável sob o “espírito solidarista” enquanto fundamento da vida religiosa nas Minas de então, como demonstrou S. da Mata em seu estudo pioneiro sobre os núcleos protourbanos em Minas Gerais, fundados sob a insígnia de territórios sagrados.

A complexidade desse antagonismo estrutural dos sertões é de difícil avaliação. Podemos considerar que houve uma centralidade nos chamados Botocudo por serem os principais dificultadores à conquista daquelas matas. Em 1792, o “mestre de ler” do arraial do Descoberto de Peçanha requeria do Senado da Câmara do Serro Frio apoio para defender-se dos Botocudos, em carta que vale ser citada na íntegra.

Senhores do Nobre Senado, Expondo na respeitável presença de Vossas mercês como Mestre de ler, e escrever dos Índios desta Freguesia de Santo Antonio do Paçanha, e por não aver outro sacerdote Paracho da mesma Freguesia os acontecimentos da mesma, Ella foi estabelecida em mil e setecentos e sincoenta e oito, ou sincoenta e nove por este Bispado de Mariana, e os seus conquistadores vieram pelo Rio Sasuhy – grande procurando as grandezas que dizem há nestes certoins encontrarão o córrego chamado das Almas e delle extrahiram varias arrobas de ouro que para a Rial Casa da Fundação desta Comarca foi conduzido e pelo seu toque se julgou ser o melhor que nella avia entrado; sem ser porem esta a grandeza que procuravão, e por varias

desordens que ouveram e receio do poder grande da gentilidade que por aqui existia se retiraram a maior parte dos Povos ficando athe o prezente muitos poucos moradores que por falta de posses não poderão augmentar a povoação, por que todos os córregos tem ouro porem bastantemente trabalhosos de se lavrarem por causa das muitas caxoeiras e Pedras, tudo isto da parte do Sasuhy grande, entre o Sasuhy pequeno que além do Sasuhy grande para Minas Novas sabe-se que há grandezas e que se acha a serra das esmeraldas que deo ao manifesto Lucas de Fretas mais pellos muitos Indios que por ahi abitão se não tem discuberto nada, Agora porem que se podria aumentar esta Povoaçam ou este certam se povoar e perderem se as naçoins dos Indios Monhoxós, Panhames, os Malalis, que frequentam este lugar a trez para quatro annos que foram os primeiros abitadores delle, e os mais que podem vir chegando, como são os Maconins, Capoxés, Machacalizes que diezem nam estarem longe desta Povoação por virem enfestando estes certains a nação mais barbara que há neste novo mundo, e nam havendo forças que os faça retorceder, hiram chegando a maior auge; Por cujo motivo se perderam os dízimos e o quinto do que se puder extrahir hir se não perdendo as fazendas. Esta Nação he chamada os Boticudos que se sustentam de carne humana os quais vieram em Novembro ou Dezembro passado a distancia deste Arraial seis ou sete léguas roubaram os ferros da Roda e mais preparos de hum mineiro que se occupava na extração do ouro, e porque se achava na sua Rossa com as escravatura quando em Janeiro procurou hir mudar a Roda achou-se com o Roubo feito ignorando quem fosse o delinquente porem em princípios de Março deste prezente anno de mil setecentos e noventa e dois acometendo a dita Nacam a outros Mineiros que se achavam pouco menos distantes daquele lugar trabalhando foram vistos sem que houvesse perigo de vida; Os Povos ficaram atemorizados com similhante procedimento e deixaram continuar digo deixaram de continuar no serviço e ainda dãm demonstrações de si por nam haver gente para os poder fazer sahir e acautelar as ocaziõins perigozas; Estes factos tiram a liberdade da gente contendo-se cada hum em suas casas por que o Risco he evidente e a vida he amável; ordemnou o Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Dom Antonio de Noronha ao Capitam Mor do Termo desta Comarca fizera aqui Aldear os Minhoxós em lugar que nam só fosse apto para agricultura como também para abrasar em as instruçoins do christianismo de cuja deligencia resultou Baptizarem-se muitos parvulus que faleceram, e alguns adultos que pediram bautismo; eles se transportaram depois para a distancia de quatro ou sinco legoas e se fazem ali inúteis; e aqui necessários porque sempre animam com a sua assistência, e como já alguns foram Pedestes sam práticos para hirem contra os Buticudos parece que se devem fazer aqui voltarem por serem as pias intenções de todos os Illustrissimos e Excelentissimos Senhores Generaes concorrerem para heducação e salvaçam desta Gentilidade na fôrma de Riaes ordens e Excelentissimo Senhor Visconde General concorrer com aquelle soldo que julgar mais acertado dar-se aos forem Pedestes e toda a mais monição necessárias e Armas e extabelecer-se se hum prezido como tem ordemnado para outras semelhantes partes avendo vossas mercês por bem de lhe proporem assim por serviço de Sua Magestade e bem do Estado pois se acha esta Povoaçam inteiramente distituida de tudo sugeita a qualquer Ruina quando da Extençam da mesma podem nascerem interesses expirituais e Corporais tendo cada um a liberdade de se asituar na parage que lhe for mais utel; e querendo eu hir situar me com hum Capitam de huma Aldeia dos do certam onde fui que aqui se achava deixo de o fazer pella perseguição de Buticudos em quanto não ouver mais favorável ocasião guardando Deos talvez para o feliciziõ Governo do Illustrissimo e Excellentiõ Senhor Visconde de Barbacena a paz e utilidade dos Povos e heducação dos Gentios da outra banda do Sesuhy grande ao Gremio da Igreja porque sem o favor de um poder superior nada se pode fazer e se as minhas posses fossem avultadas faria esta conquista, sem embargo das más intençoins dos creditos digo intençoins dos criticos que no seguimento das macimas do mundo dizem o que querem. Deos a Vossas Mercês guarde por muitos annos. Paçanha e de Abril doze de mil setecentos e noventa e dous <Joam Pedro de Almeida>. Registisse Villa do Principe vinte e oito de abril de mil setecentos e noventa e dous annos[...]
(MEMORIAS..., 1896, p. 780-782).

A integralidade da citação se justifica pela riqueza das informações que carrega, das quais algumas serão destacadas a seguir. Inicialmente, observamos a importância da população indígena para a caracterização da freguesia. O mestre de ler apontou, em duas passagens, que a proteção do lugar era fundamental para o processo de catequização dos povos indígenas. A função dele era associada a esse processo. Isso também fica claro quando o oficial menciona a ordem do governador da capitania para a criação de um aldeamento do povo Monoxó, não realizado devido à inospitalidade botocuda. A carta evidencia, no seu fim, a distância comunicacional da Vila do Príncipe, dado que, enviada (ou escrita) no 12º dia de abril, foi lida em seu destino somente no 28º dia deste mês.

A carta do requerente explicita os elementos que auxiliam na reconstituição das relações e dos conflitos interétnicos, assim como da diversidade étnica que os atravessaram. O relato do professor de primeiras letras remonta um cenário de convivência, mais ou menos conflituosa, mais ou menos colaborativa, de uma série de grupos indígenas, oferecendo pistas sobre endogenia e exogenia. Segundo o relato, Monoxó, Panhame e Malali seriam do lugar, enquanto Maconi, Capoxó e Maxacali tendiam a rumar para lá. Outro dado importante eram as ameaças apresentada pelos Botocudo, que deveriam ser combatidos, inclusive, com o apoio dos Monoxós, pretensamente aldeados.

O relato aponta mais uma informação relevante, em especial para compreender a conflitualidade interétnica que marcou o desenvolvimento da freguesia nos seus primeiros 50 anos, sobre a estratégia de resistência dos grupos denominados Botocudo. Nas palavras do mestre de ler, estes indígenas atuavam de forma contínua e crescente, praticando pilhagens e destruição de meios de produção dos colonos, impedindo o povoamento e as empresas agrícolas. Desencadeavam, portanto, a expulsão/abandono dos colonos, a ruína da povoação e a incapacidade de pagar impostos.

Sem dúvida, trata-se de um relato para sensibilizar qualquer governo, pois evidenciou a falta de controle generalizada. O objetivo foi conquistar apoio bélico por meio de fornecimento de contingente, de armas e da construção de presídio. Assim, possivelmente até o contexto em que escreveu João Pedro de Almeida, não houvesse presídio no arraial, e aquele que ficou conhecido como Presídio de Peçanha foi erguido depois. Além disso, o requerimento do mestre de ler, provavelmente, foi o combustível para o futuro requerimento do governador da capitania à

Coroa para aniquilar os chamados Botocudo, no empreendimento militar que ficou conhecido como “Guerra Justa”.

Cabe lembrar que, no fim do setecentos, a decadência da mineração já gerava uma série de reações e projeções em busca de alternativas econômicas para a capitania, como a agricultura e o comércio através da navegação do rio Doce (ESPÍNDOLA, 2005; 2013). Os sertões se tornaram o novo eldorado, com a esperança inacabável de riquezas minerais, e potencialidades agrícolas e comerciais que suas terras, sua natureza e possíveis vias ofereciam. A mudança do século XVIII para o XIX representou uma guinada na relação entre o estado colonial e os povos indígenas da região. Como assinala Espíndola (2013), parte-se da “guerra defensiva” para a “guerra ofensiva”.

Com a decadência da mineração, a metrópole passou a olhar a região por outra perspectiva, objetivando, a viabilização da navegação pelo rio e sua transformação em um canal de acesso para o litoral. Em consulta aos governos do Espírito Santo e Minas Gerais, a Coroa recebeu conselhos que se sintetizavam na necessária eliminação dos Botocudo e das áreas florestais. Sobre o governo mineiro, Espíndola (2013, p. 57) disserta que:

São duas correspondências de Ataíde e Mello, governador de Minas gerais: uma de 14 de setembro de 1807 e outra de 11 de abril de 1808. O conselho do governador mineiro foi “a guerra ofensiva” contra os índios botocudos, que foram apresentados com imagens fortes: “façanhosos e carnívoros”, “monstros”, “sedentos de sangue humano”, “bárbaro antropófagos”, “selvagem que não se pode civilizar”, entre outros. O governador apontou, além do obstáculo indígena, a “pouca salubridade do clima”, que provocava enfermidades nos degredados para os presídios do Cuieté, Peçanha e Abre Campos, bem como nos praças desses presídios e nos que navegavam o Rio Doce, principalmente as febres intermitentes(malária). Em sua opinião, os dois obstáculos seriam removidos com a derrubada das e esgotamento dos lugares pantanosos e das lagoas, começando pelas matas ciliares. A natureza aparece como obstáculo a ser vencido, para que elimine o índio e se revelem as riquezas, e para que as terras sejam cultivadas, e o Rio Doce ofereça um canal de acesso ao mar.

Em consonância com as sugestões, o príncipe regente, dois meses após a chegada ao Brasil, declarou a Guerra ofensiva ao Botocudo pela Carta Régia de 13 de maio de 1808. Por meio das Divisões Militares, a Metrópole viabilizou seu projeto de ocupação efetiva e navegação do Rio Doce, visando, principalmente, aniquilar as “barreiras” indígenas que dificultavam os assentamentos coloniais.

O instrumento tático privilegiado da chamada “Guerra Justa” foi a Divisão Militar do Rio Doce (DMRD). Por meio deste corpo de tropas irregular, o estado colonial investiu floresta adentro no intuito de combater os índios em seus assentamentos e reduzi-los em importância social. O

projeto de incorporação dos sertões ao processo de acumulação mundial não só dizimou os povos indígenas resistentes, mas também excluiu os povos rendidos e cooperativos, tomando-os puramente como força de trabalho, mobilizada, em boa parte, sob forma de servidão.

O avanço da conquista dos sertões se deu por meio de sete divisões militares que abarcavam os vales do rio Doce, Mucuri e Jequitinhonha. A nível regional, foi constituída a Junta de Conquista e Civilização dos índios e da Navegação do Rio Doce e, em escala colonial, a guerra ficou a cargo da Secretaria de Estado da Guerra e Negócios Estrangeiros. O então arraial de Peçanha foi sede do quartel central da 5ª Divisão, que respondia pela atuação na parte norte do rio, compreendida, em especial, pelo rio Suaçuí Grande, e pelos rios Suaçuí Pequeno, Mucuri, Itambacuri e Todos os Santos, com um total de seis quartéis (ESPÍNDOLA, 2013). A 5ª Divisão ficou conhecida pela brutalidade de suas ações. “O Comandante da 5ª DMRD, Januário Vieira Braga, costumava interrogar os prisioneiros até a morte, na esperança de que eles falassem sobre minas de ouro e pedras preciosas” (ESPÍNDOLA, 2013, p. 60).

O naturalista Saint-Hilaire (1975), na sua passagem pela aldeia de Santo Antônio do Bom Sucesso do Descoberto de Peçanha, relatou sobre a conflitualidade interétnica entre colonizadores e indígenas. Em consonância com a os escritos do mestre de ler, o viajante descreve que a origem da povoação remete à mineração, que chegou a satisfazer alguns primeiros habitantes. Porém, muitos dali partiram devido aos constantes incômodos dos Botocudo. Em decorrência disso, o governo formou uma tropa responsável por capturar os índios. “Os botocudos foram perseguidos em suas florestas e mortos vários deles” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 176). A perseguição e a eliminação dos resistentes permitiram que os ataques arrefecessem e o interesse de novos habitantes em se instalarem ali voltasse. Mas, não para extrair ouro, pois as ausências de recursos materiais necessários à esta atividade impeliá-los à agricultura (SAINT-HILAIRE, 2019).

Saint-Hilaire (2019) relata informações valiosas que remontam às relações estabelecidas entre colonizadores, colonos e povos indígenas. O autor dedica um capítulo aos “índios de Passanha”, descrevendo aparentes alianças e antagonismos envolvendo o processo de colonização e os povos indígenas e entre estes e quilombolas, quando trata dos índios comandados por uma negra.

O naturalista descreve a tratativa exterminadora dos Botocudo. Em geral, matava-se os homens que resistiam e entregava-se as crianças e as mulheres aos povoadores. Provavelmente em regime de servidão, já que fora reabilitada com a Guerra Ofensiva (ESPÍNDOLA, 2013).

Como foi relatado pelo mestre de ler, Saint-Hilaire (2019) remete aos Malali como habitantes do lugar quando da chegada dos portugueses. Rivaliza-os em relação aos Botocudo e justifica sua aproximação dos colonos como meio de se defender. Adaptaram-se, segundo ele, à vida dos colonizadores, praticando agricultura, servindo na casa de colonos e nos corpos militares, nos quais contribuíram sobremaneira devido aos conhecimentos dos hábitos Botocudos.

Em suma, a conflitualidade interétnica transcorrida na Mata do Peçanha se desenvolveu e se formatou de acordo com o movimento de apropriação colonial característico do envolvimento dos trópicos no processo de acumulação mundial. O declínio do ciclo do ouro e as possibilidades agrícolas e comerciais transformaram aquela região de “florestas sombrias e índios arredios” num novo Eldorado, que passou a atrair populações do nordeste do Brasil e da região das minas (STRAUCH, 1958), sobretudo, da cidade do Serro que, devido às matas, mantinha relações longínquas. A comparação entre as regiões do Serro Frio e da Mata do Peçanha, entre o século XIX e princípio do século XX, é um exercício interessante para compreendermos as mudanças sociodemográficas e econômicas do território em que se formou a comunidade quilombola dos Jorge de Água Branca antes da chegada do grupo familiar.

4.7 As mudanças territoriais na Mata do Peçanha nos séculos XIX e XX: transformações sociodemográficas nos sertões do Rio Doce e na Comarca do Serro Frio.

O projeto de colonização e de exploração econômica dos sertões do Rio Doce exigiu um investimento no povoamento. Na medida em que se destituiu o poder da resistência indígena, as fronteiras e as diferentes formas de ocupação se ampliaram, complexificando ainda mais as relações e os conflitos interétnicos. A respeito dos novos habitantes, Espíndola (2005, p. 419-420) destaca:

A maior parte da população que se dispunha a enfrentar o território sertanejo era formada de mestiços (pardos) e negros pobres, vivendo de culturas de subsistência, da caça, pesca e coleta. Gente ambiciosa também devassou as matas e se enriqueceu com o comércio de poaia, drogas do sertão, peles e animais vivos, tornando-se fazendeiros abastados. Aventureiros, oportunistas de todo o tipo, jagunços, garimpeiros, prostitutas, fabricantes de aguardente, taberneiros, canoeiros do comércio de sal, tropeiros, entre outros, juntaram-se aos praças das divisões militares, aos índios aculturados na saga do sertão. À medida que se intensificava o povoamento de determinada área, entravam em cena os especuladores de terras, gente que conseguia sesmarias ou abria posse com o único objetivo de, posteriormente, vendê-las por um

preço especulativo [...] outros foram residir nas matas para fugir da justiça: ladrões, salteadores, assassinos, contrabandistas. Também buscaram os sertões negros quilombolas, que aprenderam a conviver com os grupos indígenas e com eles se misturaram.

De acordo com Espíndola (2005), nas zonas proibidas no interior do sertão havia três núcleos, a saber: o arraial de Cuieté, ao sul, o de Antônio Dias Abaixo, no centro e, ao norte, o de Peçanha, foco do povoamento incentivado. Nas cercanias destes centros colonizadores, encontravam-se vilas ou arraiais, caracterizados e denominados de “mato dentro”, dada a predominância das florestas. As sedes ou povoados destas localidades eram constituídos por edificações de pau a pique, em ruas estreitas e domicílios quase sem nenhuma mobília. O comércio era irrisório e desabastecido. A população era formada basicamente por pretos e mestiços, havendo um pequeno número de artesãos. A terra não era facilmente apossada por esta população pobre, que para se reproduzir como camponês ou como proto-camponês, praticava a agricultura de coivara associada à caça e à coleta, em ambientes de difícil acesso e manejo, inclinados no interior dos vales, chamados de grota, onde se instalavam.

Saint-Hilaire (1975)⁴² destacou em sua passagem que, apesar da imensidão territorial de domínio da paróquia de Peçanha, sua população sem cabedais não passava de 1200 almas. Todavia, observou a importância do arraial no abastecimento alimentar regional, abordando a produção de milho, de trigo e de feijão como principais gêneros vendidos para a Vila do Príncipe e o Tijuco, assim como os tantos porcos que eram criados.

Os registros do naturalista sobre o arraial de Peçanha denotam um povoamento colonial consideravelmente conflituoso, numa delimitação territorial densamente florestada, parcamente habitada e extremamente desafortunada quando comparada às outras paragens do viajante. Um contexto de poucos potentados, baixo investimento em força de trabalho escravizada, terras

⁴² É importante acentuar que os relatos do viajante eram produtos de uma combinação de dados “oficiais” e interpretações pessoais. Como o viajante geralmente era recebido pela elite local, formada pelos homens ligados às estruturas administrativas, possivelmente, tinha acesso a alguns dados, mesmo que precários, sobre a organização econômica, social e política dos lugares por onde passava. Há, nas notas de páginas, várias referências ao Monsenhor Pizarro e Araújo (1753-1830), historiador que escreveu “Memórias históricas do Rio de Janeiro, e das Províncias Anexadas à Jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil”, em 1820. A obra é de influência notável na publicação de Saint-Hilaire. No entanto, é evidente que muito dos relatos expressam a interpretação do autor, que reflete não só a interação com o meio via personagens da elite local, mas também o eurocentrismo e racismo característicos dos viajantes naturalistas e da elite nacional.

abundantes e férteis, e produção agrícola para a autossuficiência e o abastecimento de grandes centros.

Diferentemente de outras regiões da nascente província de Minas Gerais, após a independência, mesmo com a suspensão das concessões de sesmarias, em regime especial, áreas das margens do Rio Doce e de seus afluentes continuaram sendo objetos de concessão. Posteriormente, a promulgação da lei de terras de 1850 gerou consequências dramáticas para os povos indígenas da região, ao classificar seus territórios como áreas devolutas e, logo, terras públicas (ESPÍNDOLA, 2005).

A partir da segunda metade do século XIX, em decorrência da ascensão das faixas cafeeiras da Zona da Mata mineira, o sertão do Rio Doce perdeu sua importância e, paulatinamente, deixou de ser objeto de promoção da província. Após anos de investidas, com a ausência de resultados satisfatórios associados às limitações impostas pelas torrentes d'água, na quarta década do século XIX, o governo da província de Minas Gerais declinou do empreendimento da navegação (ESPÍNDOLA, 2005).

Todavia, a relação entre a região do Serro Frio e a região da Mata do Peçanha se manteve através dos fluxos populacionais e comerciais. A comparação dos principais núcleos das duas regiões desvela uma série de elementos que contribuem para a compreensão dos fatores que, desde a segunda metade do século XIX até a primeira metade do século XX, podem ter favorecido e impulsionado os fluxos migratórios da cabeça da comarca para as matas de suas fronteiras.

Intensas transformações mantiveram-se na região do Serro Frio e na região da Mata do Peçanha na segunda metade do século XIX. Partindo dos núcleos mineradores em declínio, as correntes de povoamento se intensificaram rumo aos sertões. Como ocorreu desde o fim dos setecentos, a região do Serro Frio se projetou como ponto de partida para brancos, negros, mestiços, proprietários e ex-escravos⁴³. Nesse contexto, a força de trabalho escrava já não era mais a base da economia, formada, agora, pelo trabalho livre de negros e mestiços pobres

⁴³ Não tivemos acesso à documentação sobre a composição social das populações que partiram da região do Serro Frio em direção à Mata do Peçanha, mas deduzimos que esta se constituía, numa classificação ampla, de proprietários e ex-escravos, a partir de dois conjunto de dados: a) o Censo de 1872, a partir de uma classificação dual, apontou a presença, na freguesia de Peçanha, tanto de proprietários, como de trabalhadores livres; b) Obras

Os dados⁴⁴, reunidos por Siman (2015), permitem remontar que, no último quartel do século XIX, no histórico núcleo minerador do Serro, ainda era expressiva a presença de trabalhadores ligados à exploração aurífera e diamantífera⁴⁵, o que indica a persistência destas atividades econômicas, não obstante a perda de sua importância e a grande relevância das atividades agrícolas. A cidade do Serro era dotada de instituições públicas e o exercício de controle que lhe são características e, também, de uma configuração econômica e produtiva diversa, de forte importância a nível regional⁴⁶. Distintamente, o núcleo da Mata do Peçanha mantinha rarefeita existência de instituições públicas que, por seu turno, enunciaram um controle do Estado frágil e de pouca abrangência.

A importância da força de trabalho escrava era bem menor em Peçanha do que no Serro, o que expressa, em termos comparativos, uma menor relevância das relações escravistas na estruturação das relações sociais e de produção. O núcleo da região do Serro Frio tinha em seu plantel de pessoas com ocupação definida 21,6% de trabalhadores escravizados, no núcleo da Mata do Peçanha, o trabalho escravo correspondia a apenas 10,3%. É possível que esta configuração estivesse associada à distinção que ainda possuía a exploração mineral na freguesia N^a S^a Conceição do Serro, uma vez que quase um terço dos trabalhadores escravizados exerciam ocupações relacionadas a este “setor” econômico (SIMAN, 2015).

Esses apontamentos demonstram mudanças importantes nas últimas décadas do século XIX. Todavia, são limitados à compreensão dos deslocamentos populacionais para a região da Mata do Peçanha a partir deste contexto, mas não nos permitem explicar o porquê do município de

sobre a região da Mata do Peçanha, como a de Pimenta (1966), que aborda os traços genealógicos das famílias que compõe a “história oficial”, isto é, grupos familiares de proprietários, apontam a presença de famílias vindas da região do Serro Frio, tanto no início dos oitocentos, quanto em seu fim. Porém, isto é uma simplificação. Como apresentado por Espíndola (2005), a diversidade na composição social nos sertões do rio Doce, como evidenciado pela presença de fugitivos da justiça, extrativistas e quilombolas, era característica da região.

⁴⁴ O autor utilizou, sobretudo, dados do “Recenseamento Geral do Brasil de 1872”.

⁴⁵ Silva (1878) relativiza a importância da mineração na cidade do Serro, mas afirma a sua existência ao descrever que “[...] o seu terreno dá algum ouro e pouco diamante [...]” (SILVA, 1878, p. 75).

⁴⁶ Joaquim José da Silva em “Tratado de geographia descriptiva especial da província de Minas Gerais” publicado em 1878 descreve que na cidade do Serro, cuja a população é era de sete mil almas (em discordância com os dados do Censo de 1872), “[...] seu comércio é activo e forte, tem muitos capitalistas e homens abastados, Há ali muitas oficinas de todos os officios” (SILVA, 1878, p. 74).

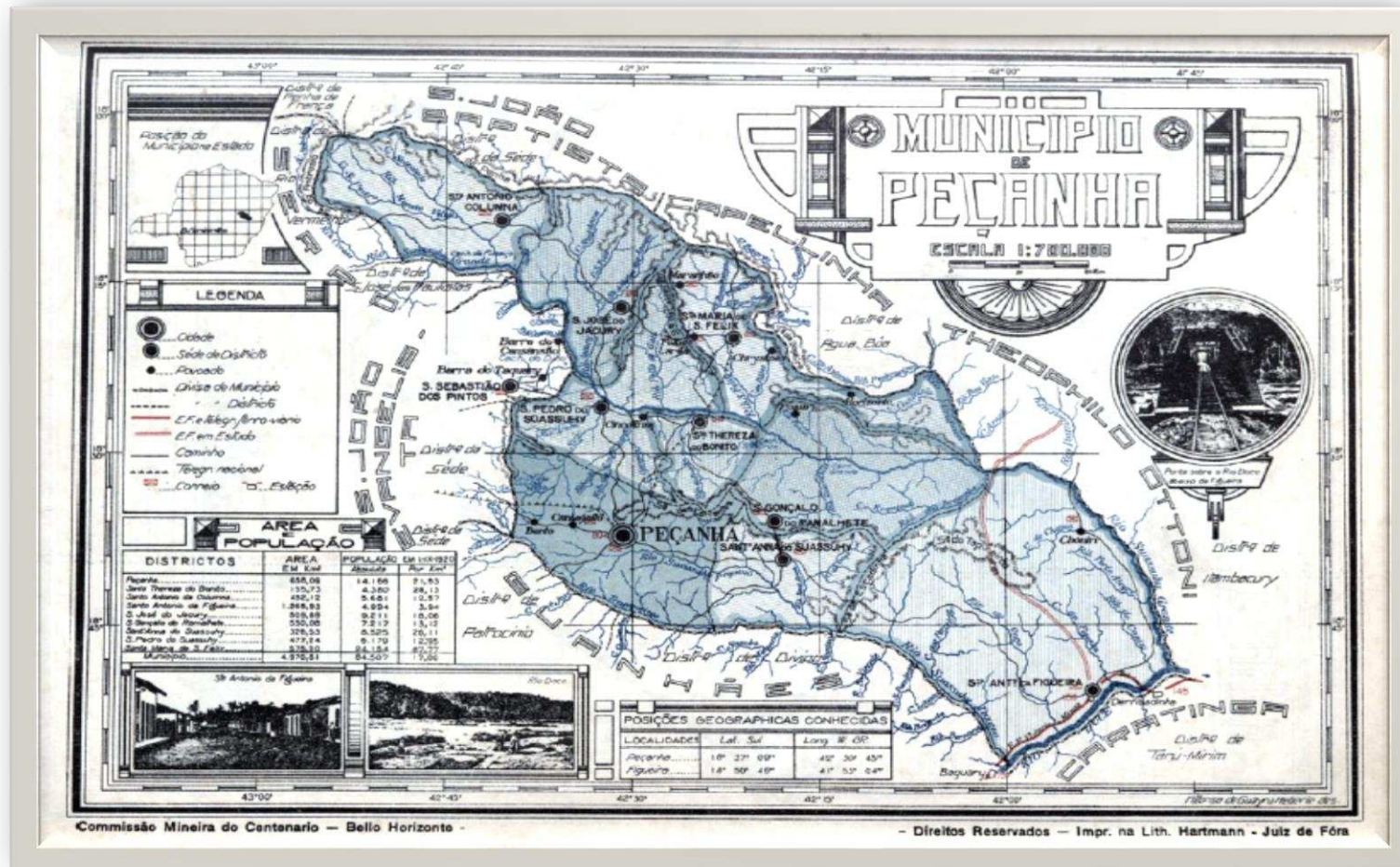
Peçanha⁴⁷ ter, em 1872, 9.361 habitantes (BRASIL, 1872) e, em 1890, contabilizar 33.830 pessoas (FERREIRA, 1959; COROGRAPHIA..., 1901⁴⁸), em 1913, aproximadamente 50 mil (BRASIL, 1918; FERREIRA, 1959⁴⁹) e, em 1920, 84.507 indivíduos (BRASIL, 1928) distribuídos, principalmente, na sede municipal e no distrito de Santa Maria do Suaçuí, como ilustra o mapa municipal produzido nas comemorações dos 100 anos da independência (MAPA 6).

⁴⁷ É importante ressaltar que em 1872 ainda não se tinha instituído o município de Peçanha, criado em 1881 com o nome de Suassuhy. Também se faz relevante a observação que estes dados são relativos a um território municipal que vai além do núcleo de Peçanha, contendo vários distritos que ao longo do século XX foram constituindo novos municípios, e à época compunham a região conhecida como Mata do Peçanha.

⁴⁸ Na “Corographia do município de Peçanha”, escrita pelo então procurador fiscal da câmara de Peçanha e publicada pela Revista do Arquivo Público Mineiro, é apresentado que “sua população no ano de 1890 já era superior a trinta mil habitantes” (COROGRAPHIA..., 1901).

⁴⁹ Na descrição apresentada pela Enciclopédia dos Municípios Brasileiros em 1959, há a contagem realizada pela Comissão Municipal que apontou que, em 1891, havia 52.521 indivíduos, encontrando-se na sede municipal 10.207 deles.

Mapa 6 - Mapa Municipal de Peçanha produzido nos idos do centenário da Independência, 1928



Fonte: Álbum..., 1927.

Os dados do primeiro quartel do século XX, mais especificamente sobre a estrutura fundiária, permitem delinear o contexto de deslocamento do grupo familiar e seus fatores de estímulo. As informações possibilitam remontar um Serro cuja dinâmica territorial era caracterizada pela indisponibilidade de terras sem ocupação. Em contraste, Peçanha tinha apenas 1/4 da sua extensão territorial ocupada por estabelecimentos rurais, nos quais quase a metade eram áreas de floresta, isto é, não ocupadas, uma enorme porção territorial passível de ocupação (SIMAN, 2015). Uma pesquisa sobre as condições da agricultura em Minas Gerais, de 1914, corrobora essas informações ao detalhar que “[...]Das muitas mattas que possui o município, grande parte pertence ao governo do Estado e nessas mattas se encontram muitas variedades de madeira de lei, como sejam: perobas, canellas, cedros, vinhático, cabiúna e muitas outras” (BRASIL, 1918, p. 317)⁵⁰.

Além da provável disponibilidade de terras em Peçanha, a sua estrutura fundiária era menos concentrada do que a estrutura do município do Serro. Às dimensões fundiárias, somam-se o uso e a ocupação da terra. As informações apresentadas por Siman (2015) demonstram que a maior parte das terras do município do Serro eram voltadas para a produção pecuária bovina (presença mais abrangente e menos concentrada do que em Peçanha) e cultivos industriais (sobretudo cana de açúcar), o que indica uma maior especialização produtiva e integração aos mercados local e regional. Essas características, por sua vez, evidenciam maior capitalização e exigência de força de trabalho dependente ou assalariada.

Assim, nas primeiras décadas do século XX, a região era marcada pela concentração fundiária, com forte especialização econômica, e indisponibilidade fora das vias convencionais de aquisição, desfavorável à emergência de um campesinato originado a partir de grupo familiar e trabalhadores sem-terra. Por outro lado, havia terras devolutas e recursos naturais, e a existência de uma economia não muito dinâmica e especializada, de parco interesse capitalista e, logo, pouco disputada. Nesse espaço se configurava,

⁵⁰Provavelmente, “terras pertencentes ao governo do Estado” são as terras devolutas. Motta (2010, p. 469) define terras devolutas da seguinte forma: “Em suma, as chamadas terras devolutas são pertencentes ao Estado (federal ou estadual) e uma vez discriminadas passam a denominarem-se terras públicas” (MOTTA, 2010, p. 469). Todavia, seriam elas não discriminadas, posto que o recenseamento de 1920 não registra nenhum estabelecimento agropecuário pertencente à União, ao Estado ou ao Município. Outra possibilidade, mais remota, é da incorporação destas áreas a patrimônios particulares no breve período entre as coletas dos dados das citadas publicações (entre 1913 e 1920).

portanto, uma região favorável à formação de comunidades camponesas de trabalhadores sem-terra e descendentes de trabalhadores escravizados.

Nesse sentido, a facilidade de acesso à terra na região da Mata do Peçanha se revelava, naquele contexto, como possibilidade de autonomia dos trabalhadores pobres mestiços e negros descendentes diretos ou não de trabalhadores escravizados que, após a abolição, continuaram submetidos ao grande domínio territorial e à violência. A partir disso, podemos conjecturar que o deslocamento de grupos familiares da região do Serro para a região da Mata do Peçanha, tal como vivenciado pela família dos Jorges, foi sensivelmente motivado (num ambiente em que a estrutura social e econômica se apresentava com extrema rigidez, como no município do Serro), principalmente, pela busca de uma terra familiar. Em suma, a oportunidade de desenvolver a mobilidade social e relações econômicas e sociais desafiadoras da subordinação histórica (SIMAN, 2015; 2016). Como conclusão: o acesso à terra apresenta-se como sinônimo de liberdade! Terra e Liberdade!

A partir dos depoimentos e das pesquisas cartográfica, bibliográfica e estatística, foi possível identificar elementos constituintes da ancestralidade da comunidade. Enfatizamos os progenitores, as memórias sobre o tempo da escravidão, sobre os locais de origem, sobre o processo de deslocamento e o assentamento definitivo nas adjacências do ribeirão Água Branca, no sul do território municipal de Peçanha.

4.8 Comunidade dos Jorges: os progenitores e a origem do grupo familiar

A Comunidade Quilombola dos Jorge da Água Branca tem como progenitores Antônio Jorge da Silva e Maria Carolina de Jesus. A partir de seus descendentes, a comunidade se formou e se reproduziu historicamente.

Pouco se sabe sobre a vida dos dois antes de formarem família. De acordo com o relato dos descendentes mais velhos, Antônio Jorge tem origem ligada à Diamantina, de onde era seu pai, Jorge da Silva. Mas a origem remota de Antônio Jorge remete ao continente africano.

Teve pessoa deles, que a gente não conhece e não vai conhecer nunca. Por que a gente tem parente... Por que nós somos dos Africano, nós somo da África. Eles veio da Africa, ele veio de la, do meio dos negro. Eles era negro e veio vino, veio, vino de lá procurano um jeito de viver. Veio procurano um jeito de

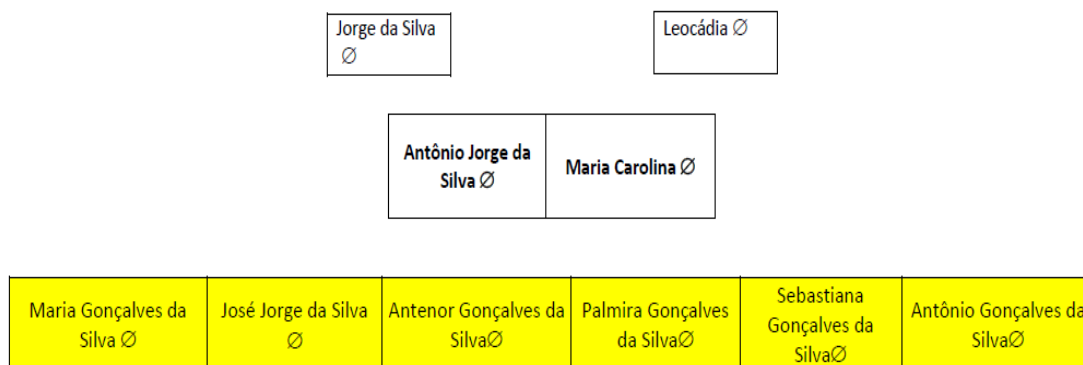
viver né, Frederico? Até que veio vino, veio vino, nesse sofrimento. (Comunitária, 78 anos).

De lá foram para Gororós que, na época, era um povoado do Serro e, atualmente, distrito de Dom Joaquim. Jorge da Silva chegou em Gororós em busca de “serviço”, quando começou a trabalhar para Assid Quitungo. Os relatos relacionam o ofício de Jorge da Silva e de seu filho Antônio Jorge ao abate de suínos e à produção de toucinho, bem como a sua comercialização por deslocamento em tropas de Burro. Como relata um descendente, ia-se longe conduzindo a tropa, pelas bandas de Santa Bárbara e do Curral Del Rey, o que indica a possibilidade do estabelecimento do ascendente de Antônio Jorge no Serro ainda no século XIX. Sobre o trabalho de Antônio Jorge no Serro, é contado que:

Aí esse pai dele veio caçando serviço. Aí ele chegou e achou serviço com Seu Assid e foi trabaiá. Mas, aí, ficou mais ou menos ali naquela coisa, o padrinho[Antônio Jorge] foi crescendo e, antigamente existia era tocador de burro, padrinho pôs pra tocar burro indo pra Santa Barbara, que eu num sei se você conhece, levando toucinho. Que o toucinho pra ... carregava antigamente num era no balaio não. Era no baú. Agora, o baú era o mesmo que o balaio assim ó... Eles ia lá no mato, existia a taquara, a taquara lisa, e já existia o fazedor de o tais baú. Eles levantava os capado, pensa pro cê ver como é que o povo antigamente era, matava os capado, agora já tinha um solo desse que tá aqui assim ó, sempre era na época de sol, que o sol tá quente. Mês de junho, outubro, antes de entra as água. Então ê já punha os capado pra engordá numa posição que ai eles matava os capado e agora retaliava, metia a faca no capado e vamo dizer assim, tinha essa artura, tinha essa artura, né? Mas eles metia a faca nele assim ó, até que a pele dele ficava desse tamanho. Ficava desse tamanho o toucinho. E bonito! Agora, eles punha aquele toucinho, fazia varão, batia toco, toco grande! Toco pesado! Batia toco e botava os varão. Agora de dois, três pedaço, banda de toucinho, do tamanho dessa mesa e punha lá. E batia assim, socava o sal mossoró, você num conheceu esse sal, mas esse sal antigamente era o que fazia até operação. Era sal de trisquinha, ele era sal que podia cortar fazia qualquer tipo de operação pra alivia a pessoa, ne? Ai, punha lá pra secar, passava o sal, pra escorrer hoje, com aquele sal escorria. A água corria. Agora, quando era no dia de amanhã, eles ia com fubá, com fubá de moinho d'água, que você não sabe nem o que é moinho d'água, né? (Comunitário, 84 anos).

O trabalho de tocador de tropa se fazia na condição de agregado. Nas primeiras décadas do século XX, na Fazenda de Assid Quitungo, segundo os descendentes, Antônio Jorge conheceu, casou-se e formou família com Maria Carolina. Por conseguinte, foi lá que provavelmente nasceram os seis filhos do casal, Maria Gonçalves da Silva, José Jorge da Silva, Antenor Gonçalves da Silva, Palmira Gonçalves da Silva, Sebastiana Gonçalves da Silva e Antônio Gonçalves da Silva, todos já falecidos. A árvore a seguir (FIGURA 2) evidencia esta constituição familiar inicial.

Figura 2 - Hedograma da constituição inicial do grupo familiar dos Jorges



Fonte: Do autor, 2022.

As informações sobre Antônio Jorge são poucas, além das mencionadas. Um relato recorrente, que marca a sua memória, é sobre a oscilação entre o consumo compulsório da cachaça e o trabalho, como descreve uma de suas netas.

Não, quer dizer que foi assim ó: o meu padrinho Jorge morreu primeiro porque, foi assim, ele bibia muito. Ele bibia, mas bibia... Bibia seis meses, trabaivava seis meses sem provar cachaça. E bebia seis mese direto deitado na cama e a pipa cheia debaixo da cama. Ele bibia, ele ficava seis mese bebendo e seis mese trabaivando sem pô cachaça na boca. No dia que ele falava assim: “já cumpri a minha etapa do trabiá. Agora não, agora eu vô descansa e vô bebe meus gulinho”. E bebia seis meses deitado na cama. Dindinha Calu dano banho, dano cumida e ele só levantava assim, era em carote né? Era em carote, uns trem assim, uns trem redondo assim, era em carote, uns trem assim... E agora, a vasilha dele num era copo e nem nada não, era um cuité, que ele abriu ele assim e pois cabo no cuité. E ele bibia cachaça era no cuté. Um cuitézinho assim, de cabo que ele pois... “Pode deixa Kalu, que eu memo voi tirá meu gole”... E quando ele num tirava, ele num cunhava pra lá, ele chamava, “Oh Calu...” Ele chamava ela de Kalu, “...Oh Kalu, me da um gole aqui Kalu”. Agora ela chegava, tirava esse coité, enfiava lá dentro esse trem lá, tirava e levava mão dele assim ó, e agora virava o coité na boca dele “Agora sim. Agora eu vô durmi meu sono”. E seis meses dormino e bebendo. E no dia que completava seis meses ele falava “De hoje até mais seis meses eu num ponho cachaça na boca. Ninguém via ele pono uma gota de cachaça. O carote ficava sequinho lá debaixo da cama, o cuitézinho junto do carote. E ia trabaivando direto e reto. Ninguém via chêro de cachaça. Bibia seis meses e trabaivava seis meses (Comunitária, 78 anos).

Antônio Jorge, como mencionamos, constituiu família com Maria Carolina com quem teve seis filhos. Durante parte substancial da vida, ele foi agregado no atual município de Dom Joaquim, de onde empreendeu, com os filhos, a conquista da terra na bacia do Suaçuí Pequeno. Como chefe da família, fez acertos e “contratos” que viabilizaram os assentamentos temporários do grupo, em situações de agregados e meação. Nesse

processo, Maria Carolina exerceu um papel fundamental como referência feminina da família, da comunidade que se formava e, também, para as localidades do entorno.

Conforme contam os descendentes, Maria Carolina vivia em uma fazenda em Gororós quando conheceu e formou família com Antônio Jorge. Na fazenda dos Quitungo, provavelmente, deu à luz aos seus seis filhos. Diferentemente de Antônio Jorge, que tinha descendência africana, Maria Carolina, conhecida como Kalu, tinha origem indígena. Era bugre, como comumente se proferia na época. Descreve sua neta:

Porque ela deferente mesmo, nós já sabia que ela era, ela era da família do Bugre. Dindinha Kalu era brava demais! Era comida deferente. Roupa dela era deferente. Era tudo, tudo, tudo. É deferente mesmo. Via que ela era deferente mesmo, ela era desse povo, daqueles povo da mata. Ela era mais da mata, Dindinha Kalu era da mata. Ela era boa, mas era braba. Ela não comia nada cozido, comida era crua. A gente não via ela bebe, era só água. Quase não bebia café. Então, dessa data pra cá, ela continuou, continuou, continuou, continuou até Deus leva ela (Comunitária, 78 anos).

Os traços marcantes de Kalu eram suas habilidades terapêuticas e de parição. De acordo com seus netos e bisnetos, Kalu detinha um grande conhecimento dos chamados remédios do mato, exercendo um papel terapêutico muito importante na comunidade e entorno. A informação sobre as habilidades de Kalu foi se espalhando localmente e as pessoas passaram a buscar ajuda dela para tratamento de saúde. Com o tempo, ela passou a exercer o ofício de parteira, passando a ser constantemente procurada para auxiliar as mulheres em situação de parto.

A gente, minha avó Kalu, companheiro, a minha avó Kalu se você chegasse perto dela ocê num tinha vontade de sair. Porque minha avó Kalu era uma senhora que sabia tratar o amigo. Uma tratadeira da marca da minha avó não existiu outra no mundo. Minha avó... os médico de hoje era professor, ela podia dar escola pra eles que eles num era capaz de fazer o que ela fazia. A minha avó Kalu, minha avó Dindinha. Minha avó fazia qualquer tipo de operação. Entende tudo que o médico... qualquer tipo de coração, morreu com seus 90 anos dela, num morreu uma mulher de parto na mão dela. Nós tudo passou pela mão dela. Tudo, tudo que tem de 80 anos passou na mão dela e num morreu nenhum. Podia ter atravessado do jeito que tivesse, ela, essas operação que esses médico faz, ela fazia tudo. Fazia tudo. Só que o marido da mulher é ele é que tinha que segurar. Ela fazia tudo. Cê tinha que ver, minha avó fazia! Desse jeito. Ela num era brinquedo não. E eu acompanhando ela porque todo canto ela ia, eu tinha que ir. Só que eu chegava lá, ela me punha na sala, eu tinha que ficar lá na sala lá... E num podia nem conversar. Não! Ficava na sala calado (Comunitário, 84 anos, 2018).

A importância de Kalu transcendia a contribuição terapêutica e de parição. Visto seus auxílios, sobretudo nas partições, se desdobrava em retribuição material, como descreve sua neta:

Aí eles falava assim, “Ô sua Carolina, quanto que é o trabaio da senhora? Ela fala assim: “Não, eu não trabaio... Ô meu esforço, que eu fiz aqui, eu num ixijo dinheiro pro meu esforço, não. Cê num precisa de me pagar pagar, não”. “Não Senhora Calu, a senhora tem que receber qualquer quantidade, a senhora tem que receber, a senhora tem que receber...” Agora ês ia lá e buscava o que eles via o que ela merecia e tirava e dava pra ela. Mas era uma luta pra ela recebê. Era uma luta pra ela, pra ela receber. Ela trabalhava quase, ela trabalhava de graça. Agora, pra ela num sai e o esforço dela não ficá de graça, ês davam pra ela o que ês via que ela merecia naqueles dia, naquelas hora que ela fez, pelo trabalho e esforço, dava pra ela uma quantidade de dinheiro, ela trazia. Chegava cá comprava despesa, né? Mas é ês que dava pra ela, ela não cobrava não. Não cobrava não (Comunitária, 78 anos, 2018).

A retribuição também vinha em forma de mantimento como carne, gênero muito valioso que ela distribuía para toda comunidade.

Dava ela mantimento. Dava boi. Matava boi. O que que ês fazia? Tinha um moço que chamava Benedito Patrício... Benedito Patrício era matadô de boi. Então, ê falava assim com ele... Ele chegava e contava na casa de meu pai... E chegava na casa de dindinha véia contava... na casa de dindinha Kalu e falava: “Seu Benedito ó, eu quero que o senhor vai lá em casa matar pra mim o melhor, o novilho... quero que o senhor procure um gordo. Quero nada magro não, eu quero é gordo. O senhor vai matar, senhor vai ripicar, senhor vai abri tudo, vai temperá, é tudo! Os osso, quem quiser pode carregar, costela, cabeça pode carregar pra la. Eu quero a carne selecionada, o senhor vai temperá...” Por que como se diz, ele também nasceu pra aquilo, né? Ele matava, ele levava, lavava. Se era pra ele tomar conta, ele tomava conta. Ele levava e lavava, chegava e espalhava na banca e ricutivava aquele trem todo, e já tinha quatro ou cinco varal de pau, as vara... Retaliava, salgava aquele trem tudo hoje. Ficava hoje, amanhã muntuava aquele trem, penetranho aquele tempêro... Depois de amanhã ele chegava cedo, ia espaiando a carne nos varal assim ó, que ocê chegava assim que de longe cê dava vontade de comer a carne até crua, de tão cherano que o tempero ficava na carne. Ele secava dum lado, ele tornava a virá... Ele era selecionado pra isso. Secava esse novilho todo, ou essa novilha toda. E dindinha não tava esperano e nem padrinho Jorge não tava esperano. Com o pouco, batia lá na porta, já tinha até esquecido. Menino já tava até sentando, menino já tava até conversano, pra ela, ela não tava nem alembrando que tinha ficado com a mãe desse menino. Cum pouco bate la na porta: “Oh tia Kalu! Oh Tia Kalu!” “Vai la minha fia, vê quem ta chamando”. Chegava lá, era o seu Benedito com balaio feito de taquara lisa, mas era assim: os balaio dessa altura, chamava carrocinha, os balaio dessa altura e dessa largura assim... Dum lado e do outro Frederico. E um saco assim de dobra assim, cheinho. Esses dois balaio e um saco assim, cheinho de carne que era só chegá e lavá e por pra cozinhar. Que ele trazia o boi inteirinho, só jogava os osso fora, trazia e dava pra ela. “Aqui Sra Kalu ó, a senhora não cobrou o trabalho, ele me pagou, matei, seleccionei, sequei, asseei, empacotei, pus no balaio e trouxe pra entregá pra senhora aqui, ó. É ‘fulano de tal’ que mandou pra senhora. “Uai, mas isso tudo?” “Não, ele só jogou os osso fora, deu pra quem queria, e a carne toda é pra senhora. É a carne toda, a senhora merece amis do que isso”. Ô Frederico, ela espaiava carne pro povo dela, o corgo todo, e trabaia dô a semana toda. E dava pra cumê uns dois meses ou três, que era o boi inteirinho, que ês mandava pra ela (Comunitária, 78 anos, 2018).

Kalu é chamada, por sua neta, de “Dindinha”. De acordo com a entrevistada, a avó morreu aos 97 anos no córrego dos Jorges. Como bem relata um comunitário da terceira geração,

há, na memória coletiva, uma compreensão de que as origens dos antepassados se remetem ao povo negro, vindo da África. Todavia, tem-se o contexto de formação do grupo familiar como marco de origem da comunidade. E, como mencionado, o grupo familiar surge a partir da união de Antonio Jorge e Maria Carolina, provavelmente na localidade de Gororós. Lá viveram como agregados em uma fazenda cujo patrão era Assid Quitungo.

Esses relatos permitiram identificar o grupo familiar que, provavelmente, guardou relações com a vivência de Antônio Jorge e Maria Carolina no Gororós. Na época em que o grupo familiar se formou, Gororós figurava, em 1927, como povoado do município do Serro (MAPA 7), próximo ao distrito de Rio do Peixe (atual Alvorada de Minas), e à divisa com o município de Conceição e seu distrito de São Domingos do Rio do Peixe (atual Dom Joaquim). Em 1938, pelos efeitos da Lei nº 148 de 17 de dezembro, foi criado o distrito de Gororós (BARBOSA, 1995), mas configurado no também fundado município de Dom Joaquim⁵¹.

⁵¹ É interessante notar que, na memória coletiva, Dom Joaquim não aparece como referência, mas sim o município do Serro. Isso se dá, provavelmente, pelo fato do deslocamento da família para a região da Mata do Peçanha ter ocorrido antes da criação do distrito, ou seja, quando seu território ainda configurava na cidade do Serro.

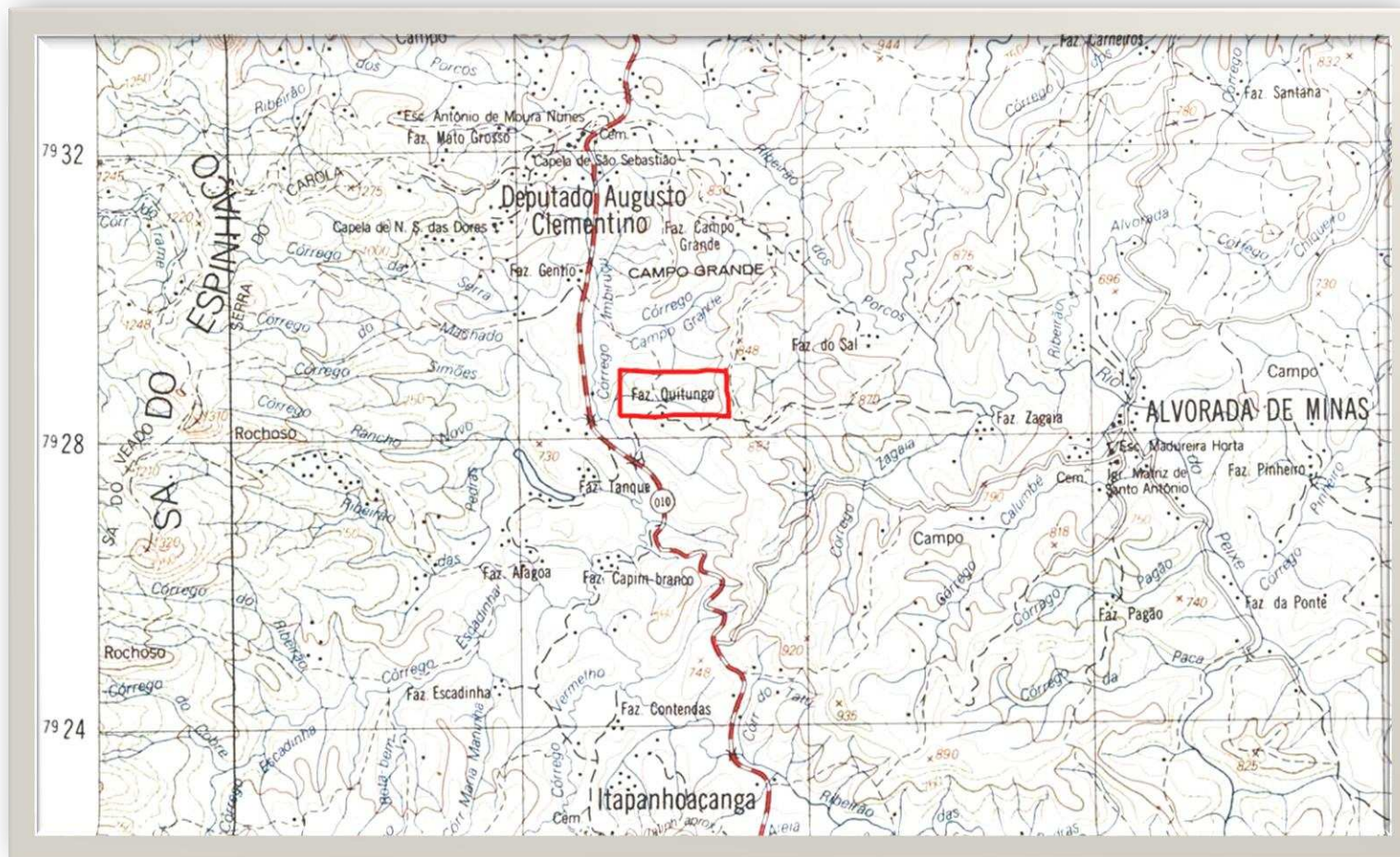
Em pesquisa em um site de desenho genealógico, foi possível identificar um grupo familiar descendente de Antônio Rodrigues Jorge de Freitas (Tonico Quitungo) e Henriqueta Cândida Reis. De acordo com a árvore genealógica pesquisada, Tonico Quitungo nasceu em 1832 e faleceu na fazenda Baú, de sua propriedade, localizada no Serro, em 1916. Ele teve 23 filhos com Henriqueta, dos quais cinco não chegaram à idade adulta. Além disso, foi irmão de Joaquim Rodrigues Jorge e possuiu uma importante fazenda no período imperial que se chamava Quitungo ou era localizada em região com este nome (ANTÔNIO..., [s.d.]; HENRIQUETA..., [s.d.]).

Durante pesquisa cartográfica, identificamos uma fazenda chamada Quitungo⁵² no Mapa Municipal Estatístico de Alvorada de Minas (MAPA 8) (IBGE, 2010a). A Fazenda está situada nas adjacências do distrito de Deputado Augusto Clementino, também conhecido como Mato Grosso, que se localiza no sul do território municipal, próximo à divisa com Conceição do Mato Dentro.

⁵² Quitungo é uma palavra de origem banta. Lopes (2020, p. 2018) destaca os seguintes sentidos do termo:

- 1) Na mitologia do Recôncavo baiano, a morte “que assume todas as formas e extensões”. Do quicongo: ou de *kitungu*, qualquer coisa que se realiza, que acontece, que se mostra, que aparece inteira, que tem a propriedade de se desenvolver; ou de *kinkungu*, lençol (a mortalha com que são representados os fantasmas?).
- 2) Espécie de cesto, condessa (BH). Provavelmente, do quicongo Kikhunku, cesto.
- 3) Choupana, casebre (FF). Do quimbundo *kitungu*, casebre.
- 4) Gongá, pássaro do Brasil. De origem banta.

Mapa 8 - Recorte de Mapa Estatístico do município de Alvorada de Minas situando a Fazenda Quitungo

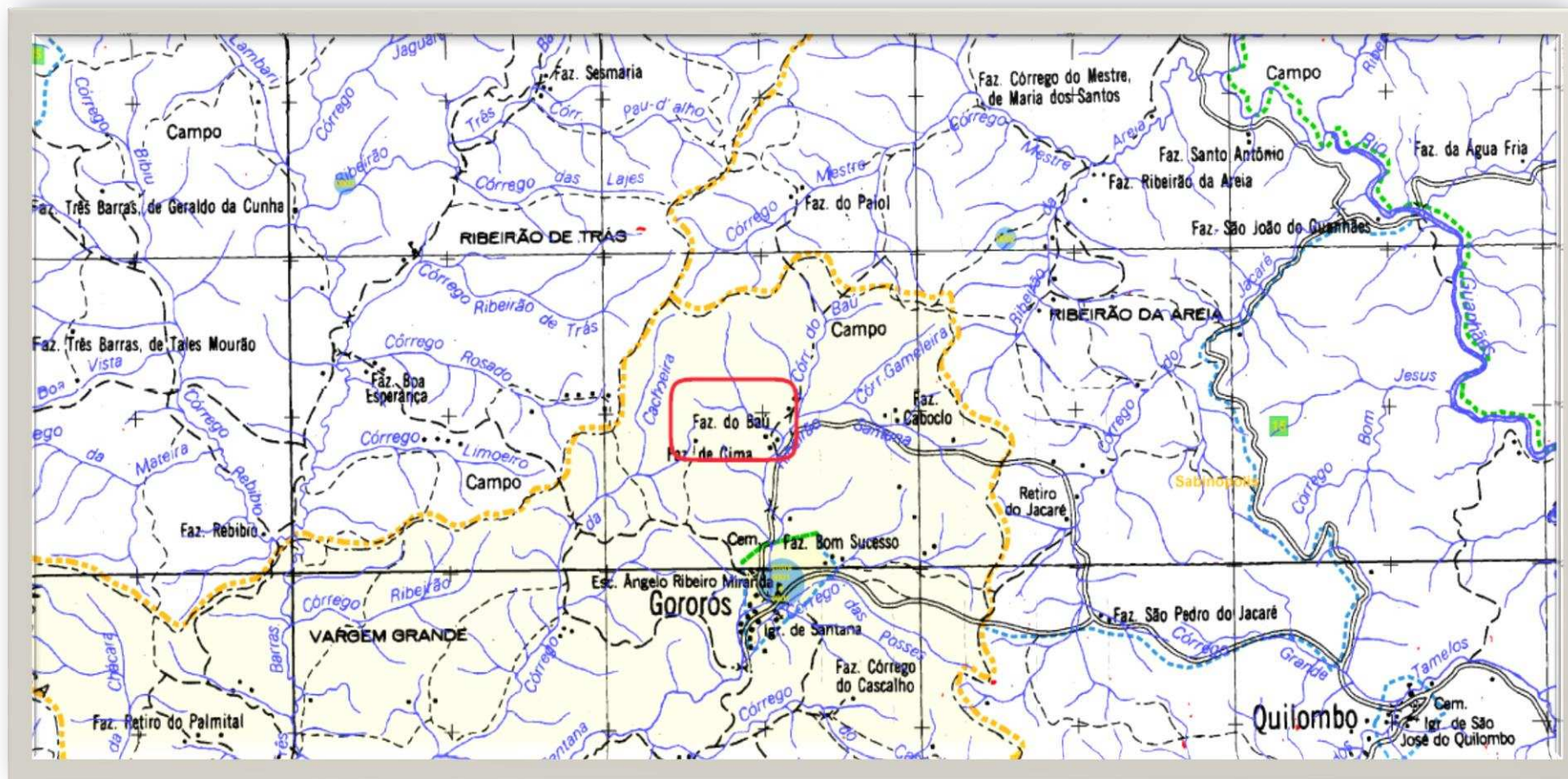


Fonte: IBGE, 2010a.

Apesar do nome da fazenda e de sua possível relação com Tónico Quitungo, essa propriedade era distante de Gororós, onde residiam António Jorge e Maria Carolina. Mas, como aludido, Tónico Quitungo possuía outra fazenda, de nome Baú. No mapa Municipal Estatístico de Dom Joaquim (IBGE, 2010b) é possível identificar a Fazenda Baú nas adjacências de córrego homônimo, bem próximo ao distrito de Gororós, em área confinante com os territórios municipais do Serro e de Sabinópolis (MAPA 9).

Quando a memória coletiva se refere ao “patrão do Serro”, não é o nome de António Rodrigues Jorge de Freitas que ressoa, mas sim de Assid Quitungo. Não é possível identificar este nome na genealogia da família de Tónico Quitungo, mas dentre os seus 18 filhos que chegaram à idade adulta, revela-se o nome de Alcides Jorge de Freitas, a respeito do qual não há informação sobre nascimento e falecimento, nem descendência. Considerando a dimensão da oralidade da memória coletiva, em que um ou outro elemento do processo histórico passa por ajustes linguísticos, mais ou menos intencionais, é possível que nomes sejam reproduzidos de forma distinta, até por diferenças na pronúncia. Talvez este seja o caso do “patrão do Serro”, que não era Assid, mas sim, Alcides Quitungo.

Mapa 9 - Recorte do Mapa Estatístico Municipal de Dom Joaquim, com destaque para Fazenda Baú



Fonte: IBGE, 2010b.

4.8 As marcas da libertação: a memória sobre o tempo da escravidão

A condição de escravidão é um aspecto constituinte da ancestralidade da comunidade dos Jorge de Água Branca, presente na memória coletiva, guardada detalhadamente pelas gerações mais antigas. Reconstituída pela oralidade, a situação de escravidão dos antepassados dos progenitores remete tanto à escravidão negra quanto à escravidão indígena. Na lida do dia a dia, os progenitores ensinaram aos filhos e aos netos sua história e narrativa dos processos de libertação.

Uai, comé que eis chegaro, como nós diz... Ês vêi vino lá desses lugar. Lá de longe[...] Quando eu entendi por gente, ês falaro que... ês sempre reunia nós, o vovô Jorge aqui, reunia nós pra destalar amendoim e agora ele entrava nesse assunto, do, como a diz, do escravidão, que ês vêi vino e do sofrimento que ês vem vino, do Serro (Comunitária, 79 anos, 2018).

A memória coletiva, narrada por um dos netos dos progenitores, possui elementos que articulam o processo de abolição com a libertação dos seus antepassados, em especial, Jorge da Silva, pai de Antônio Jorge.

Não, o meu bisavô, vai escutando, o meu bisavô era escravo, meu bisavô era escravo. E então, no ele ser escravo, quando veio a princesa Isabel libertou. O pai dela era rei, e no dia que ela nasceu, que ela entendeu por gente, ele falou “ó, ocê vai ser a rainha. Ocê tá entendendo muito bem, tá muito experiente, ocê vai ser a rainha. O meu lugar, ocê lá vai crescendo, a partir de 12 anos, de 12 anos em diante, ocê já ser classificada como seja uma rainha, viu minha fia? E ela é uma fia undica, e o que ocê fizer eu num desobedeço. O que o cê falá, tá feito”. O rei, antigamente, o que falava tinha que sustentar ne? Aí, “pois é meu pai, eu vou cabar de estudar e vou tomá conta no palácio pro senhor”. E usava a princesa e a rainha. E ela ficou sendo a rainha, e a mulher dele era a princesa. Pensa pro cê ver quê que era antigamente? [...] Aí, e ela sendo a rainha, o quê que ela fez, ela falou [...] Aí, ela falou: “Pai, o senhor falô comigo que o quê eu falasse com o senhor tava falado. E eu tô com um pensamento de ontem pra hoje, tocar com o senhor num assunto que o senhor diz que não vai negar o meu assunto, o quê eu pensar e descobri que o senhor, se eu chama o senhor e toca no assunto o senhor me disse eu num vai dizer que não, eu tô aqui, vim pedi pro senhor, o senhor tá sentado aí, o senhor é que manda tudo. Mas eu dormi, mas eu dormi e veio ni mim a natureza de pedir pro senhor uma coisa”. “O quê que ocê tá pedindo? O quê que ocê pensou pra me pedir de ontem pra hoje?” Ela falou assim, “Pai, o que eu tô aqui pra pedir pro senhor é libertação dos escravo, mais nada. É isso aí. Eu quero a libertação, eu vim pedir o senhor, pensei de ontem pra hoje, tô aqui pedindo o senhor a libertação dos escravos”. Ele foi em outro mundo “Não, num tem”. Foi sobre a rainha.. E Ela, é de vera, ocê num falou com ela que tudo que ela falasse o cê ia fala que não. Cê tem que ostentar que rei não volta com a palavra atrás. Se ocê é rei, cê tem que ostentar, rei não volta com a palavra atrás. “É, minha fia, tua mãe já me disse que o que ocê fizer eu tenho que ostentar, então o quê ocê fizer tá feito. Cê pode dá o grito, cê pode dar o grito amanhã. Meio dia, cê pode dar o grito amanhã. Cê pode convidar as regiões de escravo do Brasil inteirinho que tiver, que pertence a nós, cê pode gritar a presença deles aqui na praça. Que depois que juntar a praça de todos é que ocê vai gritar: é”. É depois de gritar e ele quem mandava. Aí, espalhou pro mundo todo. O que era rei na época, dos

estados, cada estado tinha seu rei né, que mandava, de Minas, foi aqui tudo pra lá. E juntaram na praça! Ele é que mandava, é que era o presidente da República, lá é que era a capital federal, lá é que era a maior capital do mundo. Aí ela gritou, ela gritou a liberdade. Nessa época o meu bisavô era escravo (Comunitário, 84 anos, 2018).

A convivência com um parente que esteve em situação de escravidão, de certo, favoreceu a memória coletiva sobre a marca do cativo na ancestralidade da comunidade. Conforme é relatado por parte da geração mais antiga do Jorges, o bisavô, Jorge da Silva, foi escravizado, e a escravidão ficou marcada em seu corpo.

E nele ser escravo, ele tinha o carimbo, tinha dois carimbos. Cada um patrão carimbava, ele era de um outro patrão, carimbou ele no peito, bateu o carimbo no peito. Na hora que a camisa abria, cê via o carimbo. Esse outro já carimbou nessa parte... até já tinha o carimbo dos escravos. Quando libertou, ele era escravo. Aí libertou, todo escravo antigo tinha o carimbo, inclusive eu conhecia ele que era carimbado, o meu avô era carimbado, meu bisavô, mas ele tinha o carimbo na coisa (Comunitário, 84 anos).

Jorge da Silva, segundo os bisnetos, não chegou a conhecer o córrego dos Jorge, mas acompanhou seu filho no processo de deslocamento, fato que será tratado adiante. Ele chegou a sair do Serro com filho, nora e netos e residir em São João Evangelista, onde faleceu, por volta de 1943. Fato curioso narrado por seu bisneto, que era contado por Antônio Jorge e por Maria Carolina, é que Jorge da Silva adivinhou o dia em que iria morrer. No dia de sua morte, pediu para limpar o terreiro, buscar lenha e que seu filho, Antônio Jorge, não “botasse cachaça na boca”. Tudo preparado, foi para seu quarto dormir. De repente, escutaram um gemido. Jorge da Silva, o patriarca, havia falecido.

A condição de escravidão esteve presente também na ascendência de Maria Carolina.

E Dindinha era filha de uma escrava de senhor moço. Chamava senhor Moço o rei. E ela era filha de uma escrava. Mas no libertar, ela passou a ser e criar com esse fazendeiro. O fazendeiro tomou ela e a mãe dela, cabou de refazer com ela refazer nesse fazendeiro. E padrinho já crescendo. Quando padrinho, já num era tempo escravo mais, o pai dele foi do tempo dos escravo, ele pegou e casou com a minha avó. Então a minha avó, nós pelo menos, nós não era escravo. Nós somos descendência de escravo. Que a minha bisavó que ganhou Dindinha era minha vó Kalu, era escrava. Porque, naquele tempo, era o seguinte, tinha respeito, mas era o seguinte, quem mandava era os fazendeiro. Os fazendeiro fazia o quê eles quiser. Os ricão fazia o quê queria. Eles é que era dono de tudo, o quê eles falasse tava feito. Então, acontece que, aí, padrinho casou, mas padrinho num foi, meu avô num foi escravo não. Meu avô do meu pai, o pai do meu pai num foi escravo não. Ele era descendência de escravo, minha avó foi descendência de escravo (Comunitário, 85 anos).

Tratava-se, provavelmente, pela origem étnica de Kalu, de escravidão indígena. A compreensão da diferença étnica dos progenitores é notável na descrição dos descendentes, bem como o passado comum de escravização.

[...] Porque nós somos dos Africano, nós somo da África. Eles veio da África, ele veio de lá, do meio dos negro. Eles era negro e veio vino, veio vino de lá, procurano um jeito de viver. Veio procurano um jeito de viver né, Frederico? Até que veio vino, veio vino nesse sofrimento. A mamãe de dindinha Kalu, a mãe dela era filha... A vó de dindinha Kalu foi pegada no laço, foi pegada no laço, ela era bicho do mato. Ela era bicho do mato, foi pegada no laço. A vó dela. E dindinha Kalu era filha dela (Comunitária, 79 anos, 2014).

Todavia, pelos relatos, a referência principal em termos de escravização dos antepassados está nas ascendências de Antônio Jorge. Provavelmente, eram dele as principais histórias sobre o tempo do cativo, guardadas até hoje na memória coletiva da comunidade. As histórias transmitidas pelos antepassados, através da oralidade, apresentam a ausência de liberdade física, a presença da figura senhorial e de um corpo de sujeitos que restringiam a mobilidade, a violência expressa nas condições de subsistência e, de forma estruturante, o trabalho intensivo e compulsório que não permitia, sequer, um momento de descanso.

Foi, foi, foi da época. Não, ês contava assim, que ês trabaiava era comandado pelo patrão. Ês trabaiava marrado. Trabaiava marrado, marrado, marrado com o corrente. Era assim, meu pai contava, tadinho do meu vovô [...]. Marrava assim: vinha, travava com cadeado um aqui [...] pra trabaiá, né? Porque ês marrava ês pra trabaiá [...]. Agora, vinha, marrava o outro aqui, vinha, marrava o outro aqui, marrava o outro aqui. Agora, ês trabaiava era amarrado. Era amarrado, era amarrado. Na hora de cumê, na hora de cumê, vinha a comida. Agora, ês desamarrava. Agora vinha aqueles chefe que era dono, que mandava a turma. Que tinha os chefe que mandava a turma. Agora, vinha um empregado, desabotava o correão, desabotava ele. Agora, ês sentava lá pra cumê. Cada qual sentava lá pra cumê, mas assim, num tinha horário igual tem hoje, que ês almoça e fica assim uma hora, assim de descanso, não. No dia em que ele tava de bom amor, o chefe, ês sentava lá pra cumê. Era assim, num era pra cumê assim lento não. Cumê de todo jeito, de todo jeito. Aí, o dia em que ele num tava de bom amor, ês cumia tudo amarrado, em pé. Em pé. Cumia em pé, e aí o dono que trazia a comida, vinha e recebia o prato [...] E ês num tinha esse negócio de hora extra, não. Ia trabaiá de novo. Era amarrado. O dia inteiro, de seis a seis. Num tinha esse negócio de descanso, não. De seis a seis. Quando era seis horas é que eles liberava eles pra eles podê vim embora pra casa. Agora ês ia embora pra casa e no outro dia era a mesma lida. Era a mesma lida. Era aquele sofrimento (Comunitária, 75 anos, 2014).

A escravidão é posta como expressão do sofrimento humano extremo, da ausência de autonomia, do não acesso à terra e da violência física sistemática. A violência sobre os corpos se destaca na memória sobre o tempo da escravidão.

[...]Porque tava assim, ó Frederico, no oito. Mas ninguém num tinha licença de um ir e o outro ficava não, to mundo tinha que ir iguale e o carrasco aí, com chibata na mão... Que ês falava era chibata, chibata, não era chicote nem nada

não. Era chibata na mão, era chibata. Era um trem que, dessa largura assim, que se desse, com uma chibatada só, não precisava de dar duas. Aí, sentado no eito, sentado aí e ês só tinha licença de sentá, almoçá (Comunitária, 79 anos, 2018).

Não há, por parte dos descendentes, menção explícita às situações ou aos episódios de resistência a todo esse exercício de violência sobre os corpos e a pessoas escravizadas. Mas, a atenção dada às descrições dos castigos e aos carrascos sugere situações de desobediência. Resistências veladas, ridicularização de personagens responsáveis pelo controle e pelos açoitamentos aparecem numa história que narra uma zombaria entre cativos e carrasco.

Diz que eis sentaro pra almoçar, ele contava isso e dava cada risada dessa grussura assim, que eis sentava pra armoçá... Eles sentô, armoçô e todo mundo já tava experiente porque o véio tudo já tava tudo experiente, mas num era bobo. Era simpris, mas não era bobo. Foro trabaiá. Os otro, que era de outra famia lá, sentava; agora, na hora de levantá, eis ficô caçano a perna deles, qual é que era a perna deles, “Como é que eu levanto? Eu num sei qual é que é minha perna”.

Agora, como que o carrasco, Padrinho Jorge contava isso, eis tava tudo perto assim ó, eito aqui, eito assim ó. Padrinho Jorge disse que o carrasco levantô de lá, com essa chibata na mão e falô assim: “Uai, quer dizer que o ceis perdero a perna? Como é que o ceis não perdero o prato de boia? Uai, ceis era pra ter perdido o prato de boia tamém. Comé que o prato de boia, o ceis num perdero, mas a perna o ces perdero? Cê num ta achando a perna do cês, não?”. E, ês sentado assim, ês era simpri demais. “Ah o seu Fulano de tal, nós num tamo achano a nossa perna”. Porque eis sentaro assim.... Eis puseram a perna em riba dos outro assim ó, o de lá veio e pôs a perna. O de lá veio pôs a perna, o otro pôs a perna, pôs a perna,. Diz que um pôs a perna em riba do outro assim, ó, e na hora de levantá, ês não acharam a perna. “Cês num acha a perna? Comé que o cês não perdero o prato de boia e a perna do cês, que é perna do cês, cês num tá sentino seu corpo, não?”. “Ah, a nossa perna, nós num tá sentino não.” “Pois, perai que eu vô achar a perna do cês aqui”.

Diz que ele laço assim ó, diz que dava chibatada assim ó. “Ai, ai, ai.” “Uai, cê achou sua perna?” “Achei sô, achei”. “Cê que outra pra puder o cê achar?” “Não, eu ja achei uma e achei a outra tamém”. Agora esse daí levantava, “Cê qué uma chibatada tamém?”. Vapo [onomatopeia para estalo]. Diz que batia neles daqui até chegar lá, tadinho, batia neles só pra eles podê acha a perna deles, pra puder levantar, o Carrasco (Comunitário, 78 anos, 2014).

4.9 Terra para liberdade: memória sobre o processo de deslocamento e suas paranças

Não obstante a memória coletiva trazer histórias, informações e descrições detalhadas sobre o tempo do cativo e a situação de escravidão dos antepassados, em várias passagens, percebemos uma temporalidade dilatada que transcende o período legal do escravismo. Nos depoimentos dos descendentes, há um continuum temporal que engloba

o período escravista e o da pós-abolição, tendo como marco de mudança radical o desligamento e a libertação das terras do fazendeiro.

[...] Foi até que eis foro tomano intimidade, os de cá foi ativano eles, o da fãmia de padrinho Jorge era mais experiente, foi ativano esses de cá que era mais bobo, que era de ota fãmia. Escravo tamém, mas era simpri, era escravo tamém, mas era simpri, tadinho. Era, como noi diz, era cachorro dos fazendeiros, era cachorro. Padrinho Jorge falava que eles foro cachorro. Ele mesmo, eles foro cachorro dos fazendeiros. Os fazendeiros faziam deles gato sapato, pato e rato (Comunitária, 75 anos, 2014).

A condição de escravidão se relaciona a subordinação à figura do patrão, à apropriação por ele dos produtos do trabalho e à violência sobre os corpos. Mas também se associa ao aparecimento de horizontes de liberdade, ao voluntarismo e à altivez na produção da libertação e à saída do Serro, lugar da escravidão, fronteira da mudança radical e princípio da conquista da emancipação e autodeterminação.

Ês viero do tempo dos escravidão. Ês sufria demais. Sufria demais mesmo, porque ês era muito mal. Patrão era muito mal. Num dexava ês, e era assim, ês, que a dispesa vinha era da casa do patrão. Ês num tinha direito de prantá nada para ês. Era assim, direto e reto pra ês. Trabaiano pra ês. Depois é que Deus ajudô que vêi vindo aquela libertação pra ês, ês foi sofreno demais, já num tava aguentano mais. E apanhava! Ês inda apanhava ainda. Vovô [...] falava que ês inda apanhava ainda. Ainda tinha ainda, de vez em quando, ês fala era um banho, né? Dava neles um banho. O banho era o coro, né? Dava neles, ês chamava, o quê ês batia nele chamava era çoi...[Entrevistador fala açoite] É isso. É esse negócio. Agora, dava né, cada qual umas três vaquetada. Diz que era um banho que tava dano neles pra pudê dispertá. Pra pudê ês dispertá. Aí depois, Deus ajudô que foi vino. Deus ajudô que ês acharo as outras pessoa que já foi dano esses conseio que não, que ês num pudia ficá naquela situação. Que ês num pudia murrê naquela solidão que ês tava com aquele trabalho todo, com aquele sofrimento todo. Num tinha descanso pra nada. Que num fez aquilo pra ês. Que ês era pessoas de bem. Então é que Deus ajudô que ês foi saino desse povo devagá. Foi saino desse povo devagá e vêi vino de lá pra cá, do Serro pra cá. É que vêi vino pra cá. Do Serro pra cá, é que ês parô de sofrê (Comunitária, 75 anos, 2014).

O processo de deslocamento, como um marco fundamental da história de formação da comunidade dos Jorges, foi um movimento complexo que durou, aproximadamente, uma década desde quando o grupo familiar, comandado por Antônio Jorge e Maria Carolina, saiu do então município do Serro e se assentou definitivamente na cidade de Peçanha, entre as décadas de 1930 e 1940. A formação da Comunidade dos Jorge de Água Branca foi, portanto, fruto deste processo de deslocamento que envolve várias paragens e assentamentos temporários, desde a saída até o estabelecimento definitivo no lugar atual. A seguinte passagem de uma comunitária da 3ª geração, retratando uma conversa entre o Avô e um fazendeiro em São João Evangelista, exemplifica esse movimento.

[Avô dizendo] Vou, vou porque eu achei um moço que foi lá e me ofereceu uns préstimo dele, disse que é pra mi ir trabaiá na fazenda dele. Nois já te ajudêmo muito, eu vou é ajudá ele também. Que nós tamo é ajudâno, andâno. Viêmo do Serro, e do Serro passêmo pra Nossa Senhora Mãe dos Homi. E de Nossa Senhora Mãe dos Homi nós passemo pra Gororós, e de Gororós nós viêmo pra São João, e tomo aqui na área que o senhor ta morâno aí (Comunitária, 75 anos, 2014).

Esta passagem não expressa, necessariamente, a ordem real das paranças e dos assentamentos no movimento migratório do grupo familiar, o que será explicitado melhor à frente. O deslocamento de todo um grupo familiar é algo complexo que, certamente, envolve uma série de fatores e motivações. Todavia, podemos destacar a centralidade de alguns destes motivos, a partir dos depoimentos, ou conjecturar com base no contexto histórico.

Conforme discutido, há nos depoimentos um continuum entre períodos de vigência do escravismo e fases posteriores à sua proibição. Sob a liderança de Antônio Jorge, o grupo familiar viveu como agregado na fazenda de Alcides Quitungo, em Gororós, município do Serro na época. Assim, os descendentes relatam histórias relacionadas à condição de trabalhador escravizado e de trabalhador agregado. Tanto a condição de escravo, quanto a de agregado, envolviam, nesse sentido, a violência sistemática, a ausência de controle sobre os frutos da produção, a subordinação ao patrão e, de forma central, a ausência da posse fundiária. A intenção de quebra com o mandonismo do patrão se destaca nas falas:

Ês vieram pra cá porque era assim: eles era muito trabalhado e ês gostava de procurá um lugar que fosse deles, pra ês trabaiá a vontade. Que ês era muito trabaiado. E vivia assim, mandado pelos patrão, né? É, ês vivia é mandado pelos patrão. Lá no Serro, ês tinha é o patrão que mandava eles (Comunitária, 75, 2014).

A subordinação do trabalho e não apropriação dos seus frutos também são ressaltadas:

Uai meu fio, saiu por isso, porque o agregado era mesma coisa de cachorro, meu fi. O agregado era o seguinte, ele tinha que trabaiá um dia pra ele e cinco pro fazendeiro. Se ele não fosse, o fazendeiro vinha busca, na casa dele. Vinha busca o agregado na casa dele. Então era aquela negoço[...] (Comunitário, 84 anos, 2018).

Por fim, a falta de oportunidade para acumular recursos para a compra de uma terra para reprodução autônoma da família compõe o rol de motivações explicitadas para o deslocamento do grupo.

Que eis falô que eis trabaiô muito tempo no Serro, depois lá num deu certo porque o quê eles fazia tudo, tudo havia muita coisa, mantimento, mas era pouco dinheiro, não tinha valor. O quê êis cuia, não tinha valor. Num dava pra

eles comprá pedacinho de terra, pra ele aloja ele e a “véia” dele, e a família dele que era: Antenor, meu pai, Vovô, Nonico, Maria, Sebastiana, Palmira, êis era seis, três homes e três mulheres. Então, nesse intrevalo, não dá pra comprá um pedacinho de terra. Então, eles ficaro bastante tempo sofrendo lá, sofrendo, batalhando, no leito dos outro. Saindo cinco hora e chegando sete hora [19h], porque não tinha esse negócio de horário, só tinha horário de pegar, que era 7h [da manhã], mas horário de largar o serviço, não tinha horário não. O sol entrava, as estrela alumiava, e o patrão não dava a ordem de eles largar o serviço não. Tinha hora que tinha que acender lanterna pra poder lumiar o caminho da estrada pra poder ir pra dentro da casa deles. Seguir o caminho pra onde eles moravam, já saía com escuro de lá do serviço, saía com escuro de lá do serviço (Comunitária. 79 anos, 2018).

A passagem acima evidencia um fato importante no processo de deslocamento, sua composição. Conforme observamos, o processo que se desencadeou na mudança do Serro e no estabelecimento futuro em Peçanha envolveu todo o grupo familiar. Nessa altura, a segunda geração, formada pelos filhos e filhas dos progenitores, já era, em sua maioria, crescida. De acordo com os relatos, provavelmente, os adultos eram maior parte do grupo, e, em alguns casos, com família formada. Aparentemente, o grupo familiar que partiu do Serro transcendia e era mais numeroso do que a família nuclear, isto é, os progenitores e seus seis filhos. Além disso, o maior número de adultos indica que havia uma força de trabalho robusta e potente.

Algumas passagens e episódios narrados sugerem um grupo formado por parentes e trabalhadores associados ao grupo familiar, bem como, uma rede de relações que envolvia conterrâneos de Gororós que também migraram para a região da Mata do Peçanha. Duas personagens aparecem com frequência como parte da rede e como pessoas que foram, na época, importantes “pontos” de apoio e fontes de informação.

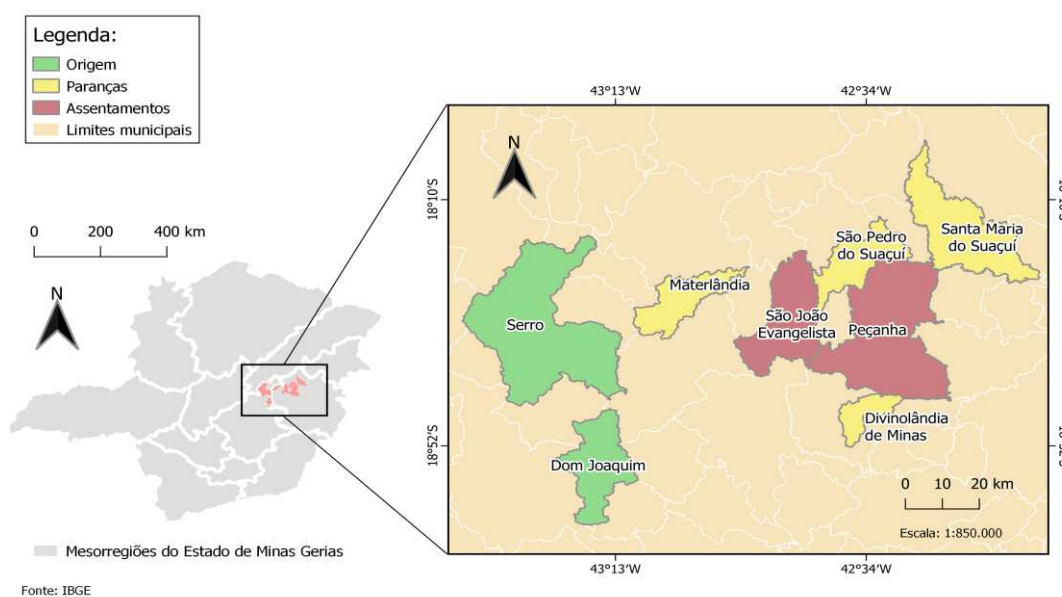
Ele é de lá, e eu mesmo num conheço lá. Ele morava lá, ele, Manuel Hortêncio, que morava aqui, morava aqui era um fazendeiro, que tem a casa ali da frente ali, e o Zezé e o Mundinho Cesário, Mundinho Cesário. Esse povo todo saiu lá dessa área da fazenda desse homem e veio pra essa fazenda aqui. Seu Manuel, tio Mane largou o lote de burro e comprou a fazenda aqui. O Seu Mundinho Cesário largou o lote de burro e comprou meio mundo de terra. Esse comprou terra daqui, da divisa desse rio na Santana (Comunitário, 84 anos, 2018).

Possivelmente, esta rede influenciou a diversidade de paranças e de assentamentos do grupo familiar. Estas duas formas de “parar no território” se diferem quanto à qualidade e à temporalidade. As paranças foram a maior parte das paradas, desde o momento em que o grupo saiu do Serro até a sua chegada em Peçanha, e possuem tempos menores. O assentamento, temporário ou definitivo, acontecia numa frequência bem menor e durava um tempo maior. Dada a convergência narrativa em diversos depoimentos, consideramos

que o processo de deslocamento do grupo familiar se iniciou em Gororós, na época município do Serro, e finalizou em Água Branca, região onde está assentada a comunidade dos Jorges, no município de Peçanha. Tendo em vista o ponto de partida e o de chegada, as paranças aconteceram em várias localidades e o assentamento se desenvolveu em São João Evangelista.

Nos relatos dos descendentes, podemos identificar paranças nas seguintes localidades: Divinolândia de Minas, Nossa Senhora Mãe dos Homens, São Pedro do Suaçuí/Santa Maria do Suaçuí. Todas situadas na região da Mata do Peçanha. O Mapa 10 permite visualizar os municípios que, nas memórias sobre o processo de deslocamento, compõem lugares de origem, paranças e assentamentos.

Mapa 10 - identificação dos municípios associados com os lugares de origem, paranças e assentamentos

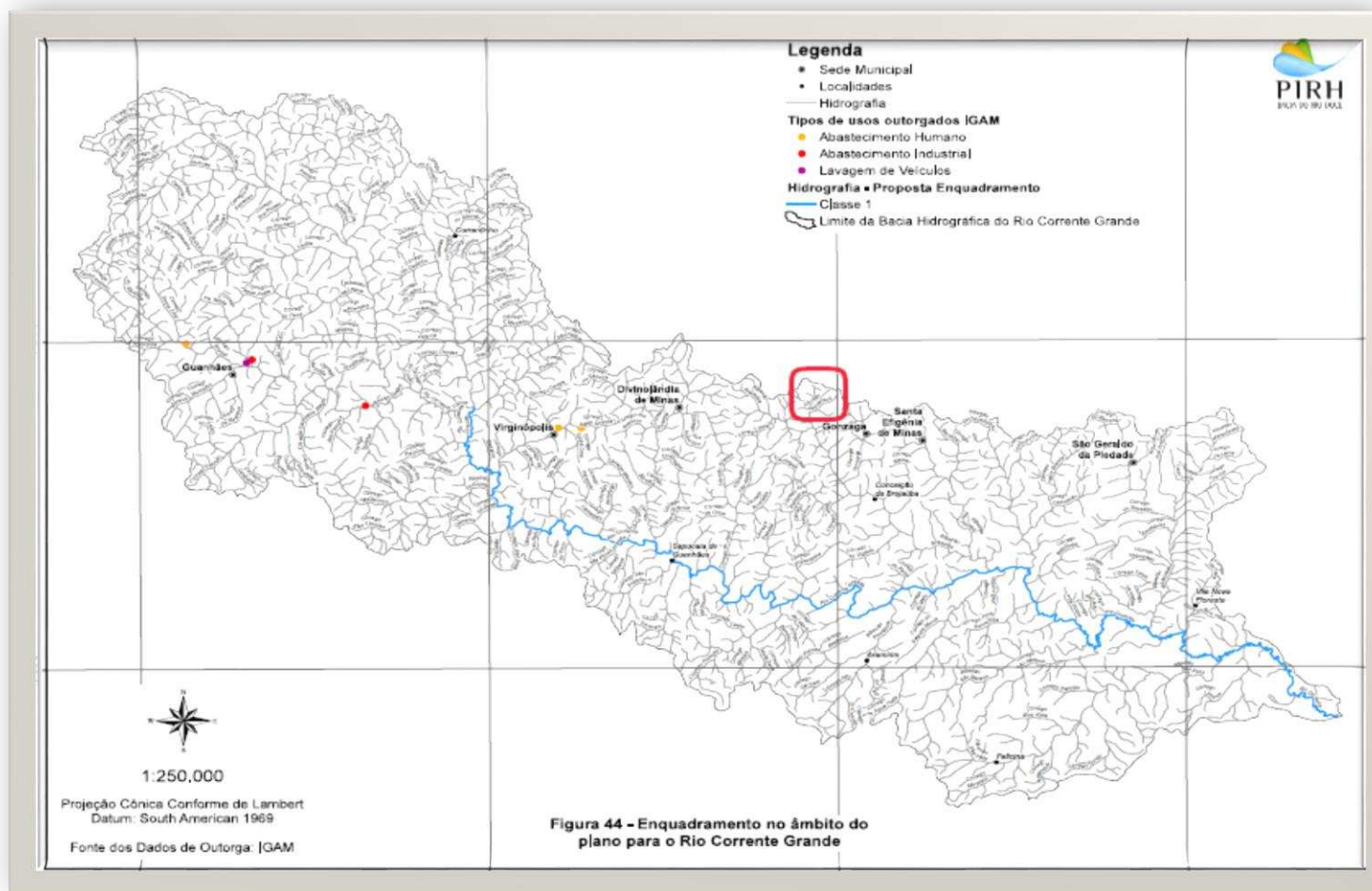


Fonte: OCDOCE/UNIFEI, 2022.

Um comunitário, da terceira geração, neto dos progenitores, reconstitui o quê, talvez, tenha sido a primeira saída do grupo familiar. Segundo ele, essa paragem se passa próximo a “Santana”, num lugar chamado “Taquaraçu”, próximo ao córrego dos Jorges. A partir dessas informações, foi possível identificarmos o Córrego e Fazenda Taquaraçu ao Sul da comunidade de Santana do Barro, ambos pertencentes ao território de

Divinolândia de Minas. A princípio pertencente à Guanhães, pela toponímia de Divino de Guanhães, foi transformado em distrito Virginópolis, com o nome de Divino de Virginópolis em 1923, década anterior da estada da família dos Jorges. Desmembrado desta cidade, tornou-se cidade, em 1962, com a toponímia de Divinolândia de Minas. Atualmente, faz divisa com Virginópolis, Peçanha, Gonzaga e Sardoá. O mapa do centenário da Independência, já apresentado (MAPA 6), evidencia o distrito de Divino bem próximo ao limite sul do município de Peçanha, delimitado pelo rio Tronqueiras, afluente da margem direita do Suaçuí Pequeno. Um mapa da bacia do rio Corrente Grande situa o Córrego Taquaraçu entre as sedes municipais de Divinolândia e Gonzaga (MAPA 11).

Mapa 11 - Mapa da bacia do Suaçui Pequeno destacando a localização do córrego Taquaraçu



Fonte: Plano...,2010, p. 77.

O depoimento de um comunitário da 3ª geração possibilita interpretar essa estada na região de Santana da Barra como um movimento inicial do processo de deslocamento do grupo familiar. A ida para a região foi facilitada pela rede de relações da família, como explícita a passagem a seguir.

E aí, seu Mundinho, que era o tal, comprô essa fazenda que bera Santana. Aí, o seu Mundinho deu ele a agregação de lado lá do rio, na saltagem da ponte... na chegada da ponte do rio tem uma vargem, tem uma vargem boa, aí deu ele pra fazer casa pro povo ali. Ele fez quinze casa, pra debaixo da estrada. De taquara. E plantou o primeiro ano, ele plantou no primeiro ano a roça lá no Taquaruçu, lá no Né Paulo, na virada. No terreno do seu Abdias Gonçalves, do seu Abdias. Aí, seu Abdias gostava muito dele, deu um terreno pra ele trabaiá. E ele pediu agregação ao seu Mundinho. Nós já tinha roça plantada lá. Que de lá, ele saiu para plantar na roça lá. Que o seu Manuel Hortêncio levou eles, que era amigo do seu Abdias e plantou essa roça lá no Taquaruçu. Ai o seu Mundinho deu ele o lugar de morar. O Abdias num deu não. Falou com ele que pra morar não. Quem deu foi seu Mundinho. Ele foi lá e trouxe o povo todo pra ali (Comunitário, 84 anos).

Essa paragem é emblemática, não somente no processo de deslocamento da família dos Jorge, mas da negação das condições de semiescravidão, de superexploração e subordinação extrema do grupo familiar. No depoimento, mais do que uma paragem, a estada no córrego Taquaruçu é contada como um episódio, uma situação de conflito que marca o limite entre a manutenção da subordinação e a afirmação da dignidade familiar.

Na descrição do episódio, o comunitário aborda a empreitada agrícola liderada por seu pai, José Jorge, o primogênito dos filhos homens do casal progenitor. Evidencia, também, a presença de Antônio Jorge, Kalu e Atenor, o que indica o envolvimento da família nuclear. Como narrado, os Jorges se estabeleceram na localidade de Taquaruçu a partir de um trato com Mundinho Cesário, conterrâneo das bandas do Gororós. Cesário, dono de terra naquelas redondezas, concedeu área para a família e seus “companheiros” se arrancharem e várzea para plantio de arroz, sem exigir nada em troca, a não ser o que os Jorges achassem adequado. Nesse sentido, então, trabalharam os Jorges e sua turma. Construíram 15 ranchos de taquara e cultivaram um enorme arrozal. A empreitada não poderia ser melhor, pois eles produziram uma surpreendente quantidade de arroz.

Era fazendeiro forte. Deixou a fazenda pros filho dele lá. Fazenda grande. Aí, o filhos dele, só a fazenda que ele tinha uns duzentos alqueire. É muita terra. Aí, o que que fez. Ele deu eles uma área pra eles plantá. Cê num viu esse rio aí? E lá era trem que dava milho mesmo. Aí, ele pegou e deu pro papai, falou assim: Ô Zé, eu vou dá pro senhor plantar milho, feijão, arroz aqui nessa margem, porque ocês é muito forte. Papai tinha vinte homi que acompanhava cum ele. Veio de lá pra cá, 20 homi com ele. Aí, ele trouxe 20 pessoas cum

ele. E papai era um homi prutigido, então ele trouxe muito homi. Então chegô, acampô, numa vargem alí, que tem mesmo qui pra cima aqui. É um quilômetro e meio, mais ou menos. Aí, acampou esse povo e ele abriu esse arrozal. E o homi deu ele o arrozal assim, pra ná coieita dá ele o que quisesse. Porque o homin não conhecia de arroz e papai conhecia. Ele já tinha trazido o arroz de lá pra cá. Aí falou: ô Zé, o senhor pó plantar que o senhor aí na coieita me dá o que o senhor quiser. Um prato que o senhor me dé tá bão, mei arqueire que o senhor me dé tá bão, uma quarta que o senhor me dé tá bão. E assim, mais o véio abriu e plantou arroz numas quantidade, que na época ele falava no arrozal, o povo na coieita, deu 400 alqueire de arroz. Quer dizer que num era pôco arroz. 400 alqueire de arroz. O papai, colheu esses arroz, dividiu, e partiu os arroz tudo com a turma. Dividiu esses arroz tudo com os meeiro porque plantou tudo com ele, porque ele que era o rico, ele que era o forte. Morava de agregado, mas ele que era o forte (Comunitário, 78 anos).

Tamanha surpresa fez Mundinho Cesário mudar de ideia. O anfitrião, diante do resultado, passou a exigir a terça parte.

O tal, o abençoado do seu Mundim veio pra tirar, chegô pra tirar o arroz e falou assim, quando ele chegou e viu aquele mundo de trem, ele falou: aí Zé Jorge, tá tudo muito bem. Eu até falei com o senhor que, pro senhor podia me dá qualquer quantia, mas eu vou cobrar o senhor o arroz é diferente. Aí papai: Que diferença por que Seu Mundim? Não, eu vou cobrar o senhor o arroz é na terça. O Senhor vai me pagá ele é na terça.

Irrompeu, então, o conflito.

Aí, papai falou assim: “ó, na terça eu num pago o senhor não. O senhor num vai levar na terça de jeito nenhum”. E papai na época era mais novo, mas papai era assim, ele num gostava de muita conversa. “E nós vâmo conversa pouco, seu Mundinho, porque eu sou homi, num sou cachorro [...] (Comunitário, 84 anos, 2018).

Diante do conflito Kalu, mãe de Zé Jorge, interveio para acalmar os ânimos, convencer o filho a abrir mão do antigo combinado e não consumir ato que os prejudicaria.

Mundinho num falô nada, a mãe dele foi chegando, “Zé, faça favor, vem cá”. [---] foi puxando ele, quando chegou lá na cozinha falou com ele, “Zé, deixa ele fazer o quê quiser, deixa ele fazer o quê quiser. Não vai fazer bobagem por conta de planta, não. Nós já viveu até agora, vamo continuar a viver”. [Ele respondeu] “Mamãe, infelizmente, eu vou ouvir a senhora porque nós ia, a turma ia ficar criminosa agora. E eu em primeiro lugar, que ia tomar a responsabilidade de tudo. Nós ia ficar criminoso agora pra ensinar ele como se seja homi. Mas se a senhora falou, tá falado” (Comunitário, 84 anos, 2018).

A intervenção de Kalu foi bem-sucedida e Zé Jorge não insistiu no combinado antigo e abandonou, sozinho, o local. Dias depois retornou com a tropa de burro para o deslocamento do grupo. De lá, partiram para as terras de Chico Jacinto, em São João Evangelista. Contudo, existe a possibilidade de que não tenham ido diretamente para lá, realizando outras paradas. Talvez, este tenha sido o caso de Nossa Senhora Mãe dos Homens.

Nossa Senhora Mãe dos Homens aparece nos depoimentos da comunitária, neta dos progenitores e componente da terceira geração. Nascida em São João Evangelista, fala sobre a localidade de Nossa Senhora Mãe dos Homens ao narrar o diálogo do avô, citado anteriormente, com o fazendeiro em São João Evangelista, quando da chegada da família. A passagem deixa entender que o estabelecimento em Mãe do Homens se deu antes de Gororós. Todavia, pelos demais depoimentos, o mais provável é que a estada lá se deu depois da saída do Serro e, como sugere também o depoimento, antes da chegada em São João.

Nossa Senhora Mãe dos Homens do Turvo fora distrito do município do Serro, criado em 1847. Com a criação de Rio Vermelho em 1938, tornou-se distrito deste município com a denominação de Mãe dos Homens. Em 1962, desmembrou-se de Rio Vermelho com a topônimo de Materlândia (IBGE, 2022). A cidade situa-se na Bacia do Suaçuí Grande e é território de nascimento do seu afluente rio Turvo. Limita-se, atualmente, com os municípios de Rio Vermelho, Serra Azul de Minas, Santo Antônio do Itambé, Sabinópolis e Paulistas. Na época do deslocamento do grupo familiar, provavelmente, ainda Mãe dos Homens e, portanto, pertencente à Rio Vermelho, fazia a divisa com São João Evangelista, como evidenciado no Mapa 7. Do ponto de vista geográfico, se constituía como um território de transição entre a região do Serro Frio e a Mata do Peçanha.

Por fim, a última parança observada nos relatos foi uma estada da família, ou parte dela, nas imediações de São Pedro e Santa Maria do Suaçuí. Seu Zico, neto dos primogênitos, não precisou mais. O descendente da 3ª geração relata que o grupo familiar chegou nessas redondezas em busca de terra para cultivo. Lá, encontraram uma várzea colossal, cuja primeira impressão foi de que seria um local ideal para o plantio de arroz. “Aqui vai dar muito arroz”, disseram. Todavia, uns homens desconhecidos que estavam por lá alertaram que trabalhar ali era sinônimo de morte, pois o lugar era reduto de febre, de malária.

No princípio da segunda década do século XX, São Pedro (atual São Pedro do Suaçuí) e Santa Maria do São Felix (atual Santa Maria do Suaçuí), pertenciam ao município de Peçanha. No mapa da independência (MAPA 6), os, na época, distritos, banhados pelo Rio Suaçuí Grande, situavam-se à oeste (São Pedro) e norte (Santa Maria) do município de Peçanha. Conforme evidenciam os dados do Mapa 6, na segunda década do século XX, já eram localidades de expressividade, somando cerca de 36% da população de

Peçanha. Com uma população bem maior do que a do distrito sede, Santa Maria do São Felix detinha quase 30% da população total do município, demonstrando a sua expressividade. O município de São Pedro faz divisa com São João Evangelista, o que nos leva a crer que o episódio narrado ocorreu no período em que a família vivia neste último e que expressou um movimento de busca de terras próprias, como ocorrera em relação às terras atuais.

São João Evangelista foi a última cidade em que os Jorges se estabeleceram e, sem dúvida, foi fundamental no processo de deslocamento e conquista das terras do grupo familiar. É possível conjecturar o período da chegada e permanência da família em São João Evangelista, dado o nascimento de parte da terceira geração neste local, bem como as idades que os pertencentes a esta geração tinham quando saíram de lá. Nesse sentido, a chegada do grupo familiar em São João Evangelista se deu na primeira metade da década de 1930, e sua saída na primeira metade de 1940. Isto é, o grupo familiar permaneceu lá por volta de uma década.

O assentamento temporário, mas duradouro, em São João Evangelista possui um grande significado na história da família e da comunidade dos Jorges, o que se expressa, sem dúvida, na sua importância nos depoimentos e nível de detalhe com o qual é contado. De forma central, o tempo em São João Evangelista representa um período de fortalecimento dos Jorges que foi fundamental para a conquista da terra familiar. Além disso, foi um período de transição e ascensão geracional, em que cresce e consolida a importância de parte da segunda geração no universo do trabalho. Parte desta geração, já em idade adulta, consome o casamento, criando família e gerando a terceira geração, o que reflete no crescimento do grupo familiar. Apresenta-se, também, como um momento de valorização do grupo familiar, que tem sua importância reconhecida pelo desejo manifestado pelos padrões de ter a família por perto, bem como a melhora nas condições materiais de existência. Por fim, foi um lugar conscientemente temporário, dada a condição indesejada, mas transitoriamente necessária, de agregados.

Os depoimentos possuem um nível de detalhe tão grande sobre o período, que permitem conjecturar sobre a localização exata do lugar onde viveram e trabalharam a maior parte do tempo que estiveram em São João Evangelista, de onde partiram para Peçanha. Uma

comunitária da 3ª geração remete à Vargem Alegre, lugar onde nasceu, em São João Evangelista

De esse lugar, que é Gororós, eles saíram de lá e vieram pra esse lugar que chama São João, aonde que eu nasci. E de São João, que é a cidade de São João, êis foram pra uma cidade que é assim pertinho, já é tudo emendado, é Vargem Alegre (Comunitária 79 anos, 2018).

Um comunitário da 3ª geração também contribui na identificação do lugar em que viveram em São João quando menciona o lugar em que o bisavô, José Jorge, faleceu. Chamava-se Oliveira.

Ele morreu em São João! Chamava, o lugar chamava Zaliveira, ele morreu no São João. Ele veio de lá dessa terra, veio vindo acompanhando o pai dele até ali, até ali no São João, né? Até aí, na onde morreu porque o velho que enterrou eles. Aí, ela contava pra nós, contava pra nós perfeito (Comunitário, 84 anos, 2018).

Na obra “A Mata do Peçanha”, Demerval José Pimenta (1966) apresenta as genealogias de famílias de São João Evangelista. Na apresentação e contextualização genealógica de Nicolau José de Oliveira, dono da fazenda onde se hospedou o viajante Saint-Hilaire, é possível fazer a relação entre o sobrenome Oliveira e a fazenda chamada Vargem Alegre. No livro, o autor apresenta as informações sobre Nicolau José de Oliveira:

É também um dos mais antigos moradores da região, tendo-se estabelecido, por volta de 1800, nas nascentes do ribeirão São Nicolau, onde estão situadas as fazendas das Palmeiras e Vargem Alegre do Jurema. Um dos seus netos, ANTONIO MEDINA, informou-nos que pela tradição de sua família, sabe-se que seu avô ou bisavô NICOLAU era natural dos sertões próximos a Província da Bahia, e se estabelecera naquela região antes do fazendeiro Idelfonso. Disse-nos, ainda, que o Ribeirão São Nicolau teria tomado esse nome, devido a que o seu ancestral Nicolau, fora o primeiro morador nas cabeceiras daquele Ribeirão.

Quando Saint-Hilaire, em 1817, viajou entre Serro e Peçanha, pernoitou na Aldeia de São Nicolau, situada nas margens de uma Ribeirão, já então, denominado São Nicolau e cujas águas provinham das terras onde se havia estabelecido o Sr. Nicolau José de Oliveira. Tivemos oportunidade de verificar no livro nº 1 da Paróquia de Peçanha, que, aos 9 de abril de 1838, este pioneiro Nicolau José de Oliveira, casado com Romana Maria de Jesus, batizou a sua filha Accaciana, tendo por padrinhos José Marcelino de Oliveira e Filomena Quitéria da Conceição. Dentre os filhos do casal nasceram:[...] (PIMENTA, 1966, p. 87-88).

A fazenda Vargem Alegre está localizada no extremo sul do território de São João Evangelista, bem próxima à divisa com o município de Guanhães e ao seu distrito Correntinho. À leste da Fazenda Vargem Alegre, não muito distante, está a divisa com o município de Peçanha. Várias versões de mapa do IBGE identificam a Fazenda Vargem Alegre e, ao lado, a Fazenda Palmeiras (MAPA 12).

De acordo com a memória coletiva, os Jorges viveram, aproximadamente, uma década em São João Evangelista, sendo a maior parte do tempo na fazenda Vargem Alegre, de propriedade de Levi Pires, cunhado de Chico Jacinto. As informações mais aproximadas sobre a propriedade da Fazenda Vargem Alegre que conseguimos, foram as disponíveis na “Relação dos Proprietários do IBGE”, publicada em 1924. Não há nesta listagem nenhuma propriedade de nome Vargem Alegre. Portanto, ou a propriedade ainda não tinha esse nome, ou foi registrada com outro nome pelo censo. É possível identificar o nome de Antônio Medina Oliveira, citado por Pimenta (1966), como proprietário da Fazenda Nova. Também é possível identificar dois estabelecimentos com os nomes de Fazenda das Palmeiras, de propriedade de José Polydoro da Rocha, e Palmeiras, de Lucindo A. Maciel.

Como mencionado, há um conjunto de significados que podem ser atribuídos ao período que os Jorges se estabeleceram em São João Evangelista. Pelos relatos, eles não se assentaram, à princípio, em Vargem Alegre. Para lá, partiram a convite dos proprietários, que significou uma oportunidade de melhoria nas condições de vida, provavelmente, devido aos termos de contratos mais vantajosos. Uma comunitária reproduz o diálogo de Antônio Jorge com Levi Pires.

Uai! Não, uai! Nós tumu aqui é trabaiano, é nós diz, é dia a dia. A terra aqui não é nossa. É como nois diz, a casa aqui não é nossa. Uai. Se você veio fazer nós esse interesse, em convidá nois pra nós ir pra trabaiaí na sua fazenda, trabaiaí pro cê lá na sua fazenda, uai, então nós vai (Comunitária, 79 anos, 2018).

Ao narrar os acontecimentos, um comunitário atribui o convite ao Chico Jacinto. De acordo com ele, este fazendeiro realiza o convite ao filho de Antônio Jorge, Zé Jorge, motivado pelo casamento da filha com Levi Pires, que não tinha aptidão para cuidar da produção da fazenda. Por isso, oferece a Zé Jorge a condução dos negócios da fazenda, situação particularmente vantajosa, considerando a condição de agregados.

Chegou lá era uma fazenda muito grande, quase 100 alqueire de terra. Aí, o Chico Jacinto perguntou: “o senhor sabe por que que eu trouxe o senhor aqui nessa fazenda aqui? Porque o Levi Pires, o Levi, gostou da Mundinha, minha filha, e ela é uma filha única. Antão, ele gostou da minha fia, pediu o casamento, mas ele, ele não sabe, Zé, o quê que é plantar uma cova de milho, o quê que é plantá uma cova de cana, o quê que é plantá uma cova de mandioca, o quê que é plantá uma cova de arroz, é de nada. E o cê sabe, o sujeito casou, ele tem que ter lugar de trabaio pra trata da família quando começa a aparecer. E ele num sabe nada, só sabe o quê que é comer e beber, mas nada de experiência ele tem. E se você vier pra aqui, cê vai fazer pra mim uma coisa, ele disse: “Do que senhor Chico?” Pois, quem vai mandar a fazenda é o senhor. O senhor que vai mandar a fazenda, seu Zé. “É ieu?” “É, é ocê que vai manda a fazenda. Eu num venho cá nem receber terço. É o senhor é que vai ser o chefe” (Comunitário, 84 anos, 2018).

Além de evidenciar a oportunidade especial que a ida para Vargem Alegre apresentou, as passagens acima remontam a uma transição geracional e ascensão da 2ª geração ao status de protagonismo da organização do trabalho da família. Na fala de uma comunitária da terceira geração, que retrata o diálogo de Antônio Jorge com Levi Pires, essa ascensão não é tão evidente, mas já destaca a importância produtiva dos dois filhos homens mais velhos na decisão de Antônio Jorge em ir para Vargem Alegre.

Não, dependendo da hora que o dia amanhecer, a qualquer hora que ocê chegá nós tamo aqui. Eu vô lá, vô fala com meu patrão, vou acertar com ele. Nós, eu e meus três menino, meus dois meninos, ainda temo um quebradinho lá. Vou acertar com ele. Ele vai me pagar. Vai pagar os dois meninos, que é o José e o Antenor. E vou acertar com ele, vou falar que vou seguir meus passos mais pra frente, vou procurar um jeito de eu achar pedacinho pra mim comprar. Um pedacinho de terra pra eu poder recriar minha família (Comunitária, 79 anos, 2018).

A passagem traz, novamente, a dimensão da oportunidade que representou a ida para Vargem Alegre, como um passo adiante na busca pela conquista da terra familiar. O período em Vargem Alegre também representou o fortalecimento do grupo familiar, expressado pelo seu crescimento em decorrência de casamentos e nascimentos na terceira geração.

Então, ês ficou muito tempo. Muito tempo lá na fazenda do Seu Levy. Ficou muito tempo, muito tempo, muito tempo. E mamãe, nesse período de tempo, mamãe me ganhou lá e ainda ficou lá uns seis meses ainda. E eu com uns seis meses de idade, quando ela me ganhou, eu fiquei com mais seis meses lá. De seis meses é que nós viêmo parar aqui (Comunitária, 79 anos, 2018).

Essa comunitária foi a quinta de oito filhos de José Jorge da Silva e Maria Sabino de Jesus. Portanto, é provável que os quatro nascimentos que a antecederam ocorreram também na passagem por São João Evangelista. O fortalecimento do grupo familiar se expressou, também, na valorização da qualidade do trabalho da família pelos patrões. No episódio do convite para Vargem Alegre, o patrão de então reagiu:

Ô Seu Jorge, da marca do senhor mais os seus fio nunca pisou aqui na minha fazenda, pra fazer o quê ocês fazem. Porque os que pisou aqui... E o quê vocês fazem, num dia, o senhor e os seus dois fi, eles fazem em duas, três semana. O Seu Jorge, não vai não! (Comunitária, 79 anos, 2018).

Sem dúvida, o fato de se tratar de um convite já demonstra a valorização, ainda mais com as condições favoráveis apresentadas em passagem anterior. No diálogo entre o Levi Pires e um amigo, a valorização novamente se torna evidente.

“[Amigo] Uai Levy, ocê lavou? Cê nunca achou trabaiadô da marca que cê achou, uai. Porque, uai, cê agora, cê desbroncou mesmo. Agora o seu pasto tá que tá uma bença. O seu quintal tá uma bença. Uai, mas quem é que tá ajudando ocê desse jeito?

“Ele falou assim: [Levi Pires] Ô rapaz, veio uma família, que já tem bastante tempo, muito tempo que tá morando comigo aqui. Ali, eu dei pra eles aquela casa ali ó. Uma família muito humilde, muito boa, muito trabaiaquera. Então, ês tá morando comigo aqui. Eu num quero até que eles saia, mas eles tá falando aqui que vai ver se acha um outro lugarzinho pra trabaiaá, pra vê se compra um pedacinho. Eu não posso vendê porque já tá tudo tomado de pasto, eu não posso vender pra ele. Mas não quero que eles sai, continue a trabaiaá pra mim, mas ele tá querendo compra um pedacinho de terra (Comunitária, 79 anos, 2018)”.

E foi o que aconteceu. Dadas as condições em que se encontrava o grupo familiar após anos em Vargem Alegre, foi possível conquistar a terra familiar em Peçanha.

Aí, mas o papai já tinha o dinheiro, já tinha um dinheirozinho que podia compra a fazenda e saiu pra caçar a fazenda. Compremo, aí, larguei aqueles trem lá e viemo pra aqui. Chegando aqui ele comprô, deu 45 arqueire de terra, ele deu 8 conto e 400. 8 conto e 400, era conto ne? Era o mil reais hoje. Ai, ele comprô, ele comprô e tamo aqui até hoje, graças a Deus. Aconteceu isso (Comunitário, 84 anos, 2014).

Pelos relatos, constatamos que não foi somente as condições materiais que possibilitaram a conquista da terra familiar, mas também as condições relacionais, expressas em estabelecimento de vínculos e relações que favoreceram a compreensão das oportunidades. Isso fica passível de elucidação pela passagem da comunitária sobre a tomada de ciência pelo grupo familiar do terreno na região da Água Branca, em Peçanha, como gatilho para o deslocamento de São João Evangelista para lá. Segundo ela, foi o amigo de Levy, Joaquim Catulé, que tanto os elogiaram, que informou-lhes da oportunidade de Peçanha: “Ô Sô Antônio [Jorge], ó, lá uns fazendeiro que eu conheci, trabaiei, ajudei, mas ês deixou, tá lá encostado, não alugou. Lá tem uma fazenda, o Seu Antônio [Jorge], que ela é dos(...) Gonçalves” (Comunitária, 79 anos, 2018). Seu Antônio [Jorge] manifestou interesse, mas receio pela falta de recurso. Joaquim o tranquilizou dizendo que talvez eles conseguiriam um prazo.

O processo de transição do protagonismo geracional se afirma também neste episódio. Como se pode observar na fala do comunitário acima, fora o seu pai, que já tinha juntado um “dinherim”, que protagonizou a compra do terreno. Sobre o protagonismo do pai, diz:

Ele era o mais velho e era o seguinte a esse. O meu pai é que arranchou o pai da Dilce, meu pai é que arranchou o Antenor, meu pai é que arranchou o Zé Jorge, o Antônio Jorge que é pai dele, porque nenhum deles aguentou comprar. O papai é que ganhou dinheiro nessa fazenda que eu tô te falando do Chico, do seu Chico mais seu João, e ensinando esse Levy a trabaiaá ele ganhou esse dinheiro. E então com esse dinheiro ele comprou essa fazenda e nele comprar essa fazenda achou que eles moravam era só de agregado, ele pegou e comprou (Comunitário, 85 anos, 2018).

Ressaltamos que o protagonismo se desenvolveu, nesta situação, pelo filho homem mais velho, o evidenciando determinada forma de organização familiar, em que esta passa a cumprir

certas funções do pai que já tinha idade mais avançada e menos recursos físicos. É possível, também, conjecturar o desenvolvimento de habilidades sociais próprias da segunda geração, que se expressará, ao longo da história da comunidade, no protagonismo do filho homem mais novo, o único letrado dos seis irmãos. Tais fatores podem ajudar a explicar o processo de transição do protagonismo geracional, tal como sugerem determinados relatos.

De acordo com a comunitária, quando chegou em Peçanha, no local atual onde está a comunidade dos Jorges, o grupo familiar ficou em espera, a procura de alguém que soubesse informar sobre os donos daquelas terras e casarões abandonados. Benedito Patrício, funcionário de uma fazenda vizinha, informou-lhes sobre os proprietários, os irmãos Francisco Gonçalves, José Gonçalves e Pedro Gonçalves. No documento “Relação dos Proprietários dos Estabelecimentos Ruraes” (BRAZIL, 1924, p. 224), recenseado em 1920, não identificamos esses proprietários, todavia, encontramos Raymundo Gonçalves no estabelecimento de nome Água Branca. Talvez os “irmãos Gonçalves”, citados pela Comunitária, ainda não fossem proprietários naquela época, ou fossem descendentes de Raymundo Gonçalves.

No processo de negociação com o proprietário, foi acertada a compra do terreno, com as benfeitorias existentes. Como indicado na fala do comunitário, o terreno de 45 alqueires foi negociado pelo valor de Rs 8\$400. A passagem do descendente fornece poucos elementos para identificar as condições de pagamento. Todavia, nos relatos de sua irmã, essas condições ficam bem claras, evidenciado a negociação de prazo. No processo de negociação, Zé Jorge fez a seguinte proposta:

Então chegou lá[...]. entendeu com eles três, os três irmãos. Então papai falou assim: “Ô Seu Chico”, que era o mais véio, né? “Então, nós não conhece, então eu vim dá o senhor o conhece porque nós tá vendo que vocês tavam com a fazenda isolada, não ia voltar pra ela mais, então nós tão acampado lá na barraca lá, e vou falar pro senhor que nós rocemo lá, senhor não vai reparar, mas que nós rocemo um acapamentozim pouco. Só pra nós armá a barraca, e rocemo o lugar que tava o reverão pra nós panhá a água. E mais nada. O Casarão tá do mesmo jeito, nós acampou no terreiro do casarão que tá lá. Tá do mesmo jeitinho. Nós veio cá entender com o senhor aí, pro cês se vende pra nós lá, que se vocês vende, nós vai combiná assim: Entre eu e o meu pai e os três irmão nós vamos combiná assim... que o dinheiro, porque nós não tem...más no vamo trabalhá, vão prantá o mantimento, e vâmo vendê o mantimento, e do mantimento nós vamo pagando o senhor aos pouco”. Assim eles combinaram. O velho Chico veio, combinou com o meu avô que era Antônio Jorge, combinou com os outros dois irmãos que era Nonico e Atenor, e meu pai que era o Zé Jorge. E agora aí eles voltaro pra trás e buscaram a mudança, né? (Comunitária, 74 anos, 2014).

Acreditamos que trataram-se de um valor e de condições de pagamento vantajosas, dado que, neste contexto, as relações econômicas do grupo familiar e, provavelmente, de toda aquela

região da Água Branca, eram muito pouco monetarizadas, se tornando inviável situação mais onerosa. É provável que, pelo menos, parte do pagamento tenha sido feito por gêneros agrícolas. O baixo valor das terras é reproduzido pela memória coletiva.

É como nois diz né, ô Frederico? Tinha o lugar donde trabaiá, lugar de roça, lugar de fazer, mas nada, nada tinha valor. Terra não tinha valor. Mantimento não tinha valor. Nada tinha valor, então eles compraro esse terreno aqui, juntô Nônico, Padrinho Jorge e Tenor e comprou aqui esse fazendão aqui onde que nós tamo, isso tudo aqui ó. Esse trem aqui é longe, é muito longe. Eles compraro esse trem tudo aqui ó, é muita terra, é grande, é muita terra. Compraro a troco de, como é que diz? De casca de banana. Eles falava que era a troco de casca de banana de porque era casca de banana que tinha pouco valor, né? (risos) (Comunitária, 79 anos, 2018).

Na mesma linha, o comunitário da terceira geração relembra:

Então, ele comprou nessa época. Na época, a terra não valia de nada. O sujeito com uma rapadura, ele ficava com arqueiro de terra do outro. Ninguém fazia conta de terra. Hoje é que terra tá valorizando porque hoje cresceu, então valorizou. Mas, naquele tempo não, naquele tempo não. A coisa era desse jeito (Comunitário, 85 anos, 2018).

Provavelmente, uma série de fatores se interagiram para viabilizar a conquista da terra pelo grupo familiar dos Jorge, dentre eles, o baixo valor e as condições de pagamento favoráveis. O abandono das terras gerava uma condição favorável à sua aquisição. Os motivos desse abandono não são objetos de detalhamento pela memória coletiva acessada, mas, pelo menos em parte, estão relacionados um ambiente inóspito, desfavorável à produção e à comercialização, como é passível de entendimento quando se considera o baixo valor das terras mencionado nos relatos.

A partir da memória coletiva e da literatura que aborda a dimensão fundiária na região do médio Rio Doce, podemos conjecturar que, naquela época, não havia um mercado de terras consolidado naquela área, que ainda guardava terras sem regularização, o que, certamente, influenciou o valor dos imóveis. Em termos ambientais, tratava-se de área essencialmente pantanosa, cujo manejo para fins agrícolas exigia engenharias significativas e grande intensidade de força de trabalho que, aparentemente, tinha pouca disponibilidade devido ao tamanho reduzido da população. A comunicação era precária, sem estradas que ligavam o lugar às cidades próximas e com apenas trilhos para transporte por meio de carga.

Nas margens do Ribeirão Água Branca, no princípio da segunda década do século XX, eram registrados apenas 14 estabelecimentos rurais, segundo a “Relação dos Proprietários do Recenseamento Geral do Brasil” de 1920. É provável que esses estabelecimentos abrigassem grupos familiares, mais ou menos numerosos, o que permite supormos uma população não tão

rarefeita. Todavia, o curso do ribeirão é substancialmente extenso, atravessando a parte sul do território municipal, de leste à oeste, quando desagua no rio Suaçuí Pequeno. O rio nasce nas proximidades do povoado de Santa Rita, bem próximo à divisa com Virginópolis e desagua nas vizinhanças no povoado de Estiva, já nas adjacências da divisa com Coroaci.

A análise das cartografias que abrangem o território de Peçanha, permite inferirmos que, quando da instalação definitiva do grupo familiar dos Jorge em Peçanha, as imediações do ribeirão Água Branca já eram relativamente compreendidas em termos espaciais, mas temporalmente recente e ainda de precisão limitada, o que indica uma dinâmica social e econômica relativamente autônoma, com fluxos externos de baixa frequência. Na cartografia do centenário da independência (MAPA 6), em 1927, na parte sul do município, só se identificava o rio Suaçuí e seu subsidiário rio Tronqueiras. Não havia nenhum caminho que perpassasse os vales adjacentes à área correspondente ao ribeirão Água Branca. Em mapa do município de Peçanha datado de 1939 (MAPA 13), pouco tempo antes da instalação da família dos Jorges, é possível identificar três cursos d'águas, na parte sul do território municipal, com a toponímia de Água Branca.

Mapa 13 - Município de Peçanha, 1939, que apresenta o ribeirão Água Branca e as vias de comunicação próximas à área onde hoje está localizado a comunidade dos Jorges



Fonte: Barbosa, 1939, [s.p.].

No Mapa 13, identificamos o ribeirão Água Branca desaguando no rio Suaçuí Pequeno, próximo ao povoado de Pulgas. Este é, sem dúvida, o mesmo ribeirão para o qual as águas do córrego dos Jorge vertem e, na atualidade, o povoado de Pulgas é conhecido como Mercês. Este mapa apresenta a existência de um caminho carroçável que, margeando o ribeirão Água Branca, a leste da área correspondente à atual localização do córrego dos Jorge, seguia pelas margens direita do Suaçuí Pequeno até o, na época, distrito de Coroaci. Antes de chegar em Coroaci, havia um entrocamento junto ao qual se ligava outra estrada carroçável que chegava nas cercanias da sede municipal de Peçanha. A oeste da área, hoje, ocupada pela comunidade dos Jorges, havia outra estrada carroçável que, margeando o rio Tronqueira, rumava à norte até encontrar com a sede municipal. Assim, o Mapa 13 evidencia que a ligação dos Jorge com a sede municipal de Peçanha era muito difícil, exigindo grandes contornos. O acesso ao povoado de Ramalhete era ainda mais penoso, tendo em vista que exigia a passagem pela sede municipal.

4.10 Considerações finais

Os relatos e dados documentais apresentados neste capítulo permitem conjecturarmos a “saga” que o grupo familiar dos Jorge empreendeu no insistente esforço de aquisição da terra para a sua reprodução socioambiental autônoma. Do Serro, partiram, pelo menos, duas gerações rumo à Mata do Peçanha. Nesta região de Mata Atlântica, por meio do trabalho, foram se territorializando, construindo relações e oportunidades. Neste percurso, encontraram muitas dificuldades e enfrentaram a exploração e a subordinação desumanas, das quais buscaram romper quando decidiram sair do Serro visando a uma vida digna, social e materialmente. Em São João Evangelista, se fortaleceram como grupo familiar e criaram as condições da conquista da terra própria. Esse alcance se deu em Peçanha, numa terra abandonada, na qual somente muitos braços e persistência podiam lavrar. Negociaram como puderam e, através do trabalho familiar, adquiriram a terra para aquelas primeiras gerações e para as futuras.

Mas, não se trata de terra por terra. Trata-se de um lugar, de um pedaço da natureza que forneceu os recursos e as possibilidades necessárias para a ruptura com um passado de negação da humanidade e exploração do corpo e da alma. O encontro do grupo familiar com a natureza generosa, perigosa e desafiadora das florestas da região de clima frio de Peçanha não construiu apenas uma terra familiar, mas um território, antes córrego dos Jorges, hoje comunidade.

5 O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DA COMUNIDADE DOS JORGES: conflitualidades agroambientais, étnico-raciais e territoriais

Neste capítulo, descreveremos e analisaremos as diversas relações econômicas, sociais, políticas, culturais e ambientais que constituem as conflitualidades que atravessam o processo de formação da comunidade dos Jorge de Água Branca. Para tanto, buscamos promover o diálogo entre as discussões realizadas nos capítulos teóricos e históricos e os processos passados e presentes registrados a partir da pesquisa de campo e seus registros. Nesse sentido, fundamentamos a descrição e análise dos depoimentos, oficinas e diário de campo segundo a dimensão conceitual das conflitualidades agroambiental, étnico-racial e territorial. Assim, evidenciaremos, de forma complexa e sistêmica, as relações de antagonismo, concessão e colaboração que atravessam o processo de formação e de reprodução socioambiental da comunidade.

Por se tratar de perspectiva analítica processual, a dimensão histórica é estruturante, tanto no detalhamento das relações, ações e episódios, quanto das suas análises. Também pela perspectiva processual, buscamos, ao longo do texto, promover o diálogo entre as esferas macro e micro, na mobilização de disposições heurísticas e hermenêuticas que articulam as diversas escalas temporais e espaciais das formações econômicas e sociais.

Neste capítulo, reservamos um tratamento pormenorizado e singular aos aspectos hodiernos da reprodução socioambiental da comunidade dos Jorge de Água Branca. Dada a perspectiva de análise, os conteúdos de natureza históricas são evocados para identificação de permanências, mudanças e rupturas. Nesse sentido, a discussão sobre as conflitualidades apresenta informações históricas e contemporâneas. Para melhor organização dos dados em termos temporais e melhor compreensão das continuidades e transformações nas relações agroambientais, étnico-raciais e territoriais, recorreremos à cronologia trabalhada em Siman (2015) que identifica duas grandes fases no processo de formação da comunidade, uma que vai da década de 1940 à década de 1970, e outra que vai desta até os dias atuais.

A primeira fase, que inclui o contexto de chegada e assentamento do grupo familiar em Peçanha, constitui a base do processo de territorialização, na qual se estabelecem as relações

econômicas, sociais, ambientais e políticas básicas da reprodução socioambiental da comunidade. Como tratado por Siman (2015), esta fase é caracterizada, a nível local, por transformações ambientais e demográficas significativas, que também se desenvolveram em escala municipal.

O ambiente florestal e paludoso encontrado pela população pioneira é modificado para viabilizar os assentamentos e os processos econômicos. Além das casas e benfeitorias existentes, outras foram erigidas para abrigar o grupo familiar e seus companheiros. Áreas florestais foram suprimidas para dar lugar às áreas de lavoura e gerar insumos para a estruturação física das unidades domésticas e de produção. Brejos foram drenados para tornar os vales mais salubres e próprios ao assentamento humano e a alguns cultivos. Nesse processo, o grupo social se avolumou. Crianças nasceram, casais se casaram e, novamente, crianças nasceram. A família extensa viu em seu seio a multiplicação de famílias nucleares a partir dos seis filhos da segunda geração. Do casamento destes, as 56 vidas da terceira geração foram geradas. A adaptação ambiental, expressa no assentamento no interior da floresta e na formação de extensas áreas de cultivo, criou um lugar demandante e atraente de braços. Esses vieram, então, com a leva de famílias e indivíduos que se agregaram naquele território familiar em formação, refletindo numa configuração sociodemográfica diversa, numerosa e potente, reproduzida através de relações mais horizontalizadas e de ajuda mútua. Essas transformações se refletiram em reconfigurações no uso e na ocupação do solo, dado o avanço das atividades agrícolas e a fragmentação cada vez mais frequente do patrimônio territorial familiar, o que desencadeou outras dinâmicas demográficas, consolidadas na segunda fase, a exemplo das migrações.

A segunda fase, conforme abordado por Siman (2015), compreende o período que vai, sobretudo, do último quartel no século XX até a atualidade. Trata-se de uma fase em que transformações econômicas e ambientais são percebidas em diversas escalas, a partir das quais o global e o local se articulam com forma e intensidade peculiares. Essas conexões se desenvolvem, sobretudo, quando a parte sul do município de Peçanha passa a ser *locus* regional das extensas produções arbóreas para fornecimento de madeira em tora à indústria de papel e celulose e de carvão vegetal para a indústria siderúrgica. Esses plantios e a importância espacial e ambiental dessas monoculturas industriais cresceram continuamente até a década de 2010, quando se estabilizaram. Concomitantemente a esse processo, houve uma escalada da

concentração fundiária, bem como da aquisição de terras pela empresa estatal Florestas Rio Doce S.A, a Cenibra e outros grandes proprietários. A produção agrícola se reduziu em diversidade e qualidade e, dessa forma, o trabalho na agricultura. As relações de produção e de trabalho se tornaram mais verticalizadas, com transferência crescente de valor para as cadeias globais. A expansão das atividades econômicas associadas ao mercado global provocou mudanças significativas no manejo das áreas florestais, suprimindo-as em grande extensão e as limitando aos topos de morros. O manejo das plantações, excessivamente exigentes de água e de nutrientes, provocou danos ambientais substanciais aos recursos hídricos e pedológicos. Nas primeiras décadas do século XX, a escassez hídrica de um território historicamente caracterizado pelos alagadiços desponta como principal problema ambiental. A conjunção entre cultivos de eucalipto para fins industriais, cultivos agrícolas voltados para o autoconsumo e a venda em circuito curto, e deslocamentos sazonais laborais, passam a formar a base econômica das famílias da comunidade. Em suma, a segunda fase, pela sua extensão e, também, pela vinculação direta aos agentes econômicos globais, é caracterizada pela diversificação na luta pela sobrevivência camponesa da comunidade, marcada pela manutenção de relações de produção tradicionais, adesão às políticas públicas para a agricultura familiar, inserção política local e emergência étnica.

5.1 Adaptação ambiental, fundamentação econômica e emergência política: a 1ª fase do processo de formação da comunidade dos Jorges de Água Branca.

O processo econômico subjacente ao movimento de reprodução socioambiental da comunidade dos Jorge de Água Branca, sem dúvida, tem bases relacionais anteriores ao assentamento do grupo familiar nas margens do ribeirão Água Branca em Peçanha, pois, como foi elucidado no capítulo 4, o trabalho agrícola familiar se realizava desde os tempos de Gororós, e esteve presente durante todo o processo de deslocamento, não obstante a condição de acesso precário à terra. A terra própria, conquistada em Peçanha nos primórdios da década de 1940, permitiu a construção de bases mais sólidas e estáveis para a realização da economia camponesa, o que se expressou historicamente nos processos de produção, nas relações de trabalho, nas relações de troca, nas dinâmicas de autoconsumo e na organização de classe.

5.1.1 O território: adaptação e usos

A chegada do grupo familiar nas margens do ribeirão Água Branca, no início da década de 1940, foi seguida de um longo processo de adaptação ao e do ambiente para se criar as

condições materiais de assentamento e produção. Em Siman (2015, p. 61), descrevemos esse processo de adaptação a partir de três níveis.

A chegada nesse território de Mata Atlântica foi marcada pela adaptação a um ambiente de povoação dispersa, de florestas densas e úmidas e áreas alagadas. A análise das narrativas históricas permitiu a compreender que a adaptação se deu por três níveis. Num primeiro, pelo reconhecimento de um ambiente que apresenta suas restrições e impõe respeito. No segundo nível, via intervenção no ambiente para criar as condições materiais de reprodução biológica e social. Finalmente, associado ao anterior, através do manejo e uso dos recursos naturais existentes e a produção e reprodução de um saber que os sustentem. Esses níveis não se encontravam desconexos na realidade, mas em profunda inter-relação. As conexões entre os níveis não eram necessariamente harmônicas, apresentando-se, muitas vezes, por meio de relações conflituosas e antagônicas.

Quando o grupo familiar se mudou para a região de clima frio de Peçanha, encontrou um ambiente caracterizado por imensas áreas de floresta circundante às várzeas paludosas. Não se tratava de um terreno inexplorado, pois, como mencionado, o local já havia servido como lugar de morada e produção dos antigos donos. Os casarões que lá encontraram eram testemunhas desse tempo de intervenção e assentamento anterior. Todavia, a memória coletiva remete a um ambiente que requeria transformações radicais para possibilitar o estabelecimento da família.

As primeiras modificações se deram nas áreas florestais para abertura de área de lavoura e moradia, bem como na drenagem das áreas úmidas, para fins produtivos, mas, possivelmente, também efeitos sanitários. Assim, foram feitas intervenções para canalizar as águas para um córrego principal, que as levava para o ribeirão Água Branca. Com o tempo, este córrego ganhou o nome do progenitor, tornando-se o córrego dos Jorge. A abertura das áreas intermediárias e a desidratação das áreas de várzea viabilizou o primeiro avanço dos processos agrícolas, principal meio de reprodução da comunidade que emergia.

A abertura de áreas também gerava os recursos necessários para a construção das moradias e das estruturas de produção. Das muitas espécies arbóreas que lá encontraram, várias tinham valiosas qualidades construtivas. Dos cipós e barros, levantavam as paredes. Dos capins nativos, os telhados. Das muitas madeiras, os alicerces, mobiliários, utensílio e artefatos produtivos. O manejo daquele ambiente, até então inóspito, estruturava os primórdios da vida comunitária.

Não obstante os desafios apresentados pelas florestas e pântanos, o grupo familiar obteve o preciso êxito para continuar e prosperar no território que se formava. Mas, como manejo não é habilidade que se aprende do dia para a noite, é bem provável que traziam na “bagagem

cultural” os conhecimentos técnicos e botânicos para a intervenção naquele tipo de ambiente. O que não seria nenhuma surpresa, já que o local de partida daqueles pioneiros estava também situado na Mata Atlântica, bem como todas as demais localidades que percorreram antes de aterrarem em Peçanha.

Os relatos indicam uma organização espacial na qual podemos indicar três níveis de uso, o baixo, o intermediário e o alto. O nível baixo consistiu nas áreas de várzea, substancialmente alagadas nos primórdios comunitários. Tomado de tabôas, era o local do abastecimento hídrico. Quando seco, área de plantio de arroz e hortaliças. Conformou a porção central da comunidade, ao redor da qual foram instaladas as moradias paióis.

As residências se encontravam na área intermediária, mas no seu limiar com a área baixa. Ali também eram guardadas as principais vias de comunicação, naquela época, feita de trilhas. Esta área era o nível principal das lavouras e da criação de pequenos animais. No seu outro extremo, confinava com as áreas de floresta, dominante no nível alto.

Conforme assinalado no capítulo 4, o terreno original adquirido pelo grupo familiar tinha a extensão de aproximadamente 218 hectares. As formas de uso e a divisão do terreno entre o grupo familiar variaram conforme as ascensões geracionais. Naquele momento inicial, no entanto, os relatos indicam uma organização territorial de orientação patrifocal, ou seja, centrada nos homens da família que, naquele tempo, eram Antônio Jorge e seus filhos, Zé Jorge, Atenor e Nonico. Essa relação se expressa nos relatos, segundo os quais, os quatro casarões que havia no terreno, quando da chegada da família, foram ocupados por esses homens. Outros também indicam que os usos das terras eram por eles organizados.

Um comunitário da terceira geração, neto de Antônio Jorge e filho de Zé Jorge, relata que, durante sete anos, houve partilha comum das terras, sem divisão. Depois disso, após o pagamento ao seu pai pelo investimento de compra, foi feita a divisão entre o pai e os três irmãos. As três filhas não entraram nessa divisão inicial, dada a orientação patrifocal. As valas usadas para limitação das áreas, existentes ainda na comunidade, são testemunhas dessa divisão inicial.

Assim seguiu-se até a morte de Antônio Jorge, no fim da década de 1960. Após seu falecimento, de acordo com um de seus netos, houve mudanças na repartição das terras e no seu uso. Com a partida do pai, as três filhas, Maria, Tiana e Palmira herdaram suas terras. Agora, não se sabe,

ao certo, se as terras de Antônio Jorge foram divididas igualmente entre as seis proles ou somente entre as três filhas, que não foram incluídas na divisão anterior. Mas, as mudanças na divisão das terras, provavelmente, complexificou os usos e arranjos produtivos na comunidade, dada a qualidade do trabalho social.

Com o tempo, alguns dos filhos homens foram adquirindo terrenos nas adjacências da comunidade, e em áreas próximas. O filho mais novo se diferenciou, ampliando seu patrimônio para além dos limites comunitários. Seu patrimônio fundiário era tão diferenciado que sua filiação sindical, ao contrário dos seus pares, teve de ser com a entidade patronal.

À medida que aumentou a ascendência geracional, novas divisões de terra se realizaram. Contudo, analisando as datas de falecimento dos filhos do casal progenitor, donos e herdeiros primários do terreno original, as divisões formais subsequentes só foram efetivadas na segunda fase do processo de formação da comunidade.

Apesar da ruptura que as divisões do terreno representou em relação aos sete anos iniciais da ocupação, formas de uso comum da terra sempre estiveram presentes. Nesta tese, as formas mais evidentes estão associadas ao processo produtivo agrícola e às modalidades de ajuda mútua que, pelo menos, desde as divisões iniciais, passaram a ser estruturantes na reprodução das unidades domésticas e da vida comunitária. Com o estabelecimento de limites fundiários, o uso comum das terras se transfigurou no sistema de troca de dias, descrito detalhadamente à frente.

Na década de 1970, fim da primeira fase do processo de formação comunitária, a apropriação territorial estava sob o controle da segunda geração, a partir de divisões iniciais e sucessões decorrentes do falecimento do progenitor. Não obstante o acesso a todos os seus filhos, há diferenciações, como no caso do filho mais novo. As formas de divisões, sem dúvida, influenciaram as diferenciações e, provavelmente, a relação com o território. Todavia, a natureza coletiva do trabalho se apresentou como uma forma de relativização, ou mesmo, mitigação da diferenciação.

Neste contexto, a adaptação do ambiente já se mostrava exitosa. Extensas áreas de cultivo foram abertas. A drenagem das áreas de várzea, não obstante suas limitações, viabilizou ampla área plana, úmida e fértil para o cultivo de arroz e de hortaliças. O trabalho coletivo construiu as

condições de reprodução no território, ao mesmo tempo que foi fortalecido pela territorialização do Córrego dos Jorges.

5.1.2 A base da reprodução socioambiental: a constituição de uma comunidade agrícola.

A economia camponesa da comunidade dos Jorge de Água Branca, desde os primórdios, tem a produção agrícola como relação fundamental da sua reprodução socioambiental. Todavia, o seu grau de importância variou ao longo do tempo e de acordo com a interação com outras atividades econômicas. Na primeira fase do processo de formação econômico e social da comunidade, a produção agrícola foi predominante, mobilizando a maior parte da força de trabalho e da terra comunitária. A ela se associaram as atividades produtivas de criação de animais e beneficiamento.

A produção agrícola, até a década de 1970, criou as condições materiais para a reprodução socioambiental do grupo social que se identificava como córrego dos Jorges. Esta atividade concentrava a maior parte da energia da força de trabalho e ocupava a maior parte da área não florestada do território familiar. Além disso, ela impulsionou a adaptação ambiental e as mudanças espaciais de um ambiente florestal e paludoso, combinado com o estabelecimento das condições de assentamento. Provavelmente, foram os ganhos com a produção agrícola que viabilizaram a aquisição do terreno original pela família.

Nos relatos, a atividade agrícola aparece desde os primeiros movimentos de adaptação ambiental, que consistiram na limpeza e na drenagem de áreas para a sua realização. Desde o princípio, foi policultora, não obstante a concentração de energia e de recursos ambientais em algumas culturas. A memória coletiva apresenta um território familiar, nesta primeira fase, marcado por extensos cultivos, realizados em todos os aspectos topográficos, num mosaico que cultivava cereais, tuberosas, leguminosas, hortaliças, frutas e gramíneas. Nas terras secas e úmidas, altas e baixas, lavravam-se milho, feijão, arroz, amendoim, batata, inhame, banana, fumo, hortaliças, tabaco e outros. Como expressa o depoimento de quem ali vive há quase 80 anos.

Isso aqui, de primeira, ninguém via mato. De canto a canto era arroz. Assim, isso aqui era veldinho. E quando era pra colhê, ocê olhava assim, fazia até gosto. Não, vinha gente de longe tirá retrato. Tirá retrato das roça. Tirá retrato dos arrozal. Tirá retrato do minduinzal, tirá retrato dos batatal. Tirá retrato dos mandiocal porque cada qual tinha sua lavoura. Aqui, aqui era mandiocal puro, não tinha outra coisa. Aqui era batatal, de cima em baixo. Num tinha outra coisa. Agora, de outro quarteirão, não tinha outra coisa. Era mandioca, separado. Era banana, separado. Tinha as lavoura tudo, mas cada qual... Cafezeiro, separado (Comunitária, 75 anos, 2014).

Também sobre a produção nessa fase da comunidade, um comunitário descreve:

Lavoura. Ó, o que ele ganhou, o que o meu pai ganhô na vida dele, foi no cabo da inchada. É arroz, feijão, milho, batata, inhame, é mandioca, era o que usava pra tratar de porco, né? Cana, porque fez rapadura muitíssimo ano. Ali, ó. Na casa dele, fez rapadura muitíssimo ano. E café. Tinha muito, na época, prantou. Hoje, aqui, o povo num tá tendo lavoura de café, mas já teve muita lavoura de café aqui, né? Todo mundo deve ter uns pé, mas é poco. Mas no tempo antigo tinha mais café, né? Era desse jeito aí que nós vivia aqui. Ele ganhô, o que ele ganhô foi tirado no cabo da inchada [...] (Seu Antonio, 79 anos, 2014).

O calendário agrícola variava de acordo com o tipo de cultura, mas concentrava-se no período chuvoso, entre os meses de setembro e março.

Chuvia setembro. Começava a chuva setembro. Nós plantava roça setembro. [...] Chuvia setembro, outubro, novembro, dezembro, janeiro, e ia estiar lá pro dia quinze, vinte de janeiro. Fevereiro as água muntava pra cachear os arroz que tá aí, que nós tamo precisano das água e ela já foi embora. Cê vê o arroz alí tá cacheando sem chuva. Tá sem chuva. Naquela época tinha chuva que o arroz cacheava. Era desse jeito, desse jeito. (Comunitário, 78 anos, 2014).

No mês de agosto, já se iniciava o preparo da terra e, até fevereiro, boa parte das lavouras, em especial de milho e de feijão, já haviam sido colhidas. Em abril, no princípio do período seco, colhia-se o arroz, fechando o ciclo. O trabalho agrícola era realizado a partir da técnica de queima e corte ou coivara. Em geral, essa técnica envolvia o sistema de pousio das terras. Assim, alternavam-se o terreno de cultivo de acordo com o tempo em que se fazia necessário para crescimento da vegetação, de uma capoeira. Com o desenvolvimento dessa mata rala, o terreno, era, então, preparado para o cultivo através da capina da capoeira e de sua incineração, em área delimitada pelos aceiros. Alguns relatos indicam a alternância dos terrenos a cada dois anos, ou seja, dois ciclos agrícolas.

Não, nós dividia. Nós plantava, por exemplo, aqui, nós roçava e plantava nesse brejo aqui. Este ano, nós roçava primeira planta, fazia a primeira planta. Plantava aquele arroz. Quando era no próximo ano que fosse plantar de novo, nós costumaria voltar na mesma terra [...] Na mesma terra, na mesma terra. Aí, nós ia destocá ela, fazer tudo [...] plantava a roça do mesmo jeito, no mesmo lugar. Agora, plantava ali um ano, dois. Quando fosse aquele ano que vem, o quê que nós fazia? Nós já passava prum outro lugá, nós já ia oiá, porque na época tinha muita capoeira, muito de brejo, essas coisa, dizia: ah, nós vamo plantar nessa parte assim, assim, nós já ia pra lá outra vez. Deixava essa parte aqui descansando. Essa parte infachava. Quando era o ano que vem, ela já tava infachada, nós voltava nela de novo. É assim que nós fazia. (Comunitária, 75 anos, 2014).

A maior parte da produção agrícola era realizada por meio de práticas de ajuda mútua, em forma de mutirão, sob o sistema que localmente é conhecido como “troca de dias”, que será detalhado adiante. Essa articulação complexa de força de trabalho, de acordo com os relatos, se limitava, sobretudo, ao trabalho agrícola. As atividades produtivas de criação de animais e de

beneficiamento de produtos *in natura* aconteciam no interior nas unidades domésticas das famílias nucleares.

A criação de animais, quando comparada à importância da atividade agrícola, sempre se expressou de forma secundária nos relatos sobre a vida econômica da comunidade nas primeiras décadas de sua existência. A criação bovina foi feita em pequena escala e baixa presença. Em geral, esta atividade se constitui em reserva de valor na economia camponesa. A criação de animais de pequeno porte, como aves e suínos, sem dúvida, foi mais expressiva e de importância particular na dieta e em eventuais transações comerciais. Provavelmente, a criação bovina se limitou a algumas famílias nucleares que exerciam maior importância econômica, devido ao maior controle e acesso aos recursos territoriais e, também, a alguns fatores de produção de alta relevância tecnológica, como engenho e carros de boi. Essas mesmas famílias, dada a centralidade na produção, desempenhavam, em geral, papel estruturante nas relações comerciais que, a longas distâncias, aconteceram por meio de tropas de muares. A criação de cavalos, provavelmente, possuía relevância para a locomoção individual, embora não apareça nos relatos.

Estes fatores de produção formavam, com outros, a estrutura de beneficiamento de produtos *in natura* que possuía importância nutricional, produtiva e comercial. Somente na comunidade, houve três moinhos d'água para a produção de farinha e farelos a partir do milho, conhecidos localmente como fubá e canjiquinha. Em uma situação específica, houve um engenho movido a boi para a produção de garapa, melado e rapadura. De forma mais disseminada, existiram engenhocas, fornos de barro e pilão, utilizados, respectivamente, para preparo de garapa, de quitandas e de alimentos diversos. O pilão foi usado para a descasca de grãos. Há relatos sobre varais utilizados para secagem de fumo e artefato para seu enrolo.

A construção das condições agrícolas se desenvolveu por meio de uma complexa rede de relações de produção expressas, exemplarmente, nas relações de trabalho, das quais trataremos a seguir.

5.1.3 Das mãos que juntas lavram o chão: reciprocidade e ajuda mútua na produção da vida

Tal como aludido acerca da economia camponesa subjacente à reprodução socioambiental da comunidade dos Jorges, as relações de trabalho, observadas na primeira fase do seu processo de formação, possuem raízes mais longínquas, remontadas ao local de origem e ao processo de

deslocamento. Relações estabelecidas nesses contextos anteriores se expressaram, de forma mais complexa e completa, após o assentamento definitivo e a conquista da terra, sem dúvida, dada as mudanças quantitativas e qualitativas representadas por esta conquista.

O processo de deslocamento, conforme abordado, provavelmente, foi empreendido pelo grupo familiar nuclear, noras e genros, e parceiros de trabalho. Após a instalação do grupo familiar, essas relações pretéritas, certamente, influenciaram nas configurações do exercício e da conjunção de trabalho. O crescimento populacional, por meio de relações endogâmicas e exogâmicas, e incorporação de novas famílias e indivíduos sem relação de parentesco com o grupo familiar dos Jorges, não só robusteceu o potencial de trabalho, como complexificou os arranjos entre as forças de trabalho. As relações de vizinhança, propiciadas pela estabilidade do acesso à terra, ampliaram a potência produtiva, que exigiu maior sofisticação na organização do trabalho.

No período correspondente a essa primeira fase, a partir dos depoimentos de comunitários da terceira e quarta gerações, foi possível identificar três agrupamentos de força de trabalho que produziram as condições de vida no interior da comunidade: o grupo familiar dos Jorges; o grupo dos agregados; o grupo das comunidades vizinhas.

O grupo familiar dos Jorges, até a década de 1970, contava com a força de trabalho de quatro gerações. Eram homens e mulheres, idosos, jovens e crianças, que compunham o grupo que organizava e controlava o processo econômico e suas atividades associadas. Em meados da década de 1970, este grupo era formado pelos progenitores da família extensa, seus seis filhos, netos e bisnetos. Este grupo, ao certo, teve uma atuação mais abrangente e diversa, dada sua importância no trabalho nas unidades de produção e de consumo das famílias nucleares, nas atividades que envolviam a família extensa e naquelas englobadas pelas relações de vizinhança comunitária.

O grupo dos agregados era formado por famílias e por indivíduos que viviam na comunidade a partir de contratos verbais de agregação. Não foi possível identificar, ao certo, a origem dos componentes do grupo de agregados. Na memória coletiva, eles foram chegando conforme aconteceu a consolidação do assentamento, adaptando o ambiente.

Esse é o córrego que esse povo abriu, que tinha, era, tinha água mesmo. Água, mas água mesmo. Até que chegô lá no rio. Aí, ês foi trabalhano, foi devorano, foi devorano. Com o poco, a notícia dêz correu, que tinha um povo que tinha comprado

aqui, e era um povo muito trabaiadô. Agora, vêi vino aquelas pessoas de longe. Vêi vino aquelas pessoas de longe, entendeno com eles, conheceno. Entendeno com eles, cunheceno. Vêi, introsô no mei deles. Vêi vino, introsano. Já vei outro foi, já buscô outra famia. Já perguntô se podia trazê, já vêi trazeno outra famia, e de outra famia, ficô aqui, essa comunidade aqui virô um cumércio, que isso aqui era povoado mesmo[...] (Comunitária, 75 anos, 2014).

A notícia se espalhava e as pessoas se achegavam, consoante as palavras da comunitária que vivenciou esse processo.

Muntuô tudo era junto com ês. Ês roçava. [...] Agora ês fazia no terreno deles. Agora [...] de agregado mesmo. Fica junto com ês lá. Ficava lá junto com ês lá. Na hora que a notícia corria, “uai fulano de tal, ês dero pra ês acampamento e descampô muito trabaiadô. Tô precisano trabaia pra ganha dinheiro, eu vou lá pra mi conhece a famia”. Agora vinha e conversava com ele. E ele, “não, cê pode vim que nós vão dá o lugá pra cê ajuda. E dava aquela pessoa. Que nós, já morô cum nós, deve ter idade que eu entendi por gente, que eu já tava entendeno por gente, desde seis ano de idade que morava gente cum nós. Até na idade de [...] setenta e três ano. Até eu na idade de setenta e três ano, inda morava gente, pessoas aqui cum nós. Depois é que foi descabiciano, foi saino pra Belo Horizonte, foi saino pra outros lugá [...] (Comunitária, 75 anos, 2014).

A força de trabalho dos agregados se reproduzia de forma subordinada no interior da comunidade, por não serem da família e, portanto, não terem o domínio da terra. Como é de costume, parte da produção da família e dos indivíduos agregados, exclusivamente proveniente das lavouras, era transferida para os donos da terra, como forma de pagamento pelo seu uso. Pelos relatos, esse pagamento correspondia à terça parte da produção, conforme explicitado na passagem abaixo.

O agregado é o seguinte, ele morava no que é da gente. E agora, ele plantava roça com a gente. Plantava roça, pagava a gente a terça. Plantava arroz, paga a terça. Plantava o feijão, pagava a gente a terça. Só não pagava a terça de banana, mandioca, cana, batata, isso aí, de miudeza de horta ele num pagava nada (Comunitário, 79 anos, 2014).

De forma mais detalhada, os compromissos dos agregados apareceram nesta outra passagem:

Podia plantar. Quem morasse de agregado, ele tinha sua área de plantá. Se ele morasse do lado de lá ali, o brejo ali era pra ele plantar batata, plantá horta, lá o quintal dele era de meia quarta pra ele plantá batata, plantá cana, plantá mandioca, plantá o que ele quisesse. E se ele quisesse plantá um mandiocal fora, plantava ele fora lá, ninguém cobrava nada. Só ele pagava era a terça de arroz, feijão e milho. Isso aí pagava porque toda a vida a gente pagô. Toda vida existiu uma coisa que a gente pagô, né? Quem mora de agregado pagô (Comunitário, 79 anos, 2014).

Mas a expressividade que a instituição do agrego tomou na comunidade é emblemática. Somente um dos irmãos da segunda geração chegou a ter 18 agregados no domínio de seu controle.

Papai tinha 18 agregado. Os agregados foi saino, foi mudano, foi saino sem ele tocar nenhum. Foi saino, foi saino, foi saino até que desapareceu tudo. Ficô hoje só a famia. E num é só ele não. É todo fazendeiro aqui. Todo fazendeiro tinha agregado pra rastar de inchada. Tinha agregado mesmo (Comunitário, 79 anos, 2014).

Os relatos despertam várias questões relacionadas à expressividade da força de trabalho agregada e da qualidade das relações estabelecidas entre as famílias, entre os indivíduos que viviam sob o agregamento e o grupo familiar que tinha o domínio da terra. Seriam esses agregados também desterrados da região do Serro, ou eram provenientes de outras regiões? Por que a comunidade dos Jorges atraiu tanta gente? A dimensão étnica apresentava, aos de fora, uma comunidade negra, mais igualitária, menos hierárquica e menos racista? Ou era somente a potência de trabalho dos Jorges e a oportunidade de terra para trabalho que atraía essas pessoas?

Não é possível, com o quê levantamos, responder todas essas perguntas, mas os relatos acima indicam uma dinâmica que, apesar das contradições estruturais, aparentemente apresentava, pelo menos na primeira fase, condições favoráveis, do ponto de vista das famílias e dos indivíduos agregados. Podemos identificar as evidências dessas condições nas seguintes passagens dos relatos: “todo fazendeiro tinha agregado pra rastar de inchada”, “introsô no mei deles”, “dá o lugar pra cê ajudá”, “já morô cum nós”, que expressam proximidade física e social. O longo período em que famílias de agregados permaneceram na comunidade, se deslocando num mesmo movimento migratório, relativiza a assimetria das relações cotidianas e de acesso à terra. Ainda mais, quando se observa que uma família ainda reside na comunidade, e que outras viveram lá até a década de 2010.

A proximidade social, de alguma forma, pode também ser refletida a partir da proximidade física. Essa proximidade se mostrava inerente às relações entre os donos do domínio e os agregados, posto que se tratava de 45 alqueires, divididos entre progenitores e seus seis filhos, no mínimo. Mesmo sem exatidão, entendemos que não havia “terras sobrando”, o que indica que o acolhimento de agregados poderia ter racionalidade outra que não fosse a econômica.

Por fim, a relativização da assimetria entre o grupo familiar dos Jorges e o grupo de agregados pode ser conjecturada quando se observa que ambos compartilhavam do trabalho coletivo, como trataremos adiante, em um sistema de reciprocidade mais horizontal do que vertical, com base em modalidades de ajuda mútua. Assim, a memória social elucida que, não obstante se referir a proprietários e a agregados, o trabalho de ambos, e de suas famílias, era realizado de

forma conjunta, o que não desabilita a assimetria do “contrato social” e a obrigatoriedade da transferência de parcela do excedente da produção do trabalhador agregado.

O último grupo é formado pelas comunidades ou, usando uma expressão mais adequada para a época, córregos vizinhos. Como descrito em capítulo anterior, já nas décadas que antecedem a chegada dos Jorges, é possível identificar mais de uma dezena de estabelecimentos rurais instalados nas margens do ribeirão Água Branca. A memória coletiva também explicita a existência de fazendas, ou grupos familiares, nas proximidades do córrego dos Jorges. Sem dúvida, muitos desses estabelecimentos, fazendas ou famílias, compunham coletividades mais amplas que podemos aqui abordar como comunidades, no mesmo sentido que concebemos o grupo social dos Jorges.

A partir dos relatos de moradores antigos e da pesquisa de Siman (2015), em geral, as comunidades do entorno possuíam, não só uma menor dinamicidade econômica e potência de trabalho, mas também um quantitativo populacional reduzido quando comparado à população do córrego dos Jorges, que era “como um povoado”, como explicitado em passagem anterior. Todavia, eram formadas por famílias estendidas, compostas por famílias nucleares, que tinham práticas de ajuda mútua como estruturante nos processos produtivos. Essa semelhança socioeconômica e sociocultural entre as comunidades familiares do entorno e a comunidade dos Jorges os aproximavam nas práticas de ajuda mútua, numa dinâmica de interdependência, que mantinha uma teia de relações territoriais intercomunitárias nas redondezas do ribeirão Água Branca.

Esses três agrupamentos de força de trabalho respondiam pelos processos produtivos na comunidade dos Jorges. Sua mobilização e articulação variavam, certamente, de acordo com a atividade produtiva, sua escala e intensidade. De forma estruturante, a troca de dias, modalidade de ajuda mútua praticada na região, fundamentava a articulação de força de trabalho, intra e entre agrupamentos, salvo situações que envolvesse assimetrias, para as quais havia também outros parâmetros de combinação.

A “troca de dias” consiste numa modalidade de ajuda mútua que presume uma relação de contribuição e retribuição de trabalho, cujo volume é mensurado com base no dia de trabalho. Essa relação não se desenvolve, em geral, no interior da família nuclear, que carrega outros parâmetros e métricas na solidariedade laboral, dado compartilhamento da responsabilidade da

sustentação da unidade doméstica de produção e consumo. Ela vai ocorrer, via de regra, quando há necessidade de aumentar a potência de trabalho para além daquela que o núcleo familiar dispõe. Assim, ela se desenvolve, sobretudo, em contextos de alta exigência de potência de trabalho em escala ampliada. Ela também não é sempre simétrica, dada a aplicação de mudança de cálculo em situações em que se reconhece diferenças na capacidade potencial da força de trabalho. Em suma, esta ajuda mútua se realiza através do compromisso entre núcleos familiares e pessoas para a execução de um trabalho específico, num determinado lugar, durante um tempo delimitado, cujas características vão condicionar a escolha da modalidade de combinação dos agrupamentos de força de trabalho e/ou seus componentes.

Em Siman (2015), identificamos três modalidades de combinação desses agrupamentos de força de trabalho, o trabalho intra-familiar; o trabalho familiar parental comunitário; o trabalho familiar intracomunitário; o trabalho familiar intercomunitário.

Por trabalho intrafamiliar entende-se o trabalho realizado por membros de uma família nuclear no interior de sua unidade familiar. Por trabalho familiar parental comunitário entende-se o trabalho realizado em conjunto entre famílias nucleares com laços de parentesco em um determinado domínio familiar. Por trabalho familiar intracomunitário compreende-se o trabalho realizado em conjunto entre famílias nucleares sem laços de parentesco em um determinado domínio familiar, como os agregados, ou os posseiros ou proprietários que se situam na franja deste domínio. Finalmente, por trabalho familiar intercomunitário designa-se o trabalho conjunto realizado entre famílias nucleares de domínios distintos, envolvendo ou não laços de parentesco (SIMAN, 2015, p. 66).

O trabalho intrafamiliar era o trabalho realizado no interior de determinada unidade doméstica de produção e de consumo, pelos seus componentes, geralmente, o casal de genitores e seus filhos solteiros. Este trabalho envolvia atividades de manutenção das unidades produtivas, manejos de pequenas lavouras, de hortas e de quintais, e o cuidado alimentar e habitacional. A divisão de trabalho, pelos relatos, apontava para uma delimitação mais rígida somente em relação aos trabalhos domésticos, atribuídos às mulheres e, eventualmente, às crianças. Os compromissos em torno dessa modalidade eram essencialmente de ordem moral, não se percebendo cálculos de tempo de trabalho.

O trabalho parental comunitário, como o nome já sugere, era aquele realizado entre pessoas e famílias nucleares que possuem laços de parentesco entre si, no contexto comunitário, no caso específico que tratamos, na circunscrição do córrego dos Jorges. Este trabalho era realizado em unidades de produção e de consumo específicas, em situações de complexidade variada, talvez,

bem parecidas com as que envolvem o trabalho intrafamiliar. Ainda envolvia compromissos morais, com ausência de cálculo de tempo dispendido, mas também podia incorporar a lógica da troca de dias, dependendo do tipo de atividade.

O trabalho familiar intracomunitário possuía a mesma delimitação espacial que o trabalho parental comunitário, mas se diferenciava pela inexistência de laços de parentesco, complexidade e volume do trabalho, e, também, pela lógica de contribuição e retribuição. Ele também era realizado em unidade de produção e de consumo específica, sob domínio de uma família nuclear, mas, geralmente, envolvia atividades de alta complexidade e volume de trabalho, executadas pelo esquema da troca de dias. Esta era a modalidade de combinação de força de trabalho que envolvia famílias e indivíduos agregados. Não obstante os compromissos do “contrato” de agregação, os agregados também se envolviam na relação de ajuda mútua materializada na troca de dias, como se explicita na seguinte passagem:

Tipo assim, ês roçava aqui, mas era muito. Agora aqui ês roçava. Agora punha fogo naquele trem. Fogo queimava de baixo em cima. Agora, os trabaiaadô, o povo que já tava morano, os homi, que já tava morano junto com ês na comunidade, que ês já tava morano, falava assim. Pegava e falava assim: “Ô [...] Tizé, eu tava querendo plantá uma roça o senhor num que me dá uma meia”. Ês falava meia, né? Prantá na meia. Papai falava assim: “Uai, pode plantá, uai. Nós até já roçô, mas nós vão quemá. Agora nós faz assim, os cê ajudô a roçá”. Mas ajudava roçá assim, pagava ês o dia, né? Então ês interessava plantá, num tinha lugá de prantá, porque num tinha lugá de prantá. Falô: “não, Cês vem, o cês já ta morano aí. Vão fazê assim: nós vão prantá, nós vamo dividi. Nós vâmo tirano um pedaço, cê vai pranta na meia comigo”. Papai falava assim. E padrim [...] falava assim: “Nós vamo dividir um pedaço. Cê vai plantá na meia com [...] do mesmo jeito, [...] do mesmo jeito [...]” Era os quatro que comandava. Prantava na meia. Agora, quando na colheita, colhia, agora ali ês partia, né? Partia o meio. Ele levava a parte dele, e ês [agregados] levava a parte dês (Comunitário, 79 anos, 2014)(Grifo do autor).

Por fim, o trabalho familiar intercomunitário abrangia uma espacialidade distinta das demais modalidades, ao incorporar força de trabalho proveniente de núcleos familiares assentados em outras comunidades, em geral, vizinhas. Essa articulação de força de trabalho entre comunidades se dava nas situações mais complexas, de alta exigência de potência de trabalho, e provavelmente, em curto período de tempo. Constituía, assim, a modalidade que promovia uma rede de solidariedade vicinal que, dada a ocorrência via esquema de troca de dias, ampliava a capacidade produtiva não só das unidades domésticas, mas de toda a comunidade, como um organismo econômico de partes interdependentes.

Essas modalidades de articulação de força de trabalho permitem observar que eram acionadas de acordo com o tipo de atividade e as complexidades associadas. Assim, tal como ocorre com as atividades econômicas e domésticas no contexto da economia camponesa, as modalidades eram mobilizadas de forma articulada e, porque não dizer, interdependente. Quando se observa uma unidade de produção e consumo, regida por uma família nuclear, é possível pensar que essas modalidades se reproduzem, de forma articulada e mais ou menos sequencial, nas diversas etapas do processo de produção agrícola, como preparação do terreno, plantio, manutenção, colheita e armazenamento.

Um outro ponto importante a se observar é que a capacidade de articulação e de mobilização de força de trabalho, a partir da ótica dessas modalidades, não era a mesma para todas as famílias nucleares. Aspectos demográficos, como o quantitativo de indivíduos em uma família; econômicos, como a dotação de recursos e de mantimentos para a alimentação da turma no trabalho; fundiários, como a quantidade e a qualidade de terra para plantio; morais, como a importância do demandante no seio da comunidade; e político, como a capacidade de articulação intracomunitária e intercomunitária, certamente, influíam no potencial de trabalho que uma família tinha.

Finalmente, um ponto central a respeito das modalidades, diz respeito à natureza familiar da organização do trabalho e se expressa na denominação de todas elas. Este aspecto não se limita ao fato da execução do trabalho envolver unidades familiares de produção e de consumo, mas concerne, sobretudo, à importância delas na organização e na arregimentação da força de trabalho. Nesse sentido, a unidade familiar atua como um organismo que compõe uma potência coesa de exercício do trabalho. Isso fica mais compreensível quando se observa que o compromisso em torno da troca de dias se desenvolvia em torno do trabalho da família, e não de um indivíduo. Quando indivíduos, genitores e donos das glebas, convocavam outro para o trabalho por meio do esquema de troca de dias, estava mobilizando toda a força de trabalho da família dele. A retribuição se dava também com toda a força de trabalho de sua família nuclear.

No chamado mutirão, se atingia o mais alto nível de complexidade de articulação da força de trabalho, acionando-se todas as modalidades de combinação de força de trabalho. Sobre o mutirão, um dos comunitários da terceira geração descreveu.

Tinha mutirão, epa! [...] Chamava mutirão. Era vinte, papai, numa capina de roça cê contava dezoito, dezenove, vinte homi. Cê contava.[...] Quando acabava, nós

capinava, nós pegava a roçada dia 11, todo dia 11 de agosto nós pegava, assim: A roçada nós pegava ela, nós pegava e metia o pau. Metia o pau. Nós era onze prum lado e onze pro outro. E nós metia o pau. Roçava, fazia as roça. Agosto, nós roçava, fazia a roça. Quando batia lá pro dia 10 de setembro, nós já tinha feito o que é roçada. E já tava fazendo os acero. Nós fazia os acero e quando era assim lá pro dia de 15, 16 nós juntava a homaiada e botava fogo na roça. Botava o fogo, num usava arar a terra não, ninguém conhecia arado. Nós agora, nós arava aquela terra, e todo mundo com seus corte de roça. O meu cumpadi Antenor, que era meu tio, foi fazê o seguinte: ele era o primeiro, ele já quemava a roça dia 11 marcando o dia de plantá a roça. Ele: 'Nós vão botá fogo na roça agora, vão quemar essa semana, dia 16, nós vão quemar a roça, e dia 27, gente, eu quero ocês pra plantá a roça'. Dia 27 de setembro era o dia de nós planta a roça dele. Todo dia 27 setembro, tava de sol, tava de chuva, nós tinha que plantá a roça dele. Ele era o primeiro homi que plantava. Agora, ele plantava, nós imendava. O povo imendava. Cada um ia plantar sua roça. Mas também o povo, na época chovia, né? Aí, era desse jeito que nós fazia. Pois é, na época da capina nós dividia, 11 dum lado, 11 por outro. Pra plantá os arroz, pra roça, nós dividia a turma. Uma turma ia prum canto, e outra turma ia por outro. Nós terminava as roçadas, aí, nós juntava e plantava, todo mundo plantava. Ou uma vez nós ia lá e ajudava eles, plantava. Quando for na capina, agora já dividia os grupo de gente. Nós dividia cinco prum canto, cinco pro outro, porque não podia trabalhar de campanha grande. Campanha de arroz tinha que ser campanha miúda. Pra andá mais a capina. Aí pra dá uma marca duas por semana pra gente, né? Então, nós diminuía. Quatro, cinco, pra aqui, cinco pra ali, pra andar mais depressa. Então, nós fazia disso (Comunitário, 79 anos, 2014).

O depoimento é bastante rico, pois aborda aspectos das relações de trabalho, do calendário agrícola e das técnicas de plantio, e, claro, do mutirão. Há evidências de sua importância na dinâmica produtiva da comunidade, naqueles contextos que, provavelmente, eram os mais complexos, dado que se trata dos homens herdeiros da segunda geração, que possuíam o controle e a organização da maior parte das áreas de cultivo. A fala também traz a expressividade numérica do mutirão que, não obstante se pautar na troca de dias, tinha dimensões extraordinárias. E, nesse sentido, enfatiza que algumas atividades exigiam menor força de trabalho, por singularidades técnicas, mas, provavelmente, também, por diferenças de escala.

Em termos de processo de trabalho, a passagem evidencia também uma lógica sequencial, tanto relacionada às etapas da produção, quanto associada às unidades de produção e de consumo, como fica elucidado no depoimento de um comunitário da quarta geração.

Escalava os dias né? Aí, porque por muita das vezes ia um grupo de pessoas pra fazer o plantio pro vovô [...] Eles gastava de acordo com o tamanho da área, suponhamos que gastava ali dois dia e meio. De acordo com o número de trabalhadores porque incluía trabalhador homem e a mulher. Graças a Deus, aqui, o desenvolvimento do trabalho, tanto faz o homem desenvolve o trabalho, e a mulher também. São companheiros né, de trabalho, e não tem onde ficar pra trás, né? Então, aí eles plantavam a área do vovô [...]. Ia e plantava a área do Ti [...]. Ia e plantava a área do Ti [...] Plantava a área do papai. [...] Só terminava uma planta e outra. [...] Só terminava uma planta e outra porque todos tinha que aproveitar o tempo que tendo em vista que [é] igual, a época do plantio de roça. Então, sabia que tinha que tê uma época certa pra colocar a semente na terra porque a chuva também não tardava, né?

Então tudo que plantava, daí a determinado tantos dias que começava a chover, quase todas as áreas das plantações já estavam com semente nelas, né? Então, aí todos tinham um bom resultado com a semente. [...] Rápido. E a colheita também, né? Aí entrava na área de cada um pra colher e colhia aquela, e colhia a do outro, né? Quebrava aqui, a do outro e puxava e colocava no terreiro, e o dono já arrumava trabalhador, outros trabalhador porque, talvez, turma num ia, mas ele já arrumava outro trabalhador lá. Ou ele mesmo cum a família, né? Colocava o milho pra dentro do paiol. O Feijão, o arroz, né? O café. Aquela coisa de armazenar né? [...] (Liderança, 47 anos, 2014).

A importância do mutirão para viabilizar o processo agrícola no período correto é explícita nesta passagem. Toda uma cadeia de atividades que, se não contasse com a ajuda mútua, não seria possível, ou seria feita em escalas bem inferiores. A fala do comunitário revela a variação entre a modalidade de força de trabalho que, dependendo da atividade, recorria-se a trabalhadores externos ou realizava-se pela própria família nuclear.

Em suma, pelos relatos, podemos concluir que o mutirão, que representava a mais complexa integração das modalidades de combinação de força de trabalho, se desenvolvia, sobretudo nas atividades associadas ao plantio e à colheita das roças, que exigiam uma aplicação mais rápida e intensa de trabalho.

O fato de se tratar de ajuda mútua, que requer relações de reciprocidade, não isenta o processo de trabalho de contradições e assimetrias. Essas se expressavam, por exemplo, no trabalho duplo da mulher que, além de responsável pelo preparo da alimentação das turmas de trabalho, também participava das atividades agrícolas, como demonstrado no trecho anterior. Mas, nessas ocasiões, o trabalho não possuía o mesmo valor que o dos homens, como assinalado pela comunitária da terceira geração.

Não. Trabiava era direto e retro era pra nós mesmo. Tirano dos meus velho lá, que é assim. Trabiava, nós trabiava direto, más é no corgo mesmo, num saía pra mutirão longe, não. No corgo, assim. Era pra [...], [...], vovô [...], meu pai. E agora, os outros trabiadô [...] Troca de dia. Era troca de dia. Dois dia nosso, prum dia do homi. [...] Purtroppo ia eu, ia minha irmã [...] Outra hora ia eu, minha irmã [...]. Outra hora ia eu e a minha irmã [...]. Dois dia de nós. Agora, no dia que ia plantá meu pai, era um homi pagano o nosso dois dia. Que ês falava que mulhé tinha parte fraca, que trabalhava menos, né? (Comunitária, 79 anos, 2014).

A mulher, responsável exclusiva pelos serviços domésticos, encontrava-se em condição subordinada no processo de trabalho na agricultura, no qual seu trabalho valia a metade do valor do trabalho do homem. Enquanto uma família levava um filho, outra recompensava com duas

filhas⁵³. O depoimento também indica que estes trabalhos envolvendo troca de dias estavam restritos ao espaço da comunidade. Quando não estava na lavoura, a mulher participava dos trabalhos coletivos através da produção da alimentação dos trabalhadores, como descrito na passagem seguinte. “[...] Mas ela tá quetinha aí, mas nunca saiu pra outro canto não. Enquanto guentô, é cozinhando pra mim, levando gamela de comida no mato pro trabalhador porque, na época, era de dia trocado que nós trabalhava, não usava pagar ninguém” (Comunitária, 79 anos, 2014).

A força de trabalho infantil⁵⁴, apesar das suas limitações físicas, também compunha o processo de trabalho. Não obtivemos informação sobre a existência ou não do “valor” da força de trabalho das crianças num contexto do sistema de “troca de dias”, mas, pelos relatos, percebemos que sua presença no processo de trabalho agrícola ia além dos seus aspectos produtivos imediatos, visto que funcionava como prática de iniciação ao trabalho do camponês. Nesse sentido, o trabalho operava também como uma escola “laboral”.

[...] Rapaz, graças a Deus nós tivemos aí um privilégio muito grande de iniciar o trabalho na agricultura por volta dos seis pra sete anos. Nós começava era cedo, né? O dia começa é cedo, então nós começava o trabalho, praticamente esse pessoal aí, todo mundo começa o trabalho cedo, né? Então, a gente não guentava fazer, desenvolvê muito o trabalho, mas o poco que desenvolvia, a gente tava alí cedo no serviço. Seis, sete anos, oito ano, o pessoal já tava na roça (Liderança, 47 anos, 2014).

A passagem acima indica que o trabalho na infância é associado ao início do aprendizado da lida com a terra. Nesse sentido, a partir do trabalho com os avós, pais, mães e tios nas unidades de produção e consumo, os filhos e filhas apreendiam os conhecimentos que, futuramente, iriam permitir a sua reprodução social como camponeses. Se, por um lado, o trabalho infantil expressa uma prática educativa, por outro, ele exprime a subordinação do campesinato quando evidencia o acentuado grau de autoexploração da força de trabalho familiar, dada a importância da aplicação intensiva de trabalho no processo produtivo, inclusive das crianças.

⁵³ Trata-se aqui de filhas por considerar que, de acordo com algumas falas e a vivência na comunidade, o empenho de força de trabalho feminino no sistema de troca de dias possivelmente ficava restrita às mulheres solteiras. Quando casadas, a participação no processo de trabalho da agricultura ficava concentrada na gleba do marido ou nas atividades ligadas à alimentação dos trabalhadores.

⁵⁴ Não se trata aqui o termo “trabalho infantil” no seu sentido pejorativo, relacionado às situações de exploração, em moldes “pai patrão”, ou por alguma atividade de caráter mercantil ou capitalista. O trabalho infantil aqui está relacionado à superexploração do trabalho familiar, de um campesinato que precisa constantemente intensificar a autoexploração, num contexto de um país dependente em um sistema capitalista mundial, mas também à educação “profissional” do campesinato, que se inicia na infância.

A realização do processo de trabalho agrícola se desenvolvia, em todas as modalidades citadas, a partir das unidades domésticas de produção e de consumo. Até então, tratamos da produção, agora voltamos para o consumo, ou melhor, o autoconsumo.

5.1.4 Da produção para si: autoconsumo e autonomia camponesa

A produção para o autoconsumo, ou, como historicamente conceituado, para a subsistência, é, sem dúvida, um dos aspectos que caracteriza a economia camponesa. A presença ou ausência, bem como a importância econômica para a reprodução socioambiental de determinado grupo camponês, indica uma série de relações que apontam para uma menor ou maior autonomia frente à subordinação estrutural. Numa perspectiva histórica, é também uma variável importante para análise de mudanças, rupturas e continuidades na economia comunitária e doméstica de determinado grupo social.

Na primeira fase do processo de formação da comunidade dos Jorges, quase a totalidade das variedades produzidas era apropriada em forma de autoconsumo, o que leva a cremos que a escolha do que produzir estava mais relacionada ao consumo do que à troca. Mas, a escolha do quanto produzir, é possível que tivesse maior influência das relações de troca.

O consumo de cereais e leguminosas no interior da família voltava-se à alimentação humana e animal. Esses gêneros compunham a alimentação humana. O arroz e o feijão eram consumidos in natura. Já o milho, era ingerido dessa forma, mas também beneficiado em moinhos, monjolos e fornos de pedra, que instrumentalizavam a produção de fubá, canjica e farinha. Diferentemente do arroz e feijão, este cereal era utilizado para alimentação animal, abastecendo a criação de suínos, bovinos e aves. Assim sendo, o milho aparece na memória social como um gênero estruturante para reprodução das condições materiais de existência, dada a sua múltipla serventia e possibilidades de beneficiamento. Não à toa, os principais artefatos agroindustriais deste período inicial estão associados ao seu beneficiamento, como moinhos, monjolos e fornos. Mais ainda, os grãos permitiam variados produtos beneficiados e a sua farinha era utilizada como base para outros tantos, como bolos, pães e biscoitos. Outros produtos também eram beneficiados e tinham muita importância, tanto para o autoconsumo, quanto para a comercialização, como é o caso da mandioca. Assim como o milho, a mandioca era utilizada para alimentação animal, sobretudo de suínos. A cana era outro gênero que se beneficiava, nos engenhos, engenhocas e tachos, dando origem a outros produtos como a rapadura e o melado. Estes possuíam importância particular na cesta alimentar cotidiana, pois eram utilizados como

açúcar, servindo na confecção de bolos e no preparo do líquido de café. O café, depois de passar por uma secagem, era torrado e socado no pilão para a produção do pó de café.

Para além dos produtos das “roças”, como dito anteriormente, o cultivo de tubérculos e hortaliças, como batatas, inhames, verduras e legumes tinha grande relevância na dieta das comunidades. Alguns desses gêneros, de forma direta ou indireta, a efeito de descarte, também eram usados na alimentação animal, sobretudo de aves e suínos.

O consumo de proteína animal, aparentemente, tinha menor importância, pelo menos cotidiana, na dieta das famílias. É recorrente a citação de criações nos depoimentos, mas com uma ênfase muito menor em relação ao cultivo agrícola, o que nos leva a crer no papel secundário dos produtos de origem animal na cesta alimentar. Cita-se também, de forma menos relevante, a proteína animal advinda da caça e da pesca.

Dos ambientes florestais, também era retirada muita matéria prima para o autoconsumo comunitário e das unidades domésticas. Com o crescimento da população, sucedeu-se uma constante abertura de espaços nas florestas para a expansão das roças, extraindo-se recursos florestais lenhosos que eram fundamentais na reprodução socioambiental do grupo familiar, para a produção de energia, para a construção civil, para a formação da indústria, para a fabricação de artefatos e ferramentas, e para os cuidados medicinais. Estes recursos eram utilizados internamente e, eventualmente, possivelmente exportados em troca de outros produtos ou, até mesmo, dinheiro. Nas unidades de produção e de consumo, os recursos florestais tinham inúmeras utilidades. Da biomassa lenhosa, construíam-se moradias e paióis, mourões, portas, janelas, porteiros, moinhos, monjolos, engenhos, engenhocas e fornos diversos, pilões, cabos de ferramentas, cangas, cangalhas, cerca de mangas, utensílios domésticos, mobília, dentre outros. A floresta também era importante fonte de fármacos, frutos e, com particular relevância, a lenha, que, conjuntamente com a água, formava a base energética daquelas comunidades.

Parte das variedades cultivadas e dos produtos beneficiados, quando produzidos para além da necessidade alimentar e do uso doméstico, eram comercializados, por meio de relações que tratamos a seguir.

5.1.5 Daquilo que se troca: relações comerciais numa economia de baixa monetarização

Focaremos nos processos de comercialização de bens não duráveis produzidos pelas unidades domésticas da comunidade dos Jorges. A análise das relações comerciais produz indicativos interessantes para compreendermos a frequência e a intensidade da interação com localidades do entorno e dos centros urbanos e, assim, as possibilidades de trocas materiais e simbólicas entre esses “mundos”. Também permite refletirmos sobre as assimetrias econômicas e sociais, na desvantagem e subordinação estrutural, a partir das quais, o campesinato contraditoriamente se reproduz. Numa perspectiva histórica, a análise dessas relações viabiliza uma leitura processual e do movimento no qual mudanças, rupturas e continuidades são observadas, especialmente, no que tange à interação de múltiplas escalas no processo de formação da economia local e global.

A partir dos depoimentos, observamos que a relação comercial apareceu, pela primeira vez, na negociação da compra das terras das comunidades, contexto no qual se associa o seu pagamento a partir da venda de produtos advindos da lida. Contudo, as trocas comerciais aparecem como esporádicas e de papel econômico acessório ao autoconsumo. As próprias vias de comunicação, como assinalado no capítulo quatro, não favoreciam a circulação de mercadorias. Provavelmente, dada a importância da produção proveniente das roças, as incursões comerciais se associavam ao ciclo agrícola, acontecendo no período que o sucedia.

A partir dos relatos dos antigos moradores, observamos que as transações comerciais incluíam produtos provenientes das roças, como cereais, leguminosas e hortaliças. Os genitores de algumas unidades domésticas rumavam aos núcleos urbanos próximos, como Peçanha e Governador Valadares, em tropas de burros que percorriam grande parte dos trajetos em trilhos (caminhos), já que não havia estradas que ligassem essas comunidades a estes núcleos, pelo menos, em boa parte do trajeto.

Era assim: o povo era um povo muito pobrezinho, que veio pra mora aqui cum eles, e tinha famia. Então, trabaiava fora do natural. E culhia fora do natural. E culhia mesmo. Pelo menos, lá na casa do meu pai, nós tinha três, ês fala paiol, né? [...] E num era paiolzinho, pra falá que o paiol mais pequeno era do tamanho daquela casa ali. [...] Papai culhia tanto milho que inchia esses paiol, do tamanho daquela casa ali ó, inda ficava rumo de milho no terrero. [...] Era assim: papai saía cum dez, doze animal. [...] Havia era burro, era burro, né? [...] Que ês comprô oito burro, que ês falava um lote, né? Oito burro. Esses oito burro, papai pegô, falô assim: “ô pai”, ó, ele falava assim: “quem tem boca, vai em Roma”. “Ó, nós já tão bastante tempo que nós tamo aqui. Nós tão com esse mantimento. Nós num tão dano valor nesses mantimento, que é muito, é muito. Eu vô saí pra me ver se eu acho um lugá pra mim vende”. Mio dibuiado, feijão, miduím, inhame chineze. “Eu vô saí pra mim vende, pra mim vê se

eu vendo essas coisas. Que agora, de lá pra cá, im vez de eu trazê o dinheiro, eu trago alguma coisa que nós num tem aqui”. Que era farinha de mandioca, né? Que ainda num tinha prantado [...] Ês trazia de lá. Inchia os animal de lá. Trazia farinha de mandioca. E agora, indiferente à farinha de mandioca, num sei, ele achava lá nus lugá lá, uns pacote assim de carne seca, carne de boi. [...] E agora, a banana, que ês trazia de lá também, porque depois que ês foi cunhecê o que que era banana, né? [...] Trazia sal, café, banana [...] Trazia farinha, banana, carne, café, sal, e ês falô cum ele que havia um negócio pra pudê pô na pranta, é que ele pego a trazê de lá pra cá, é que ês também não conhicia. O adubo. Mas num é desse adubo que existe hoje não (Comunitária, 75 anos, 2014).

O relato acima indica uma produção significativa de excedente, sobretudo de produtos das roças. A comunitária cita José Jorge, filho homem mais velho do casal progenitor que, além da influência que possuía e saber de pioneiro que carregava, detinha recursos fundiários significativos, tal como seus irmãos. Isso lhe conferia o potencial de acolher agregados, chegando a assentar 18 famílias ou indivíduos. O potencial produtivo deste descendente e de seus irmãos foi, sem dúvida, muito diferenciado, tanto em termos conjunturais, quanto históricos. Assim, tinha-se um potencial comercial à altura, bem expresso no tamanho do lote de burro. Seus filhos e netos, a terceira e a quarta geração, provavelmente, não tiveram a mesma potência produtiva e comercial. Muito menos, as famílias agregadas.

Embora não esteja no relato, é possível que produtos beneficiados, como melado, rapadura, fubá, canjica, fumo, toucinho, e outros, também eram alvo de comercialização local ou regional. Todavia, não é possível, a partir dos depoimentos levantados, identificarmos se essas relações eram ou não monetarizadas. A passagem, por exemplo, expressa que o genitor, ao invés de obter dinheiro, trazia outros produtos, no caso, alimentos que não eram produzidos na comunidade. Isso oportuniza a interpretação de que as relações de troca, pelo menos nesta primeira fase, implicavam em muito pouco dinheiro, envolvendo a troca de produtos. Em um depoimento, uma comunitária afirma que “o que havia era só mantimento, e num havia dinheiro” (Comunitária, 75 anos, 2014), indicando relações de troca não monetárias e desvalorização social dos produtos que, gerados a partir da aplicação intensiva de trabalho, remontam à superexploração deste campesinato numa perspectiva histórica e estrutural.

A comercialização de produtos via carregamento de tropas evidencia uma mobilidade e capacidade de articulação de determinados comunitários que, historicamente, se expressaram na organização social e política dos Jorge.

5.1.6 Juntando a turma: o potencial aglutinador e a emergência de uma força política e social

Nas primeiras décadas da formação econômica e social da comunidade dos Jorges, de acordo com a descrição e a análise feitas até aqui, podemos remontar a um processo econômico comunitário fundamentado no trabalho agrícola e na produção para o autoconsumo, apesar da comercialização de excedentes e, até mesmo, de alguns produtos que, possivelmente, tinham motivação mercantil, como o caso do fumo. As relações de trabalho que se estabeleceram para a viabilização dessa dinâmica produtiva eram substancialmente complexas, integrando famílias nucleares do domínio comunitário dos Jorges, famílias e indivíduos agregados, e família de comunidades vizinhas. De acordo com a atividade, famílias e pessoas eram acionadas e mobilizadas para grandes e intensas frentes de trabalho.

Essa mobilização da força de trabalho, com ou sem relação de dependência com o domínio territorial dos Jorges, sem dúvida, exigia, não obstante os vínculos de parentesco, um esforço de articulação, mediação e interlocução nas relações interpessoais e intercomunitárias, capaz de criar compromissos, alianças e identificações. Essa habilidade e, por que não dizer, identidade coletiva, pode ter criado um ambiente favorável para o desenvolvimento de debates e discussões sobre a classe dos trabalhadores rurais, a despeito das contradições estruturais que envolvem o acesso ao recurso fundiário.

A análise dos relatos de descendentes dos filhos e das filhas de Antônio Jorge e Maria Carolina permite remontarmos um processo em que há alternância no protagonismo econômico e político no interior do grupo familiar. Nos momentos iniciais, do deslocamento e dos primeiros anos da comunidade, houve o protagonismo do filho homem mais velho, José Jorge. Pelos relatos de seus filhos, ele foi personagem fundamental na organização do trabalho familiar e nas negociações para a aquisição do terreno em Peçanha. Isso fica evidente na relação que seus descendentes fazem entre ele e o investimento para a compra das terras e, também, na expressiva quantidade de agregados que manteve.

Com o passar do tempo, o protagonismo é assumido pelo filho homem mais novo, Antônio Gonçalves. Nonico, como era conhecido, foi o único descendente da segunda geração que desenvolveu as habilidades de ler e escrever. Diferentemente dos irmãos, ele estudou, devido a um apadrinhamento que recebeu em São João Evangelista, quando ainda era criança.

As habilidades de Nonico possibilitaram um salto de qualidade nas relações econômicas e políticas envolvendo a comunidade. Ele se tornou o intermediário nas relações de troca e negociações associadas à política local. Sua intermediação, num contexto em que as vias de comunicação se apresentavam como o principal problema comunitário, viabilizou a abertura e a manutenção de estradas.

A compreensão que Nonico tinha sobre a importância das habilidades de leitura e de escrita incentivou, ainda nos tempos de nascedouro da comunidade, o investimento na formação das crianças. Assim, já na década de 1950, registra-se os esforços de alfabetização nos Jorges, a partir de professoras custeadas pelos pais. As aulas eram proferidas em salas montadas no terreiro da casa de Nonico. Com o tempo, a ampliação de alunos exigiu uma estrutura mais robusta, que se desdobrou na construção do grupo escolar, já na década de 1980, num terreno doado por ele.

Na década de 1970, parte da segunda e da terceira gerações se integra e protagoniza o movimento de criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Peçanha, consolidando vínculos que perduram até os dias atuais. Como a criação da entidade sindical de seu na segunda metade da década de 1970, e seus desdobramentos se expressaram de forma mais concreta na segunda fase do processo de formação da comunidade, trataremos deste fato de uma forma mais pormenorizada adiante.

5.2 Autonomia e subordinação da produção do território: a segunda fase do processo de formação da comunidade dos Jorges

Na abordagem desta segunda fase do processo de formação econômica e social da comunidade dos Jorges de Água Branca, que corresponde ao período que vai do último quartel do século XX aos dias atuais, empreenderemos uma descrição e uma análise mais processuais, em relação ao item anterior, no qual tratamos de forma mais representativa e simplificada as relações e as configurações socioeconômicas. De fato, a primeira fase não se desenvolve por meio de relações estáticas, nem acabadas. Mas, tem uma temporalidade de mudanças muito distinta da segunda fase, dadas, em especial, as formas de relacionamento com a economia global. Nesse sentido, na discussão da primeira fase, apresentamos as formatações relacionais sínteses, elucidativas do seu momento mais bem acabado, o que, para efeitos heurísticos, possibilita a comparação com a segunda fase, na qual identificamos mudanças, rupturas e continuidades.

A segunda fase carrega, em termos descritivos e analíticos, maior complexidade e distintas temporalidades. Isso decorre, primeiramente, pela expressividade da escala temporal, que percorre quase 50 anos, aproximadamente 2/3 do tempo de existência da comunidade. Considerando, claro, o seu assentamento definitivo em Peçanha. Também, por ser um período de intensas mudanças, com a extinção de algumas relações e práticas, e perpetuação de outras. E, enfim, por ser o período em que mais se possui dados, sem dúvida, por coincidir com o processo de pesquisa etnográfica empreendido.

De forma semelhante à análise da fase anterior e, para facilitar as perspectivas descritiva histórica e o exercício analítico comparativo, organizamos a discussão a partir dos aspectos constituintes do processo econômico produzido e reproduzido pelos Jorges, considerando os processos de produção, as relações de trabalho, a dinâmica de autoconsumo, as relações de troca e organização sociopolítica.

5.2.1 Das forças homogeneizantes: inserção subordinada em cadeias globais e mudança agroambiental.

Na segunda fase do movimento de formação da comunidade dos Jorges, há transformações substanciais no processo econômico, principalmente, em decorrência de mudanças nas relações de produção. Se na primeira fase, a economia comunitária se fundamentou na produção agrícola, com auxílio da criação de animais e extração de recursos florestais, na segunda fase, outros processos produtivos emergiram, implicando em reconfigurações nas relações de trabalho, de troca e autoconsumo. Mais do que simplesmente alargar o rol de atividades produtivas, o que pode ser lido do ponto de vista da diversificação econômica, as novas relações de produção provocaram um fluxo de estreitamento com a economia global e subordinação da lógica de reprodução socioambiental às cadeias mercantis mundiais.

Nesse sentido, tomamos aqui o desenvolvimento dos processos produtivos do carvão vegetal e da madeira em tora para celulose como marco do processo de mudança social, com reflexos estruturantes nas conflitualidades que atravessam a reprodução socioambiental da comunidade dos Jorges. A evolução desses processos não se deu de maneira uniforme, tendo início, num momento germinal, em escala regional e municipal, entre as décadas de 1970 e 1980 e, a partir desta, em recorte comunitário. Em suas dimensões comunitárias, se realizaram por momentos distintos, com diferentes formas de relacionamento com as atividades.

Até a década de 1970, não havia registro oficial de produção de carvão vegetal para fins energéticos no município de Peçanha, apesar da sua existência nas áreas dos trechos alto e médio do rio Doce desde a década de 1950, como assinalado pelo geógrafo Ney Strauch (1958). Todavia, é provável que, na década de 1960, tenha se iniciado a produção de carvão vegetal em Peçanha, com maior expressividade, já que os primeiros registros advêm do censo agropecuário de 1970.

O censo agropecuário do IBGE de 1970 registra a produção de carvão vegetal em Peçanha a partir de nove informantes que detinham uma produção, naquele ano, de 686 toneladas, uma média de 76,2 toneladas por produtor. Cinco anos depois, com os dados do censo de 1975, que registra 29 informantes, observamos um aumento de cerca de 220% no número de produtores. Ainda muito maior é o crescimento da produção, registrada em 4.353 toneladas, o que representa um incremento de um pouco mais de 530%. Aumento expresso na produção média que, sendo de cerca de 150 toneladas por informante, teve uma elevação de aproximadamente 100% em relação ao censo anterior. Assim, em apenas cinco anos, observamos um crescimento vertiginoso da produção de carvão vegetal em Peçanha.

A década de 1980 testemunha a continuidade desse crescimento, atingindo a maior produção dos registros censitários ao longo dessa segunda fase. Em 1985, a região já contava com 116 informantes e uma produção de 5.775 toneladas, correspondendo a 49 toneladas por produtor (IBGE, 1985).

Esses dados apresentam um cenário de avanço extraordinário da extração vegetal para a produção de carvão para fins energéticos, entre as décadas de 1970 e 1980. Em apenas 15 anos, houve um crescimento de cerca de 1290% na quantidade de produtores e de um pouco mais de 840% no volume produzido. No final da década de 1980, Peçanha despontou como o segundo maior produtor de carvão vegetal a partir da floresta no estado de Minas Gerais. Dados apresentados por Brito, Oliveira e Junqueira (1997), evidenciam uma produção de 25.003,5 m³, destinados, em quase sua totalidade, aos municípios de Sete Lagoas (polo de indústrias guseiras), de Caeté e de Contagem.

Os dados indicam que, no fim dos anos 1980, o município de Peçanha se projetou como polo na produção de carvão vegetal. Até essa época, o carvão vegetal era produzido essencialmente a partir da supressão da floresta atlântica. O censo de 1985 não registrou nenhum informante

ou produção de carvão vegetal a partir da silvicultura. Isso não quer dizer que as plantações arbóreas que, futuramente, passaram a substituir, em grande parte, a floresta na produção de carvão, não existiam. Pelo contrário, tal como a produção de carvão, desde a década de 1970, elas eram desenvolvidas visando à produção de toras de madeira para a fabricação de celulose.

De forma análoga à produção de carvão vegetal, o primeiro registro de eucalipto no município de Peçanha foi no censo agropecuário de 1970, com apenas um informante, sem especificação do tamanho do plantio. Em 1975, o censo agropecuário do IBGE identificou quatro informantes, com um plantio de 1.439.000 árvores. No censo seguinte, de 1980, curiosamente, registrou-se, novamente, apenas um informante com a vultosa soma de 4.282.000 árvores. Já o censo de 1985 apresentou o crescimento de informantes para 14 indivíduos e da produção para 10.013.000 unidades arbóreas.

Esses dados, primeiramente, confirmam a coincidência temporal entre o avanço da produção de carvão vegetal e os plantios de eucalipto. Esses plantios não eram, a princípio, para atender à indústria de carvão, mas a nascente indústria de papel e celulose. Pelo menos, até o período que antecede o censo de 1985. Pela variação de informantes entre 1970 e 1980, em que se destacou um informante em dois dos três censos, é provável que os plantios abastecessem a Cenibra S.A, e que essas oscilações do número de produtores estivessem relacionadas aos complexos processos de permuta desta companhia com a Florestas Rio Doce S.A, proprietária dos primeiros cultivos de eucalipto no município, segundo relatos coletados em campo.

A Cenibra – Celulose Nipo Brasileira S.A é uma companhia agroindustrial japonesa produtora de celulose de fibra curta de mercado, que fora resultante de uma associação econômica entre a empresa mineradora estatal Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e empresas japonesas ligadas ao setor de produção de papel. A construção da Fábrica foi iniciada em 1973 a partir da assinatura de um contrato “Joint-Venture” entre a CVRD e a Japan-Brazil Pulp and Paper Company (JBP). Em 1977, entrou em funcionamento o seu parque produtivo, localizado no município de Belo Oriente, a 240 km de Belo Horizonte. Em 2001, a Japan Brazil Paper and Pulp Resources Development Co., Ltd. (JBP) passou a exercer o controle integral das ações da empresa, tendo como principais acionistas as empresas Oji Paper Co Ltd, Itochu Corporation e o Japan Bank for International Cooperation (JBIC). Suas propriedades territoriais e plantações de eucalipto se encontram distribuídas por 54 unidades municipais, em sua maior parte, na região leste do estado de Minas Gerais (SIMAN, 2015).

Dado a quantidade de informantes em 1985, é possível que seu crescimento esteja relacionado ao início de um movimento de substituição da floresta pelas plantações arbóreas como fontes de recursos lenhosos para a produção de carvão vegetal, o que veio a se consolidar na década de 2000. Mas, ainda assim, é muito provável que, a maior parte das árvores plantadas servisse ao abastecimento da empresa Cenibra.

Em suma, o período de 1970 a 1980 se projeta como um processo inicial do que chamamos em Siman (2015) de especialização produtiva, focada em vocacionar o município de Peçanha para a produção de produtos de base florestal, com o fim de abastecimento das cadeias econômicas da siderurgia e de papel e celulose. Todavia, os dados apontam para configurações distintas dessa produção. Se, por um lado, a produção de carvão vegetal se apresentou de forma pulverizada, com a participação de centenas de informantes na segunda metade da década de 1980, por outro, a produção de madeira em tora se mostrou concentrada. Isso se expressa no funcionamento das cadeias no contexto territorial municipal. Se a cadeia da siderurgia tinha a região como fornecedora de carvão, a cadeia de papel e celulose, de forma verticalizada, a tinha como produtora.

Pelos relatos, a produção de carvão vegetal na comunidade dos Jorges, a partir da floresta, se iniciou na década de 1980, no pico histórico da produção deste recurso energético. Apresenta-se como uma atividade extremamente factível, dado o acesso relativamente fácil aos recursos florestais. Todavia, havia limitações impostas pelas características territoriais e, também, econômicas. Em termos territoriais, no contexto em que se dá o “boom” da produção a nível municipal, as vias de comunicação que ligavam as comunidades aos grandes centros eram ainda precárias, principalmente, aquelas que viabilizavam o deslocamento no interior das comunidades. Por mais que o avanço das áreas de plantio da indústria de celulose, provavelmente, implicasse numa melhoria das vias, certamente, se limitavam às rotas em torno dos maciços arbóreos. Na dimensão econômica, a atividade de produção de carvão vegetal era conjugada, no sentido de arranjos produtivos, com a produção agrícola. Assim, ela não tinha uma área ilimitada, ou mesmo abundante, para desenvolvimento, pois as áreas de cultura impunham limites. Enquanto a prática da coivara se manteve, é possível que a produção de carvão se impôs ao ciclo de preparo da terra, que requer o desmate da capoeira.

De todo modo, a fabricação de carvão vegetal passou a compor um processo produtivo de importância estrutural na comunidade dos Jorges, desde então. Como observado anteriormente,

a primeira fase é caracterizada pela fartura de mantimentos, mas ausência de dinheiro. A produção e a comercialização de carvão vegetal monetarizou o processo econômico da comunidade e, logo, promoveu mudanças nas relações sociais e culturais. A consolidação do município de Peçanha como um polo produtor, sem dúvida, legou certa estabilidade nas relações comerciais e escoamento da produção, mesmo com grande assimetria.

Com o tempo, houve mudanças no processo produtivo de carvão vegetal. As restrições à exploração da floresta atlântica implicaram na substituição paulatina do uso da mata nativa por plantações de eucalipto como matéria prima. Talvez esse movimento tenha gerado uma inflexão na produção de carvão vegetal no município. Em 1996, o censo agropecuário do IBGE registrou uma produção de 2.560 toneladas, advinda da extração vegetal e da silvicultura, realizada por 84 informantes, o que representou uma queda de 46% em quantidade, e de 72%, em iniciativa, em relação ao censo anterior. Por outro lado, a pesquisa censitária da década de 1990 registrou 102 estabelecimentos detendo 16.377.610 árvores de eucalipto, apontando para um crescimento de cerca 60% na produção e 730% do número de produtores, neste período de comparação. Enquanto a retração da produção de carvão vegetal nos aparece por fatores pouco compreensivos, dado a configuração produtiva concentrada do setor de papel e celulose⁵⁵, nesse período, o crescimento exponencial de produtores de eucalipto pode estar relacionado ao processo de substituição do uso da floresta pelo uso da plantação arbórea na cadeia siderúrgica.

Apesar da conjugação, na comunidade dos Jorges, do processo produtivo do carvão vegetal com o processo produtivo agrícola, e das limitações ao avanço daquele por este, o inverso também ocorreu, pois, neste movimento, mais do que simplesmente dividir-se em dois tipos de frentes de produção, a combinação exigiu alocação suficiente de terra e de trabalho. Isso, necessariamente, implicou em limitações mútuas. Como assinalado nos relatos, mesmo com a emergência da produção de carvão, manteve-se a produção agrícola focada nas principais culturas de autoconsumo, e menos direcionada ao mercado.

A redução drástica de produções agrícolas básicas no município retratou esse movimento que não se restringiu à comunidade dos Jorges. Como exercício ilustrativo, citaremos algumas

⁵⁵ Chegando ao fim do século XX, o censo agropecuário de 1996 registra oito informantes e uma produção de 237.000m³.

culturas que historicamente tiveram importância particular na dinâmica agrícola dos Jorges, a saber, o arroz, o feijão, o milho e a cana-de-açúcar.

A cultura do milho, que teve importância particular no processo agrícola dos Jorges, passou por transformações entre as décadas de 1970 e 1990, sendo ampliada em termos de unidade de produção, e reduzida em termos de quantidade e área plantada (TABELA 1). O censo agropecuário do IBGE de 1975 registrou 624 informantes que produziram 5.431 toneladas numa área de 5.121 hectares. Na década seguinte, em 1985, o censo registrou 1.042 informantes, a produção de 9.109 toneladas numa área cultivada de 5.725. Em 1996, eram 835 estabelecimentos e uma produção de 4.602 toneladas em uma área de 3.833 hectares cultivados. Assim, se, por um lado, houve crescimento de 40% nas unidades produtivas, por outro, ocorreu uma retração de 18% na quantidade produzida e de 33% na área cultivada.

Tabela 1 - Produção de milho em série histórica segundo informantes/estabelecimentos, quantidade, e área cultivada

ANO	PRODUÇÃO DE MILHO		
	Informantes/estabelecimentos	Quantidade (toneladas)	Área (hectares)
1975	624	5.431	5.121
1985	1042	9.109	5.725
1995-1996	835	4.602	3.833

Fonte: IBGE, 1940; 1950; 1960; 1975; 1996; 2006.

A produção de arroz, entre as décadas de 1970 e 1990, teve oscilação entre um crescimento significativo e uma queda ainda mais expressiva (TABELA 2). O censo de 1975 registrou 242 informantes, detendo uma produção 190 toneladas em uma área de 513 hectares. Dez anos depois, houve um forte crescimento de produtores, produção e área cultivada. Em 1985, o censo identificou 484 informantes, com produção de 425 toneladas em 789 hectares. Já na década de 1990, registrou-se uma queda exponencial para patamares produtivos inferiores aos da década de 1970. O recenseamento de 1995-1996 contabilizou uma produção de 74 toneladas, em 139 hectares, realizada por 106 estabelecimentos. Assim, entre 1970 e 1990, observou-se uma retração de 56% de unidades produtivas, de 72% da área cultivada, e de 61% no volume de arroz produzido.

Tabela 2 - Produção de arroz em série histórica segundo informantes/estabelecimentos, quantidade, e área cultivada

ANO	PRODUÇÃO DE ARROZ		
	Informantes/estabelecimentos	Quantidade (toneladas)	Área (hectares)
1975	242	190	513
1985	484	425	789
1995-1996	106	74	193

Fonte: IBGE, 1940; 1950; 1960; 1975; 1996; 2006.

O cultivo de feijão também teve retração significativa conforme os dados da Tabela 3. O censo agropecuário de 1975 registrou 558 informantes produzindo 921 toneladas em uma área de 3.198 hectares. No censo de 1985, 741 informantes foram identificados, com uma produção de 775 toneladas de feijão em uma área de 4.218 hectares. No censo seguinte, em 1996, foram 432 informantes e uma produção de 298 toneladas cultivadas em 1.390 hectares. Entre 1975 e 1996, os estabelecimentos que cultivaram feijão, a quantidade produzida e a área cultivada diminuíram, respectivamente, em aproximadamente 22%, 67% e 56%.

Tabela 3 - Produção de feijão em série histórica segundo informantes/estabelecimentos, quantidade, e área cultivada

ANO	PRODUÇÃO DE FEIJÃO		
	Informantes/estabelecimentos	Quantidade (toneladas)	Área (hectares)
1975	558	921	3.198
1985	741	775	4.218
1995-1996	432	298	1.390

Fonte: IBGE, 1940; 1950; 1960; 1975; 1996; 2006.

Por fim, na contramão das outras culturas, o cultivo da cana-de-açúcar teve um crescimento generalizado da área de produção, da área cultivada e das unidades produtivas (TABELA 4). Em 1975, o censo contabilizou 338 informantes, produzindo, em 405 hectares, 4.662 toneladas de cana-de-açúcar. Uma década depois, o censo agropecuário, em 1985, contabilizou 802 informantes, com produção de 5.133 toneladas em 573 hectares. Já em 1996, foram 403 estabelecimentos que produziram 9.103 toneladas em 583 hectares. Sintetizando, entre 1975 e 1995-96, a quantidade de estabelecimentos que cultivaram cana-de-açúcar cresceu cerca de 19%. Já a quantidade produzida e a área cultivada cresceram, respectivamente, 95% e 43%.

Tabela 4- Produção de cana-de-açúcar em série histórica segundinformantes/estabelecimentos, quantidade, e área cultivada

ANO	PRODUÇÃO DE CANA DE AÇÚCAR		
	Informantes/estabelecimentos	Quantidade (toneladas)	Área (hectares)
1975	338	4.662	405
1985	802	5.133	573
1995-1996	403	9103	583

Fonte: IBGE, 1940; 1950; 1960; 1975; 1996; 2006.

Os dados municipais sobre a produção de cultivos essenciais na dinâmica agrícola da comunidade dos Jorges possibilitam uma série de reflexões e análises das mudanças que ocorrem na estrutura agrícola de Peçanha e do processo econômico que envolve as unidades produtivas às quais nos debruçamos nesta pesquisa. Primeiramente, observamos que houve comportamentos distintos entre as quatro culturas, dependendo da natureza ou das possibilidades de sua destinação. Nesse sentido, percebemos que os cultivos com retração significativa, como o arroz e o feijão, são de uso exclusivo para a alimentação humana, o que os vincula, de forma mais sólida, ao autoconsumo e, portanto, a formas sociais que possuem tal dinâmica. Por outro lado, as culturas que tiveram pequena retração ou mesmo crescimento, são voltadas tanto para alimentação humana, quanto alimentação animal, o que amplia as possibilidades de motivações de cultivo, relações econômicas envolvidas, e formas sociais produtoras.

O cultivo do arroz foi o menos expressivo em relação à quantidade de produtores, ao volume de produção e à área de lavoura. O cereal que sempre teve papel de relevância particular nas dinâmicas agrícola e de autoconsumo da comunidade dos Jorges, sofreu redução substancial no período, em todos os aspectos. Como cultura essencialmente voltada para o consumo familiar, sua redução indica o abandono da autossatisfação para a aquisição via mercado. O cultivo do feijão seguiu lógica semelhante, apesar de expressivo em termos de importância numérica de unidades de produção. Observamos uma redução da área cultivada por estabelecimento, o que pode indicar a diminuição de consumidores (dada a redução populacional), ou a eliminação de parcela excedente voltada para comercialização.

A cana-de-açúcar cujo uso tem importância cotidiana na cesta alimentar dos Jorges, diferentemente das outras culturas estatisticamente especificadas, teve sua produção ampliada

em todas as dimensões. A notoriedade do quantitativo de unidades produtivas assemelha-se ao quantitativo do plantio de feijão. Apesar do crescimento brando destas unidades e da área cultivada, entre as décadas de 1970 e 1990, houve um aumento exponencial do volume produzido, indicando um aumento de produtividade. Dada a expressividade desta cultura para a criação de animais, é possível que sua ascensão esteja ligada a um maior desenvolvimento da atividade pecuária em Peçanha, processo que, certamente, não englobou os Jorges.

Por fim, o milho, produto de lavoura fundamental na reprodução socioambiental da comunidade, foi o de maior expressividade em relação à recorrência nos estabelecimentos agropecuários. No período analisado, este cultivo sofreu queda no volume e área, mas teve aumento relevante na quantidade de unidades de produção. Essa dinâmica expressa uma redução significativa da área plantada e produção por estabelecimento, o que pode indicar uma redução do consumo doméstico. Por outro lado, o aumento das unidades produtivas pode estar relacionado ao desenvolvimento da atividade pecuária no município.

Em suma, percebemos que, concomitantemente à emergência e à consolidação dos processos produtivos de carvão vegetal e de madeira em tora associados às cadeias mercantis mundiais da siderurgia e papel e celulose, houve transformações na dinâmica agrícola no município de Peçanha, caracterizadas, sobretudo, pela redução da produção de gêneros básicos da agricultura camponesa.

Até a década de 1990, a relação da comunidade dos Jorges com a economia global era circunscrita à cadeia mundial da siderurgia, como produtores de carvão vegetal para geração de energia de fornos na produção de aço. No fim do século XX e princípio do XXI, o território comunitário se conectou à cadeia mundial de papel e celulose. Se, até então, as monoculturas de eucalipto para a indústria papeleira estavam situadas nas grandes extensões de terra da Cenibra, neste período, por meio do Programa Fomento Florestal, as terras e o trabalho de unidades domésticas da comunidade passaram a integrar a cadeia produtiva da empresa, mudando, radicalmente, as relações de produção e de trabalho do lugar.

Como analisado em Siman (2015, p. 1), o Fomento Florestal pode ser caracterizado a partir dos seguintes elementos:

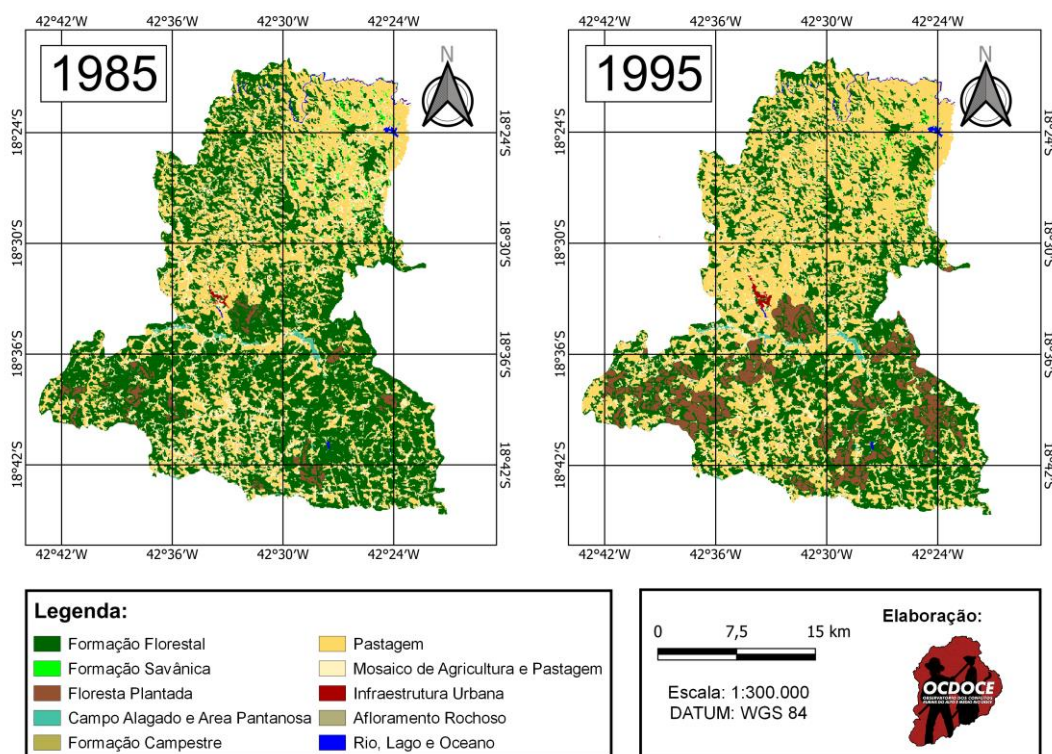
De um ponto de vista formal, de uma forma geral (desconsiderando as especificidades), o Fomento Florestal consiste numa relação econômica sustentada por um contrato de compra e venda, no qual ficam estabelecidas cláusulas que

determinam o fornecimento de insumos (fertilizantes, agrotóxicos, mudas), assistência técnica e eventuais financiamentos por parte da empresa contratante (no caso aqui investigado, a Cenibra) e, por parte do produtor, a disponibilidade de terra e trabalho (que pode ser interno ou externo à unidade produtiva) aplicado ao cultivo do eucalipto e a venda quase integral da produção estimada à empresa pelo preço por ela determinado.

O Programa Fomento Florestal da Cenibra se iniciou em 1985, todavia, somente na década de 1990 que teve adesão das unidades domésticas na comunidade dos Jorges e adjacências. O fomento florestal passa a compor o processo econômico da comunidade por meio de diversas vias, em geral, envolvendo agentes públicos. Durante décadas, o Programa Fomento Florestal funcionou por meio da parceria com o Instituto Estadual de Florestas (IEF), órgão responsável pela política florestal estadual. Conforme explicitado em relatos da comunidade dos Jorges e outras próximas, abordadas em Siman (2015), a instituição serviu não só como incentivadora da adesão ao programa, mas também como porta de entrada, por meio dos seus agentes técnicos e de seu escritório no centro da cidade.

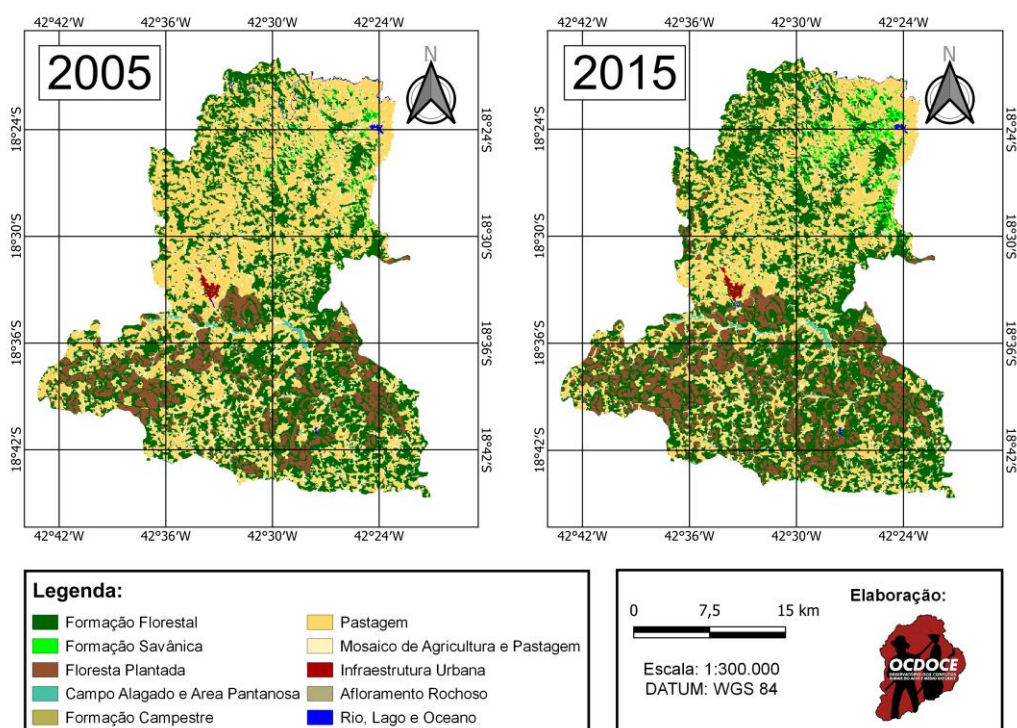
O avanço do Programa se deu na comunidade, sobretudo, na década de 2000. As monoculturas de eucalipto passaram a integrar, de forma expressiva, a paisagem produtiva dos Jorges. Sua adesão significativa, de certo, se deu devido às possibilidades de conjunção com os demais processos produtivos, sobretudo, do carvão vegetal. Como, nas relações contratuais do fomento florestal, o compromisso do produtor é circunscrito ao primeiro corte, a rebrota da árvore é passível de aproveitamento na produção do carvão. Mapas do uso e ocupação do solo de 1985 a 2005 evidenciam a evolução dos plantios de eucalipto, denominado Florestas Plantadas, no sul do município de Peçanha, na chamada região de clima frio (MAPA 14; MAPA 15).

Mapa 14 - Uso e ocupação do solo do município de Peçanha, 1985 e 1995



Fonte: OCDOCE/UNIFEI, 2022.

Mapa 15 - Uso e ocupação do solo no município de Peçanha, 2005 e 2015



Fonte: OCDOCE/UNIFEI, 2022.

Apesar do pico de crescimento acontecer entre os anos de 1985 e 1995, percebemos uma mudança no padrão de crescimento das áreas de florestas plantadas entre 1995 e 2015, que deixou de ser baseado em grades maciços e se centrou em pequenos maciços, expressos nos diversos pontinhos dispersos na parte sul do território municipal, o quê, provavelmente, se relacionou aos plantios via fomento florestal.

Segundo os relatos coletados sobre algumas unidades domésticas, as áreas, nas quais seus donos implantaram as monoculturas de eucalipto, eram de formação florestal, em geral, recentes, as chamadas capoeiras. Formam as áreas altas do vale em que a comunidade se encontra. Todavia, observamos plantios também em áreas de relevo intermediário que, historicamente, foram utilizadas como área de cultivo de lavouras. Não se sabe ao certo se essas áreas ainda eram de roça quando passaram a abrigar o eucalipto, o que representaria a substituição de uma atividade produtiva por outra e, logo, uma redução da produção agrícola devido ao programa fomento florestal. Mas, pelos relatos, é possível apontarmos que essa redução ocorreu por falta de fatores de produção, isto é, falta de força de trabalho para a atividade agrícola, pois foi absorvida pelo processo produtivo da madeira em tora, como ilustra o relato seguinte:

No presente momento diminuiu. Diminuiu a área, deixou de plantá uma área, tendo em vista que o arroz que a gente plantava. Então, mas como os dois primeiro anos o trabalho do eucalipto ele é muito intenso. Né? A gente tem que tá ligado a ele pra num sofrê danos maiores. Então, aí, a gente não teve condições, tendo em vista que a gente trabalha é só família e é poca gente, então não tinha como a gente consegui abarcar a todas área de trabalho ao mesmo tempo de plantá o que a gente tem costume, né? (Comunitário, 2014, 47 anos).

A substituição direta ou indireta de uma cultura agrícola por cultura arbórea, o abandono permanente ou temporário das áreas e trabalho agrícola, e a conjunção estruturante entre produção de carvão vegetal e madeira em tora causaram mudanças radicais na paisagem produtiva. O depoimento de uma comunitária, que vivenciou toda a mudança agroambiental, apresenta a complexidade deste processo:

Num existe roça mais. É muito poca roça. Num existe arrozal. Muito poco, porque o povo incentivô cum os eucalipto, pra tê eucalipto, assim, um em riba do outro. Deixaro de prantá roça, fazê fartura. Num pranta milho. Muito poco! Num pranta feijão. Muito poco! Arroz... Isso aqui de primeira ninguém via mato. De canto a canto, era arroz. Assim, isso aqui era veldinho. E quando era pra colhê, o cê olhava assim, fazia até gosto. Não, vinha gente de longe tirá retrato. Tirá retrato das roça. Tirá retrato dos arrozal. Tirá retrato do minduinzal, tirá retrato dos batatal. Tirá retrato dos mandiocal, porque cada qual tinha sua lavoura. Aqui, aqui era mandiocal puro, não tinha outra coisa. Aqui era batatal, de cima em baixo. Num tinha outra coisa. Agora, de outro quarteirão, não tinha outra coisa. Era mandioca, separado. Era banana, separado. Tinha as lavoura tudo, mas cada qual... Cafezeiro, separado. E aí depois que houve pro eucalipto, agora acabou, a gente num vê isso mais. O povo agora incentivô e tá

viveno é com eucalipto, e o eucalipto dá, firma nele. Ele dá trabalho, ele dá trabalho. Ele dá trabalho, porque tem que olhá muito, olhado formiga. Adubá. É, num pode deixa criação fica pastano muito quando ele tá formano, num pode deixa porque estraga. Mas o povo agora é eucalipal. Num tem outra renda sem ser o eucalipto. Num tem renda de roça aqui mais não, é eucalipto mesmo (Comunitária, 78 anos, 2014).

Esse e outros relatos acessados ao longo das pesquisas de campo fazem uma relação estreita e causal entre o avanço dos cultivos de eucalipto na comunidade e a redução da produção agrícola e, logo, beneficiada. Mas outros fatores que, provavelmente influenciaram a queda das atividades associadas à produção de alimento para autoconsumo e venda nos mercados locais e regionais, podem e merecem ser elucidados.

As mudanças na dinâmica demográfica configuram um deles. Os relatos e a análise da árvore genealógica demonstram que, ao longo da primeira fase e nas duas primeiras décadas da segunda, houve um crescimento demográfico exponencial, principalmente, a partir das terceira e quarta gerações do grupo familiar, além da instalação de famílias de agregados. A terceira geração tem seu início ainda no processo de deslocamento, nas décadas de 1930 e de 1920. Dela decorrem, desde a década de 1950, a quarta geração, formada, mais ou menos, por 260 indivíduos.

O crescimento demográfico produz outros desdobramentos, como a complexificação da sucessão patrimonial que, conforme será tratado em seção adiante, se expressou na fragmentação excessiva da terra, o que influiu na capacidade produtiva das famílias nucleares. Isso se associou também, certamente, ao aumento da “quantidade de bocas” para alimentar, o que modificou a relação entre produção e consumo, dada a redução do excedente produzido. Reduziram-se, também, as oportunidades de acesso a produtos externos e a recursos monetários, o que pode ter relação com o desenvolvimento de processos produtivos essencialmente voltados para o mercado, como aqueles associados ao carvão vegetal e à madeira em tora.

Em suma, as mudanças na dinâmica demográfica, associadas ao crescimento da população, carregam uma complexa interação de fatores, que remetem aos processos adaptativos, nos quais se interrelacionam fatores sociais, econômicos e ambientais. O aumento da população não foi acompanhado pela ampliação de recursos fundiários, o que engendrou núcleos familiares de baixo potencial produtivo, sem as condições necessárias de sustentar todo o corpo de componentes. O resultado imediato foi a migração, em caráter sazonal e definitivo, de muitas famílias nucleares e de indivíduos.

Acreditamos que, além do desequilíbrio entre consumo e produção, fatores ambientais e sociais influenciaram o processo migratório. Nos depoimentos, aparecem, pelo menos, duas situações de crise alimentar, desencadeadas por condições climáticas extremas, como seca e geadas. A fala de um comunitário, que saiu para fazer a vida e criar família em Belo Horizonte e, depois de aposentado voltou para a comunidade dos Jorges, é um exemplo de fatores sociais que impulsionaram a saída massiva de lá.

Olha, praticamente eu acredito que é pelas dificuldades mesmo do lugar, né. Então, é, houve uma época que o pessoal ficou tipo abelha, sempre saindo, né. Eu acho que o tempo, as coisas foram melhorando, porque, sua lógica procurou melhorar mais a situação, então acho, que tudo indica, que o pensamento que na cidade grande as coisas poderiam ser melhores, né. Então eu lembro que ela tinha duas partes de terra, que ela pegou uma e vendeu, né. Comprou um barraco em Belo Horizonte, foi pra lá, onde viveu o resto da vida foi lá, né. E lá faleceu (Comunitária, 71 anos, 2020).

Uma comunitária da terceira geração aborda a situação histórica de sua mãe, Dona Palmira, filha do casal progenitor. Dos filhos da segunda geração, foram ela e a irmã Sebastiana que saíram da comunidade em direção à Belo Horizonte. Na esteira delas, foram vários filhos e filhas. A passagem, além de denotar ao fluxo migratório massivo e concentrado em determinado período, aponta os fatores sociais, associados às condições de vida na comunidade e, claro, ao que o destino oferecia.

Assim, nas décadas de 1980 e 1990, houve a intensificação dos fluxos migratórios, temporários e permanentes, partindo da comunidade dos Jorges. Os destinos foram vários, mas envolviam, sobretudo, grandes centros urbanos. A região metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) aparece como o principal deles, mas Ribeirão Preto, no interior do estado de São Paulo, foi também destino de muita gente. Na RMBH, o destino dos fluxos migratórios se concentrou em algumas regiões, como a Zona Leste de Belo Horizonte, circunscrições dos bairros Taquaril e Alto Vera Cruz, e a Regional General Carneiro, em Sabará. Dadas a proximidade e a ligação por vias consolidadas, podemos considerar que as localidades possuem certa contiguidade territorial.

A sede municipal de Peçanha foi também destino de alguns comunitários e, de acordo com os relatos, de forma mais recente. Comunidades vizinhas também foram destinos, após contração de matrimônios.

Por fim, quanto às mudanças demográficas e sua relação com os processos produtivos, a partir das já descritas relações de produção e de seus aspectos técnicos, podemos fazer inferências

acerca das mudanças ambientais para remeter a certo desequilíbrio ecológico que atravessou os processos migratórios na comunidade dos Jorges.

Como tratado anteriormente, o processo agrícola esteve, desde os primórdios da comunidade, fundamentado na técnica de queima e corte. Essa técnica requer a prática do pousio, numa relação de manejo voltada à fertilização do solo para o plantio. O crescimento demográfico não acompanhado do aumento das terras disponíveis tendeu a quebrar os ciclos necessários da agricultura de coivara. Com isso, criou-se a necessidade de fertilização da terra por meio da compra de insumos externos que tornou o cultivo agrícola mais oneroso e inviável para algumas famílias.

Os anos 2000 expressaram novas configurações no processo de reprodução socioambiental da comunidade dos Jorges. As mudanças demográficas e a intensificação da especialização no processo econômico comunitário refletiram na diminuição da disponibilidade de força de trabalho e na redução da produção agrícola.

Em escala municipal, os estudos estatísticos apontam ainda maior retração na produção agrícola, quando comparada às décadas anteriores. A produção de milho, não obstante sua importância histórica, teve queda expressiva, atingindo a menor expressividade desde a década de 1970. Em 2006, foram produzidas 1.818 toneladas, em 1918 hectares de 558 estabelecimentos, o que representou uma redução, em relação a 1996, de 60%,49%,33%, respectivamente (IBGE, 2006).

Também com a menor expressividade, desde recenseamento de 1975, a produção de arroz sofreu uma retração ainda maior que a do milho. O censo agropecuário do IBGE de 2006 registrou a produção de apenas três toneladas, cobrindo sete hectares de 10 estabelecimentos. Assim, em relação ao censo anterior, houve uma retração de, respectivamente, de 96% na quantidade produzida, 96% na área de cultivo e de unidades de produção 90%.

Diferentemente desses dois itens alimentares básicos, a produção de feijão ganhou importância. Na década de 2000, registraram-se 533 toneladas, produzidas em 470 estabelecimentos, e cobrindo uma área de 977 hectares. Assim, não obstante a redução da área de cultivo em 29%, houve um pequeno aumento de 8% no número de unidades de produção e 44% em quantidade produzida, o que reflete, sem dúvida, um ganho de produtividade.

Por fim, a produção de cana-de-açúcar também logrou crescimento no período abordado, não obstante a queda de expressividade. Em 2006, foram 10.085 toneladas, situadas em 482 hectares, distribuídos em 153 estabelecimentos, representando um aumento de 10% no volume produzido, e quedas de 17% nas áreas de cultivo e 62% na quantidade de unidades de produção.

Assim, no limiar do século XX, as transformações no processo de produção agrícola se mantiveram acentuadas. Os dados do recenseamento de 2006 indicaram uma retração substancialmente expressiva na produção de milho e arroz, bem como da expressividade espacial da produção de cana-de-açúcar.

A produção do milho, como já abordamos, a espelho da economia camponesa dos Jorges, tem funcionalidade múltipla na reprodução socioambiental de unidades familiares de produção e de consumo, servindo à alimentação humana e animal, sob diversos arranjos. Para além do autoconsumo da unidade produtiva, o milho também possuía importância na geração de renda monetária, já que 28% da sua produção era comercializada.

O arroz é alimento básico da cesta alimentar de qualquer família. Sua redução implica, necessariamente, na substituição via mercado. Diferentemente das demais culturas, a produção de arroz foi totalmente voltada para o autoconsumo, em 2006 (IBGE, 2006).

O caso do feijão é curioso, pois, apesar de ter uma importância na alimentação semelhante à importância do milho e do arroz, obteve maior investimento dos estabelecimentos rurais. Talvez esse crescimento, em relação à década anterior, estivesse relacionado às mudanças tecnológicas que resultaram no aumento da produtividade, facilmente percebida na relação entre produção e área de cultivo. Nesse caso, o crescimento da importância do cultivo, em termos de número de unidades produtivas, pode estar relacionado à atratividade que o aumento de produtividade representou. Mas essas escolhas, provavelmente, não estiveram ligadas à geração de renda monetária, pois, naquele contexto, somente 6,9% do volume produzido foi comercializado.

Já a produção de cana-de-açúcar, em consonância com a tendência observada desde a década 1970, cresceu vertiginosamente. Na ausência de grandes indústrias beneficiadoras, esse incremento estava relacionado ao desenvolvimento da atividade pecuária no município. A produção de cana-de-açúcar foi quase exclusivamente voltada para o consumo humano ou animal da unidade produtiva, visto que somente 1,2% dela foi comercializada.

Paralelamente às mudanças nos processos agrícolas, houve mudanças nos processos associados às plantações arbóreas. Tanto em relação à produção de carvão vegetal, quanto em relação à produção de madeira em tora. No princípio do século XX, a base da produção de carvão vegetal já não era mais a floresta, mas as plantações arbóreas de eucalipto. A produção de madeira em tora, por sua vinculação com a indústria de celulose, sempre foi baseada nessas monoculturas.

De acordo com um inventário florestal de Minas Gerais (SCOLFORO; CARVALHO; OLVEIRA, 2008), o município de Peçanha abrigava, em 2007, uma área plantada de eucalipto de 11.446 hectares, o que correspondia a 11,5% do território municipal. Em 2006, o censo agropecuário (IBGE, 2006) registrou 663 estabelecimentos que cultivavam eucalipto e um efetivo de 19.469.000 pés. Em comparação ao censo anterior, houve um crescimento de 550% do número de unidades produtivas. Todavia, o crescimento do volume de produção é bem menor. A quantidade de árvores plantadas aumentou somente 19% no período. É provável que o número expressivo de produtores sem aumento significativo na produção estivesse relacionado à consolidação do Programa Fomento Florestal que, na sua prática, viabilizou o cultivo de eucalipto em pequenas áreas dos estabelecimentos agropecuários familiares. Pode estar relacionado, também, à disseminação da cultura do eucalipto, voltada para a manutenção das unidades produtivas, num contexto cada vez mais restrito de uso da floresta.

Em relação à produção de carvão vegetal, os dados do censo agropecuário de 2006 confirmaram a tendência de queda. Naquele ano, foram registrados 49 estabelecimentos, com uma produção total de 618 toneladas, em sua grande maioria, advindas de matéria-prima própria (IBGE, 2006). Em comparação ao censo anterior, representou uma queda de 41% na quantidade de unidades de produção e, de forma mais acentuada, de cerca de 300% no volume produzido.

5.2.2 A teimosia: adaptação e reprodução da economia camponesa nos Jorges

As características atuais do processo econômico da comunidade dos Jorges de Água Branca podem ser compreendidas a partir dos elementos históricos apontados. As interações entre aspectos econômicos, sociais e políticos de escalas abrangentes, e fatores demográficos, ambientais e culturais locais, resultaram nas configurações dos processos produtivos vigentes. Tendências observadas nas décadas anteriores se confirmaram, novas relações econômicas surgiram, outras, tão antigas quanto a comunidade, se mantiveram.

As unidades de produção e de consumo da comunidade dos Jorges conjugam, em sua maior parte, a produção de madeira em tora para celulose, a produção de carvão-vegetal, a produção agrícola e a de produtos alimentícios beneficiados. Outras fontes de renda, como trabalhos acessórios e aposentadorias, também compõem a dinâmica econômica dessas famílias. Em uma menor parte, os processos produtivos se limitam à produção agrícola e beneficiada. Nestes casos, observamos a presença de aposentadorias e a ausência de força de trabalho na família, ou seja, um menor potencial de exercício do trabalho familiar.

Em apenas uma década, a produção de milho passou por mudanças substanciais, que podem estar relacionadas a fatores diversos. Sua tendência de queda novamente se confirmou. Os dados do censo agropecuário do IBGE de 2017 apontaram para uma redução drástica da quantidade produzida e da área de cultivo. Com a produção de 689 toneladas e de área colhida de 533 hectares, as reduções representaram, respectivamente, 65% no volume da produção e 72% de área de cultivo. Todavia, observamos um crescimento, não tão expressivo, na quantidade de unidades produtivas que, ao somarem 694 em 2017, evidenciaram um acréscimo de cerca de 20%. Os dados indicaram uma redução extrema na média produzida por estabelecimento, o que pode estar associada à redução da quantidade vendida da produção que, em 2017, correspondeu apenas a 16% do total produzido (IBGE, 2017).

Diferentemente do milho, o cultivo do arroz, ainda com pouca expressividade quando comparado às demais lavouras básicas, alcançou crescimento, em comparação ao último censo. Em 2017, o censo agropecuário registrou a produção de 10 toneladas, realizada por 38 estabelecimentos, em uma área colhida de oito hectares. Isso representou um crescimento de 70% no volume de produção, de 73% em número de unidades produtivas, e de 12,5% de área cultivada. Tendo em vista que, em 2017, foram comercializadas três toneladas (em 2006, não houve registro de comercialização de arroz), é provável que parte do aumento da produção estivesse associada aos investimentos mercantis.

A cultura do feijão, apesar do crescimento dos estabelecimentos agropecuários, sofreu queda expressiva no volume e área de cultivo, demonstrando uma oscilação na importância desse cultivo na dinâmica agrícola municipal nas últimas décadas. Com uma produção, em 2017, de 143 toneladas em 368 hectares de área colhida, houve uma retração, respectivamente, de 73% e 62%. Já a quantidade de unidades produtivas, com o registro de 621 estabelecimentos, representou 24% de aumento em relação ao censo anterior.

A produção de cana-de-açúcar, tal como o feijão, declinou em produção e área, embora tenha crescido em número de unidades produtivas. Em 2017, foram produzidas 7985 toneladas, em uma área colhida de 333 hectares, o que significou, respectivamente, uma redução de 20% e 27%. Já as unidades produtivas, que somaram 482 hectares no último censo, cresceram cerca de 30%, em comparação à 2006.

Assim, de 2006 a 2017, excetuando o cultivo de arroz, as demais lavouras historicamente utilizadas para a reprodução socioambiental da comunidade dos Jorges e outros agrupamentos camponeses mantiveram tendência histórica de queda. O cenário é diferente para a chamada produção de base florestal.

O cultivo de eucalipto, em 2017, foi registrado em 553 estabelecimentos, que mantinham 18.781.000 pés. Em comparação ao censo de 2006, houve uma queda de 16,5% na quantidade de unidades de produção e 3,5% na quantidade de árvores cultivadas. Já a produção de carvão vegetal teve uma guinada extraordinária, alcançando um crescimento surpreendente. O registro no último censo foi de 7615 toneladas, fabricados em 165 unidades produtivas. Isso representou o crescimento de cerca de 1.200% no volume produzido e de mais de 200% na soma de unidades de produção, quando comparado ao censo anterior.

O processo agrícola é observado em praticamente todas as unidades de produção e de consumo da comunidade dos Jorges, mas não com a mesma intensidade e extensão. As práticas agrícolas variaram de acordo com uma série de fatores, como a idade dos responsáveis, composição da força de trabalho familiar, a existência de outras fontes de renda não agrícolas, tamanho das áreas agricultáveis, capacidade de articulação para a ajuda mútua, vinculação com o mercado, dentre outros.

Em geral, podemos identificar três tipos de práticas agrícolas nas unidades produtivas. Os manejos das lavouras, das hortas e dos quintais.

As lavouras, essencialmente temporárias, são encontradas por toda a comunidade e estavam presentes em todas as unidades de produção e consumo envolvidas na pesquisa de campo. Normalmente, elas são desenvolvidas nas áreas de relevo mediano, conhecidas como terra fresca. Mas essa disposição, sem dúvida, vai depender da unidade produtiva e das suas características topográficas.

Observamos vários tipos de lavouras durante a pesquisa. Nas unidades de produção e de consumo, se cultiva milho, feijão, arroz, cana-de-açúcar, mandioca, amendoim e fava. O tamanho das áreas varia de acordo com a unidade doméstica, mas, em geral, está em torno de um a dois hectares, o que, na linguagem local, é algo em torno de um a dois pratos. Em alguns casos, uma lavoura tinha mais peso que outras, como foi possível observar em situações em que o milho e a cana se destacavam. Mas nada que aponte uma discrepância significativa.

Apesar da diversidade observada, as lavouras regulares são as de milho, de feijão, de cana-de-açúcar e de mandioca. O arroz é cultivado na maioria das unidades, mas com uma irregularidade maior devido às dificuldades do manejo da cultura. Assim, num ano em que a unidade doméstica se depara com limitações produtivas, o cultivo de arroz tende a ser sacrificado.

De uma forma geral, o calendário agrícola se inicia em agosto e finaliza em junho do ano seguinte. Nele, comportam-se atividades diversas associadas à preparação do solo, ao plantio, à manutenção e à colheita.

A preparação das áreas de cultivo se dá, em especial, no mês de setembro. Diferentemente de como ocorria na primeira fase da formação comunitária, as técnicas de preparo da terra não envolvem mais a rotatividade de terreno, corte da capoeira e queima da sua biomassa. O sistema de coivara não é mais praticado. Utiliza-se o sistema convencional, com a realização da aragem e a incorporação da palhada no solo. Os tratores são fornecidos pela associação ou pela Secretaria Municipal de Agricultura. A unidade doméstica paga o óleo diesel necessário para as máquinas.

O plantio, essencialmente realizado no período chuvoso, ou “das águas”, como se refere localmente, acontece do mês de outubro até março. A maior parte dos gêneros de primeira necessidade são plantados entre outubro e dezembro. Milho, feijão das águas e arroz são plantados nestes meses. A cana-de-açúcar é plantada durante todo o período chuvoso, de novembro a março, geralmente. Somente o feijão, conhecido como “do tempo”, é cultivado em março. O plantio da mandioca se realiza a partir do mês de agosto até dezembro.

No semeio, as covas são abertas pelo manuseio das enxadas. As sementes são depositas pelas mãos ou por meio de plantadeira manual, a depender da cultura. Em geral, se utiliza a adubação química para praticamente todas as culturas, exceto na lavoura de mandioca, para a qual não há necessidade. Aplica-se o fertilizante NPK, de concentração 4:14:8 e 8:28:16. Mas também se

emprega a adubação orgânica, com uso de esterco bovino. Todavia, como são pouquíssimas as unidades domésticas da comunidade que possuem criação de gado, a disponibilidade desse adubo é muito limitada.

Em muitas situações, o plantio envolve a articulação da força de trabalho por meio da ajuda mútua. Ainda sob a modalidade da troca de dias, se forma o grupo de trabalho para viabilizar a semeadura no período adequado. Tivemos a oportunidade de acompanhar, registrar e contribuir com o plantio de arroz, em novembro de 2019. Na extensão do terreno já limpo e arado, o trabalho se divide nas aberturas de covas (FOTOGRAFIA 13), deposição de sementes e adubos (FOTOGRAFIA 14), e fechamento das covas (FOTOGRAFIA 15). Todas as atividades acontecem de forma sincronizada e contínua.

Fotografia 13 - Abertura de covas para plantio de arroz, nov. 2019



Fonte: Do autor, 2022.

Fotografia 14 – Semeadura do arroz, nov.2019



Fonte: Do autor, 2022.

Fotografia 15 - Cobertura das covas, nov. 2019



Fonte: Do autor, 2022.

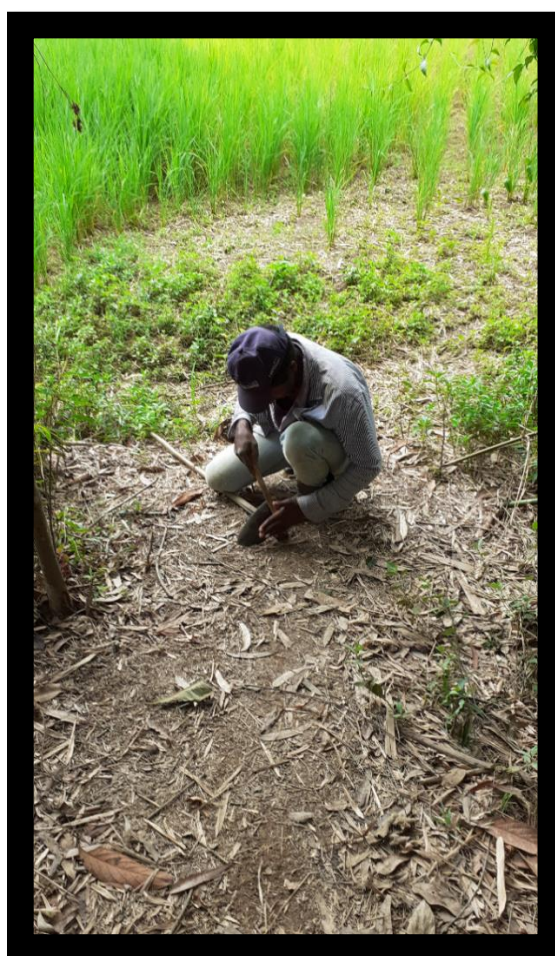
A manutenção acontece de acordo com as exigências da cultura. Geralmente, envolve a retirada e a eliminação de plantas em competição com a lavoura. É a chamada capina que é realizada manualmente ou com aplicação de herbicida, sendo o mais comum, o rundap. Quando realizada manualmente, como observamos, envolve um trabalho muito minucioso e moroso. No caso do arroz, durante o ciclo de sua lavoura, são empreendidas duas capinas (FOTOGRAFIA 16; FOTOGRAFIA 17).

Fotografia 16 - Primeira capina no cultivo do arroz



Fonte: Do autor, 2022.

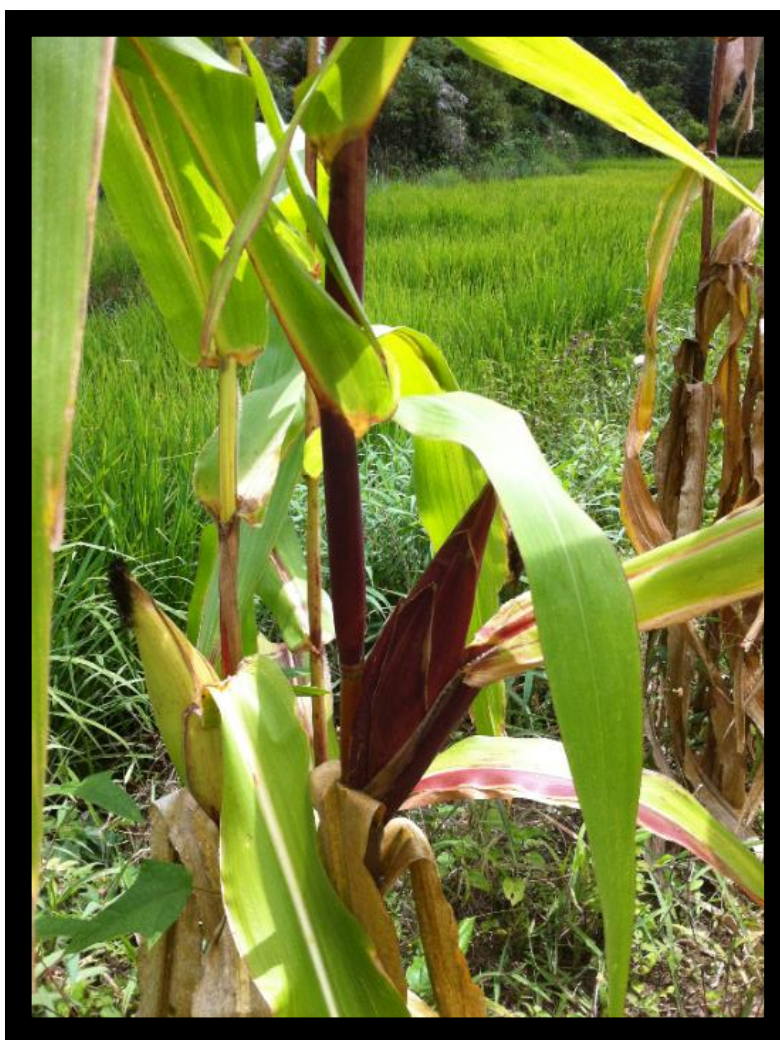
Fotografia 17 - Segunda capina no cultivo de arroz



Fonte: Do autor, 2022.

O trabalho de colheita se alterna dependendo da cultura e do seu processo de maturação, que possui relação com as condições climáticas. Colhe-se o milho, aproximadamente, seis meses depois da semeadura, havendo referência, nos relatos, de colheitas de fevereiro a julho. O feijão das águas, plantado junto do milho, é colhido entre os meses de novembro e fevereiro. O arroz é colhido nos meses de março e abril. Já a cana-de-açúcar, que possui um ciclo maior, é cortada, em geral, com um ano. A mandioca também é colhida com um ciclo maior, de um ano e seis meses a dois anos após o plantio. As Fotografias 18; 19; 20 ilustram algumas dessas paisagens da produção agrícola dos Jorges.

Fotografia 18 - Milho da palha roxa



Fonte: Do autor, 2022.

Fotografia 19 – Espigas de milho no paiol



Fonte: Do autor, 2022.

Fotografia 20 - Arroz cacheando, próximo da colheita



Fonte: Do autor, 2022.

Tal como o plantio, devido ao volume de trabalho, a colheita implica articulação de força-de-trabalho para sua realização. Ela é desempenhada de forma manual. No caso do arroz, na área mesmo da lavoura, utiliza-se uma máquina abanadeira para separação dos grãos (FOTOGRAFIA 21; FOTOGRAFIA 22).

Fotografia 21 - Limpeza do arroz durante a colheita



Fonte: Do autor, 2022.

Fotografia 22 - Grãos de arroz colhidos



Fonte: Do autor, 2022. Foto de Dirce Gonçalves.

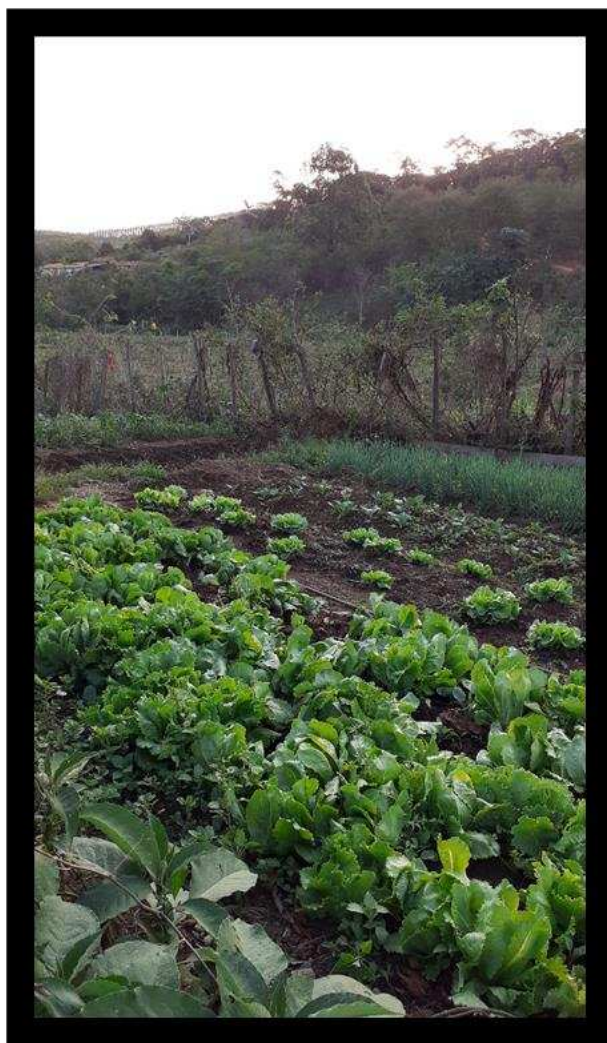
Ao lado das atividades envolvendo as lavouras temporárias, o manejo da horta se expressa como processo fundamental para a reprodução socioambiental das unidades domésticas da comunidade, seja em termos de autoconsumo e segurança alimentar, seja das relações comerciais.

As hortas são instaladas no fundo do vale em que se assenta a comunidade dos Jorges, em suas áreas planas e úmidas. São cultivadas durante todo o ano, mas, em especial, no período seco. Nesse sentido, há uma alternância na exigência de aplicação de trabalho entre lavouras e hortas, o que favorece a combinação dos manejos no processo agrícola.

Observamos uma variedade de produtos da horta, o que implica na complexidade do seu manejo e variação dos tempos de plantio e colheita (FOTOGRAFIA 23; FOTOGRAFIA 24;

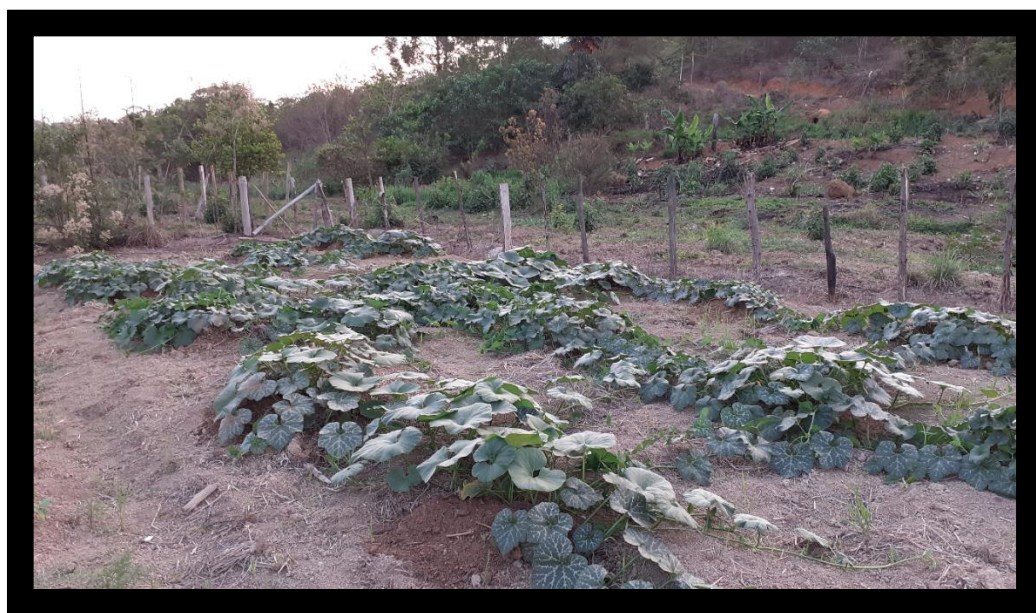
FOTOGRAFIA 25). Na pesquisa de campo, foram identificados nas áreas de horta batata, inhame, abóbora, cenoura, alho, couve, alface, espinafre, almeirão, quiabo, pimentão, tomate, beterraba, repolho, salsa, cebolinha, jiló, chuchu e maxixe. Mas, provavelmente, há outras variedades que não compuseram esse levantamento.

Fotografia 23 - Hortaliças cultivadas no brejo



Fonte: Do autor, 2022.

Fotografia 24 - Cultivo de abóboras no brejo



Fonte: Do autor, 2022

Fotografia 25 - cultivo de alho no brejo



Fonte: Do autor, 2022.

O plantio, manutenção e colheita das hortaliças são feitos manualmente, com auxílio de algumas ferramentas, como enxada, foice e facão. Como a horta se desenvolve em potência plena, no período seco, requer irrigação. A irrigação é manual, mas complementar ao sistema de regos que mantém a área úmida durante todo ano, exceto em situações extremas de estiagem que reduz drasticamente as águas dos córregos. As hortas são o principal destino dos adubos orgânicos. Utiliza-se esterco de gado, composteira, palhas, folhas secas, carvão, bagaço, dentre outras matérias. Mas, ainda assim, em algumas culturas, como a da abóbora, é usada a adubação química com NPK. Inseticidas agrícolas não são usados no manejo da horta. O controle de pragas e vegetação indesejável é feito de forma manual ou pela dinâmica natural.

Por fim, de importância complementar às lavouras e hortas, está o manejo dos quintais e pomares. Situados no entorno das edificações domiciliares ou área contíguas, os quintais e pomares são onde estão instaladas as lavouras permanentes. São formados, em quase sua totalidade, por espécies frutíferas. Sua diversidade vai variar de acordo com a unidade doméstica e, logo, sua importância em termos de abastecimento alimentar, ou, de forma bem eventual, comercialização.

O manejo dos quintais e pomares é realizado, essencialmente, pelos componentes da família nuclear, não envolvendo ajuda mútua. Geralmente, não exige controle e adubação sistemática, já que a própria característica do ambiente que é formado, como biodiversidade, sombreamento, quantidade de biomassa, favorece a conservação e a fertilização do solo. É também local de solta de aves domésticas, que favorece a ciclagem de nutrientes.

Ao longo da pesquisa de campo, identificamos quintais e pomares abrigando espécies de laranja, limão, mexerica, café, banana, manga, maracujá, goiaba, mamão, acerola, ingá, ameixa amarela, jaca, urucum, abacate, abacaxi, cidra e caqui (FOTOGRAFIA 26; FOTOGRAFIA 27; FOTOGRAFIA 28). E, provavelmente, há outras espécies que não conseguimos registrar. Não obstante a organização em roça, a mandioca e a cana-de-açúcar também compõem vários quintais. O quintal é o local onde nascem, espontaneamente, plantas utilizadas na medicina e na alimentação, como é o caso do quitoco, erva aromática que compõe o tempero da culinária em diversas unidades domésticas.

Fotografia 26 - Ameixa amarela no quintal



Fonte: Do autor, 2022.

Fotografia 27 - Bananeiras no quintal



Fonte: Do autor, 2022.

Fotografia 28 - Cafezal no quintal



Fonte: Do autor, 2022.

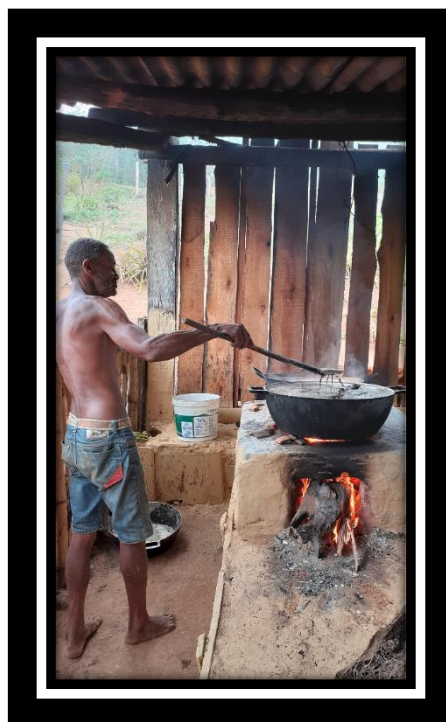
Parte do que é produzido nas lavouras, hortas e quintais é beneficiado na produção de produtos alimentícios diversos, direcionados ao autoconsumo e à comercialização. O beneficiamento de alimentos sofreu mudanças ao longo do tempo, se adaptando a novas condições ambientais, às necessidades do grupo doméstico e às demandas do mercado.

Com as mudanças ambientais associadas ao sistema hídrico, artefatos industriais como moinho d'água e monjolo perderam as condições de funcionamento. Não existem mais em nenhuma unidade doméstica, e a produção de fubá e canjica de milho, atualmente, é realizada através de triturador elétrico. Os produtos derivados do milho são utilizados no preparo de alimentos, como quitandas, angu e canjiquinha. A brôa de fubá com melado é uma das iguarias que se produz, em compreensão de uma quintanda típica e original da comunidade.

Não há também mais engenho movido a tração animal. Assim, a extração do mosto da cana para consumo ou beneficiamento é realizada por meio de engenho elétrico, quando em maior escala, ou engenhoca, quando em quantidade menor. Do mosto da cana se faz, sobretudo, o melado. Com o processo artesanal, utilizando-se forno de barro, o melado é fabricado por poucas famílias, mas abastece toda a comunidade (FOTOGRAFIA 29). Uma característica interessante da produção do melado é o uso capim-carrapicho para a sua purificação, em procedimento conhecido como “escumar”. O contato do capim com o melado cria espumas que

condensam as impurezas do xarope. Quando se retira a espuma, se extrai, conjuntamente, as impurezas.

Fotografia 29 - Produção do melado



Fonte: Do autor, 2022.

Fotografia 30 - Capim-carrapicho no processo de purificação do melado



Fonte: Do autor, 2022.

Com o uso do pilão, se fabricam vários produtos. O urucum, colhido no quintal, ao ser pilado com fubá, se transforma em colorau, aproveitado na culinária para dar cor avermelhada aos

alimentos. O café, também colhido no quintal, é pilado após secagem no tempo e torragem em tachos. Do seu pó, produz-se o líquido do café, componente fundamental da cesta alimentar diária. Igualmente no pilão se faz a paçoca, produto derivado da mistura do amendoim com o fubá (FOTOGRAFIA 31; FOTOGRAFIA 32).

Fotografia 31 - Pilagem do amendoim com fubá na produção de paçoca



Fonte: Do autor, 2022.

Fotografia 32 - Armazenamento da paçoca para comercialização



Fonte: Do autor, 2022.

Os fornos de barro dão vida às quitandas (FOTOGRAFIA 33). Estas são produzidas a partir de matérias-primas diversas, como o fubá, o polvilho e a farinha de trigo, nas quais se misturam ovos, melado, nata ou outros ingredientes. São produzidos também em fornos industriais, em um galpão construído pela associação.

Fotografia 33 - Quitandas assando em forno de barro



Foto: Do autor, 2022.

No galpão também se produz o tempero, com o auxílio do pilão. O tempero contém alho e ervas aromáticas da horta, mas se diferencia pelo acréscimo do quitoco (FOTOGRAFIA 34).

Fotografia 34 - Quitoco utilizado para produção de temperos



Fonte: Do autor, 2022.

Nas unidades domésticas que possuem gado bovino para produção de leite, há a fabricação de derivados, como o queijo e o requeijão (FOTOGRAFIA 35). Todavia, esses produtos são menos presentes do que os demais na cesta alimentar das famílias.

Fotografia 35 - Produção de requeijão em fornalha



Fonte: Do autor, 2022.

Por fim, à dinâmica agrícola e seus desdobramentos industriais se soma, com menor relevância, a criação de animais. Como aludido em outros itens, a criação de animais de maior porte, historicamente, sempre cumpriu um papel acessório no processo econômico das unidades domésticas da comunidade. Sua presença, além de irregular, não comum a todas as famílias nucleares, era de expressão numérica pouco importante. Limitava-se, em geral, às unidades domésticas que detinham maior potência de trabalho e área de pastoreio. Isso pouco mudou. De

todas as unidades domésticas envolvidas na pesquisa, apenas duas possui gado bovino leiteiro e uma possui gado bovino para a tração. Os suínos possuem menor importância, e são criados somente em uma das unidades de produção e de consumo abordadas pelo o estudo. As aves estão presentes em todas as unidades domésticas visitadas. Geralmente, são criadas nos quintais, com auxílio de galinheiros e são importantes tanto para o fornecimento da carne, quanto de ovos.

Pouco se percebe o deslocamento e apoio laboral por meio de equinos e muares, mas eles estavam presentes em algumas poucas unidades. O deslocamento atual é realizado, sobretudo, por meio de carro e motocicleta.

Se, por um lado, o processo de produção agrícola é potente, como demonstrado, e fundamental para a reprodução socioambiental das unidades domésticas da comunidade dos Jorges, especialmente quando se trata de autoconsumo e segurança alimentar e nutricional, bem como da participação econômica das mulheres, por outro, os processos de produção do carvão vegetal e de madeira em tora se realizam com relevância fundamental na geração de renda monetária.

Como visto, a produção de carvão vegetal é desenvolvida nas unidades de produção da comunidade há quatro décadas, aproximadamente. Primeiramente, a partir da floresta e, desde os anos 2000, essencialmente com base nas plantações arbóreas de eucalipto.

A produção de carvão vegetal envolve o cultivo de eucalipto e a fabricação do carvão. Ela foi observada na maior parte das unidades domésticas compreendidas pelo estudo. O plantio do eucalipto para o carvão vegetal ocorre, usualmente, sob duas formas: associado ao fomento florestal e por conta própria. Quando associado ao fomento florestal, os agricultores aproveitam a rebrota das árvores cortadas a partir do primeiro corte. Nos casos em que cultivam por conta própria, realizam de forma independente o plantio, aproveitando também a rebrota.

O plantio e o corte da madeira, por serem dependentes de aplicação de trabalho intensivo e em larga escala, envolve a articulação de força de trabalho via ajuda mútua, na modalidade de troca de dias. Já a fabricação do carvão é feita, em sua maior parte, com a força de trabalho doméstica.

O carvão é fabricado em fornos rudimentares, com estrutura de alvenaria incrustada em barrancos, revestidos de barro (FOTOGRAFIA 36; FOTOGRAFIA 37). Em geral, estão localizados nas bordas do plantio. A manutenção e o manuseio deles são realizados pela própria

força de trabalho doméstica, ou em regimes de sociedade, no qual há uma conjugação do trabalho de núcleos familiares distintos e que foi identificada em um caso. Nesta situação específica, a sociedade ocorre porque a unidade doméstica não possui área própria com o plantio de eucalipto, dada a pequena quantidade de terra que detém.

Fotografia 36 - Forno de tijolo para a produção de carvão vegetal



Fonte: Do autor, 2022.

Fotografia 37 - Forno rudimentar para a produção de carvão vegetal



Fonte: Do autor, 2022.

Fotografia 38 - Carvão vegetal



Fonte: Do autor, 2022.

A partir dos dados levantados, não é possível discriminar muito bem a área das unidades domésticas voltada para a produção de carvão vegetal porque a sua mensuração, via de regra, se confunde com as áreas de eucalipto plantadas para a indústria de celulose. Além disso, existem plantios em terras de terceiros ou de parentes próximos, o que impede a relação entre a área detida e a área produzida. Algumas pessoas também não souberam dizer. Mas foi possível levantarmos que seis das unidades domésticas investigadas possuem plantio de eucalipto e cinco delas fabricam carvão. A soma de seus plantios, dentro e fora de seus domínios, abarca cerca de 38 hectares. Pelos relatos, ao menos 40% deste total são voltados para a produção de carvão. A área das unidades domésticas ocupada por estes plantios varia de 0 a 7 hectares.

Assim, maior parte dos plantios de eucalipto na comunidade, são provenientes e visam atender ao programa fomento florestal. As quatro unidades domésticas aderentes ao programa possuem cerca de 29 hectares de plantio. O tamanho das áreas varia de sete a 13 hectares, mas não são todas que estão no domínio das unidades domésticas.

Até o ano de 2017, o processo produtivo das plantações arbóreas para o fomento florestal era realizado, em sua totalidade, pela força de trabalho doméstica, com auxílio de terceiros no

plântio e corte, sob a modalidade da troca de dias. Isso implicava na remuneração indireta da força de trabalho familiar e na não necessidade de dispêndios financeiros. A partir de 2017, há uma mudança na política contratual da Cenibra, que passou a exigir a contratação por empresa terceirizada, com cadastro na indústria, para a realização do plântio e do corte. Assim, na prática, as unidades domésticas fomentadas passaram a transferir boa parte do valor que internalizavam para o custeio dessas empresas, o que reduziu, significativamente, seu rendimento. Atualmente, o trabalho dos agricultores fomentados gira, basicamente, em torno das tarefas burocráticas e da manutenção dos plântios que tem alta exigência somente nos dois primeiros anos.

O ciclo do plântio de eucalipto para o fomento florestal é de sete anos. Mas, pode variar conforme a organização da demanda da empresa. Assim, durante cinco anos, aproximadamente, há uma imobilização da área sem necessidade de aplicação de trabalho. Durante este período, os trabalhos se voltam para os demais processos produtivos. Provavelmente, este seja um dos motivos para a preferência pelo carvão por alguns agricultores, pois os plântios a eles associados não permanecem imobilizados por relações contratuais, podem ser manejados conforme as necessidades familiares e as situações de mercado.

Os processos de produção que envolvem as plantações arbóreas, de forma semelhante ao processo agrícola, tem início com a limpeza do terreno. As áreas onde foram desenvolvidos os plântios de eucalipto são de origem variadas. Nos relatos, são trazidas como as áreas de pasto, lavouras e florestas.

Depois da limpeza, vem o plântio propriamente dito. Ele é feito no período chuvoso, dada a dependência da irrigação natural, sendo uma etapa muito exigente de uso de agroquímicos, como adubos, calcários e pesticidas. Também de muita exigência de força de trabalho.

Já a manutenção, dado ciclo de sete anos, quando plantado para a celulose, possui uma variação significativa em termos de exigência de trabalho. Nos dois primeiros anos, requer-se muito cuidado e vigilância, sobretudo com os insetos, como formigas e cupins que, até esta idade das árvores, podem inviabilizar o crescimento das mudas. Assim, a atividade chamada localmente de “combate” é efetuada de maneira intensa e sistemática durante esses dois primeiros anos, ainda pela força de trabalho familiar. Nos anos subsequentes há, essencialmente, vigilância contra incêndio, furtos, tombamentos, etc., eventos que raramente acontecem.

O corte consiste na etapa mais penosa, também de forte exigência de força de trabalho. O manejo engloba o corte, a limpeza e o empilhamento da madeira para, no fim, alotar o caminhão, quando direcionado para a indústria de celulose, ou conduzido para os fornos no interior das unidades camponesas, quando da produção de carvão.

5.2.3 As mãos que constroem: mudança social e trabalho coletivo

As mudanças demográficas observadas nas primeiras décadas da segunda fase influíram, substancialmente, nas relações de trabalho, mas também no processo econômico comunitário, de uma forma geral. Se, por um lado, a migração retira força de trabalho do território, por outro, ela reduz a demanda por recursos. Ela também tem o potencial de capitalizar as unidades domésticas, já que os trabalhos realizados nos centros urbanos são assalariados, o que permite transferência monetária para parte da família que ficou. Os recursos obtidos pela proletarianização permanente ou temporária nos centros urbanos podem ser direcionados para aquisição de terras, dentro e fora da comunidade, o que interfere na dinâmica produtiva das unidades domésticas e da comunidade como um todo.

Nas relações de trabalho, as principais implicações das transformações sociodemográficas consistem na redução drástica de força de trabalho nas unidades domésticas e, logo, da potência de trabalho comunitária. A redução do volume da força de trabalho nas unidades domésticas de produção e de consumo interferiram nas articulações feitas sob o regime de ajuda mútua. Como visto sobre a primeira fase da formação econômica e social da comunidade, essa forma de trabalho coletivo se estruturou historicamente através da modalidade de troca de dias. Naquelas décadas iniciais, a combinação de força de trabalho nas unidades domésticas envolvia, via de regra, todos os membros das famílias nucleares relacionadas. Quando se mobilizava um progenitor de uma unidade doméstica, se mobilizava toda a força de trabalho daquela família, o que constituía uma grande potência de trabalho.

A pesquisa etnográfica registrou a permanência do regime de ajuda mútua através da troca de dias. Além disso, identificou esta modalidade como a principal forma de articulação da força de trabalho, praticada por todas as unidades domésticas abordadas. Com muito menor expressividade, se encontra a força de trabalho contratada.

As mudanças nas últimas décadas legaram às relações de trabalho a desvinculação do grupo de agregados e grupo das comunidades vizinhas. Na contemporaneidade, o trabalho

desempenhado nas unidades domésticas de produção e consumo figura-se no grupo familiar dos Jorges e no grupo dos diaristas. Dessa forma, com base nas categorias de articulação de força de trabalho identificadas na primeira fase do processo de formação dos Jorges, e das mudanças ocorridas na segunda fase, Siman (2015) identifica três modalidades de combinação entre famílias e indivíduos para o exercício do trabalho nos processos produtivos comunitários, agora adaptados à realidade abordada nesta tese. Estas modalidades são: **trabalho intrafamiliar; trabalho semi-interfamiliar comunitário; trabalho semi-intercomunitário.**

O **trabalho intrafamiliar** possui a mesma caracterização que a anterior, isto é, trata-se da combinação da força de trabalho no interior da família nuclear, que se expressa como uma força de trabalho familiar que realiza a maior parte do trabalho aplicado nas unidades domésticas de produção e de consumo. É permanente e cotidiano, responsável pela maior parcela dos processos produtivos, exceto aqueles vinculados à indústria de celulose. Assim, é o trabalho aplicado às lavouras temporárias, às lavouras permanentes, à produção de hortaliças, à criação de animais de pequeno e grande porte, beneficiamento e indústria artesanal, comercialização de produtos, aquisição de insumos e manutenção da unidade doméstica.

Consideramos o **trabalho semi-interfamiliar comunitário** a partir da combinação de parte da força de trabalho de uma unidade doméstica, ou seja, do trabalho intrafamiliar, com parte de outra unidade doméstica, com ou sem relações de parentesco, no interior da comunidade. Desenvolve-se com menor frequência e abrangência que a modalidade anterior. Também se desenvolve durante todo o ano, mas se intensifica nas etapas dos processos produtivos que mais exigem força de trabalho, como nos períodos de plantio e de colheita das lavouras e do plantio de eucalipto para a produção de carvão. Esta força de trabalho “de fora” da unidade familiar é acionada, em geral, por meio de troca de dias, não obstante ocorrer também a remuneração por diária.

Finalmente, o **trabalho semi-intercomunitário** é a modalidade de combinação entre a força de trabalho familiar de determinada unidade doméstica da comunidade dos Jorges com a de outras unidades domésticas ou de indivíduos de outra comunidade ou povoado, mais ou menos próximos, sendo ou não familiar, com ou sem relação de parentesco. Este tipo de combinação se reproduz, fundamentalmente, em ocasiões em que se há uma demanda extraordinária por complementaridade na força de trabalho comunitária, quando a própria comunidade não consegue ofertar. Em geral, ela é aplicada em atividades associadas ao processo produtivo de

carvão e de madeira para a produção de celulose. Esta força de trabalho é mobilizada, quase sempre, a partir de pagamentos de diárias, tendo a troca de dias, menor importância.

Na concretização das combinações de força de trabalho entre o grupo familiar dos Jorges e o grupo de trabalhadores contratados para a realização dos processos produtivos, a divisão do trabalho por gênero e por geração é um elemento organizativo estruturante. A organização dos processos produtivos possui uma lógica patrifocal. O homem genitor responde, em geral, pelas decisões e pelas interlocuções administrativas e estruturais da unidade doméstica de produção e de consumo. Ele desenvolve, essencialmente, trabalhos produtivos associados às lavouras temporárias e às plantações arbóreas. É elemento central na produção de carvão e de madeira em tora para eucalipto. Mas, sem dúvida, não faz nada disso sozinho.

A mulher está envolvida em todos os processos produtivos e reprodutivos. Na produção, seu trabalho se desenvolve, com menor intensidade, nas lavouras temporárias. Nestas, além de participar das diversas etapas do ciclo agrícola, é responsável pela alimentação da “turma” em contextos de ajuda mútua. Os quintais e as hortas são “territórios” das mulheres, que ali organizam os manejos e tomam as decisões, relativizando a lógica patrifocal no controle dos processos produtivos. Esta centralidade se relativiza ainda mais quando as mulheres se expressam como as principais responsáveis pelos produtos alimentícios beneficiados e pela sua comercialização. Nos processos produtivos do carvão e da madeira em tora, as mulheres possuem uma atuação mais focada no preparo da alimentação dos trabalhadores.

Os processos reprodutivos possuem organização e execução matrifocal. As mulheres são responsáveis pela manutenção do espaço doméstico, cuidado dos filhos, alimentação da família, dentre outras atividades ligadas ao universo reprodutivo. Para estas atividades, as mulheres contam com a força de trabalho das filhas e dos filhos, mas, mais das primeiras. Os homens participam de forma ínfima.

O trabalho dos filhos e das filhas varia de acordo com a disponibilidade deles, pois estudam e/ou trabalham fora da unidade doméstica e da comunidade. As filhas, em geral, se ocupam mais do espaço doméstico ou das atividades que envolvem suas mães. Os filhos, não obstante contribuição pontual no espaço doméstico, atuam na esteira do trabalho do pai. Há casos em que filhos e filhas que residem fora, porém próximos à comunidade, vão para a casa dos pais

aos finais de semana para contribuírem com a execução de determinada atividade necessária no momento.

5.2.4 Os mantimentos para a despesa: autoconsumo e segurança alimentar

Não é possível avaliar com exatidão as mudanças no autoconsumo que se desenvolveram ao longo do tempo na comunidade dos Jorges. Mas, a partir dos relatos das pessoas de idade mais avançada e dos dados estatísticos sobre as mudanças na produção agrícola das últimas cinco décadas, é possível inferir que houve uma redução na produção de alimentos, o que, provavelmente, interferiu na disponibilidade de gêneros alimentícios para as unidades doméstica e, logo, na dieta das famílias.

Todavia, a partir dos relatos e da pesquisa sobre a árvore genealógica, é também possível conjecturar sobre as implicações das mudanças demográficas na dinâmica de autoconsumo nas unidades domésticas. Nesse sentido, o já referido decréscimo demográfico observado nas últimas três décadas pode ter criado condições favoráveis para um maior equilíbrio entre produção e consumo. Mas, sem dúvida, essa estabilidade só é possível com a manutenção de um volume e diversidade produtiva mínimas.

Como mencionado, há uma diversidade substancial contida nos processos produtivos das unidades de produção e consumo envolvidas na pesquisa. Lava-se milho, arroz, feijão, mandioca, cana-de-açúcar, entre outros gêneros, nas roças. Cultiva-se tubérculos, hortaliças e outros, nas hortas. Mantém-se frutíferas e gêneros variados nos quintais e pomares. Cria-se galinhas, frangos, porcos e vacas em ambientes diversos.

É certo também, que tanto a potência quanto a diversidade de manejos e variedades nas unidades domésticas, variam, não sendo a mesma em todas, e depende de fatores diversos associados ao acesso à terra, às características da força-de-trabalho familiar, ao acesso à bens e serviços, à fonte de renda externas, dentre outros. Existem famílias que não possuem produção agrícola, ou a possuem de forma insuficiente para o seu abastecimento.

No universo das unidades domésticas, abordadas de forma detalhada pelo trabalho de campo, foi comum situações em que nos deparamos com ceias, de cardápio significativamente variado que apenas o macarrão era de fora da comunidade. Arroz, feijão, angu, legumes, verduras, carne, ou seja, praticamente todos os ingredientes se originaram na própria unidade doméstica (FOTOGRAFIA 39; FOTOGRAFIA 40). Fato que se repetia nas refeições intermediárias, nas

quais, muitas das vezes, café, melado, quitandas, batatas e queijos eram oriundas da unidade anfitriã ou de outras da comunidade. Dádivas que nos eram dadas nos finais das visitas eram, também, representativas, nesse sentido (FOTOGRAFIA 41; FOTOGRAFIA 42).

Fotografia 39 - Refeição, somente com o macarrão de fora



Fonte: Do autor, 2022.

Fotografia 40 - Refeição com todos os alimentos do lugar



Fonte: Do autor, 2022.

Fotografia 41 - Dádiva da retomada



Fonte: Do autor, 2022.

Fotografia 42 - Dádiva da continuidade, 2022



Fonte: Do autor, 2022.

Observamos um contexto de níveis elevados de segurança alimentar e nutricional, não obstante a existência de situações extremas e precárias. Trata-se de produção agroecológica, em que o uso de poucos agrotóxicos nas áreas de produção de lavouras, hortas e quintais, garantem o consumo de alimentos não agressivos à saúde e de menor potencial de degradação ambiental. Numa perspectiva de saúde integral, em que corpo e ambiente são importantes indicadores, a

dinâmica de autoconsumo observada na comunidade dos Jorges se apresenta como um fator favorável à sua reprodução socioambiental.

As vantagens do autoconsumo, que é o que, em última instância, motiva e justifica uma produção alimentícia tão diversa, não gera implicações somente comunitárias. A variedade de produtos por ela impulsionada, quando comercializados, alcança mercados locais, regionais e até estaduais.

5.2.5 Entre cadeias mundiais e feiras locais: as relações de troca na comunidade dos Jorges

As relações de troca sempre estiveram presentes na história da comunidade dos Jorges, marcando, inclusive, o próprio processo de conquista da terra. Durante muitas décadas, a troca esteve circunscrita à produção agrícola e à criação de animais, envolvendo ou não relações monetárias. Com a inserção do município de Peçanha à organização espacial da produção de carvão vegetal para fins energéticos e de madeira em tora para a produção de celulose, os recursos naturais, o trabalho e as relações econômicas dos territórios comunitários da bacia do rio Suaçuí Pequeno passaram a constituir a dinâmica de duas grandes cadeias mundiais. Isso se refletiu nas configurações das relações de troca, na consolidação de novos fluxos e assimetrias, não obstante a manutenção de vinculações históricas, como as que envolvem o trabalho agrícola.

Sobre ele, novas forças também incidiram e ressignificaram. O avanço das políticas públicas para a agricultura familiar, nas últimas décadas, influenciou na criação de oportunidades de mercados até então inexistentes, bem como na valorização de produtos historicamente desvalorizados. Nesta seara, a questão ambiental associada às agendas de alimentação saudável e de circuito curto, e a questão étnico-racial direcionada para produções das comunidades quilombolas, ofereceram novas possibilidades para as relações comerciais das unidades domésticas.

A configuração atual das relações de troca das unidades de produção da comunidade dos Jorges pode ser compreendida por relações de cadeia curta e de cadeia longa. As relações de cadeia curta estão associadas à produção agrícola e agroindustrial alimentícia. Já as relações de cadeia longa se vinculam à produção de carvão vegetal e de madeira em tora.

As relações de cadeia longa, são, conforme os depoimentos e as observações em campo, as predominantes em termos de geração de valor. Correspondem, basicamente, à comercialização

do carvão vegetal para siderurgias e de madeira em tora para a indústria de celulose. A predominância se expressa na extensão do uso das terras e do trabalho para a produção dessas mercadorias, como abordado anteriormente.

Trata-se de relações oligopsônicas e monopsonicas, de forte assimetria entre os produtores dos Jorges e os compradores. A oligopsonia está relacionada aos consumidores de carvão vegetal para fins energéticos, que são as siderurgias, também chamadas de guseiras, situadas em alguns polos na região central de Minas Gerais. Os preços são determinados por este mercado siderúrgico e não possuem nenhuma interferência de pequenos produtores. Não há, por exemplo, em Peçanha, nenhuma organização que os congrega, projetando-os como grupo de interesse comercial.

O monopsonio está associado à indústria de celulose, compradora de madeira em tora, representada unicamente pela empresa Cenibra S.A. Como dito anteriormente, a relação comercial que envolve este mercado é mediada pelo Programa Fomento Florestal, que intermedia um contrato de compra e venda envolvendo a venda de quase a totalidade da produção do primeiro corte a preços e procedimentos exclusivamente definidos pela compradora. Não há. Também, qualquer organização de grupo que defenda os interesses de produtores associados ao Programa Fomento Florestal. Toda a negociação sobre condições da relação comercial é feita de forma individual.

Já as relações comerciais de cadeia curta são menos assimétricas e permitem maior participação dos produtores na escolha dos produtos, das formas de produção e do preço. Desenvolvem, sobretudo, a partir da venda direta ou intermediada por políticas públicas. Em parte significativa, essas relações são mediadas pela Associação Comunitária dos Jorges e/ou pelas suas lideranças.

A venda direta ocorre na própria comunidade, nos arredores, na sede municipal e nas feiras. Estes eventos ocorrem semanalmente, no mercado municipal, ou eventualmente nas feiras associadas a contextos e a atores externos ao município, cuja participação, na maior parte das vezes, decorre de convites. Observamos uma série de situações que circundam a Agriminas - Feira da Agricultura Familiar, a Feira da Cenibra e feiras nos encontros das comunidades quilombolas da regional do rio Doce.

Fotografia 43 - Feira do Fala Quilombo, Itabira



Fonte: Do autor, 2022.

Por meio da organização da Associação Comunitária dos Jorges se desenvolve a comercialização de produtos agrícolas e beneficiados via Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Nessa dinâmica, com o apoio da Secretaria Municipal de Agricultura, a Associação aprova projetos que garantem mercado para uma série de famílias da comunidade e do entorno. Cada família possui uma cota máxima de produto, que varia de acordo com o valor total do projeto e a quantidade de produtores a ele associados. Semanalmente, os produtos são entregues na associação comunitária, onde ocorre a pesagem ou a contagem e o despacho via veículo disponibilizado pela Secretaria.

Fotografia 44 - Organização para entrega "produtos da CONAB"



Fonte: Do autor, 2022.

Fotografia 45 - Produtos no veículo da Secretaria Municipal de Agricultura



Fonte: Do autor, 2022.

Recentemente a comunidade dos Jorges passou a fornecer produtos beneficiados, as chamadas quintandas, para a alimentação estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG) de São João Evangelista.

Fotografia 46 - Quitandas comercializadas



Fonte: Do autor, 2022.

As relações comerciais expressam as conflitualidades e as contradições que atravessam a comunidade. A tensão estrutural entre subordinação e autonomia circundam as práticas comerciais. Na conjuntura atual, as relações que geram maior valor estão circunscritas às grandes assimetrias, numa dinâmica de subordinação do trabalho e da renda da terra da comunidade à reprodução ampliada do capital agroindustrial de cadeias mundializadas. As relações que permitem maior autonomia e reprodução de saberes e fazeres agrícolas tradicionais, endógenos, são geradoras de um valor menor, talvez menos pelo o preço do produto do que pela escala de produção e trabalho investidos.

Todavia, percebemos uma ligação de interdependência e retroalimentação entre as relações comerciais de circuito curto e a organização sociopolítica na comunidade, protagonizada, sobretudo, pelas mulheres.

5.2.6 A luta continua: sindicalismo, associativismo e organização quilombola

A atuação política da comunidade dos Jorges tem origens remotas, como mencionado anteriormente, associada à própria qualidade do processo de deslocamento, às negociações da terra adquirida e à consolidação de um corpo social robusto, articulado e demograficamente expressivo, ainda naquelas primeiras décadas de existência. As habilidades personificadas em alguns integrantes criaram condições historicamente favoráveis ao exercício político e uma construção comunitária substancialmente ativa.

Em 1977, com forte participação do grupo familiar dos Jorges, foi criado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Peçanha. Conforme narra uma liderança, a participação da comunidade na criação desta entidade foi incentivada por Zeca Martins, e comunitários como Chiquinho Eusébio, Luís Eusébio e Nonico. Excetuando-se Nonico, devido às condições diferenciadas de patrimônio fundiário, os outros dois, que eram irmãos, compunham a diretoria do sindicato. Luís chegou a ser presidente. O sindicato se tornou, então, o primeiro canal da comunidade em relação aos direitos dos trabalhadores rurais, e evidência da habilidade política dos Jorges. Não obstante sua importância, a influência na política partidária só se desenvolveu com a criação da associação.

A Associação Comunitária dos Jorges foi fundada em 09 de fevereiro de 1986, por incentivo do prefeito da época, Odilon de Oliveira Caldeira que alegava que a associação facilitaria a concessão de benefícios para a comunidade. De fato, no momento de abertura política no Brasil,

as associações se instituíram como importantes entidades para o acesso coletivo às políticas públicas. Nonico e seu sobrinho Antônio tiveram papel fundamental na criação da entidade, mas, sem dúvida, o primeiro exerceu o papel de liderança até o seu falecimento.

A Associação não inaugurou a atuação política da comunidade, muito menos suas conquistas. Mas, potencializou essa atuação, tornando seus benefícios ainda mais difusos. A relação de lideranças locais com a política partidária é, assim, anterior à Associação. Mas, com sua criação, viabilizou-se um canal de acesso às emendas parlamentares e a outros recursos, o que dotou, com o tempo, a entidade e os associados de uma estrutura potente.

Inicialmente as conquistas da Associação se deram a partir de iniciativas municipais e de emendas parlamentares contemplando obras como drenagem para a criação de áreas de lavouras, aquisições como a máquina de descascar arroz, o desintegrador, o tanque de leite e o mobiliário da sede. A partir de 2003, com a consolidação e a ampliação de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar, as conquistas da Associação deixaram de ser exclusivamente oriundas de iniciativas locais e do apoio parlamentar e alcançaram políticas de caráter estrutural, como a entrada nos programas desenvolvidos em torno da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Com a contribuição de agentes privados e da Secretaria de Agricultura do Município, a Associação vem aprovando projetos no âmbito destas políticas, favorecendo não só a geração de renda na comunidade, mas a mobilização comunitária e o fortalecimento das mulheres no espaço econômico da comunidade, dado que elas são as principais produtoras das hortaliças e dos beneficiados adquiridos pelos programas, assim como as protagonistas na organização comunitária.

Além destas conquistas, a entidade, por meio de apoio da Prefeitura Municipal, de ONGs e da Cenibra, obteve um galpão de beneficiamento de alimentos, maquinários para a produção de temperos e de quitandas. Esses produtos tradicionais da comunidade são produzidos, principalmente pelas mulheres, contribuindo também para que elas ocupem os espaços econômicos comunitários⁵⁶.

⁵⁶ Todo esse processo não é necessariamente pacífico, harmônico e coeso. Há uma série de tensões em torno da Associação que, historicamente, foi liderada por um grupo familiar da comunidade. A representatividade é envolta, nesse sentido, de relações de desconfiança e de antagonismos velados. Muitas desses atritos se manifestam, por

Nos últimos anos, a mobilização comunitária vem acontecendo em torno do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Peçanha, na luta pelos direitos dos agricultores familiares. Lutas emblemáticas se desenvolveram no contexto das Marchas das Margaridas em Brasília e nos encontros da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG).

Embora a consciência da escravização imposta aos antepassados da comunidade e a reprodução histórica de uma identidade negra, a compreensão e a reivindicação dos direitos étnicos, culturais e territoriais que a salvaguardava vieram somente a partir da inserção de algumas lideranças nos debates sobre o reconhecimento e o direito das comunidades quilombolas há poucos anos atrás. O estudo do processo de autorreconhecimento quilombola da comunidade dos Jorges aponta para um despertar multifacetado, no qual uma série de ações e discussões se convergiram para a construção identitária e sua mobilização em contextos de luta por direitos.

Quando iniciamos o trabalho de pesquisa com a comunidade, em 2013, não percebemos movimentação no sentido do autorreconhecimento quilombola. Todavia, alguns aspectos de tradicionalidade e ancestralidade africana despertou a nossa curiosidade e esforços de pesquisa sobre o passado e suas percepções. Assim, a pesquisa histórica das entrevistas e a observação participante buscaram identificar e qualificar estes aspectos, atribuindo outro “tom” para análise e, até mesmo, para o objeto de investigação.

Em 2016, quando retornamos à comunidade para devolver os resultados da pesquisa, organizamos a apresentação dos dados em duas partes. A primeira parte abordou as relações que envolviam o fomento florestal, que era o principal objeto do estudo; e a outra, a ancestralidade e as relações históricas associadas com o surgimento e consolidação da comunidade, que, sem dúvida, gerou maior interesse e atenção dos comunitários.

Não havíamos feito uma pesquisa aprofundada, mas os processos, as situações e os episódios narrados pelos comunitários de idade mais avançada permitiram evidenciar a ancestralidade africana, as relações com a escravidão, as violências e as opressões dos fazendeiros, o local de origem dos antepassados, o deslocamento para a terra atual, a terra como sinônimo de liberdade, dentre outros aspectos. Por fim, no encerramento da nossa devolutiva,

exemplo, nos contextos de execução de projetos que implicam em trabalho coletivo, quando se observa ocasiões de desentendimento em relação à coordenação e à apropriação dos espaços e dos rendimentos.

recomendamos o aprofundamento na temática a partir da dimensão do autorreconhecimento quilombola.

Mas esse não era um movimento isolado. Paralelamente, a discussão já vinha sendo feita por outras vias. Um movimento inicial de relevância esteve relacionado à atuação de uma descendente da quinta geração, no despertar de sua mãe, uma importante liderança comunitária. Como funcionária da secretaria de educação do município vizinho de Cantagalo, ela se apropriou da pauta ao trabalhar na comunidade quilombola de São Felix, que é certificada desde 2007.

O marco deste processo foi o Encontro da Comissão do rio Doce, em 2017, quando lideranças da comunidade dos Jorges e representantes da Associação Comunitária dos Jorge de Água Branca fizeram uma imersão na discussão sobre a questão quilombola, identificando-se de imediato com toda aquela história “comum” socializada pelas várias comunidades presentes. A partir de então, algumas lideranças foram buscando envolver a comunidade como um todo, num processo de compartilhamento e multiplicação das discussões realizadas pelo movimento quilombola na região do rio Doce. Inspiradas na comunidade São Felix, que se mobilizou em torno da pauta há mais tempo, com lideranças ocupando, inclusive, espaços centrais da Federação Quilombola do Estado de Minas Gerais, em especial a coordenação da Comissão da regional rio Doce, lideranças dos “Jorges” intensificaram a convivência e a troca de experiências com as comunidades do curso médio da bacia do rio Doce.

Essas multiplicações não ficaram restritas à comunidade, passando a abranger também funcionários públicos e o órgão da prefeitura que historicamente prestaram serviço e apoio à Associação. A partir de uma conversa com um representante da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), criou-se uma forte mobilização voltada à solicitação da certidão de autodefinição. Em parceria com o Setor Municipal de Cultura, foi feito o trabalho de registro dos aspectos históricos e fundacionais da comunidade. A organização e o envio da documentação foram realizados com o apoio da Emater, com data de abertura de processo em cinco de dezembro de 2017. No dia 13 de agosto de 2018, a comunidade dos Jorges conquistou a Certidão de Autodefinição como remanescente de quilombos, expedida pela Fundação Cultural Palmares.

Se, por um lado, a conquista da certidão trouxe alegria, esperança e reparação para algumas pessoas que já compreendiam o seu significado e potencialidades, por outro, deixou uma série de dúvidas para aquelas que, embora tivessem total compreensão da sua origem e de sua identidade negra, não entendiam as potencialidades e as possibilidades que a autodefinição como comunidade remanescente de quilombos carrega. A criação de espaços de formação e de discussão sobre o reconhecimento e os direitos quilombolas se tornaram extremamente demandados. Não só a criação, mas a participação também.

Assim, lideranças da comunidade passaram a construir o movimento quilombola da regional rio Doce, com forte apoio da comunidade de São Felix. Neste processo, os encontros da comissão regional, que conta com a participação de diversas comunidades do alto e médio rio Doce, se tornou espaço fundamental de construção política e identitária. Nestes espaços, representações da comunidade discutem suas questões, desafios e avanços, além de construir intercâmbios de ideias e experiências. A convite das coordenações, em muitas ocasiões, atores externos são convidados para levarem contribuições acerca da instrumentalização da luta social. Ali, ao interagirem com outros quilombolas e universos comunitários, se percebem pelas semelhanças histórica e conjuntural. O depoimento de uma liderança expressa bem essa dinâmica.

Uai, nas reuniões discute é os problemas dos quilombolas mesmo, os problemas que há nas comunidades, né. É uma que num, que tá muito fraca, que tá precisando de ajuda, é outras que tá precisando de arrumar documentação, é outras que tá com problema igual a nossa. A gente leva o problema no grupo. Então é assim. Discute os problemas regionais. Problema comunitário. De cada região.

É uma comunidade por vez. Aí chega, lê a ata, né. Depois da ata, a pauta já tá lá porque tem o grupo. Aí já coloca no grupo o quê que é que cê vai discuti lá pa eles colocá na pauta. Aí, na hora da discussão, cada comunidade fala o que tá acontecendo, aí todo mundo vai dá opinião. Aqueles que entendem do assunto vão dar as opiniões e ver o quê fazer. Mas são muito boas essas reuniões (Liderança, 67 anos, 2020).

Desde a sua criação em 2017, a comissão do rio Doce promoveu seis encontros presenciais e vários virtuais. Foram realizados encontros nas cidades de Braúnas, Virgolândia, Guanhães, Peçanha, Itabira e Paulistas. Todavia, alguns foram particularmente marcantes. Esse foi o caso de Peçanha que, quase acidentalmente recebeu o evento após o seu cancelamento em Guanhães devido à falta de apoio do poder público municipal. Como relatou o presidente da N'Golo da época e atual diretor da entidade, talvez pelo caráter inesperado, o encontro foi tão especial (FOTOGRAFIA 47).

Fred, eu acho que um momento que marca muito as pessoas é quando a gente realiza em Peçanha, do encontro que a gente realiza em Peçanha. A gente, assim, por nossa vontade, os contatos que a gente tem, a gente consegue tecer entre nós, ter esse dialogar com os nossos municípios, e mandar todo mundo *pra* Peçanha, assim, no mês de novembro, se não estou enganado, sabe? Onde a cidade toda pára *pra* poder assistir aquilo, sabe? Aquele monte de preto com caixa, com roupa toda colorida, cantando, gritando pela rua afora. Padre com carro de som na frente, aquela coisa doida, aquela coisa boa, sabe? Quando *cê* consegue trazer assim, da região, por exemplo, a Cimos de Valadares, que é o Ministério Público, que representa, *pra* ter momento de falas e consegue trazer a Emater do estado, *pra* além do município que *tá* ali, do escritório local, *pra* poder dialogar. Ministério Público Federal - que não foram, mas pelo menos convidados [...]. Mas eu acho que esse encontro, ele marca muito pela possibilidade das comunidades de encontro com essas autoridades que elas consideram que podem, e que podem falar[...] De chamar no cantinho e falar: "*opa, a minha demanda, é porque o cara cortou a minha água ali, ou porque a cerca do outro chegou ali pra frente*". Mas esse espaço de poder aproximar instituições e comunidades *pra* poder *tá* discutindo, *né?* (Pesquisador e Liderança Quilombola, 2022).

Fotografia 47 - Cortejo durante encontro das Comunidades Quilombolas, Peçanha



Fonte: Do autor, 2022. Foto de Filipe de Oliveira Maciel.

A realização da pesquisa de tese propiciou a construção de uma série de espaços de construção coletiva e compartilhada de conhecimentos sobre a comunidade e sua dinâmica de reprodução social, que teve como produtos, por exemplo, o registro, a sistematização e a análise da árvore genealógica, da ocupação e do desenvolvimento comunitário, dos problemas enfrentados, das potencialidades comunitárias, da caracterização dos saberes e dos fazeres em relação à agricultura, dentre outras dimensões que constituem a vida da Comunidade dos Jorge. Devido ao caráter participativo e politicamente comprometido da pesquisa, buscamos criar, mesmo limitadamente, uma ampliação da rede de apoio à comunidade, a partir das nossas conexões com outros pesquisadores, entidades e instituições.

Isso se desenvolveu de forma exemplar a partir do OCDOCE, grupo de extensão universitária lotado na UNIFEI (Campus Itabira), constituído por professores desta universidade, pesquisadores colaboradores e integrantes de movimentos sociais e quilombolas. A criação do observatório se origina nos esforços de responder às questões apresentadas pela comunidade dos Jorges e, também outras situações semelhantes sobre os direitos, o território e a identidade.

Problemas apontados pela comunidade, não abordados nesta pesquisa, foram, em grande parte, de forma intencional e não, contemplados por projetos do observatório. Assim, temáticas como o autorreconhecimento, os direitos específicos, o associativismo, a produção sustentável e a geração de renda, passaram a ser discutidos nas ações envolvendo o OCDOCE (FOTOGRAFIA 48).

Fotografia 48 - Reunião do OCDOCE/UNIFEI com a Comunidade dos Jorges



Fonte: Do autor, 2022.

Em suma, a organização política da comunidade dos Jorges, com suas raízes profundas e longínquas, foi “etnicizada” nos últimos anos, mobilizando o acúmulo de forças históricas para o desenvolvimento e a apropriação da pauta quilombola. A sindicalização, o associativismo, a conformação às políticas da agricultura familiar e as articulações sociopolíticas em geral passaram a ser atravessadas e orientadas, cada vez mais, pelo autorreconhecimento quilombola. O processo de territorialização conferiu à comunidade negra rural a condição e a identidade quilombola.

5.3 Território dos Jorges: ancestralidade, usos e contradições

5.3.1 Criação e recriação de um território ancestral

Nas Matas de Peçanha, região secular de fronteira, mantida assim por uma combinação entre controle colonial e resistência indígena, forjaram-se as condições favoráveis à emergência de comunidades camponesas. De alguma forma, essas condições atraíram o grupo familiar, gerado por Antônio Jorge e Maria Carolina. Num movimento de libertação e de construção de autonomia familiar, os Jorges se deslocaram por, pelo menos, uma década em busca de uma terra. Ao conquistarem, a transformaram em território. Um território familiar de um campesinato negro.

Desde o princípio, se depararam com diferenciações que influíam na delimitação da territorialidade étnico-racial. Um relato de uma comunitária, que era bebê naquela época, é exemplar nesse sentido, evidenciando estranhamento e diferenciação na chegada do grupo familiar nas adjacências do ribeirão Água Branca.

Tava abandonado. E o dono dessa propriedade aqui tinha mudado pra um lugá que chama, que meu pai falava, chamava Ramaiete. [...] Então, neles chegá aqui, vieram uns moço lá do[...] Então quando fez quatro dia que es tava acampado lá alí, aonde que o vovô mora, alí na casa do meu vô alí. Alí na baixada. Alí naquela varge que tem lá. Então chegô um moço lá do lado de lá, da Taquara Branca e lá do Zé Sival. E chamava até Benidito Patrício. Assim ês contava. Ês contava quando eu foi entendeno por gente, es foi contano. Chamava Benidito Patrício. Então o Sinhô Binidito chegô perto dele e num conhecia, né? Chegou com medo, que aquele povo tudo preto, tudo nego, ele falou assim: que povo é esse? Mas vai chegano assim, já vai sabeno notícia que eles tava lá, né? Vem chegano, vem sabeno notícia que ês era muito educado, que ês era muito bão, que ês era muito trabaiaadó. Tava procurano um acampamento. Tava procurano um lugá pra comprá. Então ês já vei sabeno lá do Zé Sival que ês era pessoa de bem. Que num era pessoa, que ele vinha pensano, às vez, que era pessoa marginal. Então chegou e procuro entendê com ês e tudo. [...]Então, sô Benidito chegô, entendeu cum ele, tudo, vovô Jorge vem saino de lá pra cá, comprimento ele, e ele tava conversano, que como já o dia, que es já tava a quatro dia que es já tinha vindo da Vargem Alegre, que es tava sentado alí, e pensano como é que es iria fazê pra es localizá e acha o dono dessa fazenda. Se eles cunhecia. E falou assim: “Não Seu Jorge, cunheço. Eu cunheço o dono dessa fazenda aqui. Eu saí aqui da casa deles. Ês desprezaro isso aqui eu nem sei porque. Isso aqui é uma gema de terra. Mas procuro cidade. Ês mudaram pra Ramaiete” (Comunitária, 2014, 75 anos).

A territorialidade negra se constituiu e se consolidou historicamente, fundamentando a identidade familiar e comunitária. Fato evidente logo no primeiro encontro que tivemos, em 2014, quando ainda prospectávamos sobre as situações sociais a serem abordadas no processo de investigação das relações estabelecidas entre agricultura familiar e programa de fomento florestal. Por meio do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Peçanha, conhecemos Luis Eusébio, o Luizim. Num breve passeio com ele, ao indagarmos sobre a origem da comunidade, tivemos a resposta “Vieram do Serro, mas antes de lá, da África”. A partir de então, nossos olhares foram moldados, o que influenciou em todo o processo de pesquisa. Delimitando uma diferença histórica, ele demarcou a alteridade atual.

A territorialidade da comunidade se fundamenta, explicitamente, na linhagem familiar. Não à toa, aquela porção de terra, abandonada pelos antigos donos, foi batizada com o sobrenome do progenitor. A referência espacial se conjugou com a referência pessoal para denominar o córrego dos Jorges. O sobrenome Jorge, provavelmente, traz a historicidade do contexto de formação do grupo familiar, isto é, o período em que Antônio Jorge, Maria Carolina e seus filhos, trabalhavam como agregados na região do Serro, possivelmente nas terras dos

descendentes de Antônio Rodrigues Jorge de Freitas, o Tônico Quitungo. Assim, traz a territorialidade original.

Mas a territorialidade original foi formatada por outros signos, a partir das relações criadas e recriadas no território em formação. Nesse sentido, percebemos, a partir da segunda geração, a recorrência do sobrenome Gonçalves, coincidentemente o mesmo dos últimos donos da terra de Peçanha, dos quais fora adquirida. Em vista disso, é também provável que a incorporação deste sobrenome esteve ligada ao domínio territorial, como forma de legitimação. Num contexto em que o registro oficial e, logo, a denominação da pessoa se dava, muitas vezes, por ela própria, as territorializações possibilitavam o “jogo” de identificações.

Daquela territorialidade original, no Serro, a identificação familiar expressava a subordinação. Da territorialidade inicial em Peçanha, a autonomização. Com o sobrenome dos antigos donos das terras no registro pessoal, o grupo familiar renomeava o lugar, o transformando em território, no território dos Jorges.

Como vimos anteriormente, as formas de organização do uso do território se modificaram com o tempo, passando de uma gestão comum nos primeiros anos a uma gestão fragmentada a partir das divisões entre os membros da segunda geração. Todavia, mantiveram formas de apropriação comum através da ajuda mútua mediada pela troca de dias.

Segundo os relatos, ao longo do tempo, houve aquisição de terrenos adjacentes à dinâmica de reprodução socioambiental das unidades domésticas e do corpo comunitário. Também há relatos, bem menos recorrentes, de venda de glebas para pessoas externas à comunidade que, pela baixa relevância, parece pouco significativo para a dinâmica socioterritorial comunitária. Em geral, manteve-se grande parte do terreno original sob o domínio do grupo familiar dos Jorges, fato resultante também das estratégias de sucessão patrimonial e da endogenia matrimonial.

Nesse sentido, como visto, a primeira divisão no uso e gestão territorial se deu entre os três filhos homens e o pai, o que se modificou apenas após o seu falecimento, que desencadeou um processo de repartição baseado nas leis de herança. A manutenção por um tempo substancial do patrimônio nas “mãos dos homens” aparenta-se uma estratégia de sucessão patrimonial que busca evitar o controle da terra por não descendentes que, no caso, seriam os cônjuges das filhas.

Como forma mais subliminar de manutenção do patrimônio familiar, aparecem as relações de endogenia. Ao analisarmos a árvore genealógica, percebemos o casamento entre primos desde a terceira geração. Este tipo de matrimônio, além de impedir que o patrimônio seja controlado por homens não descendentes, possibilita melhores condições ao casal, ao viabilizar a conjugação de heranças. De forma geral, o casamento entre primos concorre, então, como uma forma de mitigação da fragmentação territorial decorrente da transferência patrimonial por meio dos direitos de herança.

Além do terreno original e das glebas adquiridas, a territorialidade da comunidade dos Jorges se estende para as áreas da localidade de São Bento, há poucos quilômetros de seu miolo comunitário. Há, ali, o cemitério de São Bento que, durante décadas, foi o destino dos antepassados das gerações atuais. Ali estão enterrados, por exemplo, Antônio Jorge e Maria Carolina. Nos dias de finados, é o cemitério de São Bento que, cercado de ripas de braúnas, recebe a visita e orações dos comunitários (FOTOGRAFIA 49).

Fotografia 49 - Cemitério de São Bento



Fonte: Do autor, 2022.

5.3.2 As formas de apropriação do território

A compreensão das formas diversas que as unidades domésticas se apropriam do território dos Jorges e, logo, do ordenamento territorial, passa, necessariamente, pelo entendimento das classificações êmicas sobre os ambientes com os quais se relacionam.

Um comunitário revelou a existência de uma série de ambientes que correspondem às áreas altas, intermediárias e baixas do vale que comporta a comunidade. Do alto da igreja, é possível visualizar o relevo do vale (FOTOGRAFIA 50).

Fotografia 50 - Vista do relevo que caracteriza a geografia da comunidade



Fonte: Do autor, 2022.

A área baixa é classificada Terra Baixa, que é composta por um ambiente denominado brejo, várzea ou vazante. É uma área úmida e, portanto, propícia para culturas que “gostam de água” (FOTOGRAFIA 51). Historicamente, a qualidade e a intensidade do seu uso variaram de acordo as necessidades nas unidades domésticas e o nível de umidade das áreas. Inicialmente, como explicitado, foi realizado todo um esforço de drenagem para viabilizar o uso agrícola. Durante muito tempo, toda a área de brejo fora cultivada, sobretudo, com arroz e inhame. A extensão desses cultivos diminuiu ao longo tempo. Com a redução crescente da umidade, novos usos foram se incorporando, como hortaliças, lavouras de milho e de feijão e, até mesmo, pastagem. Sem dúvida, o nível de umidade da terra baixa é um indicativo da disponibilidade hídrica do território. Durante a pesquisa, nos deparamos com a seca total da água corrente, algo inédito, segundo os relatos.

Fotografia 51 - Arrozal no brejo



Fonte Do autor, 2022.

Outro ambiente é a Terra Fresca, uma área intermediária, que não é úmida nem seca. Historicamente, comporta as moradias, vias de comunicação, e lavouras em geral (FOTOGRAFIA 52). Nela, se localiza o chamado pé de ladeira, que se constitui como a área fronteira entre o relevo intermediário e o alto. Talvez pela natureza intermediária, o pé de ladeira, historicamente, comporta uma diversidade de usos. Lavouras, criações, estradas e trilhas, pastagem, eucalipto, floresta. De tudo se encontra no pé de ladeira, o que expressa seu lugar transitório. Também é chamado de ladeira, e antecede o morro.

Fotografia 52 - Residências e estradas no ambiente ao pé da ladeira



Fonte: Do autor, 2022.

A Terra Alta, considerada uma área seca, é formada pelo morro e pela chapada. O morro compreende a parte mais íngreme da terra alta, historicamente ocupado pelas florestas. Com o tempo, deu lugar aos plantios de eucalipto (FOTOGRAFIA 53). A chapada consiste no cume da serra, parte extrema do relevo e de divisa dos terrenos. Sempre foi ambiente florestal, transformando-se em reserva legal quando mudanças normativas exigiram sua implantação.

Fotografia 53 - Terra Alta



Fonte: Do autor, 2022.

Por fim, o território dos Jorges é constituído, também, pelas grotas, que correspondem às áreas de cavidade formada pelas ações de água de nascedouros. Dessa forma, abrigam as nascentes de água, termo usado como sinônimo. Nas palavras do referido comunitário:

É... É o local aonde, justamente, as nascentes existem, né. A gente vê a maioria dos pontos da terra, a água nasce na grotta. Aqui, no nosso caso aqui, em Minas Gerais, né, que se trata de terreno montanhoso e sem nível, né, então todas as grotas é onde nós temos conhecimento de nascente de água. Igual aqui em casa, aqui essa cabeceira, é, são fechadas quatro nascentes, dentro de uma grotta. Então toda grotta, toda ela ou em torno dela, uma época antes da água fugir, ela merejava água em torno da grotta praticamente toda. Enquanto lá em baixo, no curso aberto, né, dificilmente a gente vê os nascedouros, sempre se vê o córrego passar no entorno aberto. E da onde vem? Vem daquela cabeceira lá que é uma grotta. Vem dessa cabeceira do centro aqui, que é uma grotta; vem da cabeceira de lá da direita, que é uma grotta, né. Que nós somos, são três grotas pra dentro, aqui (Liderança, 56 anos, 2020).

Não obstante certa diversidade de usos da grotta e suas adjacências, como cultivos de determinadas lavouras, plantios de eucalipto e, até mesmo, instalação de moradias

(FOTOGRAFIA 54), em geral, a floresta é o elemento dominante. É lugar selvagem, protegido, habitado por criaturas perigosas.

Fotografia 54 - Grotá



Fonte: Do autor, 2022.

5.3.3 As contradições da sobrevivência camponesa no território

As contradições da reprodução socioambiental da comunidade dos Jorge de Água Branca se desenvolvem por meio de relações de resistência, de concessão e de colaboração com o processo de acumulação, num movimento histórico atravessado pelas conflitualidades agroambientais, étnico-raciais e territoriais. Essas contradições podem ser sistematizadas num antagonismo estrutural que se expressa através da relação entre autonomia camponesa x subordinação ao capital agroindustrial.

Como visto até aqui, o processo de formação da comunidade dos Jorges foi fundamentado num processo de autonomização por meio da conquista da terra familiar. Diante do êxito, o grupo familiar se constituiu como uma comunidade agrícola, para a qual a autossatisfação se mostrou estruturante e guiou as relações de produção e de trabalho. Por décadas, se reproduziu sob relações pouco monetarizadas. Buscou, por vias próprias, garantir o abrigo, a alimentação, a saúde e a educação. Não obstante uma série de privações e de ausências, se consolidou como um organismo comunitário potente, de referência regional e corpo social robusto.

Com o tempo, a somatização de mudanças demográficas e ambientais internas com transformações econômicas regionais, engendrou novas oportunidades e necessidades. As terras se fragmentaram, o corpo social enxugou e a potência de trabalho mirrou. A produção de carvão emergiu, a indústria de celulose chegou e a região se especializou. O dinheiro passou a ter fonte cada vez mais certa e concreta, as cadeias de siderurgia e de papel e celulose.

Nos anos 2000, o processo econômico na comunidade dos Jorge tem consolidadas, como atividades produtivas predominantes, a produção de carvão vegetal e de madeira em tora. Passam a ser predominantes a partir do momento em que absorvem a maior parcela dos recursos territoriais e do trabalho. Todavia, a predominância não implica em desorganização da produção agrícola, que se mantém, em expressividade, abrangência e diversidade.

De forma conjugada às atividades associadas às cadeias mundializadas, a produção agrícola se manteve com o foco prioritário no autoconsumo. É difícil especificar a forma como as unidades domésticas e, logo, o corpo comunitário, construíram esse processo de adaptação e de concertação contraditória entre os manejos “silviculturais” e os agrícolas. Porém, o que percebemos, pelos relatos, que em momento algum houve abandono da produção para autoconsumo, apesar da supressão e da substituição de algumas áreas.

A predominância gerou substanciais mudanças ambientais e nas relações de trabalho, subordinando, formalmente, o trabalho e a natureza da comunidade. O Programa Fomento Florestal da Cenibra teve papel fundamental, ao se expandir na comunidade nos anos 2000, depois da introdução de plantios de eucalipto para a produção de carvão vegetal. A adesão a este programa se relaciona com as facilidades de acesso, os fatores de produção e as possíveis combinações com a produção de carvão. Mas, esses incentivos podem ser sintetizados por um de natureza estrutural, a monetarização do processo econômico e conseqüente viabilização do acesso a determinados bens materiais, como explícito no depoimento de um comunitário vinculado ao programa:

Porque o fomento florestal, nós resolver [...] por conta disso, a nossa região era muito fraca. Ela era muito fraca. Ela era uma região assim, que nós vivia só da cultura. Só de roça, de milho, feijão, arroz, mandioca, cana, banana. Nós vivia disso. [...] Aí entrô a Cenibra cum esse fomento. Incintivano a gente. A gente plantô, então, melhorô. Que nós morava era numa casa de pau a pique, era feito de barro, pau a pique barreado. Aí, na Cenibra entrá e fazê essa proposta pra nós prantá, as coisas pra nós miorô. Miorô noventa e nove pur cento. Ficou só um purcento de chance de ruindade (Comunitário, 47 anos, 2014).

Percebemos que é recorrente a relação entre o rendimento dos plantios de eucalipto, via fomento florestal, e a mudança no padrão de moradia. Isso está associado à dinâmica de remuneração do programa, concentrada no momento do corte e da entrega. Assim, o produtor recebe, de uma só vez, ou em parcelas durante um curto período de tempo, uma quantia expressiva, o que viabiliza o emprego em investimentos vultosos, como uma construção de residência.

A facilitação do acesso a recursos monetários através do programa fomento florestal não se deu sem seu “preço”. A inserção deste programa no processo econômico da comunidade significou um aumento exponencial das monoculturas de eucalipto e, com elas, das adversidades ambientais. Não obstante a polêmica que envolve os danos ambientais das monoculturas de eucalipto e sua reprodução no contexto comunitário, como registrado em Siman (2015), percebemos uma compreensão cada vez maior dos seus prejuízos ambientais, sobretudo, em relação aos recursos hídricos. A escassez hídrica, cada vez mais frequente e evidente nas estiagens do período seco é, em geral, atribuída ao crescimento das monoculturas de eucalipto. Isso ficou evidente em uma série de entrevistas e na oficina que discutiu as questões comunitárias e na qual a redução da disponibilidade hídrica foi apontada como o principal problema ambiental da comunidade.

O “preço” do fomento florestal também é cobrado na apropriação do trabalho dos comunitários. Os plantios realizados através desta relação econômica sempre exigiram um dispêndio substancial do trabalho familiar das unidades domésticas. Mas, como abordado em Siman (2015), este trabalho não é incorporado, em sua maior parte, ao cálculo dos custos de produção dos produtores. Desse modo, ele acaba sendo subtraído, dado as relações oligopsônicas com a indústria de celulose e, logo, da incapacidade das unidades domésticas o projetarem no valor da mercadoria.

Este fato cria uma impressão de que a produção via fomento florestal é rentável, pois não se leva em conta o valor do trabalho familiar implicado na produção. Além de não se considerar o valor da terra, pois a renda da terra não é incorporada aos cálculos da produção, por parte das unidades camponesas dos Jorges. Nesse sentido, a depreciação da qualidade ambiental promovida pelas monoculturas de eucalipto também não é considerada. Portanto, como concluído em Siman (2015, p. 160),

Em suma, como base no exposto até aqui, pode-se conceber o Fomento Florestal como um mecanismo de contratar trabalhadores sem remunerá-los, arrendar terras sem

pagamentos da renda e comprometer a reprodução dos recursos naturais sem se responsabilizar.

Como aludido, um dos fatores que influenciam na adesão ao fomento florestal é a sua combinação com a produção de carvão vegetal. Como a brota do eucalipto já não é mais vinculada ao contrato de compra e venda do programa, os produtores a aproveitam para a produção do insumo energético. Assim, o fomento florestal se expressa, também, como uma forma de investimento na produção associada ao setor siderúrgico, o que relativiza a dependência dos produtores do próprio programa. Todavia, não tem implicações significativas na autonomia camponesa, dada a vinculação com o capital agroindustrial.

A persistência das forças de autonomização tem sido, nos últimos 10 anos, potencializada pela inserção no mercado de produtos agrícolas por meio de políticas públicas para a agricultura familiar e feiras livres. Essa inserção é protagonizada, sobretudo, pelas mulheres com sua produção de hortaliças, quitandas, temperos etc., e a venda direta dos produtos. A participação em feiras e em projetos de comercialização das políticas públicas para a agricultura familiar faz parte de uma engrenagem de retroalimentação que, ao mesmo tempo, se abastece da persistência agrícola e sua qualidade e diversidade histórica e se impulsiona.

As mudanças atuais no programa fomento florestal, que implicou na obrigatoriedade da terceirização de boa parte do trabalho costumeiramente executado pela família ou através da troca de dias, evidenciou contradições que provocam descontentamentos e, até mesmo, problematizam as vantagens da produção via fomento florestal.

A estes fatores de desgaste da relação com a relação com a indústria de celulose se somam os descontentamentos gerados com a conclusão de que as monoculturas de eucalipto, em grande parte incentivadas e mantidas pelo fomento florestal, são as principais responsáveis pelos problemas hídricos da comunidade (FOTOGRAFIA 55). Frente a isso, desejos de superação e de reversão da predominância nas produções arbóreas e das atividades associadas, têm aflorado. O depoimento a seguir é exemplar, nesse sentido.

Eu acho que é as duas coisas. Eu acho que é as duas coisas porque que virou um clima terrível esse lugar nosso aqui por causa dessa água, virou. E naquele tempo, quando no início, eucalipto deu muito, deu condições de vida, assim, num é coisa de ficar rico. Mas deu conforto porque as casa, num tinha casa aqui. As casa era tudo de barro batido, de taquara... Todo mundo que teve um pezinho de eucalipto, ou mesmo quem tava trabalhando no eucalipto nos outo, teve condições de fazê uma casinha. Né. Comprá seus eletrodomésticos, então. Só que hoje num ta dando não. Eles planta, eles corta que manda pra lá, num dá quase nada de dinheiro. Faz carvão também, num dá quase nada de dinheiro. Então, eu acho que no fundo, no fundo, daqui, daqui uns

tempo não te, vai acaba com esses eucalipto. Já pensô se eles acabasse com esses eucalipto e plantasse mandioca (Liderança, 68 anos, 2020).

Fotografia 55 - Córrego dos Jorges seco, 2019



Fonte: Do autor, 2022.

O estudo das contradições da reprodução socioambiental da comunidade dos Jorges, a partir da dialética entre autonomia camponesa e subordinação ao capital agroindustrial, nos ajuda refletirmos sobre os anúncios comunitários, isto é, as formas de resistência à subalternização e suas expressões sociopolíticas na construção de autonomias.

5.3.4 Os anúncios do território

Discutirmos sobre os “anúncios do território” dos Jorges, nos reporta à dialética denúncia-anúncio na construção utópica do esperar, como elabora Paulo Freire.

Não há utopia verdadeira fora da tensão entre a denúncia de um presente tornando-se cada vez mais intolerável e o anúncio de um futuro a ser criado, construído, política, estética e eticamente, por nós, mulheres e homens. A utopia implica essa denúncia e esse anúncio, mas não deixa esgotar-se a tensão entre ambos quando da produção do futuro antes anunciado e agora um novo presente. A nova experiência de sonho se instaura, na medida mesma em que a história não se imobiliza, não morre. Pelo contrário, continua (FREIRE, 1992, p. 126)

A anunciação que enfatizamos, no fim desta tese, se manifesta por meio de dois movimentos históricos, a agricultura camponesa e a emergência étnica. A agricultura da comunidade dos Jorges é marcada por práticas tradicionais de cultivo, de biodiversidade e de ajuda mútua. Não obstante o manejo do solo por revolvimento mecânico, uma série de práticas tradicionais são

reproduzidas. Uma delas é a irrigação por meio de regos que, nas várzeas, espalham a água por todas as áreas, funcionando como um sistema de irrigação que mantém a umidade das terras baixas durante quase todo o ano. Outra é o uso de calendário lunar para o plantio e a colheita. Orientadas pela lua, muitas unidades domésticas organizam suas atividades agrícolas de acordo com suas fases, buscando influir na sua qualidade. A adubação orgânica está presente em várias culturas, apesar do uso de fertilizantes minerais. A negação do uso de veneno agrícola nas áreas de cultivo é, também, recorrente, apesar de alguns casos isolados.

A agricultura camponesa dos Jorges se fundamenta na policultura desde sua origem. Dada a natureza da sua orientação, ou seja, o direcionamento primordial para o autoconsumo, sempre foi diversa. Com o tempo, algumas espécies deixaram de ser cultivadas, mas outras foram incorporadas. Na atualidade, há uma combinação de cultivares locais com os acessados via mercado. Porém, a diversidade das hortas, quintais e lavouras se mantém. Destacamos o cultivo de arroz que, apesar da redução histórica, ainda está presente em boa parte das unidades domésticas. Cultiva-se, sobretudo, o chamado arroz de abril, que é um arroz vermelho de cor, aroma e paladar peculiar. No Quadro 2, está a relação de gêneros e de variedades identificados durante a oficina de caracterização do processo agrícola na comunidade:

Quadro 2 - Diversidade de parte dos gêneros e variedades produzidos na comunidade dos Jorges

Gênero	Variedade
Milho	Agroceres (híbrido); Santa Helena; Palha Roxa; Palha Branca; Priorize; Milho Alho
Arroz	Mulatão; Mulatinho; Mês de Abril; Sequeiro
Feijão	Preto; Carioca; Roxinho; Ferro; Jalo; Roxão; Sangue de Boi; Grosso; Corda Miúdo; Feijão de Vagem
Fava	Branca; Roxa; Vermelha; Marrom; Pintadinha
Mandioca	Cacau; Espora; Amarelo; Mulatinho; Mandiocaju; Põe mesa; Pele de Urubu
Inhame	Roxão; Chinezim; Chinezão; Preto; Branco; Rosa; Japonês; Capixaba; Mangarito
Batata	Semente; Roxa; Amarela; Branca; 60 dias
Abóbora	Jacarequinha; Japonesa; Menina; Brasileira; Sol da Tarde; De árvore; Moranga; Mugango; D'água

Fonte: Resultados da pesquisa, 2019.

Por fim, o processo agrícola dos Jorges é baseado na ajuda mútua e no trabalho familiar. Para as atividades de menor porte ou que permitem um tempo maior de execução, é o trabalho da família nuclear que dá conta. Mas, as tarefas de maior escala que exigem agilidade são feitas por meio da ajuda mútua, a partir da troca de dias. A troca de dias, além de ser uma estratégia de composição de força de trabalho que dispensa remuneração e, portanto, desonera a produção familiar, é um elo fraternal de reafirmação de laços de parentesco e de vizinhança, relativizando a lógica instrumental do uso da terra, reafirmando uma razão histórica.

À potência da agricultura camponesa da comunidade dos Jorge se junta a emergência étnica por meio do autorreconhecimento quilombola. Como explicitado em item anterior, o processo de autorreconhecimento quilombola da comunidade dos Jorges é recente, cuja consagração se deu em 2018 quando conquistaram a certificação da Fundação Cultural Palmares. Desde então, houve um processo de ressemantização da história do grupo familiar, num movimento crescente de valorização interna e externa, que reverbera numa elevação da autoestima comunitária, expressa em uma série de depoimentos coletados durante a pesquisa de campo.

Acredito eu que... que a maioria sente satisfeito. Praticamente, quase o total, né. Não posso afirmar se 100%, né, se sente satisfeito, mas se não tiver 100%, tá bem próximo, que se sente satisfeito.

[...] É porque... a... teve o reconhecimento da família, né, saber que aquela comunidade, ela foi reconhecida. Aquelas famílias de cor escura, elas foram enxergadas, né? Isso é uma grande importância para nós. Reconhecimento (Liderança, 56 anos, 2020).

Isso pra gente, o que eu posso fala pro cê é que isso é uma honra muito grande pra gente, né. É uma honra da gente, que até então como a gente não tava sendo reconhecido, e de repente surgiu isso aí. Isso aí é uma honra pra gente, pra família, pra comunidade, né. Eu acho que é uma honra muito grande a gente ter sido reconhecido como quilombola, né. É histórias, passados que hoje tá assim, é, qui ocês é, num sei, como é que eu falo pesquisadores disso né, tentando resgatar, esses costumes antigos, né, que, foram vividos, essas pessoas que, do antepassados, né. Dos nossos antepassados, então chegamo a conclusão que somos quilombolas, então isso pra gente é uma honra muito grande, né.

[...] Mas, ué. Eu num sei, eu falo honra assim, porque é uma história que a gente praticamente, pra gente num existia. Mas se hoje foi reconhecido, a gente vai ficar na história. Então isso é honra, a gente vai deixar essas história. Vai deixar pros filho da gente, pros neto tudo. Pra daqui uns anos, eles lembra assim ó gente, é isso mesmo, minha mãe era quilombola, fulano de tal era quilombola. Então, por isso que eu falo que se ficar na história é porque é uma honra pra gente, que vai deixar isso na história pra eles. Acho que é, num sei não. Num é. Eu acho que sim, como a gente ficou reconhecido na história, pra gente é uma honra muito grande, né. De ter recebido esse título de quilombola, família diferente, né. Nome diferente, nome de família diferente então eu acho que pra nós, foi uma honra muito grande. Acredito que sim. Né, e daqui pra frente, é, a gente tentar, é, resgatar coisas que eles viveram, né. E procura o que é de direito nosso né. Que assim como existe os direitos diferentes, né. Aí nós vamo tenta busca também esses direitos nosso que a gente tá vivenciando ele aí, pra que

deixe na história nossos filhos, netos e bisnetos. Né. Não sei se eu tô falando verdade mais, eu penso assim, agora não sei se é assim (Comunitária, 63 anos, 2020).

O sentimento de valorização não se desenvolve de forma abstrata, está lastreado em uma gama de comportamentos e de ações de atores externos, bem como na conquista de direitos. Como mencionado, a própria iniciação da discussão sobre a pauta quilombola no contexto comunitário ocorreu por meio de relações com atores e instituições de prestígio social, como a Emater, a Secretaria Municipal de Cultura, a Universidade Federal de Viçosa, a Federação das Comunidades Quilombolas do estado de Minas Gerais, o Ministério Público etc.

A festa de celebração da conquista da certificação foi emblemática nesse sentido (FOTOGRAFIA 56). O evento, realizado em outubro de 2018, contou com a participação de diversas autoridades de abrangência municipal e estadual. A programação que envolveu missa afro, solenidade, apresentações culturais e almoço coletivo, contou com a participação de representantes do executivo municipal, da secretaria municipal de agricultura, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (SEDESE), da N'Golo e da Cenibra.

Fotografia 56 - Faixa de boas vindas durante a festa de comemoração da certificação quilombola, 2018



Fonte: Do autor, 2022.

Fotografia 57 - Apresentação cultural durante a festa de comemoração da certificação quilombola, 2018



Fonte: Do autor, 2022

Junto a esse reconhecimento externo, aconteceu a conquista de direitos. O primeiro foi a manutenção da escola da comunidade, que chegou a ser comprometida no processo de desativação das escolas rurais no município. Depois, veio a contemplação pelo programa de eficiência energética “Cemig no Campo”, que promoveu a substituição de lâmpadas e sorteio de eletrodomésticos. Em 2020, após pressão comunitária, a prefeitura municipal passou a fornecer atendimento médico uma vez ao mês para a comunidade. Neste contexto, a comunidade passou a compor o escopo de atuação de dois projetos de extensão universitária do OCDOCE/UNIFEI. Durante a pandemia da Covid 19, devido à política do Sistema Único de Saúde (SUS), o programa de imunização contemplou a comunidade de forma prioritária, por causa da condição quilombola. Também pela situação pandêmica, foram feitas doações de cestas básicas provenientes de ações da Federação Quilombola.

O quadro atual do autorreconhecimento quilombola pela comunidade Jorge é marcado, pois, pela potencialização da luta pela efetivação dos direitos específicos e fortalecimento comunitário. Não obstante as conquistas alcançadas, o acesso aos direitos se depara com uma

série de entraves. O que se apresenta de forma mais latente está relacionado a não caracterização da condição quilombola na Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o que impede a comunidade de ter prioridade nos PAA e PNAE. Isso se dá pelo fato de a Associação Comunitária dos Jorges ter como associados membros que não fazem parte da comunidade quilombola, a impedindo de ser uma exclusivamente associação quilombola. Todavia, a Associação é a principal via de acesso desses membros externos às políticas da CONAB.

Isso se apresenta, atualmente, como o principal dilema que envolve o processo de autorreconhecimento e sua relação com os direitos específicos das comunidades remanescentes de quilombo. Todavia, a diretoria da Associação, que é composta pelos Jorges, está mobilizada e empenhada na busca de soluções que viabilizem o acesso ao direito específico, sem desarticular as condições de acesso dos membros externos às políticas de abastecimento. Em 2022, houve um franco diálogo entre as lideranças comunitárias, envolvendo atores institucionais como o OCDOCE e a Emater, para a construção dessas respostas. Sem dúvida, esta frente representa o vigor da pauta no contexto comunitário e expressão da articulação sociopolítica da Comunidade Quilombola dos Jorges de Água Branca.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando chegamos ao fim desta tese, percebemos um percurso durante o qual uma série de discussões foram feitas, uma quantidade substancial de dados foi registrada e algumas informações apresentadas. Observamos também que muitos debates estão em curso, muitos elementos sem alcance, algumas perguntas formuladas e muitas respostas a serem dadas. A metodologia e o arcabouço teórico-conceitual possibilitaram o alcance de determinadas compreensões, mas, não foram suficientes para a completa apreensão de um fenômeno tão novo, complexo e dinâmico como a emergência étnica de uma comunidade quilombola. Nem mesmo foi proposta essa completude.

Buscamos, com todas as limitações estruturais e conjunturais da pesquisa social na periferia do sistema, envolta com o desmonte das universidades públicas, compreender como podemos relacionar e articular as diversas estratégias de reprodução empreendidas ao longo do tempo na formação territorial dos Jorges à emergência étnica como comunidade quilombola, considerando os desafios atuais sintetizados por contextos de crises.

Para tanto, usamos procedimentos metodológicos que dialogassem com a construção coletiva de compreensão desse processo de autorreconhecimento. Queríamos ter feito muito mais, mas fizemos o que foi possível. Durante os anos de 2013 e 2022, mantivemos uma articulação constante e permanente com a comunidade e suas referências, vivenciando o cotidiano em diversos momentos, coletando depoimentos e promovendo espaços de discussão e diagnósticos coletivos. Sementes floram plantadas, algumas se desenvolveram e foram colhidas. Projetos foram gestados e seguem sendo realizados.

Reivindicamos, de um ponto de vista conceitual, a centralidade do campesinato como chave de compreensão sociológica do modo de vida e de produção da comunidade dos Jorges. Mas a entendemos insuficiente, requerente de complementação. Assim, trouxemos a noção de povos e de comunidades tradicionais que, não obstante limitações heurísticas, possui atualidade e força discursiva particularmente importantes para o fenômeno. Todavia, acentuamos suas limitações por focarem o elemento étnico e não atentarem para o racial, a partir do qual também reclamamos centralidade para o fenômeno estudado.

A discussão sobre o sujeito de pesquisa, a partir de uma abordagem da sua reprodução socioambiental, implicou na qualificação da abordagem das conflitualidades que atravessam sua luta por sobrevivência. Em termos metodológicos, a análise das conflitualidades agroambientais, territoriais e étnico-raciais buscou caracterizar os aspectos macrosociológicos que permeiam as comunidades negras rurais no Brasil contemporâneo, visando a elucidar algumas relações que perpassam a experiência histórica e contemporânea dos Jorges. Nessa discussão, a expropriação, a superexploração do trabalho e da natureza, o racismo e a exclusão se chocam com a resistência camponesa e do movimento negro e quilombola.

Ao caminharmos para experiência concreta, efetivamos esforços descritivos dos elementos da natureza que compõem o contexto geográfico e biológico no qual se insere a comunidade para, então, discorrermos e analisarmos os processos históricos e de mudança social que se desenvolveram naquele ambiente florestal. A partir daí, situamos os elementos relacionais que nos ajudaram a conjecturar sobre o caráter das frentes de ocupação do território da região de clima frio do município de Peçanha e os fatores que ajudam a explicar possíveis motivações dos movimentos migratórios, inclusive dos Jorges, da região do Serro.

Concentramo-nos na memória coletiva para a organização de componentes de um percurso que versa sobre personagens, episódios e relações lembradas e reproduzidas pelas pessoas de idade mais avançada da comunidade. Nesse labor, trouxemos informações e análises sobre os antepassados, suas relações com a escravidão e a luta pela libertação. Relacionamos essa ancestralidade com a luta pela terra, pela construção da autonomia sobre os corpos e o trabalho. E, a tudo isso, a construção de um território familiar.

Antônio Jorge e Maria Carolina foram centrais nesse processo. Progenitores, são rememorados como as principais referências da ancestralidade da comunidade, marcadores elementares da identidade do grupo familiar. Antônio Jorge é evocado como referência espacial, que nomeia o lugar, o córrego, o território familiar. Também é símbolo da ancestralidade africana, fazendo a ponte no processo diaspórico. Maria Carolina (Kalu) representa o componente indígena da história comunidade, a ponte com a natureza, com o universo mágico das plantas e mãos que cuidam e curam. Ela é resgatada como símbolo da força feminina e do trabalho das mulheres.

As primeiras décadas de formação do território familiar foram abordadas como a primeira fase, marcada pela consolidação de uma comunidade, de potência extraordinária e de significativa

autossustentação. Nesse contexto, a população cresceu substancialmente e experimentou-se as primeiras divisões territoriais. Uma complexa combinação e rede de ajuda mútua caracterizaram o trabalho coletivo, que gestou uma organização de classe e bases sólidas para o associativismo vindouro.

A expansão das atividades associadas às cadeias siderúrgicas e de papel e celulose inaugurou o que denominamos como segunda fase. Nela, boa parte da região remanescente da Mata do Peçanha foi radicalmente incorporada à espacialidade de duas cadeias mundializadas. As trocas monetárias se acentuaram radicalmente, a superexploração do trabalho e da natureza também. Na década de 1990, o programa fomento florestal inaugurou uma relação econômica que, não obstante ter proporcionado inabitual acesso à recurso monetário de tamanho montante, aprofundou a subordinação e o controle do trabalho e das terras dos produtores da comunidade. Concomitantemente, a herança de um campesinato agrícola sustentou o consumo doméstico e comunitário, fortalecido por políticas de incentivo à agricultura familiar, a partir dos anos 2000.

Essa fase é exemplar para a compreensão das relações que caracterizam a subordinação do trabalho e da terra das unidades familiares, isto é, do desenvolvimento de relações de semiproletarização. Não obstante a manutenção da propriedade da terra, parte significativa de sua renda e potencial ecológico passaram a ser apropriados pela relação contratual com a indústria de celulose. No mesmo sentido, o trabalho dos Jorges foi subordinado, condicionado e parcialmente não remunerado pela condição de agricultor formalmente integrado às cadeias de valor.

As transformações ambientais agudas no território dos Jorges, e em toda a região de clima frio de Peçanha, se desdobram, na atualidade, em problemas ambientais graves. Um lugar paludoso, caracterizado por sua umidade excessiva, se transformou em uma “terra” cuja água é escassa, de forma crítica, durante o período seco. Não é possível elencar todos os fatores que contribuíram para essas condições, mas, segundo as pessoas que ali vivem, estão ligados aos extensos plantios de eucalipto, seja para a celulose, seja para a produção de aço.

A crise hídrica anuncia uma crise na relação entre a comunidade e a indústria de celulose que mantém plantios no seu interior e entorno. Todavia, em decorrência da forte dependência econômica da empresa e de relações pessoalizadas, não se percebe oposição explícita. A contraposição ocorre através da afirmação de lógicas produtivas, relacionais e ecológicas que

contradizem a razão monocultural. A luta cotidiana pela soberania alimentar e manutenção das relações comunitárias desafia o domínio da multinacional. Se os problemas ambientais da lógica monocultora e homogeneizadora dos plantios de eucalipto sintetizam as denúncias da fragilização territorial, os processos agrícolas e agroindustriais artesanais evidenciam os anúncios. Com uma diversidade de espécies e variedades, várias unidades domésticas da comunidade reproduzem uma agricultura policultora que garante boa parte da sua cesta alimentar, nutricionalmente heterogêneo. Os produtos alimentícios processados sofisticam, ainda mais, a base alimentar. Conjuntamente, proporcionam, a muitas famílias, uma forte independência em relação ao mercado alimentar, gerando renda quando comercializados em feiras e via programas públicos.

A mudança ambiental local é cada dia mais associada às atividades relacionadas com as cadeias mundiais siderúrgica e de papel e celulose. Esta última mantém presença sistemática nas comunidades e possui imensa extensão territorial no município e região. Questão agrária e ambiental se encontram, em uma relação do domínio fundiário com a degradação ambiental, e com métodos sofisticados de apropriação do trabalho e da renda da terra do campesinato pelas cadeias de valor.

A crise hídrica que se intensifica a cada ano e atinge a comunidade tem sido interpretada de diversas formas. Uma delas é a problematização da centralidade que as atividades associadas aos monocultivos de eucalipto possuem no processo econômico comunitário. Esses questionamentos podem ser interpretados como sinais de necessária adaptação ambiental, de um cenário que não apresenta saídas na continuidade. De um ponto de vista simbólico, o desejo de descontinuidade das monoculturas de eucalipto questiona a propalada “vocação florestal” da região, e abre espaço para a valorização social de outras atividades e rela es.

Este esperar-se articula com os anseios e expectativas em torno do autorreconhecimento como comunidade remanescente de quilombo, processo recente que é potencializado pelo histórico de associativismo e articulação política local. A luta quilombola projeta a comunidade, a valoriza localmente, a conecta com experiências e identidades comuns, e amplia seus horizontes e contextos de incidência política. Projetos aparecem e são desenvolvidos. Novos anseios e expectativas são criados, confluências são movimentadas, para lembrar Ant nio Bispo dos Santos (2015).

Com os anseios e as expectativas surge a construção de possibilidades, o esperar. Alguns projetos presentes em que a comunidade está envolvida, ou que podem vir a ser criados, oportunizam autoconhecimento, mobilizações, reflexões e ações coletivas de valorização, sistematização e recuperação dos saberes tradicionais associados aos processos agrícolas, em especial, ligados à manutenção de variedades de arroz, de feijão e de milho.

A discussão sobre o território quilombola ainda se encontra em termos de possibilidades. A pauta quilombola toca a territorialidade em alguns pontos, outros não. Toca quando se reconstitui, do ponto de vista da memória coletiva e de experiências individuais, o processo de conquista da terra e sua relação com movimentos de libertação. Mas não toca quando não se discute a demarcação definitiva da propriedade. Talvez isso esteja ligado ao fato de se ter preservado, de forma substancial, os contornos originais. E também a ausência de conflitos por terra e invasões, eventos comuns em outros territórios quilombolas.

A apropriação da pauta quilombola hoje, na comunidade, está centrada no autoconhecimento e reconhecimento da sua peculiaridade histórica e cultural, bem como nos direitos econômicos e sociais. Os direitos territoriais não constituem, ainda, uma discussão. Todavia, sabemos que os direitos territoriais estão para além do hodierno, e projetam-se para o futuro. Versam sobre as condições materiais, sociais e políticas de reprodução do grupo em seu ambiente de vida, o que possibilita a adequação territorial às necessidades coletivas. Assim, é uma discussão que diz respeito à sobrevivência comunitária, ao existir quilombola das próximas gerações.

Ao tratarmos de futuro, chegamos na juventude de hoje. Nela se depositam muitas das possibilidades. Nesse sentido, o anúncio dos Jorges está também na apropriação da pauta quilombola pela juventude que, em parte, acompanha reuniões, encontros, apresentações e outros momentos que reforçam e reelaboram a identidade quilombola. Trata-se de um processo pedagógico, em que o autorreconhecimento e a valorização social possuem potencial formativo, qualificação das relações sociais e políticas das novas gerações.

Nosso investimento de pesquisa trouxe avanços substanciais sobre o processo de formação econômico e social da comunidade quilombola dos Jorges e as estratégias de reprodução que o permeia. Todavia, possui limitações que nos desafiam para estudos subsequentes e dedicação de outros pesquisadores.

Nesse sentido, cabe destacar a configuração territorial atual. Apesar da remontagem de lógicas de uso da terra e movimentos de partilha que envolveram a formação do território dos Jorges, não conseguimos avançar para uma descrição e análise da distribuição fundiária atual, seus limites e contiguidades. Também não embrenhamos no emaranhado cartorial, que permitiria compreender as relações de sucessões e suas formatações hodiernas.

Avaliamos que é preciso aprofundar o conhecimento e sistematização sobre as relações de semiprotelarização corrente nas unidades familiares da comunidade, fundamentando a análise sobre a natureza da superexploração do trabalho que subjaz a sua reprodução socioambiental. A descrição e depuração do desenvolvimento dos trabalhos assessoriais e dos processos migratórios, sazonais ou permanentes, se mostram como esforços profícuos nesse sentido.

Também não trouxemos à luz algumas relações que remontam aos traços culturais da comunidade, como aquelas relacionadas à religiosidade e às manifestações lúdicas e artísticas. O trabalho etnográfico abordou, em termos de registro, muitos desses traços, o que favorece futuras investidas.

Por fim, à guisa de conclusão, retomamos à pergunta inicial da tese e concluímos que a reprodução socioambiental da comunidade dos Jorges é marcada pela contradição dominação-resistência, que se expressa ao longo de relações de subordinação e autonomização, observadas através da etnografia das conflitualidades agroambiental, étnico-racial e territorial. Essa contradição se reproduz por meio de ações e reações locais de resistência, conceção e colaboração diante das cadeias mundiais de valor, sendo assim, compreensível a partir de exercícios metodológicos que articulam escalas espaciais e temporais macro e micro.

Esta pesquisa possibilitou identificar possíveis generalidades e especificidades dos Jorges em relação às outras comunidades quilombola. Como aspectos generalizáveis, podemos destacar a ancestralidade africana, a memória do tempo do cativo e a violência do racismo. Além disso, a origem comum da comunidade, a luta pela terra e sua conquista como sinônimo de liberdade, em processo de reprodução social que articula a constituição de um território familiar com relações subordinação do trabalho e da terra através de mecanismos de superexploração. Por último, o processo de reconhecimento quilombola como fator de valorização da identidade étnico-racial e territorial.

Recortamos, também, muitas especificidades como a ancestralidade afroindígena, a presença de memória recente do processo de deslocamento que deu origem à comunidade e as históricas relações políticas que a transformaram num polo aglutinador com personagens influentes. Também, mais recentemente, a contraditória integração com cadeias mundiais de valor e de manutenção da agrobiodiversidade e de práticas de ajuda mútua.

Em suma, o estudo das estratégias de reprodução socioambiental da comunidade dos Jorges possibilitou abordarmos dilemas estruturais do Brasil, como as questões nacional, racial e do desenvolvimento. Se os anúncios de uma história comunitária de luta e resistência podem ser evidenciados, muitos são os seus entraves. Quando esta tese foi defendida, em novembro de 2022, a maioria da população brasileira havia, recentemente, rechaçado um projeto de poder francamente hostil aos quilombolas e desarticulador das suas conquistas, apostando em outro que trazia em suas promessas e coalizões a defesa dos seus direitos. Todavia, contradições permanecem no seio do novo governo, complexificando qualquer boa intenção e exigindo dos setores progressistas que o compõe, do movimento quilombola e da sociedade civil organizada em geral, medidas audaciosas e radicais. Em âmbito local, a crise hídrica pode aprofundar ainda mais as contradições, implicando em maior investida das cadeias mundiais sobre o território da comunidade, em ruptura com a atual relação de concessão e colaboração. E, como ocorreu em muitos lugares, o amadurecimento da pauta quilombola pode se desdobrar em reivindicação por titulação definitiva. O que nunca se desenvolve sem contenda.

Salve Jorges!

REFERÊNCIAS

AB'SABER, A. N. **Os domínios de Natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. 4. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, H. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Heinrich Böll, 2004. p. 13-35.

ALBUM Chorographico Municipal do Estado de Minas Gerais. 1927: estudos críticos. Belo Horizonte: FUNDAMAR, 2012. Disponível em: <http://www.albumchorographico1927.com.br/>. Acesso em: 20 jul. 2022.

ALBUQUERQUE W. de; BRAGA FILHO, W. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-orientais; Brasília: Fundação Palmares, 2006.

ALIER, J. M. O ecologismo dos pobres. **Revista Wani**, n. 125, abr. 1992.

ALIER, J. M. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valorização. São Paulo: Contexto, 2007.

ALIMONDA, H. La colonialidade de la naturaleza: una aproximación a la Ecología Política latinoamericana. In: ALIMONDA, H. (Coord.). **La naturaleza colonizada: Ecología Política e Minería en América Latina**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales -CLACSO, 2011. p. 21-60.

ALMEIDA, A. W. B de. Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: ALMEIDA, A. W. B de. (et al). **Capitalismo Globalizado e recursos territoriais**: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro, 2010a.

ALMEIDA, A, W, B. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum. In: DELGADO, N, G. (Coord.). **Brasil rural em debate**: coletânea de artigos. Brasília: CONDRAF, 2010b. p. 137- 213.

ALMEIDA, A. W. B. Calhambolas, quilombolas e mocambeiros: a força mobilizadora da identidade e a consciência da identidade. In: ALMEIDA, A. W. B. **Os quilombos e as novas etnias**. Manaus: UEA, 2011. p. 162-170.

ALMEIDA, M. W. B. de. Narrativas agrárias e a morte do campesinato. In: **Ruris**, Campinas, online, v. 1, n. 2, set. 2007, p. 157-186. Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/ruris/article/view/656>. Acesso em: 20 jul. 2022.

ALONSO, Â.; COSTA, V. **Por uma sociologia dos conflitos ambientais no Brasil**. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3.ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

ALVAREDO, F et al. **World inequality report 2018**. [s.l.]: World Inequality Lab, 2018. Disponível em: <https://joserobertoafonso.com.br/wp-content/uploads/2021/03/wir2018-full-report-english.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2022.

AMANTINO, M. Sertões, índios e quilombolas. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, ano 50, v. 1, p. 92-109, jan-jun 2014.

AMIN, S. Capitalismo e a renda fundiária: a dominação do capitalismo. In: AMIN, S.; VERGOPOULOS, K. (Orgs.) **A questão agrária e o capitalismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ANDRADE, N. de A; ANDRADE, A. de A. Estudo histórico-geográfico do município de Peçanha. In: PEREIRA, S. da C (Org.). **Peçanha**: sua história e sua gente. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1996.

ANTÔNIO Rodrigues Jorge de Freitas (Tônico Quitungo). In: GENEAMINAS. [s.l.], [s.d.]. Disponível em: <https://www.geneaminas.com.br/genealogia-mineira/restrita/enlace.asp?codenlace=1298993>. Acesso em: 20 jul. 2022.

ARRUTI, J. M. **Mocambo**: antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru, SP: EDUSC, 2006.

ASNIS, G. Z.P; MANO, M. Continuidades e discontinuidades: a arqueologia Aratu-Sapucaí e a história indígena Cayapó. **Revista Museu Arq. Etn.**, n. 34, p. 154-173, 2020.

AVEAL, C. M.; MOTTA, M. Sesmária. In: MOTTA, M. (Org.). **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 427-431.

BARBOSA, J. M. **Mapa do Estado de Minas Gerais**: município de Peçanha. Belo Horizonte: Serviço Geográfico De Minas Gerais, 1939. Carta: color. Escala: 1: 200.000. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes_formatos/brtacervo.php?cid=478&op=1. Acesso em: 20 jul. 2022.

BARBOSA, W. de A. **Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.

BARRETTO FILHO, H. T. Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. In: ADAMS, C; MURRIETA, R.S.S; NEVES, W.A. (Eds.). **Sociedades**

Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006. p. 109-144.

BARTH, F. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: Tomke Lask (Org.). **O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000. p. 25-68.

BRANDÃO, C. R. Participar-pesquisar. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. C. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista Ed. Popular**, Uberlândia, v. 6, p. 51-62, jan/dez 2007.

BRASIL. Directoria Geral de Estatística. **Recenseamento do Brazil:** agricultura. Rio de Janeiro, 1923. v. 3.

BRASIL. Directoria Geral de Estatística. **Recenseamento do Brazil:** população. Rio de Janeiro, 1928. v. 4.

BRASIL. Directoria Geral de Estatística. **Recenseamento do Brazil:** relação dos proprietários dos estabelecimentos rurais recenseados do estado de Minas Gerais. Rio de Janeiro, 1924. v. 4.

BRASIL. Directoria Geral de Estatística. **Recenseamento Geral da População do Império do Brasil a que se Procedeu no Dia Primeiro de agosto de 1872:** Minas Geraes.: Rio de Janeiro, 1872.

BRASIL. **Lei nº. 11.428, de 22 de dezembro de 2006.** Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República [2022]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111428.htm. Acesso em: 20 jul. 2022

BRASIL. Serviço de Inspeção e Defesa Agrícolas. **Questionários sobre as condições da agricultura nos 176 município de Minas Gerais**. Rio de Janeiro, 1918.

BRITO, F. R. A.; OLIVEIRA, Ana Maria H. C. de e JUNQUEIRA, André C. A ocupação do território e a devastação da Mata Atlântica. In: PAULA, J. A. de (coord.). **Biodiversidade, população e economia: uma região de Mata Atlântica**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR; ECMVS; PADCT/CIAMB, 1997.

BUAINAIM, A. M. et al. (Orgs). **O mundo rural no Brasil do século 21:** a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília: Embrapa, 2014.

CAMPANILI, M; SHAFFER, W.B (Orgs). **Mata Atlântica:** patrimônio nacional dos brasileiros.. Brasília: MMA, 2010. (Serie Biodiversidade, 34).

CARDOSO, C. F. A brecha camponesa no sistema escravista. In: WELCH, C. A (Org.). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. São Paulo: Ed UNESP; Brasília: NEAD/MDA, 2009.

CARDOSO, C. F. **Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1987.

CARNEIRO DA CUNHA, M. ALMEIDA, M. W. B, Populações Indígenas, Povos Tradicionais e Preservação na Amazônia. In: CAPOBIANCO, J. P. R. et al. (Orgs.). **Biodiversidade na Amazônia Brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios**. São Paulo: Instituto Socioambiental e Estação Liberdade, 2001. p. 184-193.

CARRATO, J. F. **Capitania de Minas Gerais nos fins da era colonial**. [s.l.]: APM, [18??]. 1 Carta: preta e branca. Escala: 1 x 100.000.

CHAYÁNOV, A. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, J. G da; STOLCKE, V. (Orgs.). **A Questão Agrária**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1981. p. 133-163.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro Comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas - FGV, 1991.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT. **Conflitos no Campo Brasil 2017**. Goiânia: CPT, 2018.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT. **Conflitos no Campo Brasil 2020**. Goiânia: CPT,, 2021.

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE – CBH RIO DOCE. **A bacia**. Governador Valadares, 2016. Disponível em: <https://www.cbhdoce.org.br/institucional/a-bacia>. Acesso: 09 maio 2022.

COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS – CONAQ. [2022]. Disponível em: <http://conaq.org.br/>. Acesso em: 20 jul. 2022.

COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS – CONAQ. **TERRA DE DIREITOS. Racismo e violência contra quilombos no Brasil**. Curitiba: Terra de Direitos, 2018.

COROGRAPHIA DO MUNICÍPIO DE PEÇANHA. **Imprensa Oficial de Minas Gerais**, Belo Horizonte, v. 6, jan/mar 1901.

COSTA FILHO, A. As comunidades dos quilombos, direitos territoriais, desafios situacionais e o ofício do(a) antropólogo(a). **Novos Debates**: fórum de debates em antropologia, [s.l.], v. 2, n. 2, Jun. 2016, p. 126-140.

COSTA FILHO, A. Os povos e comunidades tradicionais no Brasil. In: Edmilton Cerqueira et al. (Orgs). **Os povos e comunidades tradicionais e o ano internacional da agricultura familiar**. Brasília: MDA, 2015, p. 77-98.

DEAN, W. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

DELGADO, G. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo: Ícone, 1985.

DELGADO, G. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2012.

DIEGUES, A. C. **Biodiversidade e comunidades tradicionais no Brasil**. São Paulo: NUPAUB-USP/ PROBIO-MMA/CNPq, 1999.

DIEGUES, A. C. S. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC; NUPAUB, 2001. v. 1.

DIEGUES, A. C; VIANA, V. M. **Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da Mata Atlântica**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC-NUPAUB-CEC, 2004.

ENGELS, F. O Problema Camponês na França e na Alemanha. In: SILVA, J. G. da; STOLCKE, V. (Orgs.). **A Questão Agrária**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1981. p. 59–80.

ERIKSEN, T. H. The cultural contexts of ethnic differences. **MAN**, v. 26, n. 1, p. 127-144, 1991.

ESCOBAR, A. Antropología y desarrollo. **Maguaré**, n. 14, p. 42-73, 1999.

ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, E. (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. **Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p.133-168.

ESPÍNDOLA, H. S. Caminhos para o mar: a expansão dos mineiros para o Leste. In: RESENDE, M. E. L. de; VILALTA, L. C. (Orgs.). **A província de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 51-70.

ESPÍNDOLA, H. S. **Sertão do Rio Doce**. Bauru: EDUSC, 2005.

FAERMAN, L. A. A pesquisa participante: suas contribuições no âmbito das ciências sociais. **Revista Ciências Humanas**, Taubaté, SP, v. 7, n.1, p. 41-46, jan/jun 2014.

FALS BORDA, O. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). **Pesquisa participante**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

FANON, F. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

FEDERAÇÃO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – N'GOLO. **Sobre**. [2022]. @quilombolasmg. Comunidade. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/quilombolasmg/>. Acesso em: 20 jul. 2022.

FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (Ed.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

FERNANDES, F. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Global, 2007.

FERREIRA, A. C. (Coord.). **Ecologia social dos recursos naturais**: território, biodiversidade e lutas por autonomia na crise do sistema mundial e do capitalismo extrativo. 2019. Projeto de Pesquisa. Rio de Janeiro, 2019.

FERREIRA, A. C. Etnicidade, territorialização e agronegócio: as frentes de expansão agrícola e as dinâmicas econômicas Terena e Paresi. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 35, 2011, [Anais eletrônicos...] Caxambu: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS, 2011. Disponível em: <http://anpocs.org/index.php/papers-35-encontro/gt-29/gt11-14/954-etnicidade-agronegocio-e-dinamicas-economicas-terena-e-paresi/file>. Acesso em: 20 jul. 2022.

FERREIRA, A. C. **Tutela e resistência indígena**: etnografia e relações de poder entre os Terena e o estado brasileiro. São Paulo: Edusp, 2013.

FERREIRA, A.C. **Trabalho, etnicidade e economia mundo**: o papel da ambientalização da política econômica na expropriação moral de trabalhador indígena, 2015. [Artigo não publicado].

FERREIRA, J. P. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. v. 25; v. 26.

FRANK, A. G. Desenvolvimento e subdesenvolvimento latino-americano. In: PEREIRA, Luiz (Org.). **Urbanização e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

FRANK. A. G. **Acumulação mundial**: 1492-1789. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

FREIRE, P. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). **Pesquisa participante**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GAJARDO, M. Pesquisa participante: propostas e projetos. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GOMES, F. dos S. **Mocambos e quilombos**: uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GOMES, F. dos S. Quilombos/Remanescentes de Quilombos. In: GOMES, F. S.; SCHWARCS, L. M. **Dicionário da escravidão**: 50 textos críticos. São Paulo: Cia das Letras, 2018. p. 367-376.

GRAMSCI, A. **A Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GUIMARÃES, C. M. A. **Negação da ordem escravista**. São Paulo: Ícone, 1988.

GUIMARÃES, J. M. Mineração, quilombos e palmares: Minas Gerais no século XVIII. In: REIS, J. J.; GOMES, F. dos S. **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1996. p. 139-163.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Caderno Pagu**, [s.l.], n. 5, p. 07-41, 1995.

HENRIQUES, M. S.; SOUZA, J. V. A. de (Orgs). **Vale do Jequitinhonha**: formação histórica, populações e movimentos. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

HENRIQUETA Cândida Reis. In: GENEAMINAS, [s.l.], [s.d.]. Disponível em: <https://www.geneaminas.com.br/genealogia-mineira/restrita/enlace.asp?codenlace=1298993>. Acesso em: 20 jul. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agrícola 1950**. Rio de Janeiro: IBGE, 1956.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agrícola 1960**. Rio de Janeiro: IBGE, 1967.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo agropecuário de 1975**. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo agropecuário de 1985**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo agropecuário de 1996**. Rio de Janeiro: IBGE, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo agropecuário de 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo agropecuário de 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 20 jul. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo demográfico de 1970**. Rio de Janeiro: IBGE, 1973.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo demográfico de 1980**. Rio de Janeiro: IBGE, 1983.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censos Econômicos**: agrícola, industrial, comercial e dos serviços (1940). Rio de Janeiro: IBGE, 1950.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Cidades**: Maternlândia. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Desigualdades sociais por raça e cor no Brasil. **Estudos e pesquisas**: informações demográficas e socioeconômicas, Rio de Janeiro, n. 41, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **IBGE Cidades**: Peçanha. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/pecanha/panorama>. Acesso em: 19 jul. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Mapa Etno-histórico de Curt Nimundaju**. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Mapa municipal estatístico**: Alvorada de Minas. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Carta: color. Escala: 1: 50,00.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Mapa municipal estatístico**: Dom Joaquim. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Carta: color. Escala: 1: 50,00.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Mapa municipal estatístico**: Guanhões. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Carta: color. Escala: 1: 50,00.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Produção da extração vegetal e da silvicultura**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

JOSÉ, O. **Indígenas de Minas Gerais**: aspectos sociais, políticos e etnológicos. Belo Horizonte: Movimento e Perspectivas, 1965.

KAGEYAMA, A. et al. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. C. et al. (Orgs.), **Agricultura e políticas públicas**. Brasília, IPEA, n. 127, p. 113-223, 1990.

KAUTSKY, K. **A questão Agrária**. Porto: Portucalense, 1972.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Proposta, 1980.

LANDER, E. (Comp.). **La colonidad del saber**: eurocentrismo y ciências sociais: perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

LEFF, E. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Record, 2006.

LEFF, E. Subdesenvolvimento e degradação ambiental. In: LEFF, H. **Ecologia, capital e cultura**: territorialização da racionalidade ambiental. Petrópolis: Vozes, 2009.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LITTLE, P. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**. Por uma antropologia da territorialidade. Brasília: Departamento de Antropologia, 2002.

MAGALHÃES, B de. **Expansão Geográfica do Brasil Colonial**: memória apresentada ao 1º Congresso de História Nacional e premiada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

MALERBA, J. **Diagrama da flexibilização da legislação ambiental brasileira e proteção de direitos territoriais**. Rio de Janeiro: FASE, 2018.

MARCONI, M. de A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: TRANSPADINI, R.; STEDILE, J. P. **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005a. p. 37-81

MARINI, R. M. Desenvolvimento e dependência. In: TRANSPADINI, R.; STEDILE, J. P. **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005b. p. 221-225,

MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. São Paulo: LECH, 1981a.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1981b.

MARTINS, M. do C. S; SILVA, H. C. C da; LIMA, M. A. de C. Mineiridade - a diversidade uniforme. Retrato de Minas no terceiro quartel do século XIX: população e economia. ENCONTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 3., 2002 [**Anais...**] Ouro Preto, 2002.

MARX, K. **A Origem do Capital: Acumulação Primitiva**. São Paulo: Global, 1977.

MARX, K. ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, K. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: MARX, K; ENGELS, F. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, 1980. p. 273–85.

MATTOS, I. M. de. Povos em movimentos nos sertões do Leste. In: RESENDE, M. E. L. de; VILALTA, L. C. (Orgs.). **A província de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 71-96).

MEDEIROS. L. S. de. **A história dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

MEMORIAS MUNICIPAES: arquivo da camara municipal da Vila do Principe hoje cidade do Serro, **Imprensa Oficial**, Ouro Preto, ano 1, v. 4, out./dez., 1896.

MENEZES, J. N, C. Produção de alimentos e atividade econômica na comarca do Serro Frio no século XVIII. SEMINÁRIO DE ECONOMIA MINEIRA, 9., 2000 [**Anais...**].

MENEZES, J.N.C. **O continente rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas**. Diamantina: Maria Fumaça, 2000.

MINAYO, M. C de S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2004.

MIRANDA, S. de. **Rio Doce: impressões de uma época**. [s.l.]: Biblioteca do Exército, 1949.

MOORE JR, B. **As origens sociais da ditadura e da democracia**: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. São Paulo: Martins fontes, 1983.

MORAN, E. **Adaptabilidade humana**: uma introdução à antropologia ecológica. São Paulo: EDUSP, 1994.

MORAN, E. **Nós e a natureza**: uma introdução às relações homem-ambiente. São Paulo: Senac, 2008.

MORAN, E. F; OSTROM, E. **Ecosistemas Florestais**: interação homem-ambiente. São Paulo: Senac São Paulo/ EDUSP, 2009.

MOTTA, M. Terra Devoluta: In: MOTTA, M (Org). **Dicionário da Terra**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 469-471.

MOURA, C. Quilombo de Peçanha. In: MOURA, C. **Dicionário da Escravidão Negra no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2013. p. 304.

MOURA, C. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

MOYO, S; YEROS, P; JHA, P. Imperialism and primitive accumulation: notes on the new scramble for África. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, v. 1, n. 2, 2012. p. 181-203.

MÜLLER, G. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: HUCITEC-EDUC, 1989.

MUNANGA, K. Origem e histórico do quilombo na África. **Revista de Antropologia da USP**, São Paulo, n. 28., dez.1995/ fev.1996.

NAS CAVERNAS DE PEÇANHA: os restos de uma civilização. **Diário do rio Doce**, Governador Valadares, 13 mar. 1977.

NASCIMENTO, A. do. **O Genocídio do povo negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. 3. ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NASCIMENTO, A. do. **O Quilombismo**: documentos de uma militância pan-africanista. São Paulo: Perspectiva; Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.

NETTO, J. P. Apresentação (1979). In: LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Nova Cultural, 1985. p. VII-XXI.

O'CONNOR, J. **Causas Naturales**: Ensayos de Marxismo Ecológico. México: Siglo XXI, 2001.

OBSERVATÓRIO DOS CONFLITOS RURAIS DO ALTO E MÉDIO RIO DOCE / UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ - OCDOCE/UNIFEI. **Mapa com identificação dos municípios associados com os lugares de origem, paranças e assentamentos**. Itabira, 2022.

OBSERVATÓRIO DOS CONFLITOS RURAIS DO ALTO E MÉDIO RIO DOCE / UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ - OCDOCE/UNIFEI. **Mapa de Peçanha**. Itabira, 2022.

OBSERVATÓRIO DOS CONFLITOS RURAIS DO ALTO E MÉDIO RIO DOCE / UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ - OCDOCE/UNIFEI. **Mapa uso e ocupação do solo do município de Peçanha, de 1985 e 1995**. Itabira, 2022.

OBSERVATÓRIO DOS CONFLITOS RURAIS DO ALTO E MÉDIO RIO DOCE / UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ - OCDOCE/UNIFEI. **Mapa uso e ocupação do solo do município de Peçanha, de 2005 e 2015**. Itabira, 2022.

OLIVEIRA, A.U. **A geografia das lutas no campo**. 13. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

OLIVEIRA, R. D. de; OLIVEIRA, M. D. de. Pesquisa Social e ação educativa: conhecer a realidade para poder transformá-la. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). **Pesquisa participante**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PACHECO DE OLIVEIRA, J. Uma Etnologia dos 'Índios Misturados'? Situação Colonial, Territorialização e Fluxos Culturais. In: PACHECO DE OLIVEIRA, J. (Org.). **A viagem da volta**: etnicidade, política e reelaboração cultural no nordeste indígena. 2. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004. p. 13-42.

PÁDUA, J. A. **Um sopro de destruição**: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PILÓ, H. M. **Arqueologia Tupi-Guarani**: relações entre as implantações dos sítios e cultura Material no Médio Rio Doce. Dissertação. (Mestrado Arqueologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

PIMENTA, D. **A Mata do Peçanha**: sua história e sua gente. Belo Horizonte: [s.e.], 1966.

PIMENTA, R. **A História de Peçanha**. Belo Horizonte: Cuatiara, 1993.

PINTO, Á. V. **Ciência e existência**: problemas filosóficos da pesquisa científica. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

PLANO INTEGRADO DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA DO RIO DOCE E DOS PLANOS DE AÇÕES DE RECURSOS HÍDRICOS PARA AS UNIDADES DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS NO ÂMBITO DA BACIA DO RIO DOCE. **Plano de ação de recursos hídricos da unidade de Planejamento e gestão DO4 – PARH Suaçuí.** [s.l.]: Consórcio Ecoplan - Lume, 2010.

POLANYI, K. **A grande transformação:** as origens políticas e econômicas de nossa época. Rio de Janeiro: Contraponto, 2021.

POLANYI, KARL. **A subsistência do homem e ensaios correlatos.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. **Teorias da etnicidade.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PRADO JR., C. **Formação do Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PROUS, A. **Arqueologia brasileira.** Brasília: Editora UNB, 1992.

REDFIELD, R. Folk society. **The American Journal of Sociology**, v. 52, n.4, Jan.1947.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro:** a formação e o sentido do Brasil. 3. d. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, G. **Fernand Braudel, geohistória e longa duração.** São Paulo: Annablume, 2017.

RIBEIRO, R. F. **Campesinato:** resistência e mudança – o caso dos atingidos por barragens do vale do Jequitinhonha. 1993. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1993.

RIBEIRO, R. F. **Florestas anãs do Cerrado:** o Cerrado na história de Minas Gerais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SAINT-HILAIRE, A. de. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais.** 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2019.

SALVADOR, M. N. R. **Os índios Terena e a agroindústria no Mato Grosso do Sul:** a relação capital-trabalho e a questão indígena atual. 2012. 108 f. Dissertação (Mestrado) -

Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio do Janeiro, Rio de Janeiro, 2012

SANTANA, P. M de. **Dependência e superexploração do trabalho no capitalismo contemporâneo**. Brasília: IPEA/ABET, 2013.

SANTOS, A. B. [NÊGO BISPO]. **Colonização, quilombos: modos e significações**. Brasília: UnB, 2015.

SANTOS, M. E. G dos. **Vida no quilombo: um estudo sobre as comunidades quilombolas do Alto Vale do Rio Doce em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Cedefes, 2018.

SANTOS, M. M D dos; SEABRA, M. C. T. C de. Motivação Toponímica da Comarca do Serro Frio: estudos dos registros setecentistas e oitocentistas em Mapas da Capitania de Minas Gerais. **Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico**, v. 20, n. 2: Cartografia Histórica, Tomo 2, p. 237-266, 2011.

SANTOS, W. G. A. **Democracia Impedida: o Brasil no século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2017.

SCHWARCZ, L. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Cia das Letras, 2021.

SCOLFORO, J. R; CARVALHO, L. M. T. de; OLIVEIRA, A. D.de. **Inventário florestal de Minas Gerais: monitoramento dos reflorestamentos e tendências da produção em volume, peso de matéria seca e carbono 2005-2007**. Lavras: Editora UFLA, 2008.

SCOTT, J. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes**, [s.l.], v. 21, n. 1, p. 10-31, jan/jun, 2002.

SCOTT, J. **Los dominados e el arte de la resistencia**. Cidade do México: Ediciones Era, 2004.

SERRANOS ILUSTRES. **Imprensa Oficial de Minas Gerais**, Belo Horizonte, v. 1, n.2, jan/jun 1905.

SHANIN. T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 8, n. 7, p. 1-21, 2005.

SILVA, D. A. F. **Memórias sobre o Serro Antigo**. Curitiba: Appris, 2020.

SILVA, J. J da. **Tratado de geographia descriptiva especial da província de Minas Gerais**. Juiz de Fora: G. C. Dupin, 1878.

SILVA, O. V. **Peçanha**: breve notícia histórica da fundação da Aldeia de Santo Antônio e Peçanha. Belo Horizonte: Traquitana, 2001.

SIMAN, F. M. **Nas Matas de Peçanha**: campesinato e fomento florestal no processo de mudança agroambiental. 2015. 170f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

SIMAN, F. M; OLIVEIRA, M. L. R. de; **Contradições da sobrevivência camponesa: saber, territorialidade e trabalho numa comunidade tradicional de Minas Gerais. Revista Geográfica Venezolana**, [s.l.], v. 60, n. 2, p. 484-498, jul/dez 2019.

SIMAN, F.M. Terra e liberdade: o deslocamento de grupo de parentes na primeira metade do século XX e a formação do campesinato na zona fria do município de Peçanha. **Revista de Desenvolvimento Social**, Montes Claros, MG, v. 19, n. 1, p. 137-156, 2016.

SOARES, A.G; SIMÕES, C.L. R; ROMERO, T.G. Crises econômicas, ascensões da extrema direita e a relativização dos direitos humanos. **Revista Cardeno de Campo**, Araraquara, n. 28, p. 193-223, jan-jun 2020.

SOUZA, L. de M. e. **Desclassificados do ouro**: a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

STRAUCH, N. **Zona Metalúrgica de Minas Gerais e Vale do Rio Doce**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1958.

SUZUKI, J, C; MARTINS, M, H. Jovens quilombolas e a mobilidade do trabalho nas comunidades da poça e do mandira, no vale do Ribeira de Iguapé – São Paulo. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**. Recife, v. 4, nº. 1, p. 207-234, 2015.

TOLEDO, V. M. Povos / Comunidades Tradicionais e a Biodiversidade. In: LEVIN, S. et al., (Eds.). **Encyclopedia of Biodiversity**. [s.l.]: Academic Press, 2001.

TURCHETT, N. G. A **“história em cacos”**: a cultura material pré-colonial – Sítio Lito-cerâmico Mato Seco, São Gonçalo do Abaeté, MG. 2018. 134p. Dissertação. (Mestrado em História) – Universidade Federal de São João Del Rey, São João Del Rey/MG, 2018.

VELHO, O. O conceito de camponês e sua aplicação à análise do meio rural brasileiro. In: WELCH, C. et al (Orgs.). **Camponeses brasileiros**. São Paulo: Editora da Unesp, 2009. (Coleção História Social do Campesinato no Brasil).

VERGÉS, A. B. **Os novos camponeses**: leituras a partir do México profundo. São Paulo: Cultura Acadêmica/Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011.

WANDERLEY, M. de N. B. **O mundo rural como espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

WEBER, M. Relações comunitárias étnicas. In: WEBER, M. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: UNB/Imprensa oficial, 2004. v.1.

WILLIAMS, E. **Capitalismo e escravidão**. Rio de Janeiro: Americana, 1975.

WOLF, E. **As guerras camponesas no século XX**. São Paulo: Global, 1984.

WOLF, E. R. **A Europa e os povos sem história**. São Paulo: EDUSP, 2005.

WOLF, E. R. Tipos de campesinato latino-americano: uma discussão preliminar. In: FIELDMAN-BIANCO, B. ; RIBEIRO, G. L. **Antropologia e poder**: contribuições de Eric. R. Wolf. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/ Editora Unicamp, 2003. p. 117-144.

WOORTMANN, K. Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral. In: ANUÁRIO ANTROPOLÓGICO 1987. Brasília: Ed: UNB/Tempo brasileiro, 1987. p. 11-73.

YIN, R. K. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.